

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Doutorado em Ciências Sociais

**INSTITUTOS LIBERAIS e NEOLIBERALISMO  
NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA**

**DENISE BARBOSA GROS**

Março de 2002  
Campinas, SP

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**INSTITUTOS LIBERAIS E NEOLIBERALISMO  
 NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA**

**Denise Barbosa Gros**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais  
 apresentada ao Departamento de Ciência Política  
 do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
 Universidade Estadual de Campinas, sob  
 orientação do Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco  
 e Cruz.

Este exemplar corresponde a versão final  
 da tese defendida e aprovada pela Comissão  
 Julgadora em 18/03/02.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Prof. Dr. Ary Cesar Minella *Ary Cesar Minella*

Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes

Prof. Dr. Francisco Cesar Pinto da Fonseca

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

Março/2002  
 Campinas, SP

**UNICAMP**  
 BIBLIOTECA CENTRAL  
 SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BE  
Nº CHAMADA T/UNICAMP  
G911i  
V EX  
TOMBO BCI 48994  
PROC 16.837/02  
C DX  
PREÇO R\$11,00  
DATA 15/05/02  
Nº CPD \_\_\_\_\_

CM0016727B-7

BIB ID 240126

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Gros, Denise Barbosa  
G911i **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova  
República/Denise Barbosa Gros. - - Campinas, SP: [s.n.],  
2002.**

**Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de  
Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1.Sociologia política. 2.Neoliberalismo. 3.Empresários.  
4.Entidades patronais – Brasil. I.Cruz, Sebastião Carlos  
Velasco  
e. II.Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III.Título**

## AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese envolve um longo tempo de maturação e, geralmente, uma quase tão longa lista de instituições e pessoas que de alguma forma contribuíram para a sua realização. Em primeiro lugar, devo mencionar a Fundação de Economia e Estatística (FEE), que me concedeu a licença para dedicar-me exclusivamente ao doutorado e, em especial, os atuais dirigentes, José Antonio Fialho Alonso e Flávio Fligenspan, que me deram todo o apoio para concluir esse trabalho.

Ao meu orientador, Sebastião Carlos Velasco e Cruz, que me apresentou ao rico universo dos estudos norte-americanos sobre poder, organizações empresariais e ação, política que foram fundamentais para a definição do escopo da tese. Com seu jeito tranquilo e seguro, conduziu-me pelos meandros dessa pesquisa e brindou-me com contribuições valiosas nas nossas reuniões de orientação.

À professora Selva Lopez que funcionou praticamente como co-orientadora nesse último ano e muito gentilmente me cedeu seus conhecimentos sobre a teoria neoliberal e sobre o neoliberalismo no Chile. Sua contribuição teórica e seu estímulo foram muito importantes para a conclusão do trabalho.

À socióloga Tanya Barcellos, mestra e amiga há muitos anos, que discutiu comigo a versão final da tese e deu valiosas contribuições para o texto definitivo, como já havia feito na minha dissertação de mestrado.

Ao professor Ary Minella, amigo de longa data, cuja generosidade é por demais conhecida, que permitiu-me a consulta ao acervo de informações sobre empresários e organizações empresariais que vem colecionando há anos. Aos professores Decio Saes e Reginaldo Moraes, que fizeram parte da banca do Exame de Qualificação e deram sugestões preciosas para o andamento do trabalho.

Aos colegas e amigos da FEE, que me auxiliaram de várias maneiras, emprestando livros, esclarecendo dúvidas, oferecendo sua solidariedade e apoio, ou simplesmente "suportando" as destemperanças de uma doutoranda em fase "terminal" de tese: Maria Isabel da Jornada, Guilherme Xavier Sobrinho, Ricardo Brinco, Paulo Ribeiro, Lucrecia Calandro, Sílvia Campos, Clarisse Castilhos, Maria Cristina Passos, Rubens Soares de Lima, Nora Kraemer, Vera Gauer, Anelise Capaverde Brehm, Maria Heloisa Lenz, Raul Bastos, Tania Angst e Ivete Figueiró.

Aos amigos pessoais, cujo apoio e carinho foram muito grandes: Sonia Cabeda, Vera Amaral, Petilda Vasquez, Lucia Helena Muller, Ricardo Reis e Vicente Rodriguez.

A minha mãe e minha família, que me apoiaram em todos os momentos, e ao meu irmão Jacques, sempre pronto a solucionar minhas dificuldades com o computador e a formatação de textos e quadros. A todos sou muito grata.

## RESUMO

Esta tese de doutoramento trata da ação dos Institutos Liberais na difusão do neoliberalismo no Brasil da Nova República. Investigamos o contexto nacional e internacional em que eles surgiram; os fundamentos teóricos da ideologia que divulgam; como funciona o movimento ideológico neoliberal internacional; que estratégias os Institutos Liberais adotam para difundir esse ideário entre segmentos selecionados das elites brasileiras; e ainda, que propostas concretas de políticas públicas formulam. No Capítulo 1 analisamos o contexto histórico em que se deu a conversão das direitas à ideologia neoliberal e seu triunfo no umbral dos anos 80 na Grã Bretanha e nos Estados Unidos. No Capítulo 2 fizemos uma incursão pelos conceitos centrais da teoria neoliberal conforme explicitados pela Escola Austríaca de Economia e seus principais expoentes, Ludwig von Mises e Friederich Hayek. No Capítulo 3 reconstituímos como essa doutrina neoliberal foi divulgada através de um movimento ideológico internacional que se iniciou nos anos 30 na Europa, e se expandiu pelo mundo nos anos 80. No Capítulo 4 apresentamos a ação e o ideário da rede de Institutos Liberais no Brasil: sua Declaração de Princípios; suas estratégias de ação e difusão doutrinária, em especial os tipos de atividades que desenvolvem e os públicos selecionados a que são dirigidas; bem como as forças sociais e econômicas que sustentam os Institutos. A parte empírica do estudo teve como fonte de informações as publicações dos Institutos Liberais, que compreendem livros, jornais, revistas, vários tipos de periódicos e folhetos. No Capítulo 5 analisamos algumas propostas de políticas públicas formuladas pelos Institutos Liberais, em especial aquelas que se referem à ordem político - institucional vigente, notadamente a Constituição de 1988; a legislação trabalhista; e as funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação.

## ABSTRACT

This Thesis deals with the work of the "Institutos Liberais" (Libertarian Institutes) in the diffusion of neoliberalism in the period of New Republic in Brazil. We investigate the national and international contexts in which they appeared; the theoretical fundamentals of the ideology they spread; how does the international neoliberal ideological movement works; which strategies the Liberal Institutes adopt to divulge these ideas to selected segments of the Brazilian elites and which concrete proposals of public policies they present. In Chapter I we analyse the historical context in which took place the conversion of the rights to the neoliberal ideology and its triumph in the 80's in Great Britain and in the United States of America. In Chapter II we made an incursion in the central concepts of the neoliberal theory as defined by the Austrian Economics School and its main exponents, Ludwig von Mises and Friederich Hayek. In Chapter III we reconstituted how this neoliberal doctrine was spread through an international ideological movement that started in the 30's in Europe and expanded through the world in the 80's. In Chapter IV we presented the actions and the ideology of the net of Liberal Institutes in Brazil; its Declaration of Principles; its strategies of action and doctrine diffusion, especially the kind of activities they perform and the public selected for it, as well as the social and economical forces that maintain the Institutes. The empirical part of the study used as information sources the publications of the Liberal Institutes, including books, newspapers, magazines, various kinds of periodicals and leaflets. In Chapter V we study some public policies proposals formulated by the Institutes, especially those that refer to the present politico – institutional order, particularly the 1988 Constitution; the labor laws and the social functions of the State: social welfare, health and education.

## **INSTITUTOS LIBERAIS e NEOLIBERALISMO NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA**

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>Capítulo I: O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO NOS ANOS 70</b>	25
1. Contexto internacional	26
1.1. Crise e reação conservadora no Ocidente	26
1.2. A expansão do neoliberalismo na América Latina	36
1.3. O caso chileno	40
2. Contexto nacional	51
2.1. O Brasil na Nova República	51
2.2. Organização e mobilização política do empresariado na Nova República	56
2.3. Discurso liberal e prática autoritária na formação da burguesia brasileira	65
<b>Capítulo II: A DOCTRINA NEOLIBERAL: UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO</b>	73
2.1. A Escola Austríaca de Economia	75
2.2. Principais elementos conceituais da doutrina neoliberal	82
2.2.1. A concepção da desigualdade entre os homens	82
2.2.2. A concepção da sociedade como mercado	84
2.2.3. A concepção da política e do Estado Mínimo	89
<b>Capítulo III: O NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO IDEOLÓGICO INTERNACIONAL</b>	95
3.1. O neoliberalismo na Grã-Bretanha	96
3.2. O neoliberalismo nos Estados Unidos	115
3.3. A internacionalização do movimento neoliberal nos anos 80	124
<b>Capítulo IV: OS INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA</b>	131
4.1. O neoliberalismo dos Institutos Liberais	131
4.2. Estratégias de ação e difusão doutrinária	134
4.2.1. Publicando a doutrina	135
4.2.2. Doutrinando públicos estratégicos	138
4.2.3. "Desideologizando" o ensino de economia	142
4.2.4. "Desideologizando" o ensino elementar	145
4.2.5. Propondo políticas públicas	149
4.3. A rede de Institutos Liberais e seus patrocinadores	152
<b>Capítulo V: AS PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS INSTITUTOS LIBERAIS</b>	199
5.1. O reordenamento jurídico-institucional e a crítica à Constituição de 1988	200
5.2. A flexibilização da legislação trabalhista	208
5.3. A reforma das funções sociais do Estado	220
<b>CONCLUSÃO</b>	227
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	235

## INTRODUÇÃO

Em junho de 1987, os representantes de 105 entidades de empresários de todo o estado, liderados pelas federações da Indústria, da Agricultura e das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, assinaram um Manifesto pela Liberdade Empresarial e lançaram uma campanha contra os avanços trabalhistas na Constituinte. O objetivo da campanha era conseguir as assinaturas necessárias para a formalização de uma proposta de emenda popular contra a aprovação da estabilidade, da redução da jornada de trabalho e do direito irrestrito de greve no texto da nova Constituição. Entregue em Brasília em agosto daquele ano pelo presidente da FIERGS, a emenda dos gaúchos somou-se às pressões que representantes de todos os setores da burguesia do país faziam sobre os constituintes.

Entre as organizações empresariais tradicionais que participavam do movimento no Rio Grande do Sul, estavam três entidades muito novas, mas que vinham aparecendo com alguma frequência no noticiário local, defendendo a liberdade econômica e contestando a ingerência do Estado nas atividades econômicas. Duas delas haviam sido criadas em 1984 - a Associação de Jovens Empresários e o Instituto de Estudos Empresariais - e o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul havia surgido naquele ano, 1987. Já havíamos nos detido sobre o Instituto de Estudos Empresariais, uma organização fechada, constituída também de jovens empresários, mas com o objetivo de formar novas lideranças empresariais dentro da perspectiva liberal (Gros, 1989; 1993). Entretanto, naquela ocasião o Instituto Liberal chamou-nos a atenção de imediato, por uma série de fatores que despertaram a curiosidade de quem estuda as organizações da burguesia gaúcha há algum tempo: era composto pelo mesmo grupo que liderava o Instituto de Estudos Empresariais, mas tinha objetivos diferentes e apresentava como "patrono" a Jorge Gerdau Johannpeter, empresário de um dos maiores grupos do ramo siderúrgico nacional, cujo poder e influência há muito ultrapassou as fronteiras regionais. O que teriam em comum um empresário desse porte com um grupo de jovens que mal chegavam aos 30 anos, dedicado à divulgação do ideário neoliberal, em especial de autores clássicos da Escola Austríaca de Economia dos anos 20 e 30? Com a curiosidade aguçada, esse estudo foi se delineando e mudando de amplitude, à medida

que as investigações exploratórias sobre o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul nos levaram a uma rede de âmbito nacional e nos mostraram o peso dos grupos econômicos que a sustentam e a sua inserção num movimento internacional.

Explicitada a motivação para a escolha do objeto da pesquisa, devemos agora defini-lo claramente. Essa tese trata da ação dos Institutos Liberais, que foram criados por empresários no Rio de Janeiro em 1983 com o objetivo de difundir a ideologia neoliberal no Brasil. Investigamos em que contexto eles surgiram; quais os fundamentos desta ideologia, em forma destacada a que se desenvolve na Escola Austríaca de Economia e suas conexões americanas e inglesas; como se formou e atua o movimento ideológico neoliberal internacional; qual a leitura que os Institutos Liberais fazem do neoliberalismo e que estratégias adotam para difundir esse ideário entre segmentos selecionados das elites brasileiras; e ainda, que propostas concretas de políticas públicas formulam<sup>1</sup>. A denominação de neoliberal é adotada a partir da definição que os próprios criadores do Instituto Liberal apresentam do viés liberal ao qual se filiam e da aceitação do termo "neoliberais" para si próprios (Paim, 1997, p.23).

Transformados em rede nacional depois da instauração da Nova República, com sedes no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, os Institutos Liberais dedicam-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo. Foram criados por um grupo de grandes empresários que se propuseram a realizar uma missão de longo prazo: divulgar as idéias liberais entre as elites brasileiras. Sustentados por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no país, desenvolvem um trabalho de dupla natureza: de doutrinação ideológica entre seus pares e nos meios formadores de opinião - universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos e intelectuais em geral; e de formulação de estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal.

As atividades desenvolvidas pela rede de Institutos Liberais para implementar essas estratégias incluem a edição e divulgação de livros de autores liberais nacionais e

---

<sup>1</sup> Temos consciência de estar deixando de fora um tema importante, mas que transcende as possibilidades desse trabalho - a análise da história concreta da adoção de políticas públicas inspiradas nas formulações programáticas do neoliberalismo no processo pós-ditatorial no país. Um estudo desse tipo exigiria o acompanhamento detalhado da negociação nas esferas decisórias do Estado dos projetos formulados a partir da concepção ideológica e do programa do neoliberalismo, bem como da sua transação permanente com a realidade histórica.

estrangeiros, a promoção de conferências e cursos para públicos selecionados, e a elaboração de estudos e sugestões de projetos de lei. Diferentemente de outras organizações mantidas por empresários, cuja atuação visa prioritariamente a defesa de interesses frente ao Estado, a ação dos Institutos Liberais é dirigida aos segmentos dominantes da sociedade, para a divulgação do liberalismo, e aos políticos, para promover as suas propostas de políticas públicas.

O surgimento dos Institutos Liberais no Brasil deve ser analisado em sua inserção simultânea em dois processos, um externo e outro interno à realidade do país. Por um lado, esses Institutos fazem parte de um movimento neoliberal internacional, ancorado não só nas experiências dos governos que aplicaram as reformas liberais, mas sobretudo num movimento ideológico que se apoia numa rede internacional de organizações políticas para a defesa do liberalismo. Por outro, o surgimento de uma organização da natureza do Instituto Liberal deve ser analisado no contexto das mudanças internas ocorridas na vida política e econômica do país nas últimas décadas: a crise econômica da década de 80 e as tentativas de definição de um novo modelo de desenvolvimento, bem como a transição democrática e a reorganização da sociedade, a qual vem envolvendo rearranjos políticos e institucionais que afetam a todos os segmentos sociais.

O objetivo central dos Institutos Liberais é difundir uma ideologia, entendida aqui no sentido amplo, de concepção do mundo: *"Ideología como visión del mundo de carácter sistemático, fundamentada en principios y elaborada al menos en gran parte, de manera consciente. Esta visión tiende a la totalidad, quiere abrazar algo, y se articula en un conjunto de convicciones, ideas e ideales aptos para orientar la vida práctica"*. (Rossi-Landi 1980, p.52). Trata-se da promoção de uma ordem que abarque todas as dimensões da sociedade: política, econômica, social e cultural. Esta caracterização refere-se, evidentemente, aos aspectos descritivos da visão de mundo, mas não exclui que ela contenha elementos notórios de ideologia no sentido de "falsa consciência", tal como a entenderam Marx e mais tarde, Mannheim.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Para Marx, a ideologia "es el conjunto de representaciones super estructurales (doctrinas filosóficas, políticas, éticas, religiosas o de otro género), las cuales expresan y justifican la modalidad y las relaciones de producción dominantes" (Rossi-Landi, 1980, p. 41) e para Mannheim, "la visión del mundo viene determinada también por factores inconscientes, los cuales hacen que esta esconda las condiciones reales de la organización social tanto a aquellos a quienes les es administrada como a los mismos administradores, desarrollando de este modo una función esencialmente conservadora." (Idem, p.42).

Através desta descrição do objeto, percebemos que este estudo trata de um tema multidisciplinar, envolvendo desde a economia até a filosofia e a ciência política. Nesse caráter multidisciplinar do tema reside tanto a dificuldade quanto a motivação para o seu desenvolvimento<sup>3</sup>. Também determina as principais limitações dessa tese. A abrangência do tema nos leva à suposição de que se trata da implantação da hegemonia ideológica de nosso tempo, tarefa que ultrapassa a ação concreta e os objetivos conscientes dos Institutos Liberais, que são não obstante o eixo –se não o pretexto- para realizar este trabalho. Estamos conscientes de que existem outras forças, por exemplo, a própria modalidade do capitalismo contemporâneo em sua etapa financeira, que convergem com os objetivos do Instituto Liberal e reforçam a sua tentativa de implantar uma nova concepção de mundo entre as elites brasileiras.

Outra característica do tema é a forma como ele se apresenta na realidade: uma escalada mediante a qual se passa de uma reflexão que tem seu eixo na economia para a concepção de um novo desenho institucional e político que envolve toda a sociedade. É por essa razão que nos meios latino-americano e brasileiro, o neoliberalismo aparece inicialmente sob o perfil das políticas monetaristas inspiradas em Milton Friedman para enfrentar o problema concreto da inflação. Essas políticas começam a ser implementadas com objetivos de curto prazo e, pouco a pouco, vai surgindo o fundamento mais sólido da ideologia que remete às suas bases filosóficas profundas. O caso do Chile é exemplar dessa escalada.

Dadas as características do tema e do objeto desse estudo, faz-se necessário um esclarecimento sobre a diferenciação entre dois conceitos fundamentais: empresariado e burguesia. Segundo Cruz (1995) “por empresariado entendemos o conjunto de agentes sociais que se definem pela detenção da propriedade de uma unidade autônoma de capital e pelo exercício, daí decorrente, das funções de organização e gestão de seu processo permanente de valorização. Este conceito abarca a totalidade dos ocupantes de posições que implicam poder de decisão nas questões estratégicas para a empresa, independente do fato de serem eles detentores ou não da propriedade jurídica do capital cujo comando exercem. Ele exclui, entretanto, todos aqueles que, embora dispondo de

títulos jurídicos sobre uma fração de capital, vivem de renda, não desempenhando qualquer função diretiva em seu processo cíclico de reprodução" (Cruz, 1995, p. 23-24).

Ao contrário, o " conceito de burguesia é muito mais amplo, na medida em que inclui - além do conjunto das categorias até aqui referidas - toda uma série de segmentos sociais que se definem pelo exercício das funções não econômicas - jurídicas, políticas e ideológicas". (Cruz, 1995, p. 24). Para a análise a que nos propomos, a concepção de burguesia é a que melhor se adapta, pois ela permite mobilizar as concepções teóricas de hegemonia, de elites orgânicas e de *think tank* para explicar a ação da burguesia. Segundo nossa perspectiva, esses conceitos são complementares e não contraditórios. Enquanto elite orgânica é uma categoria abrangente, que nomeia a base social e a intenção hegemônica dos setores pioneiros da burguesia em cada etapa de desenvolvimento do capitalismo, o conceito de *think tank* se refere a sua forma operacional. Se faz necessário, então, explicar brevemente cada um desses conceitos que norteiam nossa opção teórica.

O conceito de hegemonia burguesa envolve a noção de dominação pelo consenso e não pela força: "A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados" (Gramsci,1989). Dessa forma, para ser dominante, a burguesia não necessita apelar para os mecanismos coercitivos do Estado para subordinar as demais classes pela força. Pelo contrário, ela o faz através de um complexo processo de construção de legitimidade, pelo qual a classe dominante busca obter o consenso dos dominados pela persuasão e pela liderança intelectual, moral e política (Gramsci,1978,1989).

Gramsci rejeita, assim, a determinação mecânica entre classe e ideologia (Gruppi,1978,p90). A afirmação e difusão da ideologia de uma determinada classe, mesmo que dominante nos planos econômico e político é, portanto, um processo complexo que envolve a difusão da concepção de mundo dessa classe (ou fração de

---

<sup>3</sup> "A grande dificuldade em analisar o liberalismo no século XX foi a de que ele recuperou sua condição de ideologia global.(...)Abrange a política, a cultura e a economia, uma visão sobre a sociedade, a educação, relações entre os sexos, papel da mulher e da Igreja na sociedade". (Macedo, 1995, p. 21).

classe) através da educação, da Igreja, dos partidos, etc., sobre as demais frações da classe dominante e sobre as classes dominadas.

Na concepção gramsciana, portanto, a consolidação da hegemonia burguesa se dá na medida em que essa burguesia seja capaz de formular e difundir, através de mecanismos ideológicos, um projeto de organização da sociedade que a beneficie, mas que seja amplo o bastante para transcender os limites de seus interesses específicos de classe e incorpore também alguns dos interesses das classes dominadas. Resta definir quais são, concretamente, esses mecanismos ideológicos de construção da hegemonia, ou seja, "... como uma classe traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidades político - organizacionais?" (Dreifuss, 1987, p. 21).

Aqui é fundamental introduzir o conceito de *elites orgânicas*, concebido por Dreifuss (1981) a partir de Gramsci, para explicar como uma classe economicamente dominante se organiza para desenvolver a ação política necessária para assegurar a direção política e ideológica da sociedade. Segundo Dreifuss (1987, p. 24), elites orgânicas são "agentes coletivos político - ideológicos, especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe".

Nessa perspectiva, a elite orgânica não pode ser confundida com a elite empresarial, pois ela é constituída de indivíduos "formados através e fora dos tradicionais canais partidários e associativos de articulação, agregação, e representação da classe dominante e atuando como a vanguarda da classe social" (Dreifuss, 1981, p. 209). A elite orgânica funciona como uma central de informações, de idéias e de discussão para os representantes das classes dominantes, realizando estudos, análises e pesquisas sobre as políticas públicas e a ação empresarial. A elite orgânica é também responsável pela formulação de um discurso político - ideológico capaz de unificar os interesses das classes dominantes e que possa ser apresentado como propaganda ideológica e política, não só como interesse coletivo do capital mas da sociedade como um todo. Nessa concepção, a tarefa política da elite orgânica no conflito de classes se realiza em duas frentes de luta: frente à própria burguesia, tentando unificá-la, e frente aos setores

subordinados, tentando mostrar os interesses do capital (mercado para os neoliberais) como se fossem os interesses naturais de toda a sociedade (Dreifuss, 1987, p. 28).

A ação da elite orgânica vem sendo desenvolvida, nos países capitalistas, através de *think tank*, um conceito fundamental para entender a natureza do Instituto Liberal. Os *think tank* são instituições presentes no processo de formulação de políticas públicas nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos 40. Em geral, são institutos privados de pesquisa e debate sobre teoria econômica e políticas públicas; têm uma equipe técnica de alto nível ou contratam consultores; e divulgam o resultado dessas pesquisas através de livros, periódicos e publicações em geral, e de participação em debates nos meios universitários, na mídia e nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos. Esses institutos não só produzem conhecimento sobre os temas sujeitos à regulamentação pública, como também, e principalmente, formulam soluções ou projetos de políticas públicas (Hollings, 1993).

Na realidade, a ação política desenvolvida pelos *think tanks* pode ser interpretada como parte de uma “guerra de posição”. Gramsci diferenciou duas formas de luta política: A “guerra de manobra” ocorre quando as partes em oposição se enfrentam diretamente, em eleições ou outros confrontos. A “guerra de posição” ocorre na medida em que os atores políticos desenvolvem as suas posições ideológicas, condição essencial para a vitória na guerra de posição (Stefancic e Delgado, 1996). Recentemente, vários autores têm demonstrado como os conservadores norte-americanos conduziram uma guerra de posição muito bem sucedida nos últimos trinta anos, através da ação de uma rede de *think tanks* financiados por doações generosas de fundações mantidas pelas grandes empresas (Domhoff, 1979; Davis, 1981; Nash, 1996; Stefancic e Delgado, 1996; Usseem, 1979; Vogel, 1983; Weiss, 1992). Nesse processo, os conservadores conseguiram não só garantir a vitória de Reagan como definir políticas públicas conservadoras nas áreas de educação, previdência social, direito das minorias étnicas, etc. O mesmo ocorreu na Inglaterra, com a vitória de Thatcher e o desmonte do Estado de Bem - Estar Social (Cockett, 1995; Denham, 1996).

Nenhuma dessas mudanças ocorreu de repente. Elas foram sendo gestadas através de um longo processo de doutrinação ideológica em universidades, entidades empresariais e meios de comunicação, processo esse que se desenvolveu paralelamente

à realização de estudos e pesquisas para a formulação de políticas públicas restritivas ou conservadoras. Como pretendemos demonstrar nessa tese, essa forma de ação política vem sendo desenvolvida no Brasil, com as peculiaridades e as limitações concernentes ao contexto político em que se insere, pelos Institutos Liberais.

A relevância do tema se fundamenta nos resultados do processo histórico em curso. Perry Anderson (1995) afirma que economicamente, "o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se de hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes" (Anderson 1995, p23).

Ao que parece, estamos frente a uma situação curiosa e paradoxal: um sistema de pensamento construído em torno da idéia central do liberalismo clássico – micro racionalidades perversas produzindo benefícios coletivos - que, quando encontra a conjuntura histórica eficiente para sua realização, resulta no contrário. A hegemonia de uma nova ética erigida sobre a promoção do interesse e o êxito pessoal – que é a ética do capitalismo, do livre - mercado - não constrói a ordem social mas antes destrói seus vínculos societários e libera poderes destrutivos de alcance global. Conhecer os fundamentos dessa ideologia e as estratégias utilizadas para sua divulgação nos parece da maior relevância.

A envergadura do tema proposto não nos afasta dos objetivos limitados que nosso trabalho persegue, sobre a emergência de um sujeito específico no panorama político brasileiro: a rede de Institutos Liberais, como centros de difusão ideológica, forma peculiar de organização da burguesia para a defesa de seus interesses a longo prazo, que toma como eixo central a ideologia. Interessa-nos desvendar o quanto se aproximam e se distanciam das formas de ação anteriores de uma burguesia como a brasileira, em

cuja trajetória a inserção direta no Estado teve grande relevância. Esta corrente de liberalismo conservador se insere na trajetória histórica do liberalismo no Brasil? Por que surgem no final da ditadura e não durante sua vigência? O quanto o seu surgimento se deve às novas condições econômicas, sociais e políticas da abertura? Levando em consideração a tradição de inserção corporativista da burguesia no Estado, que lugar e possibilidades tem a ação de uma rede de Institutos Liberais, quanto à gestação de uma possível hegemonia burguesa?

Cada um dos momentos deste trabalho tem como objetivo responder a essas questões, que podemos adiantar em forma de afirmações provisórias ou hipóteses.

- Os Institutos Liberais surgem no cenário nacional como uma organização com forte influência de modelos externos e como estratégia dos setores de capital mais concentrados e vinculados ao capital financeiro nacional e internacional, com o objetivo de difundir seus valores entre a burguesia e na sociedade em geral.
- A inspiração externa dos Institutos Liberais seria o movimento neoliberal internacional que se insere na articulação das forças conservadoras no mundo a partir dos anos 70 e 80. A doutrina desse movimento se fundamenta na Escola Austríaca de Economia, que defende um liberalismo ultra-conservador, muito distante das formulações do liberalismo clássico.
- Dada a forte relação entre a burguesia e o Estado ao longo de toda a história do capitalismo brasileiro, assim como sua adesão tardia à saída pactuada da ordem autoritária, é possível supor que quando a burguesia adota a ideologia neoliberal, o faz com base em pontos de contato e certa continuidade com as ideologias burguesas históricas do país, nas quais os traços autoritários e conservadores predominaram sobre os progressistas e democratizantes.

Essas são grandes inquietações que se relacionam com nosso trabalho e que talvez, de forma mais modesta, nosso programa de pesquisa tenta responder formulando questões mais limitadas: que temas e valores os Institutos Liberais querem difundir no seu projeto de hegemonia ideológica? Quais os mecanismos e estratégias utilizados para fazer essa difusão? Quais as principais propostas dos Institutos Liberais? Com essa

perspectiva, os núcleos fundamentais da dissertação se constituem na exposição da doutrina neoliberal; do movimento e do projeto neoliberal (Cruz, 1998).

Partindo do reconhecimento das raízes internacionais do neoliberalismo, pareceu-nos imprescindível começar por uma configuração do contexto histórico em que se deu a conversão das direitas à ideologia neoliberal e seu triunfo no umbral dos anos 80 na Grã Bretanha e nos Estados Unidos, de onde se expandiu para o mundo. Fez-se necessário realizar uma incursão pela América Latina, sobretudo pelo Chile, primeiro laboratório de experimentação neoliberal na América e exemplo futuro para outros projetos. Por isso o relativo detalhamento com que nos dedicamos à experiência chilena, pelo interesse que encerra enquanto referência para medir a originalidade das propostas brasileiras enquadradas dentro da ideologia neoliberal. O Capítulo I tenta ainda explicar a recepção tardia do neoliberalismo no Brasil, a partir da análise da conjuntura brasileira de saída da ditadura, na qual se criam as condições para a emergência de um projeto de hegemonia ideológica do neoliberalismo, entre outras propostas.

Foi necessário, então, apreender quais os principais elementos que compõem a doutrina neoliberal, tal como aparece configurada no cenário europeu dos anos 30 com a Escola Austríaca de Economia e seus principais expoentes, Ludwig von Mises e Friederich Hayek. No Capítulo II, fizemos uma incursão pelos conceitos centrais da teoria neoliberal: a desigualdade entre os homens, a sociedade como mercado e a política como Estado Mínimo. Nos anos 80, o neoliberalismo dominante no cenário internacional já havia incorporado ao aporte clássico de Hayek os desenvolvimentos da economia norte-americana da Escola de Chicago, com as políticas estabilizadoras monetaristas de Milton Friedman, economista que adquiriu muita ressonância no continente latino-americano através de sua influência sobre as jovens gerações de economistas.

No Capítulo III demonstramos como essa doutrina neoliberal foi divulgada através de um movimento ideológico internacional que se iniciou nos anos 30 na Europa, que tem na Sociedade Mont Pelerin seu máximo órgão de expressão, e que conta com a atividade de uma série de personalidades que atuam dentro de uma rede de *think tanks* especializados na defesa do liberalismo no mundo todo. Esse movimento teve enorme importância para a consolidação das novas direitas inglesa e norte-americana a partir dos anos 70, para as vitórias de Reagan e Thatcher e também para a montagem de seus

programas e equipes de governo. São essas personalidades e organizações que inspiram e orientam o trabalho dos Institutos Liberais no Brasil.

Com essa compreensão do contexto histórico e dos preceitos que fundamentam o neoliberalismo, pudemos entrar no núcleo empírico da tese. No Capítulo IV apresentamos a ação e o ideário da rede de Institutos Liberais no Brasil, que empreendem com fervor proselitista a difusão do neoliberalismo como fundamento de uma nova ordem mundial baseada nas regras do mercado. Inicialmente, analisamos o neoliberalismo dos Institutos Liberais através da sua Declaração de Princípios. A seguir reconstituímos as suas estratégias de ação e difusão doutrinária, buscando captar os mecanismos de funcionamento, os tipos de atividades que desenvolvem e os públicos selecionados para a difusão ideológica, bem como as forças sociais e econômicas que estão nos bastidores do projeto e que são talvez perceptíveis através das empresas patrocinadoras dos institutos, dos colaboradores internacionais e dos intelectuais brasileiros envolvidos com o projeto neoliberal através dos Institutos Liberais. Foram utilizadas como fonte de informações as publicações dos Institutos Liberais, que compreendem livros, jornais, revistas e folhetos distribuídos em forma de mala-direta: revista Think Tank (Instituto Liberal - SP); jornais Idéia Liberal (IL-SP), Informe Liberal (IL-SP) e IL Notícias (IL-RJ); série Notas - Avaliação de projetos de lei (RJ); série Políticas Alternativas (RJ); série Conferências do Instituto Liberal; mala - direta Idéias Liberais (IL-SP); outros documentos e livros publicados pelos institutos, bem como livros de autores liberais publicados por outras editoras, mas amplamente divulgados pelo Instituto Liberal<sup>4</sup>.

Como a essência de um *think tank* neoliberal é dada também pelos diagnósticos que realizam sobre os problemas econômicos e sociais e pelas propostas de soluções pela via do mercado que formulam, no Capítulo V analisamos algumas propostas de políticas públicas formuladas pelos Institutos Liberais, em especial aquelas que se referem à ordem político - institucional vigente, notadamente a Constituição de 1988; a

---

<sup>4</sup> A investigação empírica detalhada sobre as atividades promovidas pelo Instituto Liberal cobriu o período que se inicia com a fundação do primeiro Instituto Liberal em 1983, pouco antes da instauração da Nova República (1985) e chega até 1997. O período é muito grande, mas se justifica pela própria natureza do objeto de estudo. O ideário, as propostas e ações do Instituto Liberal não podem ser analisadas em períodos muito curtos ou em comparação direta com os acontecimentos conjunturais, uma vez que o objetivo declarado dos Institutos Liberais é desenvolver uma ação de longo prazo.

## 1. O contexto internacional

### 1.1 Crise econômica e reação conservadora no Ocidente.

A ascensão do conservadorismo ao poder nos países de capitalismo avançado a partir do final dos anos 70 é quase que consensualmente vinculada ao fim da onda de crescimento e prosperidade capitalista das décadas de 50 e 60. Mas desta vez o conservadorismo se apresenta com uma roupagem atualizada, a do neoliberalismo.

Anderson (1995) define o neoliberalismo como um fenômeno distinto do liberalismo do século passado que se inicia após a IIª Guerra nas regiões capitalistas da Europa e na América do Norte. Tem como texto de origem o Caminho da Servidão de Frederick Hayek (1944), uma crítica teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar da Inglaterra e de outros países europeus. Com a criação da Sociedade Mont Pelerin em 1947, Hayek reuniu os esforços de célebres adversários do Estado de bem-estar europeu, assim como do New Deal norte-americano, para combater o keynesianismo e o solidarismo então dominantes. Segundo os liberais, a regulação social e o igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar social ameaçava a prosperidade de todos, ao destruir a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência.

A abertura de um novo espaço para o neoliberalismo coincidiu com o início de uma crise econômica que, de acordo com algumas análises, marcou o fim de uma etapa do desenvolvimento capitalista e o começo de outra (Therborn, 1995). A crise econômica que eclodiu nos anos 70 pôs em questão o crescimento capitalista nos moldes que se estabeleceram após a II Guerra, resumidos quase simbolicamente na "ordem de Bretton Woods", que instituiu o dólar como padrão monetário internacional, criou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, reuniu 44 países para discutir os problemas monetários e financeiros e estabelecer o "liberalismo global" que deveria reger a nova ordem econômica mundial que surgiria no pós-guerra, sob a liderança dos Estados Unidos. O acordo de Bretton Woods definiu como preceitos gerais da nova ordem: "(...) a promoção do livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais" (Borón, 1995, p. 92). Para gerir o sistema, foram criados o Banco Mundial em 1945, o fundo monetário Internacional em 1946 e, em 1947, o acordo GATT - General Agreement on Trade and Tariffs.

A tendência expansionista da economia internacional, que se refletia em altos índices de crescimento médio anual da renda e do comércio mundial até o final dos anos 60, reverteu-se no início da década de 70. Os primeiros sinais partiram da crise do dólar nos Estados Unidos em 1972 e se desdobraram com a elevação significativa do preço do petróleo em 1973 e depois, com o segundo choque do petróleo em 1989. O esgotamento do padrão de crescimento veio associado a uma crise monetário - financeira internacional (Cano, 1989, p. 5). Frente à gravidade da crise e da imposição da política fiscal e monetária norte-americana, orientada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, os países desenvolvidos efetuaram profundos ajustes macro - econômicos, que resultariam em agravamento das tensões sociais e do desemprego.

Abriu-se assim, nos anos 70, uma década marcada por elevada taxa de inflação mundial, sobressaltos devidos às variações nos preços externos, queda do crescimento e do emprego nos países industrializados, e aumento da instabilidade da balança de pagamentos (Foxley, 1988, p. 40). A combinação de baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, a recessão e o desemprego resultantes desafiavam o elenco de medidas até então empregadas pelos países industrializados para enfrentá-las. Iniciou-se o período de fortes tendências protecionistas nos países centrais, que viriam a afetar as economias exportadoras como as da América Latina.

A partir da crise da economia capitalista dos anos 70, as idéias neoliberais começaram a ganhar terreno (Anderson, 1995, p. 10). Segundo Hayek e seus colegas liberais, a crise era consequência do excessivo poder do movimento operário, pois as reivindicações salariais e de gastos sociais feitas pelos sindicatos haviam comprometido a acumulação capitalista. A solução, para os liberais, estava em medidas como a estabilidade monetária, a diminuição dos gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego para quebrar o poder dos sindicatos. Como se vê, a reação conservadora vem envolvida numa aliança simbiótica com o pacote ideológico neoliberal e suas propostas econômicas, sociais e políticas para enfrentar a crise.

Os governos centrais do Ocidente levaram quase uma década tentando, ainda, solucionar a crise com as medidas keynesianas habituais, como por exemplo, os ensaios dos países da OCDE na Europa. Entretanto, as tensões sociais crescentes e a proliferação de conflitos trabalhistas nos países de capitalismo avançado abalavam a

legitimidade dos governos e preparavam a mudança dos partidos no poder, tirando de cena os liberais reformistas, os trabalhistas e os conservadores de velho estilo. A profundidade da crise se manifestou não apenas na mudança dos grupos partidários governantes mas também em verdadeiras crises internas dos partidos, que sofreram transformações profundas. É o caso, por exemplo, do Partido Conservador britânico, cenário de uma luta interna que terminou com a sua conversão ao ideário neoliberal e com o triunfo da corrente de Margaret Thatcher, cuja vitória eleitoral em 1979 possibilitou a primeira ascensão de um grupo neoliberal ao poder nos países de capitalismo avançado.

Desde o final da II Guerra , o Partido Trabalhista inglês implantou o sistema de Estado providencialista, de inspiração keynesiana, e a política redistributivista proposta no Relatório Beveridge de 1942, que tratou da situação da previdência social (Cockett, 1995, p, 58). Entre 1970 e 1979, sucederam-se na Inglaterra um governo conservador (Heath) e outro trabalhista (Callaghan), e nenhum deles conseguiu ter sucesso nas políticas adotadas para deter a inflação e produzir a retomada do crescimento. Algumas tentativas de convencer os membros do Partido Conservador a adotar programas de privatização tinham sido feitas desde 1970, com a publicação do livro *A new style of government* , de David Howell, mas não foram bem sucedidas. Na medida em que se aprofundava a crise no país, a luta não se dava mais entre conservadores e trabalhistas e sim dentro do Partido Conservador, entre conservadores convertidos ao neoliberalismo hayekiano e conservadores do velho estilo, sensíveis às políticas intervencionistas de corte keynesianos. No interior do Partido Conservador se formou assim um grupo com perfil muito definido, de inspiração neoliberal, que visualizava com clareza quem eram seus inimigos: o Partido Trabalhista e os grandes sindicatos a ele associados, o esquerdismo intelectual, o planejamento econômico, o protecionismo e o keynesianismo, hegemônicos desde a II Guerra.

Todo o movimento ideológico neoliberal que vinha desenvolvendo-se há várias décadas na Inglaterra encontrou afinal a conjuntura política adequada para desabrochar. Nesse processo, teve enorme importância a “conversão” do conservadorismo inglês do partido que levou M. Thatcher ao poder. Para esta conversão contribuíram os economistas, intelectuais e políticos liberais que, apoiados nas críticas de Hayek a Keynes e sua política reformista e distributivista -coletivista para os liberais - formaram um

movimento intelectual que envolvia centros de pesquisa em universidades e vários *think tanks*, como por exemplo o Institute of Economic Affairs. Esses *think tanks* desenvolviam intensa política de divulgação de textos de teoria liberal, de crítica às políticas adotadas pelo governo e de formulação de projetos de políticas de cunho liberal, e que tinham estreitas vinculações com membros do Partido Conservador. Três anos antes do triunfo de Thatcher, em 1976, o historiador britânico Robert Blake escreveu : " *There is a wind of change in Britain and much of the democratic world - and it comes from the right, not the left*" (appud Cockett, 1995, p. 217). Em 1979, a vitória eleitoral de M. Thatcher consagrou o triunfo do neoliberalismo na Inglaterra – precedido por sua vitória no interior do Partido Conservador- e anunciou uma nova era na trajetória política do Ocidente.

A guerra das Malvinas em 1982 aumentou a popularidade de Thatcher e lhe deu a vitória para um segundo mandato, agora com o apoio de Reagan nos Estados Unidos e um programa bem estruturado, o Omega Project, que definia a aplicação de reformas orientadas para o mercado em todos os aspectos da política governamental: da defesa à política habitacional, de comunicações, tributária<sup>3</sup>, etc (Cokett, 1995, p. 305). Nessa etapa Thatcher aprofundou o processo de privatizações e empreendeu a campanha contra o funcionalismo público , introduzindo a proibição de greves nos serviços essenciais do Estado. A vitória de Thatcher se desdobrou na eleição de seu sucessor, John Major, fiel seguidor das transformações introduzidas por ela.

O modelo neoliberal implantado na Inglaterra foi, segundo Perry Anderson, "o pioneiro e o mais puro" (1995, p.12). Aplicou todo o pacote de medidas estabilizadoras propugnadas pelo monetarismo (diminuição da emissão monetária, altas taxas de juro, decréscimo de impostos sobre ganhos elevados, eliminação de controles financeiros); foi duro com os movimentos grevistas, criou uma nova legislação anti-sindical, diminuiu os gastos sociais e elevou substancialmente o nível de desemprego; e por fim, lançou um drástico programa de privatizações que começou na habitação pública e atingiu as indústrias básicas como a eletricidade, o petróleo, o aço, o gás e a água. O orçamento de 1981 ficou famoso porque em plena recessão conseguiu diminuir o gasto e aumentar a arrecadação, invertendo a lógica keynesiana.

---

<sup>3</sup> O Omega Project, baseado no Mandate for a Leadership que a Heritage Foundation havia preparado para a campanha eleitoral republicana nos Estados Unidos, foi elaborado pelo Adam Smith Institute, um dos think tanks responsáveis pelo fortalecimento do neoliberalismo na Inglaterra. (Ver capítulo 4)

Sem dúvida o radicalismo do projeto neoliberal inglês se deveu aos desafios que devia enfrentar: um movimento sindical de grande tradição histórica e uma oposição trabalhista que constituía a única alternativa certa ao Partido Conservador. Ainda que a crise econômica também tenha se feito sentir nos EUA desde o início dos 70, com a flutuação do dólar e a tendência à queda da lucratividade, a situação que lá se apresentava era bastante diferente, pois nunca havia se desenvolvido um estado de bem-estar pleno e o movimento trabalhador não tinha o viés classista do britânico (Anderson, 1995, p. 12). Em compensação, o movimento conservador americano - do qual os liberais representavam uma das vertentes - tinha como inimigos principais a ameaça comunista, durante a Guerra Fria; o avanço dos movimentos radicais nos anos 60: estudantes universitários, consumidores, ecologistas, minorias culturais, negros, mulheres e grupos de contracultura; e o aumento da intervenção governamental sobre as atividades econômicas nos anos 70.

A conjuntura de efervescência política dos anos 60 impulsionou o renascimento do ativismo de direita e a organização e a mobilização política da Nova Direita americana, que teve importância vital para a vitória de Reagan. Pode-se tomar como seu episódio inaugural a campanha do Senador Goldwater para a presidência em 1964. Ainda que fracassada, a campanha de Goldwater representou uma mudança na estratégia política dos conservadores que lhes permitiu ultrapassar os limites da atividade partidária e chegar até o cidadão comum. Isso foi possível porque o grupo de Goldwater era constituído de ativistas de classe média, universitários (Milton Friedman foi conselheiro econômico da campanha - Nash, 1996, p. 273), com compromisso maior com uma agenda política de direita do que com o Partido Republicano, e que conseguiram grande autonomia financeira através do uso sistemático de malas diretas para angariar fundos (Davis, 1981, p. 36). Nos anos 70, a partir das mudanças implementadas na legislação sobre financiamento de campanhas eleitorais, que permitiram angariar fundos de indivíduos e empresas através de Political Action Committees -PACs, esses grupos mais à direita dentro do Partido Republicano, com a experiência acumulada com Goldwater, tornaram-se muito ativos, mantendo e sustentando atividades que exaltavam o conservadorismo social, o racismo e o patriotismo, como as campanhas sobre questões específicas, os "*single issue movements*" contra o aborto, os gays, o controle de armas, etc.

Um exemplo detalhado de alguns desses *single issue movents* é dado por Stefancic e Delgado (1996), no livro em que demonstram como diferentes frações do movimento conservador americano conduziram uma bem sucedida "guerra de posição" desde o final dos anos 60 que conseguiu mudar a agenda social americana em direção a soluções conservadoras. Ao longo das três últimas décadas, através da utilização de todas as novas formas de mobilização política dos cidadãos comuns, os conservadores desenvolveram ações que podem ser resumidas em sete campanhas principais, quase todas iniciadas em nível regional no berço da Nova Direita americana (a Califórnia) e depois transformadas em campanhas nacionais. Essas mobilizações visavam reverter uma série de leis sociais de proteção às minorias étnicas, aos imigrantes, aos pobres e aos consumidores, cuja aprovação refletia a atividade dos movimentos sociais dos anos 60 e que abalavam a América branca, protestante e individualista<sup>4</sup>.

A contribuição dos empresários e das grandes corporações americanas na mobilização conservadora também não foi pequena. Eles mantiveram uma consistente ideologia de repúdio ao governo nos últimos 150 anos, defendendo a supremacia da auto-regulação do mercado e o darwinismo social (Vogel, 1978, p. 46). A expansão da regulação econômica nos anos 70, em especial sobre as questões ambientais, de emprego, saúde e previdência, provocou um incremento na mobilização política entre o empresariado norte-americano, através do aumento de sua participação em organismos de aconselhamento ao governo em Washington, em entidades empresariais como a

---

<sup>4</sup> As sete campanhas foram: a) o inglês como idioma oficial, para reverter a lei que permitiu a utilização do espanhol em escolas, departamentos governamentais, etc; b) a reforma das leis de imigração, para impedir o atendimento médico ou a matrícula escolar para os imigrantes ilegais; c) a discussão sobre raça e eugenia (que já se fazia em determinados círculos conservadores desde o início do século) que defendia a superioridade da raça branca como justificativa para pressionar os legisladores a acabar com as leis referentes ao Estado de bem-estar, em especial aquelas de proteção às minorias étnicas e aos imigrantes; d) a supressão da lei de proteção aos afro - americanos (que previa a obrigatoriedade de admissão de um percentual de negros nos serviços públicos e nas escolas), porque estaria sendo aproveitada abusivamente por imigrantes ilegais e também porque estigmatizaria os negros americanos; e) o ataque ao welfare state, com o argumento de que os gastos com a proteção aos pobres eram demasiadamente onerosos para o país e que, na realidade, os pobres deveriam ser encarados como desviantes que não se adequavam ao estilo americano de vida; f) a luta contra as leis de proteção aos consumidores e pacientes afetados ou fisicamente incapacitados por produtos defeituosos ou negligência médica; g) a "guerra no campus", ou seja, a doutrinação conservadora das "futuras elites", os estudantes dos campus universitários, através de cursos treinamento para lideranças, financiamento de jornais estudantis conservadores, etc. (Stefancic e Delgado, 1996).

Business Roundtable<sup>5</sup>, e no financiamento das campanhas políticas (Useem, 1983, p. 290-295).

No meio intelectual, haviam três grandes correntes conservadoras que, desde os anos 40, influenciavam a sociedade americana. Os liberais, liderados por Hayek e Von Mises nos anos 40 e 50 nas universidades de Chicago e Nova Iorque, conseguiram formar uma rede de instituições, publicações especializadas e periódicos que tiveram grande influência no meio universitário e que foi enormemente ampliada com o aporte monetarista de Milton Friedman e a Escola de Chicago. Os tradicionalistas debatiam-se contra a sociedade de massas e o individualismo, afirmando que o declínio do Ocidente se devia ao racionalismo e ao relativismo. Sua concepção foi sintetizada no livro "*Ideas have consequences*" de Richard Weaver, publicado em 1948. Os anti-comunistas, que se constituíam na terceira corrente, juntamente com a Guerra Fria foram decisivos para a formação da direita americana no pós-II Guerra. Extremamente belicistas, suas organizações combatiam a ameaça externa defendendo a intervenção direta americana e, internamente, apoiando as atividades dos comitês de Investigação sobre a influência comunista do período macartista (Nash, 1996).

Nos anos 70 e 80, surgiram duas novas tendências na direita americana: os neoconservadores, antigos liberais ou social-democratas convertidos, que reagiam ao ativismo social-liberal dos anos 60 e a direita religiosa, constituída menos de intelectuais e mais de um movimento oriundo das comunidades de cidadãos protestantes fundamentalistas<sup>6</sup>, evangélicos e pentecostais, revoltados com a decadência moral da sociedade americana e preocupados com temas sociais como o aborto, religião nas escolas, pornografia, drogas, crime, desvio sexual, etc

---

<sup>5</sup> A Business Roundtable foi criada pelas maiores corporações norte-americanas em 1973, para funcionar como um lobby utilizado para atuar diretamente sobre os congressistas em Washington para inibir a aprovação de leis consideradas prejudiciais aos interesses da comunidade de negócios americana. Também funciona como um conselho empresarial de alto nível, pois consegue reunir-se privadamente com o Presidente dos Estados Unidos (Domhoff, 1979, p. 70-81).

<sup>6</sup> "O fundamentalismo religioso teve enorme renascimento nos Estados Unidos nas últimas décadas : enquanto as igrejas Protestantes perderam muitos membros, cresceram enormemente a igreja Batista e as ultra-conservadoras "igrejas eletrônicas", que dominam muitas estações de televisão e rádio por todo o país e declaram atingir uma audiência de quase cem milhões de pessoas. Todos os candidatos conservadores à Presidência nas últimas décadas declaram-se cristãos e recebem grandes contribuições financeiras das igrejas fundamentalistas" ( Davis, 1981, p. 38).

Todas essas correntes da direita americana vieram a se aglutinar na campanha republicana que culminou com a vitória de Reagan em 1980. Elas se unificavam em torno de um credo conservador que era comum a todas as tendências e que forneceu o reforço ideológico e o apoio político e financeiro ao Partido Republicano de Reagan: defesa da propriedade privada e da liberdade de empresa; combate ao comunismo e socialismo; defesa de uma forte presença dos Estados Unidos no mundo, baseada na sua superioridade na América e no Ocidente; crença no cristianismo ou judaísmo; valores baseados na moral tradicional; e hostilidade ao positivismo e ao relativismo (Nash, 1996, p 324). Nas últimas décadas, esses grupos desenvolveram e financiaram diferentes atividades políticas, como a publicação de revistas conservadoras de circulação nacional e de periódicos conservadores de estudantes, e o estabelecimento de redes de meios de comunicação, fundações, centros de pesquisa, grupos intelectuais na área de direito, em todo o país, e *think tanks* de defesa do livre-mercado e de formulação de projetos de políticas públicas. O mais famoso deles talvez seja a Heritage Foundation, que tornou-se o centro da revolução reganiana (Nash, 1996) e preparou o *Mandate for a Leadership*, com as diretrizes para o programa de governo de Reagan.

O neoliberalismo aplicado por Reagan foi diferente daquele implantado por Thatcher, porque nos Estados Unidos não existia um Estado de bem-estar social do tipo europeu. Ainda assim, Reagan reformou o sistema tributário a favor dos ricos, elevou a taxa de juros e se mostrou muito duro com os grevistas. Não obstante, em violação flagrante ao pressuposto neoliberal de manter a disciplina no orçamento público, foi levado por suas prioridades hegemônicas mundiais a uma corrida armamentista que comprometeu o orçamento do Estado (Anderson, 1995, p. 13).

Na verdade, Thatcher e Reagan foram apenas os pioneiros de uma nova direita que ascendeu ao poder no Ocidente no final dos anos 70, impregnada pela ideologia e pelo projeto neoliberal. No norte da Europa, instalaram-se governos que aplicaram programas não tão radicais como os do mundo anglo-saxão: ainda que afinados com os ditames neoliberais no que se refere ao ajuste do gasto público, à disciplina orçamentária e à política fiscal, não puderam fazer grandes modificações no gasto social, por causa da força de suas organizações sindicais e porque a crise provocou uma taxa de desemprego muito superior à tradicional.

---

Mas o fenômeno mais curioso ocorreu no Sul da Europa, região muito mais conservadora politicamente, onde uma série de "transições" da ditadura à democracia (Espanha, Portugal, Grécia) se somariam à Itália e França, elevando ao governo líderes tradicionalmente vinculados à esquerda. "Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa" (Anderson, 1995, p. 13). Contudo, nesses países, ocorreram dois fenômenos que, por caminhos diferentes, terminam por conduzir à hegemonia das políticas neoliberais. Governos como o de Mitterrand na França e de Papandreu na Grécia tentaram enfrentar a crise com medidas redistributivas e de reativação do setor produtivo, mas foram forçados posteriormente, pela pressão dos mercados financeiros internacionais, a reorientar suas políticas na direção neoliberal. Por outro lado, governos de ascendência socialista como o de Felipe González na Espanha, desde o início se mostraram propensos a aplicar o pacote monetarista e as reformas estruturais que o neoliberalismo propunha. Este "desvio" voluntário deu seus melhores frutos fora da Europa, na Austrália e Nova Zelândia, onde governos trabalhistas aplicaram programas neoliberais mais radicais que os da própria Inglaterra.

Sem dúvida, apesar da sobrevivência de alguns casos resistentes (Suécia, Áustria), a aplicação de reformas liberais em todos esses países demonstra a hegemonia alcançada pelo liberalismo como ideologia. Entretanto, Anderson (1995) considera que o seu sucesso como proposta econômica não foi tão completo. Por um lado, as reformas liberais cumpriram as promessas de diminuir a inflação, derrotar o movimento sindical, aumentar a taxa de lucro e incrementar o desemprego e a desigualdade salarial, consideradas condições indispensáveis para a reativação econômica. Mas esta não aconteceu. Não houve aumento da taxa de crescimento nos países da OCDE e sem dúvida isso se deve a que o investimento produtivo foi superado por investimentos meramente especulativos, facilitados pela abertura dos mercados financeiros. Também não se notou um decréscimo significativo nos gastos de Estado, apesar das medidas para conter o gasto público. O aumento das despesas com os desempregados e os aposentados foram responsáveis pela manutenção do alto gasto social. A este quadro se soma o problema da dívida pública e privada, que cresceu notavelmente a partir de 1991, quando se iniciou novamente uma situação recessiva. "Atualmente, com a recessão dos

primeiros anos da década de 90, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE" (Anderson, 1995, p. 16).

É surpreendente que, apesar desse fracasso econômico, não se desenvolveu uma reação generalizada contra o neoliberalismo. Pelo contrário, o projeto neoliberal continua a demonstrar enorme vitalidade (Anderson, 1995, p.17). Na Europa, até a Suécia, que havia resistido ao avanço do neoliberalismo nos anos 80, assiste à vitória de uma frente de direita, à qual se somam Major, Berlusconi, Kohl e a sucessão direitista do socialismo na Espanha, todos munidos de programas que aprofundam a onda privatizadora. Mesmo nos Estados Unidos, a ascensão do Partido Democrata com Clinton trouxe a promessa de redução significativa do gasto público.

Uma das razões para essa vitalidade do projeto neoliberal está certamente no fato de que, nos anos 80, o desenvolvimento do capitalismo coloca a nível mundial a globalização do capital financeiro, e que os interesses dos grandes grupos financeiros internacionais coincidem com a realização do programa neoliberal (Saes, 2001). Outra razão é aquela destacada por Anderson (1995): no momento em que os limites do neoliberalismo tornavam-se óbvios no Ocidente pela crise econômica, a queda dos governos comunistas entre 1989 e 1991 na Europa Oriental e na União Soviética deu novo alento ao neoliberalismo enquanto ideologia e reafirmaram sua hegemonia. Trata-se de uma vitória ideológica que abafa os ecos dos problemas econômicos.

O colapso do mundo comunista foi não só uma vitória do capitalismo, mas o triunfo de um tipo especial de capitalismo liderado por Reagan e Thatcher nos anos 80. Os líderes do mundo ex - comunista da Europa do Leste foram seduzidos pela implementação de projetos inspirados nos "clássicos" do neoliberalismo (Hayek, Friedman). Os governantes dos novos países do Leste Europeu como a Polônia, a Rússia e a Checoslováquia de Vaclav Klaus têm implantado reformas liberais ainda mais radicais que os modelos capitalistas, munidos da intransigência dos recém convertidos.<sup>7</sup> O que

---

<sup>7</sup> É ilustrativa a citação de um artigo de Vaclav Klaus na revista *The Economist*: "O sistema social da Europa Ocidental está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado de bem-estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção à burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, anti-keynesiana ou liberal, parou - numa avaliação positiva - no meio do caminho na Europa ocidental e é preciso completá-la". (citado por Anderson, 1995, p. 18)

permite a Anderson concluir que o "...dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado, em grande parte, hoje, por este "efeito de demonstração" do mundo pós - soviético" (Anderson 1995, p.19). Não há nada que possa ser exibido com mais orgulho pelos ideólogos neoliberais do que estes triunfos no mundo ex socialista, onde imperaram as economias planejadas.

## **1.2. A expansão do neoliberalismo na América Latina.**

O neoliberalismo apareceu como um fenômeno novo na América Latina e sobretudo no Cone Sul a partir da década de 70. Foi aplicado pelos regimes autoritários da década: Chile (1973 - 1989), Uruguai (1973 - 1985) e Argentina (1976 - 1983) como uma combinação de enfoques monetaristas de estabilização econômica (de acordo com as teorias de M. Friedman e a Escola de Chicago) e de concepções neoliberais referentes à organização da economia e da sociedade. (Foxley 1988, p. 7). O projeto neoliberal visava instalar uma nova disciplina no corpo social, imprimindo ênfase nas políticas econômicas como remédio para as economias altamente inflacionárias e com elevados déficit na balança de pagamentos que estes regimes tinham herdado do período anterior.

Como se sabe, o enfoque monetarista de estabilização interpreta a inflação como um fenômeno basicamente monetário. Para superar os gargalos a que chegou a economia capitalista em seu processo de desenvolvimento após a Segunda Guerra, os monetaristas propõem a aplicação de poucos instrumentos de política econômica: controle da oferta monetária e redução do déficit governamental, desvalorização cambial, liberação de preços e eliminação dos subsídios. (Foxley, 1988, p. 20). Trata-se de uma estratégia de curto prazo, que se opõe tanto ao diagnóstico quanto às medidas propostas pelo enfoque estruturalista, que pretende conseguir os mesmos efeitos através de mudanças estruturais de longo prazo que levariam a uma gradual redistribuição de renda: reforma agrária, mudanças no sistema tributário e intervenção do Estado em diferentes áreas da atividade econômica.

Portanto, antes de apresentar-se como um sistema coerente de propostas capaz de configurar uma verdadeira concepção do mundo, o neoliberalismo na América Latina revelou-se sob sua face econômica. Sua implantação se deu através dos enfoques

estabilizadores monetaristas, associados às exigências dos organismos de crédito internacional, em especial o FMI.

"O ajuste ortodoxo adotado até a década de 1980 para os países subdesenvolvidos preconizava a redução das importações, dos investimentos, do consumo privado e do gasto público, para fazer frente aos compromissos com os credores internacionais. Para isso, eram normalmente utilizados os seguintes instrumentos: elevação de alguns impostos, corte drástico nas despesas públicas, elevação da taxa de juros, corte de crédito, restrição monetária e arrocho salarial. Com essa política de ajuste buscava-se reduzir o consumo e os investimentos internos (e grande parte das importações), visando "obter" um excedente exportável de bens e serviços e um superávit na balança comercial. Com isso, os países criavam condições para pagar pelo menos parte dos juros e renegociar suas dívidas externas. Em muitos casos, como o Brasil, houve a "estatização" de dívidas privadas e mergulhou-se na chamada "ciranda financeira". (...) esses ajustes resultaram tão-somente na geração de saldos comerciais, ao passo que a inflação persistiu, a dívida cresceu, as contas públicas se agravaram, e a produção e o emprego tiveram resultados medíocres" (Cano, 1998, p. 57)

As políticas estabilizadoras e ortodoxas dos anos 70, em comparação com medidas econômicas que foram adotadas nos anos 50 e 60 na América Latina, apresentam duas novidades, segundo Foxley (1988, p. 35): associaram as medidas de curto prazo para o controle da inflação a reformas estruturais e institucionais de longo prazo; e, sobretudo, foram aplicadas por governos autoritários que gozavam de incomparáveis recursos para obter o disciplinamento da força de trabalho, condição fundamental para o êxito do projeto neoliberal. Assim, os regimes autoritários dos 70 na América Latina evoluíram rapidamente para políticas ortodoxas. Foxley atribui esse fenômeno à combinação de diferentes fatores: desequilíbrios econômicos muito mais graves do que nas décadas anteriores, uma crise política mais profunda e extensa, a gravidade da ameaça colocada pela aliança populista ou socialista e as mudanças ocorridas na economia internacional. Através das políticas ortodoxas de estabilização, esses regimes promoveram a redução do setor público, as privatizações, a abertura econômica e a reformulação da relação capital - trabalho, garantindo o desequilíbrio dessa relação em favor do capital (Foxley, 1988, p. 35-39). Em resumo, tratou-se de adotar políticas que conseguissem subordinar o comportamento dos agentes econômicos às forças do mercado e, no campo institucional, diminuir e descentralizar o papel do Estado.

Argentina e Chile foram os primeiros países a passar, nos anos 70, para a aplicação de versões ortodoxas drásticas das políticas de estabilização, agregando medidas de curto prazo a modificações estruturais de mais longo alcance. Os principais

problemas econômicos eram o déficit na balança de pagamentos e a reduzida taxa de investimento. Para solucionar esses problemas sem a intervenção do Estado, segundo a ortodoxia neoliberal, era necessário "*(...) restablecer la confianza de la comunidad empresarial y la de los centros financieros internacionales, a fin de que ellos proporcionen los recursos necesarios para cubrir el déficit en cuenta comercial y elevar la inversión*" (Foxley, 1988, p. 37).

Esses objetivos só seriam alcançados se fossem respeitadas certas normas ou políticas consideradas "sadias" no âmbito internacional, e definidas pela comunidade financeira internacional - o FMI, os grandes bancos privados internacionais e os grandes conglomerados empresariais. Essas regras consistem em: "*(...) la disminución de la tasa de crecimiento de la oferta monetaria, en la eliminación del déficit fiscal, en la devaluación de la moneda, en la liberalización de los precios, el impulso a las actividades privadas y la apertura de la economía al libre comercio. El restablecimiento de la confianza de los inversores externos exige, según este enfoque, que estas reglas sean aplicadas rigurosamente*" (Foxley, 1988, p. 37).

A adoção deste projeto radical de transformação estrutural parece ter dependido da realização mais ou menos exitosa da estabilização inicial, que foi melhor sucedida no Chile do que na Argentina e no Uruguai, segundo Foxley (1988). Depois de alguns fracassos iniciais, o Chile conseguiu consolidar seus indicadores econômicos e encaminhar-se na direção das transformações de fundo, organizadas em torno de um programa drástico de privatizações dos serviços sociais e de empresas estatais e da abertura para o mercado externo. Dessa forma, o Chile veio a protagonizar a primeira experiência ortodoxa neoliberal do mundo durante a ditadura de Pinochet, estabelecendo os fundamentos da nova ordem econômica entre 1975 e 1981. O neoliberalismo chileno antecipou-se portanto ao thatcherismo inglês que, tendo se iniciado em 1979, só se consolidou durante a década dos 80.

Cabe salientar que os governos autoritários, frente à agudização do conflito social, incluíram em seu programa não só medidas para conseguir o restabelecimento dos equilíbrios econômicos mas também para "disciplinar" os grupos organizados para que aceitassem a nova racionalidade econômica. Foi a influência da variável política que definiu a radicalização das medidas econômicas, segundo Foxley (1988, p. 38). A

radicalidade da resposta neoliberal foi proporcional ao grau de organização das forças sociais e de avanço das políticas de expropriação de ativos econômicos e de terras dos governos anteriores (as nacionalizações e a reforma agrária promovidos por Allende, por exemplo). O caso chileno é o que melhor ilustra este aspecto. A destruição das instituições de participação política que o regime democrático de Allende havia criado proporcionou, sobretudo, as condições de autonomia do Estado frente à sociedade civil, necessárias para o aprofundamento de reformas radicais.

Por outro lado, frente a uma situação internacional que desde o início dos anos 70 havia se tornado instável e desfavorável, alguns países optaram por políticas mais prudentes, que incluíram a não exposição aberta de suas economias ao contato externo (Brasil, Colômbia) enquanto que outros, os do Cone Sul, se inclinaram para políticas ortodoxas e a abertura de suas economias ao capital estrangeiro. Nesses países, teve grande influência a deterioração mais séria dos termos de troca (Chile) e o exemplo de outros países que haviam obtido êxito com a abertura externa na etapa anterior. Pensava-se que a aplicação drástica e sobretudo prolongada da receita ortodoxa, facilitada agora pelos regimes autoritários de direita nestes países, permitiria recobrar a saúde econômica (Foxley, 1988, p. 42).

No resto do continente latino-americano, o neoliberalismo só conseguiu triunfar nos anos 80, quando se implantaram as políticas inspiradas no programa neoliberal. A Bolívia inaugurou esta etapa com um programa de choque para deter a hiperinflação durante o governo de Banzer, em 1985 (Anderson, 1995, p. 21). O presidente Salinas começou a conversão neoliberal do México em 1988 e capitalizou para isso a aproximação dos empresários da política, que vinha acontecendo há alguns anos. Com efeito, a crise econômica e a nacionalização dos bancos em 1982 provocou um processo de politização dos empresários mexicanos, cuja mobilização política incluiu três formas principais de ação: de caráter econômico - administrativo, de caráter político e uma terceira, *"(...) derivada principalmente de la acción empresarial como movimiento de derecha, y que podríamos llamar de acción cívica, intenta consolidar desde la sociedad civil, un espacio de opinion pública, a través de una más intensa intervención ideológico política y el fomento de múltiples y variadas organizaciones de carater sociopolítico"* (Luna, Millan e Tirado, 1985, p. 242). Essa campanha de "ação cívica" era realizada

através da divulgação de um discurso anti - estatista nos meios de comunicação e nos círculos acadêmicos ( Luna e Tirado, 1992; Loeza, 1989).

Menem, por sua vez, iniciou em 1989 um programa neoliberal drástico, simultâneo à experiência de Carlos Andrés Pérez na Venezuela. Um ano depois, em 1990, a ascensão de Fujimori ao poder no Peru inaugurou neste país o mesmo programa. De acordo com Anderson (1995, p. 21), trata-se de projetos assumidos quando estes líderes já estavam no poder, indo em direções muito diferentes de suas campanhas eleitorais, realizadas com base em programas de apelo populista que logo foram abandonados.

Com exceção da Venezuela, onde distúrbios sociais frustraram a aplicação do programa neoliberal, os outros países levaram-no adiante através da acumulação de poder muito grande nos seus Executivos (México e Argentina) e inclusive de auto - golpes (Peru), condições necessárias para conter as repercussões sociais do desemprego, da abertura econômica e da desregulamentação que estas políticas provocaram. À coerção política mais ou menos aberta, somou-se a coerção representada pela ameaça da hiperinflação (Bolívia, Argentina), capaz de induzir a aceitação de políticas essencialmente anti - populares como alternativa à situações piores, já vividas por esses países (Anderson, 1995, p. 22).

Por seu caráter pioneiro e a forma radical que assumiu o projeto neoliberal, o caso chileno merece uma atenção especial, sobretudo porque em muitos aspectos se converteu na referência obrigatória para outros movimentos neoliberais do mundo e, naturalmente, para o brasileiro.

### **1.3. O caso chileno**

O Chile foi o primeiro país latino-americano a lançar-se no caminho das reformas ortodoxas radicais, direcionando suas mudanças estruturais para o livre mercado e prosseguindo com um programa de reformas institucionais e políticas que converteram o país de Pinochet numa referência para os neoliberais do mundo. A partir da convergência de diversas vertentes da direita no regime militar chileno, a tendência neoliberal conseguiu afinal hegemonizar as demais e dar a tônica do projeto.

Essa hegemonia teve muito a ver com o acesso a postos de comando econômico de um grupo de economistas formados na Escola de Chicago, posteriormente identificados como "os Chicago boys", a partir de um convênio com Universidade Católica do Chile em 1955 (Moraes, 1996, p. 122). Retornados ao Chile, depois de manterem estreito contato com Milton Friedman, estes economistas formaram um "think tank" na Escola de Economia da Universidade Católica - o Centro de Estudios Públicos - e começaram a disseminação de suas idéias através de vários órgãos de imprensa, os mais importantes sendo o jornal "EL Mercurio" e as revistas "Qué pasa" e "Ercilla". Ainda durante o governo Allende, estiveram vinculados à elaboração do programa do candidato presidencial Alessandri na campanha de 1970 e, a pedido de oficiais da marinha e de um forte núcleo empresarial, prepararam um documento de 300 páginas com o programa de substituição a ser aplicado logo que fosse dado o golpe (Vergara, 1985).

Junto aos "Chicago boys", destacou-se a ação de um grupo de empresários que desde 1967 rompeu com as posições estatizantes e adotou um programa nitidamente liberal, baseado na defesa radical dos interesses corporativos do empresariado, da propriedade privada e do anti - intervencionismo estatal (Montero, 1990, 1992; Campero, 1990, 1992). Este programa unificou o empresariado desde então, apesar de que a vantagem que se poderia tirar dessa unificação só viria a se realizar a partir do golpe, porque antes existiam limitações impostas pelos compromissos de um regime democrático cujo eleitorado se baseava, em grande medida, nos setores assalariados e de pequenos empresários. Nesse período, desenvolveu-se a construção de um discurso de legitimação social do empresário, do lucro e de seu papel no progresso da sociedade, parte importante da argumentação conservadora que difundiu uma explicação da realidade na qual a crítica ao estatismo e a valorização do mercado eram acompanhados por uma postulação elaborada acerca do papel que desempenhavam o empresário e a empresa privada como motores da vida social e econômica (Campero, 1988, p. 18)

### ***As políticas estabilizadoras***

Durante o regime autoritário chileno (1973-1989), o núcleo das políticas implementadas abarcou uma ampla gama de reformas que modificaram não só a economia mas também a relação sociedade - Estado no Chile. As principais políticas econômicas adotadas foram: privatizações e abandono das funções reguladoras e

desenvolvimentistas do Estado; liberalização do mercado no que se refere a preços e mercado de capitais; e abertura da economia para o capital internacional. Não menos importantes foram as modificações no arcabouço institucional: reforma trabalhista, do sistema de previdência social, privatização da prestação de serviços sociais, descentralização administrativa e, sobretudo, a reforma política (Foxley, 1988, p. 45). Através da elaboração da Nova Constituição, a reforma política alterou a institucionalidade e os processos de tomada de decisões no país, garantindo enorme poder legal de decisão ao Executivo.

O “experimento neoliberal” chileno, segundo Foxley (1988), pode ser comparado a uma escalada que se iniciou com a aplicação de medidas de estabilização de curto prazo de inspiração monetarista “friedmaniana”. Do fracasso inicial das medidas de curto prazo para a obtenção do equilíbrio econômico, foi-se ascendendo para políticas mais radicais de transformação estrutural, que logo demandaram transformações institucionais que levaram à elaboração de uma nova Constituição, para colocar as conquistas logradas a salvo da veleidade das massas. A seguir descreveremos sinteticamente as principais fases desta seqüência.

Entre 1973 e 1982, o regime autoritário chileno aplicou políticas de estabilização de curto prazo que incluíram: liberalização do mercado; contração da demanda; aprofundamento das reformas estruturais; política de redução de custos; abertura econômica com abolição de todas as restrições e regulações ao fluxo do capital estrangeiro, e aplicação de ajustes automáticos do mercado (Foxley, 1988, p. 45-63). O desenvolvimento chileno entre 1973 e 1982 ficou conhecido como “milagre econômico” nos meios internacionais. Com efeito, alguns indicadores poderiam autorizar essa conclusão. Entre 1978 e 1981, a economia chilena apresentou altas taxas de crescimento do PIB (Foxley 1988, p.46); a inflação se reduziu significativamente; o déficit fiscal desapareceu, cresceram as exportações não tradicionais e até 1981 houve um aumento importante do ingresso líquido de capitais no país.

Entretanto, outros aspectos da realidade econômica, apresentam um quadro bastante diferente. Foxley (1988, p. 46 - 47) demonstra que o PIB per capita e a taxa de investimento sofreram queda acentuada no período de 1974 a 1982 e que a taxa de desemprego aumentou, no mesmo período. A partir de 1981, o quadro negativo foi

complementado com um forte endividamento externo; o desemprego alcançou 26% da PEA em 1982, e os salários reais e as aposentadorias chegaram aos seus níveis mais baixos nesse mesmo ano. Estas perdas não puderam ser compensadas pelo gasto público social, que também se reduziu drasticamente. Assim, entre 1982-83, instalou-se a crise no Chile, que se estendeu da área produtiva à financeira (Foxley, 1988, p. 50- 63).

### ***As mudanças estruturais***

O acompanhamento das políticas neoliberais através de seus objetivos de curto prazo e dos resultados obtidos não é suficiente para visualizar, em toda sua profundidade, as mudanças estruturais que foram acompanhando a aplicação cada vez mais ortodoxa do programa neoliberal no Chile. Esse programa provocou transformações radicais na economia, no Estado e nas suas relações com a sociedade, como decorrência, especialmente, da aplicação de três políticas estruturais de longo prazo: privatização da economia, abertura ao mercado internacional e mudanças na estrutura da produção e da distribuição da renda.

No que se refere à privatização, o Chile procedeu a uma mudança decisiva no posicionamento dos agentes econômicos: a interferência do Estado foi reduzida drasticamente, tanto em matéria de gasto público quanto de atividades produtivas (as 507 empresas públicas de 1973 ficaram reduzidas a 15 em 1980) e regulatórias; foi abandonada a promoção do desenvolvimento pelo Estado, que vinha acontecendo desde 1939, e em especial nos governos de Frei (1964-1970) e Allende; reverteu-se o processo de reforma agrária, com a devolução de terras a seus anteriores donos; e se promoveu o avanço da gestão privada em esferas antes dependentes do Estado (Foxley, 1988, p. 63-73). O caso do aparato financeiro é notável, pela diminuição violenta de recursos depositados em instituições públicas e sua transferência para instituições privadas, entre 1970 e 1979. Foi fundamental para essa última mudança a implantação da reforma previdenciária, que transferiu para mãos privadas uma enorme quantidade de fundos de investimento.

As medidas de privatização foram acompanhadas de forte diminuição do contingente de pessoas empregadas no setor público, bem como dos salários do setor (Foxley, 1988, p. 65-67). No setor privado, a situação dos trabalhadores organizados também se deteriorou, porque os salários ficaram sob o controle do governo e sofreram

enormes perdas reais, num contexto em que as greves e contratos coletivos estavam proibidos. Só em 1979, um “Plano Trabalhista” estabeleceu a regulamentação das relações capital - trabalho, mas em condições de forte subordinação do setor trabalhador ao patronato, como se verá mais adiante.

Ainda que os fundamentos teóricos das reformas proclamassem o caráter neutro das medidas - já que o mercado é “um gerenciador imparcial de recursos” e se supõe que distribui eqüitativamente prêmios e castigos - ficou evidente que o processo descrito transferiu enormes ativos econômicos para mãos privadas e dentre estas, para os setores financeiros e produtivos de maior concentração de capital (Foxley, 1988, p. 78). Não só porque se encontravam em condições vantajosas para aproveitar as privatizações, mas porque as próprias medidas estatais tiveram um viés marcadamente favorável ao grande capital (indenizações ao capital expropriado, vendas de ativos estatais subvalorizados, etc.)

Com respeito à abertura ao mercado internacional, em cinco anos (1974-1978) as reformas estruturais aplicadas no Chile imprimiram uma redução drástica do imposto de importação, das restrições ao investimento e ao crédito externo, e da compra e venda de divisas (Foxley, 1988, p. 73). A liberalização provocou um aumento inicial das exportações que se deteve em 1979; uma mudança na estrutura de importações, com aumento de bens de consumo; e uma franca deterioração do emprego industrial. Ademais, a crise de 1982 mostrou o aumento de sensibilidade do setor industrial ocasionado pela extrema abertura: enquanto o PIB total chileno caía 14%, o industrial apresentava uma deterioração de 22% naquele ano (Foxley, 1988, p. 81).

A estrutura produtiva também apresentou importantes modificações com as reformas neoliberais. Os setores primários aumentaram sua participação na produção total do Chile, mas diminuíram sua participação no emprego (Foxley, 1988, p. 82). O setor industrial teve reduzida sua participação no PIB total, enquanto que o comércio e serviços apresentaram aumento de sua participação no período de 1973 a 1982.

No longo prazo, foram certamente os padrões distributivos da economia chilena que se viram mais alterados. No que se refere aos rendimentos individuais, a alteração mais significativa foi a diminuição pronunciada do salário real e a duplicação da taxa de

desemprego de 1973 a 1982. Ambos fatores tiveram um efeito fortemente regressivo sobre a distribuição da renda, que se manifestou sobretudo na estratificação do consumo, concentrando a demanda de bens nos segmentos de mais altas rendas. Por outro lado, houve uma enorme concentração do poder econômico nos grupos mais poderosos, sobretudo nos financeiros. Em 1982, apenas dois grupos controlavam 30% do capital e reservas do total das instituições financeiras e 42% do crédito (Foxley, 1988, p. 88).

A facilidade de acesso ao crédito externo também favoreceu aos grandes grupos econômicos. Como em outros países, a questão financeira não foi tratada apenas através da neutralidade do mercado. Segundo Foxley (1988, p. 91) as crises de 1982 e as medidas tomadas em 1983 demonstram que o Estado chileno abandonou o discurso não intervencionista pelo menos para auxiliar ao capital financeiro em dificuldades. O Banco Central do Chile apoiou financeiramente os maiores bancos privados que estavam em insolvência e haviam sofrido intervenção, garantindo inclusive as suas dívidas. Tudo isto põe em evidência o fato de que os anos de neoliberalismo no Chile operaram uma profunda transferência de recursos do Estado, atingindo desde a atividade produtiva interna até os grandes consórcios financeiros nacionais e internacionais.

Essa digressão sobre as mudanças de cunho neoliberal implementadas na política econômica chilena durante a ditadura de Pinochet serviu para ilustrar a idéia de escalada do "experimento neoliberal" de Foxley (1988): das medidas de estabilização de curto prazo de corte monetarista, a condução econômica foi evoluindo para políticas radicais de transformação estrutural, que culminaram na reforma completa do arcabouço institucional do país, como veremos a seguir.

### ***As reformas institucionais: as "sete modernizações"***

Em setembro de 1979, o General Pinochet anunciou ao país que considerava alcançadas as metas de "reconstrução nacional" e que o governo passaria à fase de "modernização nacional" (Foxley, 1988, p. 102). Ou seja, alcançada a maturidade econômica do experimento neoliberal no Chile, seus ideólogos identificaram a necessidade de que a "revolução no terreno econômico" se legitimasse perante a sociedade. Para isto, seria necessária a realização de duas tarefas. Uma delas era definir uma fórmula que permitisse reabsorver os setores marginalizados pelo modelo, em

especial os trabalhadores. Essa seria a função de uma nova legislação trabalhista e de previdência social, elaborada de maneira a garantir uma forma de negociação coletiva que não se constituísse em ameaça ao sistema (Foxley, 1988, p. 98). A outra tarefa seria resolver a contradição básica do modelo: a convivência da liberdade econômica com o autoritarismo político. Aplicando a racionalidade da ciência econômica para as esferas social e política, baseadas na teoria da "escolha pública de Tullock e Buchanan (Foxley, 1988, p. 99 -102) os neoliberais decidiram que essa racionalidade justificava a exclusão dos mecanismos democráticos de decisão, e elegeram a superioridade de uma autoridade central esclarecida sobre a opinião pública, nem sempre apta a fazer as escolhas mais racionais. Essa seria a essência das mudanças inseridas na nova Constituição, instituída em 1980.

Assim, as reformas institucionais talvez sejam as que melhor ilustram a escalada ideológica que se produziu no Chile a partir das políticas estabilizadoras centradas no mercado. Implementadas a partir de 1979, essas reformas ficaram conhecidas como as "sete modernizações" e referiam-se a mudanças radicais em sete áreas: política trabalhista, previdência social, educação, saúde, descentralização regional, agricultura e aparato judicial (Foxley, 1988, p.102).

Foi no campo das modernizações nas áreas política e social que o núcleo tecnocrático do governo militar chileno alcançou seus maiores níveis em relação aos objetivos "revolucionários" do discurso, segundo Foxley (1988, p. 103). As reformas institucionais visavam descentralizar as instituições públicas, transferir responsabilidades ao setor privado, eliminar todas as interferências no mercado e potencializar a liberdade de escolha dos indivíduos com relação aos serviços sociais básicos. Além disso, visavam liberar os indivíduos da influência e controle indevidos exercidos pelos monopólios sindicais e de associações profissionais.

As reformas trabalhista e da previdência social são as que melhor refletem os objetivos do novo reformismo. A reforma trabalhista, implementada em 1979, visava incorporar os trabalhadores na negociação coletiva, que estava suspensa desde o golpe militar. Contudo, essa incorporação seria feita em condições que garantiam as vantagens patronais na negociação trabalhista. Era admitida a existência de sindicato por empresa, inclusive mais de um, com livre filiação, mas proibidas as representações em

segundo grau ou federações que agrupassem sindicatos de base. Os trabalhadores de serviços essenciais e públicos ficaram excluídos dos direitos sindicais. O direito de greve foi reconhecido, mas com severas restrições: as greves não podiam durar mais de sessenta dias, e após esse prazo os trabalhadores podiam ser demitidos sem indenização. Além disso, após 30 dias de greve, a empresa poderia contratar trabalhadores temporários e inclusive decretar o fechamento da empresa. Tais reformas impostas à lei trabalhista resultaram na proliferação de sindicatos "livres" e no enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores, garantindo assim que os sindicatos não conseguissem recuperar o poder que tinham antes do golpe de Estado. *"Se llega pues, al mismo tiempo, al libre funcionamiento de los mercados, a la descentralización y desarticulación del poder de las organizaciones de los trabajadores"* (Foxley, 1988, p. 104).

A reforma do sistema de previdência social em 1981 aboliu o critério de solidariedade e o substituiu pela poupança e capitalização individual. A contribuição é obrigatória, mas seu depósito em instituições de previdência pública não. Ao contrário, foi estimulada a opção por administradoras privadas, que por sua vez se converteram em investidoras dos fundos de pensão no mercado de capitais. A taxa de retorno para os trabalhadores depende, neste contexto, da rentabilidade da instituição à qual estão filiados. Entretanto, o Estado garante um mínimo anual que não é fixo, pois dependente da rentabilidade média do setor financeiro (Foxley, 1988, p. 105). O mecanismo perverso dessa reforma está em transformar os trabalhadores em sócios indiretos da companhia de previdência para a qual contribuem, o que os transforma imediatamente em investidores interessados no sucesso do sistema financeiro e das administradoras dos fundos de pensão.

Outra consequência da privatização da previdência foi que, por esta reforma, as administradoras privadas de fundos de pensão passaram a controlar o destino de uma enorme soma de fundos de investimento a longo prazo, correspondente a 20% do PIB chileno. Ao fim de poucos meses de aplicação dessa reforma em 1981, os dois principais grupos econômicos chilenos controlavam 75% do total destes fundos (Foxley, 1988, p.105). A explicação para essa concentração parece ser que, frente à instabilidade dos mercados financeiros, os trabalhadores optaram pelos conglomerados mais poderosos, presumindo maior segurança. Novo efeito perverso da reforma: os *"asalariados se han*

*transformado así en involuntarios agentes promotores del esquema de concentración de activos que caracteriza al experimento neoliberal" (Foxley, 1988, p. 106).*

No que se refere à saúde, educação e administração regional, as reformas se orientaram pelos mesmos princípios de descentralização e transferência de recursos do governo central para o setor privado (Foxley, 1988, p. 107). Tratava-se de transferir responsabilidades às municipalidades e gerar um mercado privado para os serviços antes prestados pelo Estado. O Estado chileno só conservou a responsabilidade pela oferta de serviços mínimos aos segmentos sociais em situação de pobreza extrema. Os fundos para estes fins dependiam diretamente da Presidência da República, ou seja, estavam altamente centralizados.

O efeito mais notório dessas "modernizações" no Chile foi o deslocamento das demandas sociais da esfera política para a esfera do mercado. Cumpriu-se assim um dos objetivos do projeto político original do neoliberalismo, o de minimizar a importância da política e da ação coletiva organizada, atomizando a sociedade e despolitizando os problemas sociais. Tanto no caso das novas relações trabalhistas como no plano previdenciário, a lógica individualista se impôs à coletiva, privatizando os fins da ação e confluindo, definitivamente, para a estabilidade do sistema.

### ***A reforma política***

A reforma das instituições políticas, simultânea às "sete modernizações", completou a construção de um novo marco jurídico para a ordem de mercado no Chile, ou, segundo Foxley (1988, p. 107), a legitimação da estranha mistura entre liberalismo de mercado e centralização política autoritária. Esta nova institucionalidade jurídica, cristalizada na nova constituição promulgada em 1980, é de clara inspiração "hayekiana" e gerou um conjunto de regras básicas muito difíceis de mudar, que retiraram capacidade decisória da ordem política, transferindo-a para o mercado, que ficou assim preservado das "incertezas da democracia". Esse novo sistema jurídico foi resumido num conjunto de leis políticas de natureza constitucional, promulgadas desde o golpe militar em 1973, e na nova Constituição, concebidas para reproduzir a ordem instaurada durante o período autoritário, e destinado a gerar uma "democracia protegida" (Moulián, 1997).

Na realidade, a nova carta constitucional chilena entrou em vigor em 1981, mas com uma característica muito peculiar: ela instalou um longo período de transição política, e só seria aplicável integralmente em 1990. Até o final desse período, o Presidente da República teve seus poderes enormemente ampliados, podendo declarar Estado de Emergência e suspender os direitos individuais a qualquer momento, e sem consulta a nenhuma outra instância. Durante os primeiros oito anos da fase de transição (1981 - 1989), o Parlamento esteve fechado e os partidos proscritos (Foxley, 1988, p. 108). A Constituição também estabeleceu que as Forças Armadas chilenas assumiriam o papel de garantidoras da ordem institucional, através do Conselho de Segurança Nacional.

A nova Constituição consagrou também a autonomia de novas instâncias jurídicas e técnicas – alheias portanto ao poder decisório das massas: o Tribunal Constitucional, o Conselho de Segurança Nacional e o Banco Central. Por outro lado, foram minimizadas as funções do Parlamento, cujas decisões ficaram sujeitas ao julgamento do Tribunal Constitucional, zeloso guardião da nova ordem instituída.

Sobretudo, através da adulteração do mecanismo de equilíbrio de poderes, que passou a garantir o poder da minoria contra os "abusos das massas", a Constituição incluiu dispositivos legais que tornavam impossível a sua modificação. Os principais "contrabalances espúrios" ao poder da maioria, segundo Moulián (1997), seriam: o reconhecimento às Forças Armadas de uma capacidade de tutela e de autonomia decisória sobre as nomeações dos altos cargos e em matéria de recursos; a indicação direta de uma proporção significativa do Senado (senadores nomeados); e por fim um sistema eleitoral definido de tal maneira que dificulta a expressão das forças populares.

Assim, a "democracia protegida" foi obtida no Chile através da consagração de um sistema eleitoral que premia a minoria, e que se combina com o de nomeação direta, que se aplica a nove senadores "biônicos" - quatro dos quais devem ser ex- oficiais das forças armadas. Esse mecanismo garantiu para a direita o poder de veto "minoritário". Ainda que o número de senadores militares seja pequeno, termina tendo sua importância incrementada pelas características do sistema eleitoral que, favorecendo à minoria, torna marginais as diferenças.

Além disso, a autonomia de recursos orçamentários e o poder arbitral que a Constituição conferiu às Forças Armadas como garantidoras da ordem institucional no caso de conflito, através de sua participação no Senado e no Conselho de Segurança Nacional, complementou o caráter tutelar dos militares no que se refere à ordem política (Foxley, 1988, p. 108).

A nova Constituição chilena de 1980 consagrou, assim, a “ordem pública econômica” que vinha sendo gestada desde 1973 e as “modernizações sociais” que já estavam sancionadas legalmente. O fundamental de suas disposições assegurava a reprodução do sistema sócio - econômico, e para isso, garantia as “medidas legais de exceção”, leia-se, o regime autoritário, necessárias para impor a política econômica neoliberal, e convencer a população de sua excelência. Segundo Foxley (1988), foi assim que os militares chilenos desenvolveram uma justificativa racional para resolver a contradição entre o enfoque econômico e o sistema social e político:

“La libertad económica debe coexistir con un esquema autoritario de gobierno para que el modelo resulte viable, al menos durante el (largo) periodo que la gente demora en aprender y tomar conciencia de las ventajas del libre mercado. Libertad económica no sería compatible con libertad política durante este periodo” (Foxley, 1988, p. 104) .

Veremos no capítulo 2 como é fácil reconhecer nos traços dessa nova institucionalidade o fundo doutrinário dos representantes máximos do neoliberalismo, liderados pelo economista austríaco Friederich Hayek. Este honrou ao regime ditatorial chileno com a sua presença em diversas ocasiões e contribuiu para a fundação do Centro de Estudios Públicos, instância fundamental para a difusão da doutrina neoliberal no Chile, como mencionamos no início dessa parte. Por isso são facilmente reconhecíveis na nova estrutura institucional chilena traços do conceito de “demarkia” de Hayek.

Essa descrição bastante detalhada do caso chileno se justifica por duas razões. Por um lado, ela ilustra de maneira exemplar a aplicação dos conceitos fundamentais do neoliberalismo que discutiremos no capítulo 2, e que são divulgados no Brasil pelo Instituto Liberal. E, por outro lado, porque as reformas das políticas públicas implantadas pela ditadura de Pinochet no Chile resultaram numa referência fundamental para o neoliberalismo brasileiro, como se verá na exposição das propostas de políticas sociais feitas pelo o Instituto Liberal no Brasil, apresentadas no capítulo 5. A seguir, cabe abordar

a situação brasileira na fase final da ditadura, momento em que se gesta o surgimento dos Institutos Liberais, objeto deste estudo.

## **2. O Contexto nacional**

### **2.1 O Brasil na Nova República**

Até o final dos anos 80, não houve no Brasil a adoção de um projeto neoliberal nos moldes em que ocorreu no Chile. A política econômica adotada pela ditadura brasileira foi bastante diferente daquela aplicada pelos demais regimes autoritários do continente nos anos 60 e 70, segundo Foxley (1988, p.30). Aqui prevaleceram, como instrumento anti-cíclico, os controles de preços, incentivos creditícios e investimento público, além de abertura para o exterior feita de forma gradual. Isto garantiu a manutenção da produção nacional de bens duráveis e não duráveis e do emprego, bem como a taxa de investimento, até o final dos anos 60 (Foxley, 1988, p. 33).

Nos anos 70, a economia brasileira apresentou enorme crescimento, graças à política econômica adotada pelo regime militar: desenvolvimento capitalista baseado em forte intervenção estatal, concentração oligopolística da produção e internacionalização da economia. Mas os custos do "milagre econômico" apareceriam na década seguinte. De fato, a situação mudou muito nos anos 80:

"A crise que se abateria sobre a economia brasileira na década de 1980 seria a mais grave e profunda já vivida no país. A taxa de inversão caiu, de cerca de 25% na primeira metade da década de 1970, para os atuais 16% na de 1980, refletindo a ausência de expectativas positivas pelo empresariado privado e profunda crise financeira do estado, que impede a retomada do investimento público (...) A economia brasileira apresenta, nesta década, um crescimento médio tão sofrível que, em termos de renda por habitante, estamos em 1989 provavelmente abaixo de 1980. Acumulou-se com isto enorme agravamento dos problemas sociais e uma séria ameaça do aprofundamento do atraso tecnológico de nossa indústria (...) A questão crucial - apesar da tentativa que o conservadorismo faz para deturpá-la - continua a ser a dívida externa, que, juntamente com as demais saídas líquidas do capital estrangeiro, consomem parte apreciável de nosso potencial de crescimento. A estatização formal dessa dívida, a partir de 1978-79, fez com que sua "irmã-gêmea", a dívida interna, se transformasse no elemento predominante na determinação do déficit público e no agravamento do processo inflacionário" (Cano, 1989, p.18-19).

Como conseqüência, os anos 80 no Brasil ficaram marcados pela crise e o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na forte presença do Estado. Para conter o acelerado processo inflacionário, a política econômica de estabilização implementada na Nova República adotou várias medidas extraordinárias, como o congelamento de preços e salários implantado pelos planos Cruzado I e II, em 1996 e Plano Bresser em 1987 (Affonso, Sampaio e Schwartz, 1988); a abertura externa, desregulamentação e privatização promovidas pelos planos Collor I em 1990 e Collor II em 1991; e, finalmente, a reforma monetária do Plano Real em 1994. Constata-se assim, que nos anos 90 houve uma mudança na economia brasileira, que se aproximou ao paradigma neoliberal - liberação das forças concorrenciais e equilíbrios fiscal e monetário; programa de privatização de empresas estatais; e reformulações dos aparatos administrativo, previdenciário e fiscal.

Os anos 80 também se caracterizaram pelo processo de transição política e os conseqüentes esforços de consolidação de uma ordem democrática. A ação conjunta desses fatores engendrou transformações significativas na vida política nacional. Ao longo daquela década, a sociedade brasileira passou por uma grande politização que se materializou na organização e mobilização das diferentes forças sociais do país e na luta política que se desenvolveu através da Campanha das Diretas em 1984; da eleição indireta de Tancredo Neves; da instauração da Nova República em 1985; das eleições para a Constituinte em 1986; do debate que se travou no Congresso Constituinte até a promulgação da nova Carta em 1988; da campanha para a Presidência da República em 1989; do *impeachment* de Collor em 1992; da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, para citar apenas os fatos políticos mais abrangentes.

Esses episódios compuseram o início do processo de institucionalização de novas regras do jogo político que, praticamente restrito ao Executivo durante os governos militares, transbordou para toda a sociedade com a redemocratização. O Congresso, os partidos, os meios de comunicação de massa e as instituições da sociedade civil passaram a participar ativamente da vida política nacional.

A ampliação da arena política decorrente desse processo impôs a todas as forças sociais a necessidade de se organizar para defender seus interesses frente à sociedade

política revigorada. As lutas dos trabalhadores em anos anteriores já haviam evidenciado a importância crescente do movimento sindical e de suas organizações de cúpula, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A esfera partidária também cresceu em importância com a recuperação do Congresso Nacional como arena de luta e negociação política no país.

Todos esses acontecimentos políticos tiveram como pano de fundo um processo de transformações estruturais na sociedade brasileira e o esboço de uma nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade, pautada pela mudança nas formas de organização dos principais atores sociais e seus estilos de representação de interesses. Um conjunto de mudanças e continuidades marcou esta etapa de incorporação do Brasil à Nova República, na qual se processa a transição de um regime autoritário para uma situação de desenlace incerto (Santos, 1985; Diniz, Boschi e Lessa, 1989; Camargo e Diniz, 1989). A seguir trataremos dessas mudanças e continuidades, para depois nos determos na organização e ação política da burguesia brasileira no período da Nova República e, por último, faremos uma reflexão sobre os traços que caracterizam a ideologia e a prática política da burguesia e os empresários no Brasil.

No pano de fundo da cena brasileira das últimas décadas, encontram-se profundas transformações estruturais que ocorreram nos períodos de desenvolvimento capitalista acelerado que culminaram com o "milagre econômico" de 1968 a 1974. Essas transformações constituem o que Wanderley G. dos Santos denominou a "pós-revolução brasileira" (Santos, 1985, 1987), composta por um conjunto de mudanças muito significativas. Houve forte desenvolvimento econômico com altas taxas de crescimento do PIB até 1974 e substancial modificação do aparato produtivo e da produção industrial, que superou a do setor primário nos anos 60. A partir de um processo de urbanização acelerada, houve uma reestruturação ocupacional, com diminuição de pessoal ocupado no setor rural e aumento no industrial e de serviços, o que contribuiu para uma grande redistribuição geográfica da PEA. Além disso, houve um aumento da PEA, com a incorporação de jovens e idosos na força de trabalho e, especialmente, das mulheres. O processo de industrialização intensificou a produção de bens intermediários e de bens duráveis. Desenvolveu-se uma dinâmica de capitalização para a qual convergiram três processos simultâneos: a expansão das relações assalariadas, o processo de produção de bens de capital e a tecnificação do trabalho agrícola. Ocorreu também uma tendência

à reprivatização da economia segundo a qual a intervenção do Estado na economia concentrou-se em setores de fundamentais para a expansão econômica (petrolífero, insumos, transportes, energia e comunicações) e beneficiou fundamentalmente o setor privado, onde ocorreu um processo de consolidação e proliferação de empresas entre 1964 e 1974.

Para W. G. Santos (1985), esse processo de mudanças estruturais em pauta colocou a possibilidade de um avanço para uma ordem “pluralista” na sociedade brasileira. Mas este avanço dependeria do desenvolvimento do processo histórico em curso e da evolução induzida na ordem social, onde estava em construção a constituição de uma sociedade mais aberta, porém plena de desigualdades. A possibilidade de que, a partir destas mudanças de estrutura, se abrisse espaço para uma autêntica hegemonia burguesa no Brasil, instaurando-se uma ordem pluralista de mercado, foi objeto de análises e polêmicas que serão mencionadas mais adiante. Em todo caso, para que esta possibilidade seja explorada, deve-se levar em consideração a estrutura social que emergiu da pós-revolução mencionada e da natureza das instituições políticas no Brasil.

Essas transformações modernizadoras tiveram, segundo Santos (1987), efeitos positivos sobre a sociedade emergente. “Do âmago da sociedade patriarcal, das relações de parentela, compadrio e de clientelismo principia a surgir uma outra sociedade, aberta, porosa, fluida, na qual as oportunidades de cada um estão sujeitas principalmente aos azares da dinâmica do mercado, para bem ou para mal, e não mais a atributos adscritos (...) característica das sociedades tradicionais” (Santos, 1987, p.142). Entretanto, tais transformações não ocorreram no vazio, mas sim num campo minado por desigualdades sociais e hierarquias políticas fortemente arraigadas, e por discriminações de sexo e cor. O crescimento econômico e a modernização do país aumentaram as desigualdades sociais e econômicas e beneficiaram fundamentalmente aos que desfrutam de maior parcela de poder. A investigação empírica corrobora esta afirmação, indicando o Brasil como um país de extrema concentração de renda na cúpula e “miserável” na base, uma vez que o problema da renda “não consiste tão somente em desconcentrar o topo da pirâmide, mas fundamentalmente em resgatar a base indigente e miserável da população trabalhadora brasileira” (Santos, 1987, p.181).

Ainda assim, no campo da organização de atores sociais, se insinuam matizes que Santos (1985) interpreta como indicadores de uma flexibilidade e pluralismo maiores com respeito à tradicional estrutura corporativa. O caso do setor empresarial será visto com maior detalhe mais adiante, mas cabe mencionar aqui a ocorrência de mudanças importantes nos padrões de organização dos setores médios urbanos (funcionários públicos, professores, profissionais liberais, etc) que multiplicaram suas entidades representativas bem como suas ações reivindicatórias. Mas, sobretudo, Santos destaca as mudanças ocorridas na relação capital-trabalho: surgimento do novo sindicalismo, que introduziu uma forte brecha na subordinação corporativa herdada do varguismo; a prática de negociações setoriais diretas entre patrões e trabalhadores nos setores industriais de ponta, que questionam seriamente a preeminência do Ministério do Trabalho; e finalmente a criação de centrais sindicais, que rompeu a proibição de organização horizontal operária e introduziu o pluralismo ali onde imperava a obrigatoriedade do monopólio de representação. Contudo essas transformações não foram suficientes para acabar com a permanência de fortes tendências corporativas no movimento sindical.

Tantas mudanças no nível da sociedade e de suas organizações não parecem ter se traduzido, entretanto, em mudanças significativas no campo da inserção política dos atores. Se as instituições políticas devem ser avaliadas pela sua eficácia em agregar e traduzir demandas da sociedade, no Brasil, apesar das mudanças arroladas, a dissociação entre as instituições e a sociedade segue sendo a regra. Isto se deve à fragilidade do sistema de partidos, que permitiu a emergência de um estilo tecnocrático de governo e a permanência das práticas de inserção direta de interesses no Estado, própria da etapa corporativista que se iniciou com o Varguismo (Santos, 1985; Camargo e Diniz, 1989).

Nos meios acadêmicos do país existe um relativo consenso em torno da idéia de que existe uma tendência do empresariado a desfrutar “apoliticamente” do acesso ao aparato de estado através de anéis burocrático-autoritários - laços clientelísticos criados entre empresários de um determinado setor e os burocratas responsáveis pelas agências estatais afetas a esse setor (Cardoso, 1975) - em vez de organizar-se politicamente para buscar, pela via partidária e com apoio popular, o controle explícito das políticas de Estado. Mas acreditamos que para entender a atuação da burguesia brasileira nesse processo é necessário seguir mais de perto o processo de organização, mobilização e

sentido da participação política do empresariado brasileiro, núcleo essencial da burguesia, projetando-o sobre a cena complexa que acabamos de descrever.

## **2.2 Organização e mobilização política do empresariado na Nova República**

Como já mencionamos, a sociedade brasileira passou por uma grande politização nos anos 80, concentrada nos esforços de consolidação de uma ordem democrática. A organização dos trabalhadores e a ampliação da arena política, somadas aos efeitos da crise econômica, colocaram para as diferentes frações do empresariado brasileiro a necessidade de renovar e ampliar suas formas de organização e de ação frente às demais forças sociais e ao Estado. De fato, a mobilização política dos empresários foi intensa e incluiu a utilização de todos os meios de participação a seu dispor, desde o incremento da atuação direta na política, como deputados, senadores e ministros, passando pela renovação de lideranças nas entidades corporativas e a intensificação do uso de lobbies, até a criação de novas organizações para a defesa de seus interesses políticos. Isso porque a nova configuração política do país apresentou situações para as quais os mecanismos de representação corporativa ou setorial, utilizados pelo empresariado brasileiro durante os governos autoritários dos anos 70, não se mostravam mais adequados .

Cabe, então, fazer um recuo no tempo para entender as formas de ação política utilizadas pelos empresários brasileiros nas últimas décadas . Como se sabe, o sistema político - institucional de relacionamento entre as classes, vigente no Brasil desde os anos 30, foi baseado no corporativismo<sup>8</sup>. Nesse modelo, o Estado controla os conflitos através

---

<sup>8</sup> "O corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades são organizadas num número limitado de categorias singulares, de pertencimento compulsório, não competitivas, ordenadas hierarquicamente e diferenciadas funcionalmente, e que são reconhecidas ou autorizadas ( quando não criadas pelo Estado, que lhes confere monopólio de representação de suas respectivas categorias), em troca da observância de algum controle na seleção de líderes e na articulação de apoios e demandas " (Schmitter, 1974, p. 93, tradução de Almeida , 1966, p. 134). Esse tipo de associação não se limita a representar os interesses de seus associados. "Expressa também interesses próprios, desempenha um papel ativo na definição de interesses de seus membros e, com freqüência, assume funções de governo privado, tais como alocação de recursos e controle social" (Almeida, 1996, p. 130). Schmitter (1974) definiu dois sub-tipos de corporativismo para explicar a existência do fenômeno em países tão diferentes quanto a Suécia, a Grécia, Portugal, Brasil, etc.- o corporativismo societário ou neocorporativismo e o corporativismo de Estado. O corporativismo estatal é um sistema de representação de interesses subordinado à autoridade estatal ou mesmo criado por ela. Esse tipo de corporativismo seria o elemento definidor, ou mesmo uma necessidade estrutural do capitalismo "atrasado", anti - liberal, neomercantilista, cujo Estado é autoritário. Em contrapartida, o corporativismo societário nasce da dinâmica da sociedade civil e tem relativa autonomia em relação ao Estado. Este tipo de corporativismo seria um componente intrínseco ao

da subordinação das estruturas de representação de interesses de trabalhadores e empresários, perdendo os partidos a sua função de canalizadores das demandas da sociedade para a esfera política (Diniz,1993). No pós-64, com a associação do corporativismo ao autoritarismo do Estado e das classes dominantes, aprofundou-se um tipo de representação corporativa socialmente assimétrica que, ao garantir um acesso especial dos empresários aos centros decisórios, acentuou os privilégios desses setores em relação aos demais (Rua, 1990; Diniz,1978).

Além disso, devido às características do Estado autoritário dos anos 60 e à inexistência de uma organização única de cúpula do empresariado, que permitisse a negociação de questões políticas e econômicas gerais, aprofundou-se uma forma setorializada de relação do empresariado com os organismos estatais. Isto porque o Estado autoritário era forte e centralizador quanto à definição da política econômica, mas descentralizador quanto à aplicação dessa mesma política, que era pulverizada entre os diferentes ministérios, agências de financiamento e conselhos econômicos (Martins,1978). Nesse contexto, a relação estabelecida entre o Estado e o empresariado desenvolvia - se através de múltiplos canais de acesso às diferentes instâncias de regulação econômica. Esses canais incluíam contatos institucionais estabelecidos através das organizações oficiais de empresários ( como as Federações de Indústria e Comércio), relações pessoais e clientelísticas entre empresários e ministros (Diniz e Boschi, 1979), e os "anéis burocráticos" (Cardoso, 1975).

Para defender seus interesses frente a esse Estado centralizador, burocratizado, mas com definição setorializada das políticas econômicas, o empresariado desenvolveu diferentes formas de representação e de negociação de interesses. Por um lado, os empresários mantiveram suas organizações corporativas (sindicatos, federações e confederações nacionais) criadas nos anos 30 e reguladas pelo Ministério do Trabalho. Por outro lado, especialmente a partir da segunda metade dos anos 70, os empresários criaram organizações extra-corporativas de âmbito nacional, associações civis independentes da regulação do estado, com o objetivo de representar e negociar os interesses de cada setor diretamente com as agências regulatórias da política econômica setorial (Diniz e Boschi,1979). A Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB) e a

---

capitalismo avançado, pós - liberal, democrático, organizado e cujo Estado define-se como de bem-estar social (Schmitter, 1974, p.105).

Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) são apenas dois exemplos entre muitas outras associações criadas para representar os interesses dos diferentes segmentos do setor industrial. Nos anos 80, novas associações surgiram também no setor bancário-financeiro, como a Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC) e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) (Minella, 1988, 1990, 1993). O mesmo ocorreu no setor agrário com a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou da recente Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) (Rua, 1990; Bruno, 1994). Essas associações proliferaram enormemente desde o final dos anos 60 com a diversificação da estrutura econômica brasileira, e tem sido intensamente utilizadas pelos empresários para negociar com o Estado suas reivindicações econômicas setoriais.

Em contrapartida, as demais forças sociais não tiveram a seu dispor canais de representação de interesses durante o período autoritário, já que não havia liberdade de imprensa, o Congresso e os partidos não tinham qualquer autonomia para representar os interesses das demais classes e os movimentos de trabalhadores eram fortemente reprimidos. Nesse contexto, os empresários utilizavam as federações, associações setoriais e contatos pessoais e clientelísticos como mecanismos de negociação com o estado. Frente aos trabalhadores, não havia necessidade de criar mecanismos de negociação ou de fazer jogos de dominação política ou ideológica, já que o empresariado não se defrontava com uma classe trabalhadora solidamente organizada e tinha a força do Estado autoritário a seu dispor.

O renascimento do movimento operário e as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 78 começaram a mudar essa situação. Elas afetaram também o universo patronal, em especial o sistema de representação de interesses empresariais, "(...) ao redefinir o peso relativo das estruturas oficial e privada desse sistema - sindicatos, federações e confederações, de um lado; associações civis, de outro" (Cruz, 1997a, p. 350). A proliferação de associações setoriais no pós-64 teria sido paralela ao esvaziamento das federações e confederações. Sem negar a importância adquirida pelas associações como decorrência indireta da diferenciação de interesses e para contornar os limites impostos pela legislação sindical, Cruz considera que essa importância no período deveu-se à desativação do movimento operário, já que os reajustes salariais

---

eram definidos pelo estado, a repressão policial era grande e as empresas podiam demitir sem ônus. “Mas quando essas condições se alteram, o recurso a estruturas mais abrangentes se impõe” (idem, p. 352). Por isso, no início dos anos 80 aumentou o interesse dos empresários pelas federações, o que se comprova pelas disputas ocorridas nas eleições de suas diretorias, e a renovação de seus quadros, como por exemplo, a eleição de Luis Eulálio Bueno Vidigal para a FIESP. Por um lado, esse movimento de revitalização das federações se deve ao monopólio da representação assegurado às entidades oficiais junto à Justiça do Trabalho. Mas, por outro lado, tem a ver com uma característica universal da organização de interesses patronais. Ela ocorre para responder a dois tipos de problemas: a) os que resultam da concorrência intercapitalista e, portanto, incidem sobre segmentos específicos do empresariado e coloca-os em oposição uns aos outros, no campo de luta das associações setoriais, por exemplo; b) aqueles que resultam da mobilização e organização dos trabalhadores, os quais afetam “potencialmente o conjunto da classe e estimula(m)”, nela, a constituição de relações mais abrangentes de reciprocidade” (Cruz, 1997a, p. 352)

A relação entre o empresariado e o Estado também começou a mudar a partir de 1974 e muito mais intensamente a partir da campanha contra a estatização de 1976, quando importantes setores do empresariado se distanciaram de algumas decisões do regime militar. Cruz (1995) e Cardoso (1983) desenvolveram análises convergentes no sentido de questionar tanto a atuação decisiva do empresariado para o início da liberalização do regime autoritário, quanto a possibilidade da construção de uma hegemonia democrático-burguesa. O distanciamento paulatino do empresariado em relação ao regime militar, nunca unânime, não foi inspirado por uma opção democrática, como quer Bresser Pereira (1985)<sup>9</sup>; não apenas foi posterior à iniciativa de liberalização do próprio regime como se beneficiou dela para instrumentar a grande campanha contra a estatização de 1976, primeiro episódio importante deste processo. Mas em certo sentido,

---

<sup>9</sup> Bresser Pereira (1985) interpreta o fim do pacto burguesia-tecnoburocracia, nos inícios da “abertura” do regime autoritário, como uma abertura para a possibilidade de hegemonia ideológica da burguesia. A campanha contra a estatização teria cristalizado críticas da burguesia aos privilégios da tecnoburocracia; o desencanto com a política econômica; e a denúncia de corrupção estatal. Esse teria sido o começo de uma crise de legitimidade do sistema, agudizada pelo fim do “milagre”. Por isto se desenvolveu o interesse na restauração democrática: a aliança com a tecnoburocracia deixou de ser política e economicamente justificada. O manifesto dos oito maiores líderes empresariais do país de 1977 (Gazeta Mercantil) marcou, junto com a primeira manifestação pública do empresariado contra a ditadura, o momento de ruptura da aliança. Pereira atribui a essa ruptura a razão fundamental da redemocratização. Na sua concepção, a burguesia brasileira não é essencialmente autoritária, e só o medo ao comunismo a teria aliado ao regime.

segundo Cruz (1995), a campanha antiestatizante funcionou como importante elemento propulsor da liberalização, por uma série de desdobramentos: socializou informações sobre o favoritismo e a inépcia da administração pública; revelou que o poder não era tão inflexível assim e que havia algum espaço para o dissenso; e, ainda revelou contradições no governo e assim contestou sua imagem de unidade e força.

Foi a política econômica de Geisel cristalizada no II PND - que pretendia gerar uma industrialização autônoma a partir da criação de um setor de bens de capital - que provocou a descoberta da democracia pelo empresariado<sup>10</sup>. A política industrializadora do governo Geisel alterou a aliança básica do sistema autoritário: empresas internacionais dedicadas à fabricação de bens duráveis de consumo e importação de equipamentos; setor nacional dependente da internacionalização da produção local e as empresas que inicialmente haviam apoiado o II PND. O setor nacional da indústria pesada dependia em grande medida de apoio estatal, que não pôde se concretizar devido à crise econômica internacional, à pressão estrangeira para vender equipamentos e à dívida externa. Estes contratempos provocaram a politização imediata do setor descontente: "A percepção - a ideologia - contou tanto quanto os fatos brutos" (Cardoso, 1983, p. 17). Em 1977, alguns empresários começaram a falar em democracia, introduzindo a dimensão política no seu discurso. Houve uma espécie de aproximação aos pontos de vista da oposição: menos intervenção direta do Estado na economia, maior participação na tomada de decisões e demandas retóricas por democracia.

Dessa forma, longe de concordar com a opinião dos analistas que, na linha de Pereira, identificam o começo da liberalização do regime autoritário com o questionamento feito pelo empresariado ao Estado, as análises de Cardoso (1983) e Cruz (1995) comprovam a idéia do atraso e inclusive oportunismo da burguesia, que só aderiu à abertura quando esta já estava em processo. Segundo Cruz, "é o aprofundamento da liberalização que induz à mudança no comportamento político do empresariado, não o contrário" (1995, p.283). A reivindicação democrática dos empresários pleiteia fundamentalmente a liberdade econômica e a liberdade de influenciar a definição da

---

<sup>10</sup> Cardoso (1983) entende que o setor privado associado às multinacionais e à produção de bens duráveis viu a tentativa de criar um setor manufatureiro de bens de capital como pouco realista - por exigir uma inversão excessiva e cara - e perigosa porque incrementaria o papel da empresa estatal e a esfera regulada pelo Estado. Desde 1974, Geisel também havia iniciado uma luta contra a especulação financeira e tentou descentralizar regionalmente a indústria. Foi nesse contexto que o setor privado descobriu "a democracia".

política econômica. Na origem desse protesto, estava justamente o empenho do governo em estreitar os círculos decisórios do Estado no que se refere à política econômica.

Contudo, o período em que o empresariado pareceu autonomizar-se e difundir um discurso "liberal", no sentido de tentar incrementar o poder político e o controle do Estado pela sociedade civil foi muito breve. Já na fase de Figueiredo, os empresários tornaram a aliar-se com as soluções políticas impostas pelo Estado, patrocinando a transição controlada desde cima, pela cúpula do regime. Sem dúvida, esta atitude não foi alheia ao contexto muito complexo em que se deu o fim do regime militar, situação que ia além de qualquer cálculo estratégico seguro porque, para os empresários, o que estava em jogo não era "o montante de suas perdas e ganhos, mas sua posição mesma na sociedade" (Cruz 1995, p.292). Uma grande cota de incerteza rondava o fim da ditadura, o que induziu um salto nas atitudes empresariais que, da mera defesa de interesses concretos, passaram a outras capazes de levar em conta uma multiplicidade de fatores que ultrapassavam seus interesses imediatos. Isto porque "a existência de um quadro social favorável às atividades empresariais não é uma emanção espontânea da economia de mercado, mas, em grande medida, o resultado da ação consciente e metódica de instituições e agentes, entre os quais os próprios empresários" (Cruz, 1995, p. 292).

Portanto, foram os outros atores da cena política dos anos finais da ditadura, em especial a aparição de novos antagonistas como os trabalhadores organizados, que contribuíram para determinar o discurso teórico e a prática dos empresários, que neste caso revela uma grande ambigüidade. Enquanto parecia impossível o abandono do Estado para alcançar uma liderança autêntica na sociedade, o discurso teórico proclamava os princípios de um liberalismo revestido de certo platonismo. Cardoso não detectou na linguagem dos líderes industriais o código de uma nova hegemonia. "Antes, vê-se uma identidade abstrata, em função de tópicos que unem todos contra o estado, como se este não expressasse uma dominação que se articula na própria sociedade. Esta identidade ideológica abstrata e geral desaparece, naturalmente, no embate concreto dos interesses. O renascimento do movimento operário e a eclosão das greves (...) a partir de 1978 colocaram limites à boa consciência geral da sociedade. Quando a chama das reivindicações salariais ardeu no interesse direto das empresas, desfez-se o

---

encantamento cívico das posturas liberalizantes conservadoras” (Cardoso, 1983, p. 23). Os empresários voltaram então a recorrer ao Estado como escudo protetor. O projeto que contou definitivamente com o respaldo dos empresários foi o do governo.

A complexidade da situação que se tratou até aqui alude, sem dúvida, à que se coloca a partir dos anos 80. Com a crise econômica, a redemocratização, a recuperação da importância do Congresso e dos partidos políticos e o fortalecimento das organizações sindicais, ampliam-se a arena política e os canais de acesso à ela. A negociação política, que se fazia estritamente dentro do aparelho de Estado durante o regime autoritário, passou a incluir o Parlamento e as demais organizações da sociedade. Assim, a transição política recolocou “(...) a questão do poder e da formulação de diretrizes como ‘briga em campo aberto’, obrigando o empresariado a buscar novas formas de participação na formulação de diretrizes, agora bastante diversas dos costumeiros ‘contatos de primeiro grau’ com ministros e burocratas do alto escalão” (Dreifuss, 1989, p. 43). Além disso, com a implantação do Congresso Constituinte, deslocou-se para ele a “responsabilidade de articular um pacto que nem os partidos, nem o governo, nem as associações civis nem os empresários e os trabalhadores foram capazes de operacionalizar” (Camargo e Diniz, 1989, p. 13).

Essa mudança substancial na forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade deixou duas questões evidentes para as classes dominantes. Por um lado, as associações e federações empresariais, cujo estilo de atuação era mais semelhante à prática sindical, não eram mais adequadas para o estilo de luta política que se prenunciava na Constituinte. Por outro lado, os partidos conservadores tradicionais também não se adequavam às necessidades dos empresários na luta que viria a ser travada no Congresso (Dreifuss, 1989). Essas questões reforçaram a importância das organizações políticas e ideológicas, e obrigaram o empresariado a criar novas formas de participação política ou a renovar as já existentes. Dentre elas, deve-se citar o aumento da participação direta de alguns líderes empresariais em cargos públicos administrativos e executivos e na própria Constituinte; a revitalização das entidades corporativas através da renovação de suas direções; e, principalmente, a criação de organizações com o objetivo específico de mobilização política, como a União Democrática Ruralista (UDR), a União Brasileira de Empresários (UBE), o Instituto Liberal, o Pensamento Nacional das

Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Dentre as novas organizações políticas de empresários surgidas nos anos 80, algumas alcançaram grande visibilidade no período da Constituinte, como a União Democrática Ruralista (UDR) e a União Brasileira de Empresários (UBE). A UDR defendia de forma agressiva os interesses dos grandes proprietários de terra contra as tentativas de reforma agrária e a UBE foi criada para coordenar a atuação das organizações empresariais na Constituinte. Entretanto, entre essas duas entidades, ao menos a UBE parece ter mesmo servido apenas como "unidade tática de luta" (Cruz, 1997; Dreifuss, 1989), pois praticamente desapareceu do cenário político após a Constituinte. Já a UDR, que chegou a ser publicamente dissolvida pelo seu próprio criador, Ronaldo Caiado, no final de 1994 (Gazeta Mercantil, 13/12/94,p.6), foi reativada em 1996 para fazer forte oposição ao Movimento dos Sem - Terra.

Em contrapartida, outras organizações de empresários que surgiram no final da década de 80, como o IEDI, o PNBE e o Instituto Liberal, apresentaram objetivos de mais longo prazo e formas de ação peculiares. Essas novas entidades aparecem no mesmo cenário, apresentando, porém, um caráter distinto, muito mais amplo do que a luta corporativa imediata.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), criado em 1989 em São Paulo, representa alguns dos maiores grupos industriais do país, principalmente da indústria de base. O IEDI foi criado para desenvolver estudos e elaborar propostas alternativas e estratégias de desenvolvimento econômico e social para o Brasil (Diniz e Boschi, 1993), em especial aquelas propostas globais que interessam à grande burguesia industrial (Cruz, 1997). Essas propostas baseiam-se num diagnóstico das transformações da produção industrial a nível mundial e do processo de globalização econômica, para reivindicar ao Estado a definição de uma política industrial de longo prazo. Essa política permitiria aos industriais brasileiros alcançarem a competitividade necessária para se integrarem ao processo de globalização. O IEDI propõe a modernização do aparelho de Estado, a fim de que o Estado possa desempenhar o papel de coordenador estratégico dos rumos do desenvolvimento (IEDI, 1990).

O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) surgiu em 1990 em São Paulo, propondo-se a ser “uma entidade formada por empresários para mudar o Brasil pelo exercício da ética e da cidadania” (PNBE. Ideário). O PNBE destacou-se na busca de fórmulas mais pragmáticas de negociação entre empresários e trabalhadores. Segundo Diniz e Boschi (1993), a organização foi formada por pequenos e médios empresários que se sentiam alijados das decisões na FIESP. Em 1992, o PNBE apresentou um candidato de oposição às eleições para a presidência da FIESP, para contestar a hegemonia dos grandes empresários na entidade. Ainda que não tenha sido vitorioso na FIESP, Emerson Kapaz foi Secretário de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, o que deve atestar, também, a importância política alcançada pelo PNBE. Até 1995, o PNBE tinha núcleos regionais no interior de São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília.

O Instituto Liberal, criado em 1983, é uma organização com um objetivo de longo prazo, o de disseminar a ideologia liberal como a concepção de mundo dominante na sociedade brasileira. Para viabilizar esse objetivo, o Instituto Liberal desenvolve uma dupla estratégia: a doutrinação ideológica entre as elites e a elaboração de projetos de políticas públicas inspirados na teoria liberal, especialmente na Escola Austríaca de Economia. As atividades desenvolvidas pelo Instituto Liberal para implementar essas estratégias incluem: edição de livros; promoção de palestras e cursos nos meios empresariais, universitários, jornalísticos, jurídicos, militares e políticos; publicação de artigos de opinião escritos por seus "intelectuais orgânicos" em revistas e jornais; e a contratação de especialistas para a elaboração de estudos e sugestões de projetos de lei. Dessa forma, o locus de atuação do IL extrapola os limites do Estado e se define pelas elites formadoras de opinião na sociedade brasileira. O Instituto Liberal é sustentado por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no país e conta também com recursos vindos do exterior.

O cenário pós-ditadura proporcionou o ambiente adequado para a atuação do aspirante a novo *think tank* ideológico da burguesia brasileira. A emergência de um sistema híbrido e mais fluido de representação de interesses estabeleceu um espaço próprio para a luta. Nele coexistem elementos corporativistas de Estado, neo-corporativistas e pluralistas, tanto entre o empresariado quanto no campo sindical. A instância constituinte no final dos anos 80 se colocou, assim, como um desafio e uma

oportunidade para a convergência da burguesia em direção a um projeto neoliberal, confrontada com seus opositores: o PT, o movimento sindical, as burocracias e elites militares e civis desenvolvimentistas e estatistas. Ainda que a burguesia tenha conseguido triunfos no campo da definição de direitos e regras essenciais para a economia de mercado, o nacionalismo e os princípios estatistas também tiveram vitórias, em especial no que se refere à definições que afetam as atividades do capital estrangeiro no país, assim como o movimento trabalhador, que conseguiu aprovar algumas de suas principais demandas (Diniz e Boschi, 1989, p. 132-136). Como muitas dessas vitórias ficaram para ser reguladas posteriormente pela legislação ordinária, como é o caso da lei trabalhista em revisão atualmente, descortinou-se para a década de 90, um cenário de luta por um projeto hegemônico da burguesia, em contraposição a outros projetos e propostas quanto à linha mais adequada para o desenvolvimento do país.

Em resumo pode-se dizer que, na emergência dos Institutos Liberais, parecem confluir dois movimentos que afetam ao empresariado brasileiro nas últimas décadas. Um deles é mais "interno" à classe, na medida em que a organização de interesses empresariais vinculados a diferentes esferas da atividade econômica começa a visualizar objetivos mais amplos e de mais longo prazo. O outro é "externo", na medida em que afeta aos setores de ponta do capital -suas formas financeiras e mais vinculadas ao processo de crescente globalização - que parecem conceber agora um projeto que supera as meras formas de ação corporativa setorial para apresentar-se como projeto hegemônico da "burguesia", entendidos ambos conceitos na forma que os expusemos na introdução deste trabalho.

### **2.3 Discurso liberal e prática autoritária na formação da burguesia brasileira**

Até aqui estivemos tratando das transformações na ação política da burguesia brasileira decorrentes do contexto histórico, ou seja, aqueles desenvolvimentos socioeconômicos e políticos dos últimos 20 anos que situam a atuação da burguesia brasileira na Nova República. Agora cabe verificar, no plano ideológico, o significado da adoção, por uma fração da burguesia brasileira, dessa vertente conservadora do liberalismo representada pela Escola Austríaca. Não se trata aqui de desenvolver sistematicamente o tema, o que estaria longe de nossa capacidade e objetivos, mas sim localizar os antecedentes históricos de formação da burguesia brasileira que possam

explicar porque, nos anos 80, uma fração dela se insere na corrente liberal internacional através de seu viés mais conservador e se dispõe a investir tempo e recursos para atuar politicamente na divulgação do ideário neoliberal.

Coloca-se então a questão: a adoção de uma vertente ultraconservadora de liberalismo seria uma novidade na tradição ideológica brasileira, ou encontra raízes profundas nas tradições políticas das nossas classes dominantes? A revisão de alguns antecedentes da história política brasileira permite formular a hipótese de que essa opção não é casual, muito pelo contrário, representa uma continuidade com a tradição liberal brasileira vigente no Império e na etapa republicana dominada pelas oligarquias agrárias.

Em pesquisa sobre os processos e estratégias de tipo liberal presentes na história política brasileira, caracterizada por profundas raízes autoritárias, Trindade (1985) afirma que a "praxis liberal" é um traço permanente das ideologias e instituições políticas brasileiras desde a época colonial e perpassa os períodos da Monarquia e da República. Entretanto, o liberalismo brasileiro não evoluiu numa direção democratizante. Pelo contrário, segundo Trindade (1985, p. 50), as instituições de tipo liberal conviveram com a hegemonia do autoritarismo, e justamente "esse hibridismo institucionalizado tem sido um dos traços fundamentais do sistema político brasileiro".

A explicação para esse hibridismo se encontraria no sistema político brasileiro configurado a partir da instauração do Estado Novo, que apresenta um padrão de interação entre o Estado e a sociedade civil composto por dois componentes fundamentais que tendem a bloquear o desenvolvimento democrático. Esses componentes seriam, de acordo com Trindade (1985, p. 61): "(...)de um lado, a expansão dos mecanismos estatais de controle tendendo a reduzir o espaço de estruturação autônoma da sociedade civil; de outro, a atitude persistente das elites políticas, independentemente dos regimes políticos, de dissuadir formas de participação de tipo liberal-democrático".

Ainda segundo Trindade (1985), a "lógica liberal e praxis autoritária" do liberalismo oligárquico brasileiro foi regida pelo liberalismo econômico e pelos princípios de mercado e adotou, inclusive, aspectos da institucionalidade política liberal republicana. Contudo, na hora de exercer o poder, o fez de forma autoritária. Desde a história imperial e

republicana do Brasil, ficou claro que aqui o liberalismo econômico não teve uma relação direta com o liberalismo político. Desde seus primórdios, o liberalismo brasileiro identificou-se com o liberalismo anglo-saxão, que se preocupava menos com a liberação de uma ordem absolutista e mais com a ordenação do poder nacional. Por outro lado, o liberalismo radical francês não era bem visto pelas elites da época, que o consideravam ameaçador para a sociedade civil e propenso à anarquia. Esses traços explicam, para Trindade (1985), o "conteúdo visceralmente conservador" do liberalismo brasileiro, onde "tudo deveria ser feito para o povo mas nada pelo povo" (Trindade, 1985, p. 67).

A singularidade do sistema político brasileiro, na concepção de Trindade (1985), seria justamente a sua "persistente hibridez ideológica e institucional, combinando estruturas e práticas políticas autoritárias e liberais". Essa característica perpassaria toda a história política brasileira e explicaria a lentidão e a relutância do processo de redemocratização no Brasil da Nova República. "A ideologia e as instituições liberais remanescentes estabelecem entraves à consolidação de regimes autoritários e, por sua vez, o peso das estruturas políticas e sociais autoritárias definem os limites aceitáveis de democracia política" (Trindade, 1985, p. 71).

A análise realizada por Werneck Vianna em seu trabalho clássico sobre "Liberalismo e Sindicato no Brasil" (1978) também contribui para o entendimento da formação histórica da burguesia brasileira ao demonstrar o quanto as elites brasileiras beneficiaram-se com a instauração do regime autoritário e do sistema corporativista inaugurado por Vargas nos anos 30, e como a defesa do liberalismo, na forma em que se manifestava no período imperial e oligárquico-agrário, foi negligenciada pela burguesia brasileira nesse período. Durante o Vargasismo, a subordinação das elites empresariais e do movimento sindical ao centralismo estatal inauguraram uma situação que teve prolongada vigência na história do Brasil contemporâneo. Trata-se de um autoritarismo de novo tipo, que colocou a burguesia em situação política subordinada e, ao mesmo tempo, permitiu que ela se realiza-se economicamente. Segundo Vianna:

"O universo dos "interesses livres", onde tem fulcro a visão do mundo a partir da fábrica, resultado da convergência da mercantilização da generalidade dos valores e bens sociais com a revolução industrial, evidentemente não informa uma concepção do mundo unitarista e orgânica. O indivíduo burguês, por vontade própria, não deseja ser submergido numa racionalidade estatista. Sua adesão ao corporativismo, em alguns casos tardia, noutros nem tanto, varia conforme a estruturação das forças sociais em presença, sempre se resolvendo diante de uma ameaça real ou latente, e no interior de um projeto que defenda a expansão da sua capacidade de acumular" (Vianna, 1978, p.124).

Dessa forma, o corporativismo foi aceito pela burguesia brasileira como solução para impor um limite às classes subalternas ameaçadoras dos anos 30. Mas, sobretudo, o núcleo empresarial da burguesia que aceitou o Estado autoritário corporativo logo percebeu que o corporativismo " não esgotava sua utilidade no controle das classes subalternas, abrindo-lhes condutos de comunicação fácil e direta com os dirigentes do Estado, por onde faziam passar suas reivindicações mais importantes" (Vianna, 1978, p. 208). Na realidade, foi a própria estrutura corporativa que permitiu aos empresários exercer suas pressões "de dentro" do aparato estatal, através de suas organizações classistas.

A supremacia do corporativismo foi garantida pela ordem jurídica estabelecida pela Constituição de 1937. Nas palavras do próprio Getulio Vargas: "(...) o Estado não conhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não tem direitos, tem deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante só os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer, não reconhece luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social" (Vargas, 1938, apud Viana, 1978, p. 213). Dessa forma, o objetivo do Estado corporativista era promover a "paz social" . Mas, na realidade, não foi bem isto que aconteceu: esse discurso corporativista resumiu-se aos pronunciamentos políticos. Na prática, o corporativismo potencializou a expansão da classe empresarial, na medida em que a empresa permaneceu à inteira disposição do capital, pois, segundo Vianna (1978) os "institutos corporativos, contra a intenção visível do legislador, foram esvaziados de sua filosofia "colaboracionista", convertendo-se em instrumentos de crua dominação de classes.(...) Ao corporativismo legal opunha-se um individualismo real.(...) Rejeitando no terreno concreto da prática social a utopia totalitária, os empresários se apropriaram do corporativismo como instrumento de realização da acumulação primitiva, circunstância que, entre outras, aponta para a relevância do papel político que desempenharam no período" (Vianna, 1978, p.222- 223).

Assim podemos constatar o comprometimento histórico da burguesia brasileira com uma versão conservadora do liberalismo, bem como a capacidade de aproveitar-se da situação corporativista – que poderia ter sido interpretada como negadora dos postulados filosóficos fundamentais da burguesia - para sua consolidação como classe.

Contudo, existem ainda outros traços constitutivos da formação da burguesia brasileira que explicam o seu conservadorismo. Na análise que faz sobre as dificuldades da consolidação democrática no Brasil, O'Donnell (1988) afirma que aqui a consolidação da burguesia como classe foi muito bem sucedida, em comparação com outros países da América Latina que tem em comum a história de regimes autoritários. Em contraste com o comportamento predatório e especulativo das burguesias hispânicas do continente, o Brasil conseguiu construir uma estrutura produtiva dinâmica e diversificada, porque aqui a burguesia tendeu a concentrar-se "em atividades que fecham o circuito de acumulação de capital em seu próprio mercado nacional" (O'Donnell, 1988, p. 73). Em contrapartida, o outro lado dessa moeda é caracterizado por imensas desigualdades e "(...) arcaicas e repressivas relações sociais sobre as quais se apóia sua burguesia e, num sentido mais geral, o sistema de dominação social".

O enorme contraste entre as classes sociais, uma característica comum na América Latina, parece a O'Donnell ainda mais espetacular no Brasil, devido ao próprio dinamismo alcançado pela burguesia:

"Trata-se do contraste entre uma abrumadora pobreza (...) de um lado, e do outro fábricas, comércios e serviços que são o signo de uma opulenta modernidade econômica da qual nenhum dos outros países se aproxima" (...) "Isto não pode ser compreendido sem levar em conta o arcaísmo das relações de trabalho, tanto como - em geral - o acentuado autoritarismo das relações da burguesia e do aparato estatal (como também de diversos outros autores) para com todos aqueles que aparecem como "socialmente inferiores" (O'Donnell, 1988, p. 74).

Na medida em que a relação arcaica não permite o reconhecimento de sujeitos coletivos, e portanto não aceita a negociação com os mesmos, segundo O'Donnell, isto só tende a acentuar a fragmentação e desorganização do setor popular e, simultaneamente, a resistência da burguesia em ver os setores dominados se constituírem enquanto sujeitos coletivos e se organizarem.

"Uma sociedade que carrega a pesada herança da escravidão e na qual a burguesia não foi submetida à experiência civilizadora de ter que se defrontar e negociar com a sua contraparte de classe, tem enormes dificuldades em todos os planos - inclusive o político - para reconhecer e institucionalizar a diversidade dos outros (...) As características da burguesia brasileira enquanto sujeito político (...) estão marcadas por esta "omissão histórica" que, por outro lado, tem sido reproduzida de mil maneiras pelo estado e por essa mesma burguesia" (O'Donnell, 1988, p. 77).

Assim, a heterogeneidade e desorganização do setor popular brasileiro, que sofre o peso da sua herança escravagista, e a submissão a um sistema de dominação social muito eficiente, resultou na constituição de um setor popular que não consegue organização e identidade suficientes para se impor como ator na política nacional. Em contrapartida, a burguesia se constituiu como sujeito social e político praticamente sem enfrentar pressões de setores populares organizados e tendo como único interlocutor o Estado.

"Nesse sentido, a relativa ausência do setor popular como sujeito sócio-político razoavelmente autônomo define a particularidade do modo de ser histórico da burguesia brasileira: uma classe que economicamente conquistou êxitos importantes, mas que se constituiu como sujeito sócio-político profundamente autoritário - como de resto o foram todas as burguesias até que a crescente organização e presença política do setor popular as levou para o caminho das negociações e concessões democratizantes(...) não existe outro caso na história de uma burguesia economicamente tão bem sucedida, que haja sido tão pouco desafiada social e politicamente" (O'Donnell, 1988, p. 76).

Esses traços conservadores e autoritários presentes na formação da burguesia brasileira se confirmam na atuação do empresariado ao longo do período de transição do regime militar à Nova República. Essa atuação foi caracterizada pela adesão tardia à abertura e a opção pela fórmula mais conservadora de abandono do autoritarismo na transição. Não surpreende assim que, frente à conjuntura complexa e incerta da Nova República, a burguesia brasileira opte pela versão austríaca do neoliberalismo. Essa versão se constitui, como veremos adiante, num somatório de fé irrestrita nas leis de mercado e desconfiança intrínseca na democracia. Entretanto, a adoção explícita de uma ideologia que rejeita o Estado em sua função interventora no campo econômico e social – que a burguesia soube aproveitar em outros tempos - num empenho refundador do capitalismo, é sintomática da profundidade das mudanças operadas no contexto mundial e local.

O tema da ideologia passa assim ao primeiro plano e a análise do desenvolvimento e expansão da rede de Institutos Liberais, seus objetivos e estratégias na Nova República começa a diferenciar-se qualitativamente dos demais espaços de defesa corporativa dos interesses empresariais, para converter-se na análise do projeto hegemônico de frações da burguesia brasileira mais ligadas aos interesses do capital mundial. E, enquanto tal, este abarca um universo humano que escapa ao estrito espaço

empresarial, expandindo-se para os setores intelectuais, acadêmicos, jurídicos, etc, capazes de assumir e prestar seu apoio à configuração de uma concepção de mundo passível de ser apresentada como projeto para toda a sociedade brasileira. Este projeto encontra no neoliberalismo sua expressão ideológica, na ideologia e no movimento neoconservador internacional seu modelo e apoio externo e na rede de Institutos Liberais do Brasil seu espaço de preparação e difusão interna. É este complexo de idéias, relações, estratégias e projetos de mudança institucional para a sociedade que propomos desvendar neste trabalho. Mas para isso é necessário identificar o conteúdo filosófico, social e político que fundamenta a concepção de mundo neoliberal, e que se constitui no substrato ideológico do projeto neoliberal. É o que faremos no próximo capítulo.



## Capítulo II

### A DOCTRINA NEOLIBERAL - UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO

"Na visão neoliberal, o homem só é livre à medida que os preços são livres. A libertação do homem é consequência e também subproduto da libertação dos preços. Tornando os preços livres o homem se liberta. Assim, nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida que esse possa entrar em conflito com as leis de mercado. E não pode haver intervenção estatal no mercado, não se conhecendo nenhum direito humano que não derive de posição no mercado. Os direitos humanos se esgotam no direito de propriedade" (Franz Hinkelammert, 1998, apud Xavier, 1996, p 110)

O neoliberalismo propõe-se como uma teoria econômica neutra, científica. Entretanto, enquanto sistema de idéias e noções explicativas da realidade, o neoliberalismo converte-se na ideologia perfeita para a etapa globalizante do capitalismo, por justificar teoricamente a livre circulação dos capitais e a diminuição da interferência do Estado na economia, tanto ao nível da atividade produtiva direta, quanto ao nível dos mecanismos de regulação, em especial aqueles que se referem aos investimentos, à distribuição de renda, à abertura dos mercados nacionais e às relações trabalhistas. Trata-se, em suma, de legitimar teoricamente um conjunto de mudanças na forma de gerir a economia e a sociedade, entre as quais é central a diminuição do papel que o Estado desempenha num modelo econômico que permite maior integração dos países ao processo de globalização financeira, dos mercados e da produção. Acompanha esse processo o aumento da participação dos empresários nas decisões sobre a política econômica (aqui entendida na sua forma mais ampla, que engloba não só as políticas estritamente econômicas - monetária, tributária, fiscal, etc. - mas, também, a regulamentação da relação entre empresários e trabalhadores) e, em contrapartida, a diminuição do espaço de negociação dos trabalhadores. Afinal, não se pode perder de vista que as teorias econômicas não são meras construções teóricas sobre alternativas econômicas, mas sim racionalizações de interesses políticos de classes e grupos conflitantes e que, portanto, projetos econômicos pressupõem projetos políticos e sociais (Przeworski e Wallerstein, 1988).

Nesse capítulo apresentamos os intelectuais que compõem o núcleo da Escola Austríaca de Economia e os principais elementos conceituais que constituem a doutrina do neoliberalismo criada por essa Escola. A compreensão dessa corrente de pensamento

é fundamental para entender os objetivos e as ações dos Institutos Liberais no Brasil, que são inspirados por essa doutrina. Anderson (1995) atribui o surgimento da vertente neoliberal ao contexto da crise do capitalismo nos anos 30. Seus expoentes são os economistas austríacos Ludwig Von Mises e Friedrich A. Hayek, que postularam soluções opostas às medidas reformistas de Keynes para resolver a crise do capitalismo. A proposta dos austríacos era o retorno ao capitalismo livre de controles, à economia gerida pela ordem espontânea do mercado. O livro emblemático dos neoliberais é o *Caminho da Servidão*, publicado por Hayek em 1944<sup>1</sup>. O marco histórico de formação do grupo de intelectuais neoliberais foi a sua reunião na Suíça em 1947, quando fundaram a Sociedade Mont Pelerin<sup>2</sup>.

A contribuição essencial da Escola Austríaca de Economia fundamenta-se na "teoria marginal do valor subjetivo", que explica os fenômenos econômicos pelas ações individuais, as quais resultariam de escolhas baseadas em valores pessoais subjetivos (Bichir, 1991) e na noção de eficácia da "ordem espontânea" da economia de mercado como alocadora de recursos escassos através do mecanismo dos preços. A doutrina neoliberal<sup>3</sup> derivada dessa Escola não se resume a uma corrente de pensamento econômico; ela se propõe como uma concepção global de mundo, que envolve um corpo teórico - epistemológico, uma concepção do mundo, do homem, da constituição da sociedade e da ordem política (Lopez, 1988)<sup>4</sup>. Portanto, para entender o neoliberalismo é necessário ir além das suas postulações econômicas. "Restringir o debate à particularidade do mercado ou do Estado, ou ainda mercado *versus* Estado, sem discutir a função que uma ordem econômica tem a cumprir na vida humana, é perder de vista o horizonte da totalidade" (Xavier, 1996, p. 110).

Os desdobramentos teóricos e ideológicos da teoria neoliberal nos anos 50 a 70 são representados, especialmente, por George Stigler e Milton Friedman, da Escola de Economia de Chicago, cuja teoria monetarista de controle da inflação foi amplamente a-

---

<sup>1</sup> Publicado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro em 1990.

<sup>2</sup> A participação desse grupo num movimento intelectual internacional desde essa época e o papel da Sociedade Mont Pelerin serão tratados no capítulo 3.

<sup>3</sup> Os integrantes dessa escola se autodenominam neoliberais e, para efeitos desse trabalho, adotamos essa mesma denominação, porque ela nos permite distingui-los da corrente liberal mais distante deles, a do liberalismo democrático ou liberalismo social, representado por Harold Laski, John Dewey, e C. B. MacPherson, entre outros.

<sup>4</sup> Este capítulo foi concebido a partir de discussão com a Prof. Dra. Selva Lopez Chirico e incorpora idéias contidas em seu texto *Fundamentos Teóricos do Neoliberalismo*, 1988 (não publicado).

plicada no Chile, como vimos no capítulo 1, e pela teoria da escolha pública (formulada nos anos 60, mas que ganhou enorme proeminência nos 80) de Gordon Tullock e James Buchanan, da Escola de Virginia, que buscam entender os fenômenos políticos a partir de seus fundamentos no comportamento individual e propõem a criação de mecanismos institucionais que permitam controlar a expansão dos gastos e do déficit públicos (Moraes, 1996). Vários outros economistas contribuíram para o desenvolvimento da teoria econômica neoliberal: Frank Knight, Murray N. Rothbard e Israel Kirzner; entre outros. Além disso, é importante mencionar que alguns economistas neoliberais, membros da Sociedade Mont Pelerin, receberam Prêmios Nobel de Economia: Friedrich A. Hayek (1974); Milton Friedman (1976); George Stigler (1982); James Buchanan (1986); Maurice Allais (1988); Ronald Coase (1991) e Gary Becker (1992).

## 2.1. A Escola Austríaca de Economia

Nesse item, pretendemos elencar os principais teóricos da Escola Austríaca de Economia e as suas idéias fundamentais. O objetivo aqui não é realizar uma análise detalhada do tema ou das teorias desses autores (tarefa que não é objeto dessa tese e para a qual não estaríamos qualificados) mas apenas localizar no tempo e no espaço os principais personagens e concepções dessa história intelectual que tem sua origem na Universidade de Viena no final do século passado e que chegou até os dias atuais com a nova roupagem de ideologia neoliberal.

O precursor da Escola Austríaca de Economia foi o professor Carl Menger da Universidade de Viena, com sua teoria marginal do valor subjetivo, na qual interpretou o mercado como produto de julgamentos de valor pessoais. Sua obra *Princípios da Economia* foi publicada em 1871. Para os neoliberais, essa teoria teria revolucionado a economia, pois "tornou obsoletos os ensinamentos da Escola Clássica e demoliu as bases do socialismo marxista" (Greaves, 1987, p. 109). A obra de Menger foi desenvolvida e completada por seu discípulo e sucessor na universidade, Eugene Böhm-Bawerk (Rothbard, 1988). Ao longo da década de 1880, Böhm-Bawerk publicou seus trabalhos nos vários volumes de *Capital and Interest*. Ambos morreram no período da I Guerra Mundial. Ludwig Von Mises (1881-1973) e Friedrich A. Hayek (1899-1992) desenvolveram e aprofundaram os estudos da Escola Austríaca de Economia.

Toda a base da teoria econômica da Escola Austríaca é uma crítica à "economia clássica" de David Ricardo e John Stuart Mill e de seus desdobramentos marxistas. Segundo Rothbard (1988), a falha fundamental da escola clássica foi tentar realizar a análise da economia com base em "classes" e não em ações de indivíduos (como fez Menger). Os clássicos não incorporavam em sua análise do valor e do preço as ações dos indivíduos no mercado e as suas motivações subjetivas para comprar ou não comprar um bem. Essa "falha" segundo os liberais, explica porque, por exemplo, o valor do pão, uma mercadoria extremamente "útil", é tão inferior ao valor do diamante, um artigo de luxo, sem utilidade, mas extremamente valorizado no mercado. Para os clássicos, a explicação estava em que o pão tinha valor de uso superior aos diamantes, mas, por razões que, segundo os liberais, os clássicos não conseguiam explicar, tinha menor valor de troca. "Incapazes de analisar as ações dos consumidores, os economistas clássicos tampouco conseguiram explicar satisfatoriamente o que determinava os preços no mercado. Procurando às cegas, uma solução, concluíram, lamentavelmente: (a) que o valor era algo inerente às mercadorias; (b) que o mesmo só podia ter sido conferido a esses bens pelos processos de produção; e (c) que sua fonte básica era o "custo" de produção, ou mesmo a quantidade de horas de trabalho nela despendidas" (Rothbard, 1988, p. 11).

A análise ricardiana permitiu que mais tarde, Marx desenvolvesse a teoria do valor do trabalho como produto da quantidade de horas de trabalho e da mais-valia como o juro e o lucro apropriados da classe trabalhadora. Os ricardianos abriram caminho também para a teoria marxista da luta de classes: ao tratar "da partilha do rendimento da produção exclusivamente em termos de "classe", os ricardianos perceberam apenas uma "luta de classe" entre "salários", "lucros" e "aluguéis" (...) Pensando apenas com base em agregados, os ricardianos dissociaram lamentavelmente as questões de "produção" e "distribuição", concebendo a última como objeto de conflito entre essas classes em luta. Foram forçados a concluir que a elevação dos salários só era possível à custa de redução de juros e rendas" (Rothbard, 1988, p. 12). Assim, na percepção dos neoliberais, os economistas clássicos não entenderam o consumo e as motivações individuais que o definem, porque suas análises centravam-se exclusivamente nas "classes".

A solução dos paradoxos da escola clássica de economia veio, segundo os neoliberais, da Escola Austríaca de Economia:

Mises e Hayek, sejam análises mais modernas do papel do Estado, e da questão da Economia do Direito ou a crítica da preservação ambiental como uma violação dos direitos de propriedade. Os livros são divulgados por todos os Institutos Liberais através de venda direta ao público, promoção de palestras e cursos, e de doação a instituições de ensino. O Quadro 3 dá uma idéia dos autores internacionais publicados e divulgados pelos Institutos Liberais.

Os Institutos Liberais publicam também autores nacionais que rezam pela cartilha do neoliberalismo. Os títulos incluem desde versões menos acadêmicas do liberalismo, como o livreto *O que é o Liberalismo*, de Donald Stewart Jr, criador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e *A ordem Econômica*, de Og Francisco Leme, economista e diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, até obras mais acadêmicas como os trabalhos de Eduardo Gianetti da Fonseca, da USP; os professores de filosofia do Rio de Janeiro Antonio Paim e Ubiratam Borges de Macedo, etc. Os Institutos divulgam também de liberais que são publicados por outras editoras mas que contribuem regularmente para as publicações dos institutos Liberais. No Quadro 4 apresentamos uma lista de autores que têm o maior número de textos publicados pelos Institutos. Apresentamos também o assunto sobre o qual cada um escreve, para poder identificar quais deles funcionam como divulgadores da teoria liberal em geral. Nesta categoria estariam Antonio Paim, Ubiratam Borges de Macedo, Ubiratan Iorio de Souza, Ricardo Velez Rodriguez e outros, quase todos filósofos e vinculados à universidades privadas do Rio de Janeiro como a Gama Filho, a Santa Úrsula e ao Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Outros autores seriam os membros das diretorias dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, que têm formação universitária e produzem a maior parte dos textos curtos de divulgação teórica: os economistas Og Francisco Leme e Roberto Fendt Jr. e o jurista Ney Prado, entre outros. Todos eles poderiam ser considerados a "elite orgânica da fração da burguesia representada nos Institutos Liberais, porque, mesmo aqueles que não são membros dos Institutos, participam ativamente de suas promoções.

Além dos livros, de 1987 a 1996 o Instituto Liberal do Rio de Janeiro editou diferentes séries de publicações em forma de brochuras, distribuídas gratuitamente. Na série *Conferências do Instituto Liberal* (fig 3), foram publicadas palestras proferidas por dirigentes de *think tanks* conservadores e neoliberais de várias partes do mundo, como Armando de la Torre (Fondacion Francisco Marroquin, Guatemala), Enrique Gherzi e

Nessa concepção, não há separação entre produção e distribuição no mercado livre. "As avaliações e as demandas dos consumidores determinam os preços finais dos bens de consumo (...) que, por sua vez, orientam a atividade produtiva e determinam sucessivamente os preços das unidades cooperantes de fatores: níveis individuais de salários, aluguéis e preços de bens de capital. A "distribuição de renda" seria simples decorrência do preço de cada fator" (Rothbard, 1988, p. 15).

Também no que se refere aos lucros e à questão do trabalho incorporado, Böhm-Bawerk desenvolveu sua análise a partir do comportamento do indivíduo. Baseado numa lei básica da ação humana, a de que todos querem realizar seus desejos, e o mais rápido possível, o economista austríaco desenvolveu o conceito de "preferência temporal", segundo a qual as pessoas estão interessadas em consumir bens no momento, por isto não investem toda a sua renda em bens de capital, o que aumentaria a quantidade de bens a ser produzida no futuro. "Quanto mais elevada for sua taxa de preferência temporal, maior será a parte de sua renda que consumirá no momento; quanto mais baixa for esta taxa, mais economizará e investirá na produção futura. É exclusivamente o fato da preferência temporal que dá origem ao juro e ao lucro. Por sua vez, o grau e a intensidade das preferências temporais determinam os níveis das taxas de juros e de lucros" (Rothbard, 1988, p. 16). O mesmo se dá no caso da taxa de juros sobre empréstimos. Como decorrência do fato universal da preferência temporal, "os bens atuais são mais valiosos que os bens futuros, e o credor terá de cobrar - ao mesmo tempo que o devedor se disporá a pagar - um prêmio pelo bem atual. Esse prêmio é a taxa de juros." (Rothbard, 1988, p. 16).

Böhm-Bawerk também demonstrou, segundo Rothbard (1988), que é a preferência temporal que determina a taxa de lucro empresarial. No processo de produção, os capitalistas se encontrariam na posição de credores, pois eles adiantam aos trabalhadores o seu salário mensal, quando o produto final, um automóvel, por exemplo, leva um certo tempo para ser produzido e vendido no mercado. Segundo o próprio Rothbard (1988, p. 17), os capitalistas "prestam assim o serviço de esperar até que o produto final seja vendido aos consumidores para, então, receber seu dinheiro. É em função desse serviço vital que trabalhadores e agricultores estão mais do que dispostos a "pagar " aos capitalistas seu lucro ou juros" .

A teoria econômica desenvolvida por Menger e Böhm-Bawerk foi aprofundada por Mises. Graduado em Direito e Economia, formou-se dentro da Escola Austríaca de Economia com Böhm-Bawerk. Em 1913, Mises tornou-se professor na Universidade de Viena e, de 1909 até 1934, foi também consultor econômico da Câmara de Comércio Austríaca. De 1934 a 1940, fugindo da ameaça nazista na Áustria, Mises lecionou no Institut Universitaire des Hautes Etudes Internationales de Genebra (que abrigou vários liberais exilados durante a Guerra). Emigrou para os Estados Unidos em 1940, integrando-se à New York Graduate School of Business Administration. Parte significativa de sua contribuição à teoria econômica foi escrita em inglês e publicada nos Estados Unidos: as duas obras *Bureaucracy* e *Omnipotent Government*, publicadas em 1944, *Human Action* (1949), *The Anti-Capitalist Mentality, Theory and History* (1957) e *The Ultimate Foundation of Economic Science* (1962).<sup>5</sup> A contribuição de Mises, segundo Bettina Greaves (1987, p. 112) foi além de seus mestres, ao desenvolver não apenas as questões ligadas à moderna teoria do mercado, mas também à teoria da moeda, do ciclo econômico e a análise das distorções econômicas provocadas pela interferência do governo, já que ele foi um grande crítico de todas as formas de intervenção.

Segundo o economista Murray Rothbard (1988, p. 19), em seus estudos iniciais Mises preocupou-se em completar as lacunas teóricas da Escola austríaca, em especial a análise da oferta e da demanda de moeda que era, até então, feita de forma dissociada do resto da economia de mercado. Mises propôs-se a realizar uma análise através da aplicação integrada da teoria da utilidade marginal à oferta e à demanda da própria moeda. Suas descobertas a esse respeito foram publicadas no livro *A Teoria do Dinheiro e do Crédito* (1912). Partindo da noção de que o preço de cada bem é determinado pela quantidade disponível e a intensidade da demanda, Mises afirmava que o preço ou poder de compra da unidade monetária seria também determinado no mercado. O que prejudicava esse equilíbrio da moeda no mercado era a emissão de moeda pelos governos, que provocava inflação. A solução para Mises seria tirar o sistema monetário do controle do governo, extinguindo os bancos centrais que, segundo ele, terminavam funcionando como um expediente inflacionário destinado a livrar os bancos das restrições do mercado. Mises criticava todos os mecanismos econômicos que frutificaram do reordenamento mundial após a I Guerra: estatismo, planejamento governamental, intervenção econômica, papel-

---

<sup>5</sup> O Instituto liberal publicou várias obras de Ludwig Von Mises no Brasil: *As Seis Lições* (1987); *Liberalismo* (1987); *O mercado* (1987); *Uma Crítica ao Intervencionismo* (1988); *A Mentalidade Anticapitalista* (1988); e *Ação Humana* (1990).

moeda sem lastro emitido pelo governo, inflação e hiperinflação, tarifas e controles cambiais (Rothbard, 1988, p. 30).

Nos anos 20 a 30, Mises seguiu desenvolvendo pesquisas sobre a intervenção do estado na economia, publicadas em várias obras: uma crítica à intervenção na economia e ao planejamento governamental em *Socialismo* (1922); um elogio aos méritos do liberalismo clássico em *Liberalismo* (1927); e novamente uma série de artigos críticos às medidas econômicas estatistas em *Crítica ao Intervencionismo*, de 1929. A partir de então, começou a preocupar-se com a construção de uma base filosófica e metodológica para a economia, publicando em 1933 o livro *Problemas Epistemológicos em Economia*, criticando as influências do "institucionalismo - que basicamente negava toda a ciência econômica e a do positivismo que (...) procurava fundamentar a teoria econômica nas mesmas bases das ciências físicas" (Rothbard, 1988, p. 34) . Mises criticava assim a abordagem "científica" da economia, que segundo ele, estudaria:

"(...) o comportamento de seres humanos com os mesmos métodos a que recorre a física newtoniana para estudar a massa e o movimento. Com base nessa abordagem pretensamente "positiva" dos problemas da humanidade, planejam criar uma "engenharia social", uma nova técnica que permitiria ao "czar econômico" da sociedade planejada do futuro manejar homens vivos do mesmo modo que faz a tecnologia, que permite ao engenheiro manejar matérias inanimadas" (Mises apud Rothbard, 1988, p. 35).

Em 1949, Mises publicou em inglês sua obra mais completa, a *Ação Humana*, uma tentativa de inserir a economia na totalidade da vida humana. Nessa obra ele refletia sobre as conseqüências do viés positivista na economia, que levava os economistas a acreditarem que podiam observar regularidades quantitativas do comportamento humano e, a partir delas, conceber leis que poderiam prever a ação humana, artifício que seria utilizado pelos economistas para elaborarem suas economias dirigidas e planejadas. Contra essa teoria, Mises propôs a praxiologia, ou teoria da ação humana, fundada no "homem em ação", guiado por suas próprias metas e cujo comportamento resultante jamais poderia ser codificado em "leis" históricas quantitativas, pois "ninguém jamais descobriu uma única constante quantitativa no comportamento humano(...) dada a livre vontade inerente a todo indivíduo (Rothbard, 1988, p. 36-41).

Friederich Hayek foi aluno de Mises e também tornou-se professor de economia na Universidade de Viena nos anos 30. É talvez o teórico mais divulgado da Escola Austríaca e foi um crítico sistemático das idéias keynesianas e de todas as formas de coleti-

vismo. Hayek foi também um militante na campanha pela propagação do ideário neoliberal, como veremos no próximo capítulo. Quanto à sua carreira acadêmica, ela pode ser dividida em quatro fases<sup>6</sup>. Após concluir seus estudos em direito e Ciências Políticas, Hayek dirigiu o Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas da Universidade de Viena, de 1929 a 1931. Transferiu-se então para a Inglaterra, para assumir uma cátedra na London School of Economics até 1950. Iniciou então sua fase norte-americana, lecionando na Universidade de Chicago de 1950 a 1962. A última fase de sua carreira levou-o de volta à Europa, ocupando uma cátedra em Freiburg até 1969.

A produção teórica de Hayek abrange os campos da economia, filosofia política e direito. Em 1929, publicou *A Teoria Monetária e o Ciclo do Comércio*, onde aplicou os estudos sobre o sistema monetário de Mises ao fenômeno das flutuações econômicas; em 1937 lançou *Nacionalismo Monetário e Instabilidade Internacional*, com advertências contra as conseqüências das profundas alterações provocadas na ordem monetária internacional a partir de 1931; e em 1941 publicou *A Teoria Pura do Capital* (Maksoud, 1998, p. 14). Mas suas obras mais famosas são as que tratam da filosofia política e da teoria do direito, como *Cientificismo e o Estudo da Sociedade*, de 1942, uma crítica à tentativa de aplicar os conceitos e métodos das ciências naturais às ciências sociais (publicado em 1952 como *Contra-Revolução da Ciência*); *O Caminho da Servidão* (1944), seu livro mais propagandístico, onde denuncia que o planejamento centralizado da economia leva ao fim da sociedade liberal e à servidão; *Individualismo e Ordem Econômica* (1948); *A Constituição da Liberdade* (1960) e a trilogia *Direito, Legislação e Liberdade*, produzida entre 1974 e 1978. Nessas obras, Hayek desenvolveu seus argumentos sobre a importância da constituição da sociedade livre através de instituições que sejam produtos da ação humana e não do planejamento; de leis que sejam naturais, e não fabricadas pela vontade das maiorias democráticas; de um Estado de direito - o mais importante princípio da sociedade livre - que depende das duas condições anteriores; e de que esse Estado de Direito estabeleça que os homens sejam tratados com igualdade, mas não que sejam iguados.

---

<sup>6</sup> Entre 1977 e 1981, Hayek esteve três vezes no Brasil, para dar palestras a convite da Revista Visão. Henry Maksoud, diretor da revista na época, era um seguidor fiel de suas idéias, as quais publicava seguidamente nos editoriais da revista Visão. Algumas informações sobre Hayek citadas nesta parte foram colhidas da apresentação que Maksoud fez do professor austríaco em 1997, reproduzida pela revista Think Tank (Instituto Liberal/SP) Ano 1, n° 3, 1998.

## 2.2. Principais elementos conceituais da doutrina neoliberal

Após essa rápida panorâmica sobre os principais autores e as noções fundamentais propostas pela Escola Austríaca de Economia, faz-se necessário analisar com mais detalhes alguns conceitos fundamentais desenvolvidos principalmente por Von Mises e Hayek, que transformaram a corrente teórica neoliberal numa verdadeira concepção de mundo. (Lopez, 1988; Xavier, 1996). Para tanto vamos analisar qual o conceito de homem, da sociedade e da política que estão subjacentes a esta teoria.

### 2.2.1 A concepção da desigualdade entre os homens

O neoliberalismo se fundamenta na idéia de desigualdade natural entre os homens. Essa desigualdade se manifesta mesmo entre irmãos, que se diferenciam tanto em suas características físicas quanto mentais e, sobretudo, na "inata desigualdade dos homens com relação à capacidade de realizar diversos tipos de trabalho" (Xavier, 1996, p. 111). Para os clássicos do pensamento neoliberal, Mises e Hayek, "*Nada hay que descanse sobre un fundamento mas débil que la afirmación de la supuesta igualdad de todo lo que tiene forma humana*" (Mises) e "*las desigualdades sociales son inevitables, puesto que expresan las diferentes capacidades de adaptación de los individuos a las leyes del mercado y las cambiantes condiciones históricas*" (Hayek, apud Lopez, 1988). As consequências desses pressupostos para a formulação democrática são funestas, como se verá adiante. Hobbes e Locke, em suas concepções originais, também não davam lugar à idéia democrática. Nesse sentido, pode-se afirmar que o neoliberalismo significa um retorno às origens, neste caso, de cunho marcadamente reacionário (Lopez, 1988). E, sobretudo nas últimas décadas, fornece várias das justificativas teóricas para o movimento neoconservador internacional, que tem sua origem e liderança nos Estados Unidos (Borón, 1981) e na Grã-Bretanha, como analisaremos no próximo capítulo.

Para entender as postulações dos neoliberais, faz-se necessário um retorno aos clássicos fundadores do liberalismo: Hobbes e Locke. "O liberalismo é entendido nessa doutrina como um corpo teórico que tem seu fundamento no individualismo possessivo, cuja noção fundamental é a de que o homem se relaciona com a realidade através da propriedade de si mesmo e de seus bens" (Lopez, 1988). Esta idéia foi amplamente desenvolvida por MacPherson, em sua obra clássica "A teoria política do individualismo possessivo", onde tratava de esclarecer as dificuldades do pensamento liberal democrático:

“O presente estudo é uma tentativa de fazer isso. Ele propõe que as dificuldades da moderna teoria liberal-democrática são mais profundas do que se havia pensado antes: que o individualismo oriundo do século XVII continha a dificuldade central, residindo esta na sua qualidade possessiva. Sua qualidade possessiva se encontra na sua concepção do indivíduo como sendo essencialmente proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por elas. O indivíduo não era visto nem como um todo moral, nem como parte de um todo social mais amplo, mas como proprietário de si mesmo. A relação de propriedade, havendo-se tornado para um número cada vez maior de pessoas a relação fundamentalmente importante, que lhes determinava a liberdade real e a perspectiva real de realizarem suas plenas potencialidades, era vista na natureza do indivíduo. Achava-se que o indivíduo é livre na medida em que é proprietário de sua pessoa e de suas capacidades. A essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício da posse. A sociedade torna-se uma porção de indivíduos livres e iguais, relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades. A sociedade consiste nas relações de troca entre proprietários. A sociedade política torna-se um artifício calculado para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas”. (MacPherson, 1979, p. 15)

Dessa forma, todo o raciocínio neoliberal gira em torno de uma percepção individualista e atomística da sociedade, identificada com as condições do mercado capitalista, às quais todos os homens se subordinam (Lopez, 1988). O fundamental no mercado, para os neoliberais, é a liberdade econômica e não a igualdade política.

O problema para os neoliberais ( e conservadores em geral) é que os povos apresentam uma tendência histórica a reivindicar maior participação, em especial, a intensificar suas demandas por *“una creciente e insaciable igualdad, no solo legal y politica, es decir de oportunidades, sino igualdad de condición económica y social”* (Borón, 1981, p. 45). Tocqueville - um teórico liberal que encontra grande repercussão entre os liberais brasileiros - em seu tratado sobre A Democracia na América, de 1835, já havia denunciado a luta pela igualdade como uma luta que avança entre as ruínas que ela mesmo cria através dos séculos, e que, ainda que os povos democráticos possuam uma predileção natural pela liberdade, “(...) tem pela igualdade uma paixão ardente, insaciável, eterna, invencível; desejam a igualdade dentro da liberdade, e, se não a podem obter, ainda a desejam na escravidão. Suportarão a pobreza, a servidão, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia” (Tocqueville, 1987, p. 385).

Assim, entre os dois princípios que estruturam o pensamento de Tocqueville – liberdade e igualdade- o neoliberalismo opta claramente pela liberdade. A liberdade de que se fala não é política, já que dentro do conceito neoliberal, a liberdade individual não tem como pressuposto a liberdade política (Lopez, 1988). *“Un pueblo de hombres libres no es necesariamente un pueblo libre”* (Hayek, 1965). O neoliberalismo fundamenta a concep-

ção de liberdade negativa considerando-a um atributo estritamente individual, sem dimensões sociais, e como uma situação que obriga o indivíduo a assumir todos os riscos da condução de sua própria vida de forma individual e independente. *"Es indudable que ser libre puede significar libertad para morir de hambre"* (Hayek, 1965). Em sua autobiografia, o filósofo e ex-socialista Karl Popper também manifestou claramente sua preferência pela liberdade: *"(...) if there could be such a thing as socialism combined with individual liberty, I would be a socialist still. For nothing could be better than living a modest, simple, and free life in an equalitarian society. It took some time before I recognised this as no more than a beautiful dream; that freedom is more important than equality; that the attempt to realise equality endangers freedom; and that, if freedom is lost, there will not even be equality among the unfree"* (Popper, 1992, p. 36, apud Cockett, 1995, p. 7)

A ênfase que os neoliberais colocam no conceito de liberdade em detrimento do de igualdade aponta para o darwinismo social implícito na concepção neoliberal. Afinal, no momento em que a questão da igualdade é tratada como uma questão menor, desconsideram-se todas as lutas sociais e as vitórias históricas dos povos por igualdade de direitos e abre-se caminho para a exaltação da grandeza do mais forte, e inclusive, para a idéia de revitalização da sociedade através do sofrimento e da eliminação dos fracos (Lopez, 1988).

### **2.2.2 A concepção da sociedade como mercado**

No entendimento dos neoliberais austríacos, "a sociedade em si não existe, a não ser através de ações individuais" (Xavier, 1996, p. 111). São essas ações individuais que os homens empreendem para satisfazer seus desejos e necessidades que levam à cooperação social e portanto, à vida em sociedade. Essa concepção é fundamentada no conceito de praxiologia, desenvolvido por Mises em sua obra "Ação Humana: um tratado de economia", de 1949, e que trata, como vimos, das ações intencionais dos homens para sobreviver no mundo exterior - a sociedade. Para Mises, a sociedade seria o *locus* onde os homens interagem e cooperam para atingir seus objetivos individuais:

"A cooperação social nada tem a ver com amor pessoal, nem com um mandamento que nos diz para amarmos uns aos outros. As pessoas não cooperam sob a égide da divisão do trabalho porque amam ou deviam amar uns aos outros. Cooperam porque assim servem melhor a seus próprios interesses. Nem é amor, nem a caridade ou qualquer outro sentimento afetuoso, mas sim o egoísmo, corretamente entendido, que originalmente impeliu o homem

a se ajustar às exigências da sociedade, a respeitar as liberdades e direito de seus semelhantes e a substituir a amizade e o conflito pela cooperação pacífica" (Mises, 1990, p. 165, apud Xavier, 1996, p. 111).

Essa concepção de sociedade está fundamentada em determinadas noções epistemológicas. Segundo Moraes (1996, p. 122), Hayek já demonstrava preocupação com temas epistemológicos, do direito e da política no ensaio "Economics and Knowledge" de 1937. Mas, para Lopez (1988), foi em "*The contrarevolution of science*" de 1952 que Hayek apresentou uma concepção epistemológica mais desenvolvida. Nela, o conhecimento é imperfeito e subjetivo, além de ser sempre concreto e referido à realidade individual. Portanto, na perspectiva de Hayek, as totalidades (classes, país, capitalismo) não são observáveis, são apenas construções da mente:

*"No hay tal cosa como la capacidad productiva de la sociedad en abstracto (...) hay solo individuos particulares que tienen cierto conocimiento concreto sobre el modo en que cosas particulares pueden usarse para propósitos particulares. Nunca existe el conocimiento como un todo integrado o en una mente (p. 92). (...) los todos como ("clase", "sociedad", "capitalismo", "país") no son nunca dados a nuestra observación (como las flores o las mariposas); son sin excepción construcciones de nuestra mente... (p.92) (...) La mente humana no puede nunca captar un todo en el sentido de todos los aspectos diferentes de una situación real. (Hayek, 1952, p. 122 apud Ruiz, 1984, p. 74).*

Tais postulados permitem aproximar esta posição epistemológica ao individualismo metodológico, que interpreta os fatos sociais como relações orientadas por fins ou objetivos característicos das condutas de indivíduos e nunca de entidades coletivas (Lopez, 1988). Nessa concepção, os objetos das ciências sociais só aparecem "*en la medida en que la acción conciente de muchos hombres produce resultados no intencionados (o no deliberados) en la medida en que se observa regularidades que no son designio de nadie*". (Hayek, 1952, p. 69, apud Ruiz, 1984, p. 74). O melhor exemplo de um objeto dotado destas características seria o do mercado enquanto ordem espontânea, fruto de ações humanas não deliberadas e conscientes.

As idéias políticas e sociais dos economistas austríacos que enfatizam a incapacidade do conhecimento objetivo da realidade são muito próximas das idéias de Popper, desenvolvidas na mesma época em que Hayek aplicava-se na crítica ao planejamento e ao coletivismo, que seria publicada em seu livro *O Caminho da Servidão*. Popper e Hayek mantiveram intensa correspondência enquanto o primeiro vivia na Nova Zelândia (Cockett, 1995, p. 85). Na obra "*A Sociedade Aberta e seus Inimigos*", de 1936, Popper também criticava o coletivismo através de uma crítica às idéias filosóficas que servem de

substrato para as doutrinas totalitárias. O foco de sua crítica é a pretensão de "conhecimento infalível" dos ideólogos do nazismo e do comunismo, que os leva a recomendarem a adoção de regimes totalitários para colocarem suas propostas em prática. Em 1944, no livro "A Miséria do Historicismo", Popper desenvolveu esses pressupostos numa crítica ao determinismo histórico marxista, defendendo a idéia de que os eventos sociais não podem ser previstos porque as novas descobertas têm impactos imprevisíveis sobre a sociedade (Prunes, 1998, p. 12).

A concepção epistemológica que só admite o conhecimento parcial da realidade é o que explica a condenação que a Escola Austríaca faz da pretensão de planejamento global da sociedade e do socialismo, o "caminho da servidão". Essa pretensão provocaria enormes erros e levaria à exacerbação da autoridade sobre o indivíduo. Os trechos de Hayek citados a seguir ilustram essa afirmação:

"Ações baseadas na crença de que possuímos conhecimento e poder tais que nos permitem moldar os processos sociais inteiramente de acordo com nossa vontade - conhecimento e poder que, na realidade, não possuímos - provavelmente nos levarão a fazer muito mal (...) Este poder talvez não seja mau em si mesmo, mas seu exercício pode vir a obstruir o funcionamento daquelas forças espontâneas ordenadoras que, efetivamente, tanto ajudam os homens na persecução de seus ideais, mesmo que eles não consigam entendê-las" (Hayek, A ficção do conhecimento, 1974, apud Moraes, 1994, p. 8).

"Numa sociedade planificada todos saberemos que estamos em melhor ou pior situação que outrem, não em virtude de circunstâncias que ninguém controla e que é impossível prever com certeza, mas porque alguma autoridade assim o quer. E todos os esforços que envidaremos para melhorar nossa situação não visarão a prever da melhor maneira essas circunstâncias sobre as quais não temos nenhum controle e a preparamo-nos para elas; visarão antes a influenciar em nosso favor a autoridade que detém todo o poder". (Hayek, 1990, p. 113).

O mercado seria então, de acordo com a concepção epistemológica da Escola Austríaca, o único fator racional de ordenamento da sociedade e de sua organização econômica, bem como o sistema ótimo de alocação de recursos. No mercado são definidos livremente os preços, pela lei da oferta e da demanda, a própria produção, a concorrência e o lucro. São os consumidores que definem, a partir de suas preferências, a qualidade e a quantidade do que deve ser produzido. A soberania dos consumidores só é violada quando os preços são determinados por monopólios, que representam uma degeneração do livre mercado. "Nos casos em que o monopólio é de todo inevitável, é preferível o monopólio privado - que raramente é total e tem pouca duração, devido à maior possibilidade de surgir um concorrente - ao monopólio estatal, que é protegido pela lei e contra a competição em potencial" (Xavier, 1996, p. 114).

Essa é a razão porque uma sociedade socialista que suprime os preços de mercado não pode funcionar, segundo a argumentação de Mises em "Ação Humana" (1990). Ao suprimirem os preços definidos pelo mercado, os planejadores não têm mais como determinar os valores relativos e a importância dos diferentes fatores de produção, perdendo assim os meios para planejar eficientemente uma produção em larga escala. Dessa forma, o mercado passa a representar tudo o que é bom e justo na sociedade: "(...) o mercado é matriz da justiça, da liberdade e da riqueza. Da justiça, uma vez que supostamente recompensa aqueles que demonstram habilidade, dedicação e diligência. Da riqueza, pela eficiência na alocação dos recursos existentes, pondo à disposição da sociedade, os bens de que ela mais necessita. E da liberdade, porque a distribuição das posses materiais não estaria submetida à ação deliberada de qualquer pessoa" (Moraes, 1994, p. 7-8).

Questões como a desigualdade da renda e da riqueza são, nessa concepção, inerentes à economia de mercado e condição fundamental para o seu funcionamento e encontram seu fundamento, obviamente, na desigualdade natural entre os homens. Para os neoliberais, a pobreza é o resultado da ação de pessoas que não são capazes de cuidar de si, e a sua contrapartida, o luxo, é um elemento dinamizador da economia, porque gera novas necessidades e estímulo à indústria (Xavier, 1996, p. 115-116). Esse argumento foi explicitado por Mises em sua obra *Liberalismo*, de 1927<sup>7</sup>:

"Há duas ou três gerações se considerava um luxo ter um banheiro dentro de casa, mesmo na Inglaterra. Hoje, a casa de todo trabalhador inglês, do melhor tipo, contém um. Há trinta e cinco anos não havia automóveis; há vinte anos, a posse de um desses veículos era sinal de um modo de vida particularmente luxuoso. Hoje, nos Estados Unidos, até um operário possui o seu Ford. Este é o curso da história econômica. O luxo de hoje é a necessidade de amanhã. Cada avanço, primeiro, surge como luxo de poucos ricos, para, daí a pouco, tornar-se uma necessidade por todos indispensável. O consumo de luxo dá à indústria o estímulo para descobrir novas coisas(...) A ele devemos as progressivas inovações, por meio das quais o padrão de vida de todos os extratos da população se tem elevado gradativamente " (Mises, 1987, p. 35).

A manutenção de tradições e valores herdados também tem um peso significativo na concepção neoliberal da sociedade. Esta idéia de sociedade descentralizada e atomizada, derivada da ação racional dos homens perseguindo fins úteis, reconhece, além do mercado, outra fonte original: o sistema de tradições, instituições e normas, todos também ordens auto-geradas que reúnem a experiência e sabedoria das gerações anteriores e

---

<sup>7</sup> Publicada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro em 1987.

que, como o mercado, não respondem a nenhum desenho humano prévio (Lopez, 1988). "Segundo Hayek os sucessos dos indivíduos beneficiam-se de mais conhecimentos do que eles podem manipular. Muito do que se prova útil para nós não pode ser articulado por nós. O ajustamento das ações humanas frente a situações mutáveis não é produzido apenas por conexões conhecidas e transparentes entre meios e fins. Muito freqüentemente, os indivíduos chegam a esse ajuste seguindo sinais redutores e sintéticos, como os valores monetários, ou pela obediência a hábitos e costumes. Normas e valores morais, leis e instituições, cujas origens muito freqüentemente desconhecemos" (Moraes, 1996, p. 123)

A idéia de desenvolvimento histórico da sociedade fica, assim, completamente comprometida por esse tradicionalismo, já que a substituição desses valores e instituições com o objetivo de superar os limites da sociedade burguesa através da concepção marxista de revolução social, segundo Popper, só levaria à violência e à destruição da liberdade. É o que se depreende desse trecho de Críticas de Teorias Clássicas da História, citado por Xavier (1996):

"O fato torna-se evidente se virmos que uma revolução destrói sempre a estrutura tradicional e institucional da sociedade. Ao destruí-la, faz necessariamente perigar o próprio conjunto de valores para cuja realização tinha sido empreendida. Com efeito, um conjunto de valores só pode ter significado social na medida em que exista uma tradição social que os sustente. Isto é tão verdade para os objetivos de uma revolução como para quaisquer outros valores (...) Numa revolução, tudo é posto em dúvida, incluindo as intenções dos revolucionários bem intencionados; intenções essas que se desenvolvem a partir da sociedade que a revolução destrói e da qual faziam necessariamente parte" (Popper, 1984, p. 334, apud Xavier, 1996, p. 117).

Essa concepção profundamente conservadora induz os neoliberais a explicarem a crise social contemporânea como conseqüência do Welfare State e da democracia social, ambos produtos da crença equivocada de que é possível intervir para melhorar a sociedade. Para os neoliberais, a única possibilidade de superação estaria na restauração dos valores do mercado livre (Lopez, 1988). Dessa forma, os neoliberais excluem a possibilidade de construção de um modelo de sociedade alternativo a ambos e tomam partido decididamente pela sociedade aberta, a melhor de todas que já existiram. "Hayek pretende assim tomar como dado – e com isso alojar no campo do eterno, "evidente" e "natural" – aquilo que na análise marxista é uma forma histórica de produção: a sociedade burguesa" (Moraes, 1994, p.9).

Ao definir a teoria econômica de livre - mercado como a verdade científica, a ideologia neoliberal se auto - atribui status científico. Emerge dessa noção uma condenação à leis históricas tendenciais e a qualquer posição que trate de prever o desenvolvimento futuro e moldá-lo. Essa condenação é extremamente ampla e inclui todas as variantes do intervencionismo, desde o Estado Keynesiano ao socialismo, como já mencionamos. Entretanto, essa condenação vai muito além do socialismo. Qualquer outra manifestação de impulso organizador à margem da ordem auto - regulada do mercado, deve ser eliminada a fim de que não interfira com o mercado. Por isto um dos objetivos políticos essenciais do neoliberalismo é o de tornar sem sentido a confrontação de projetos antagônicos entre atores sociais organizados em partidos, sindicatos, etc. chegando, inclusive, ao desmantelamento dessas organizações (Lopez, 1988). A forma rápida de fazê-lo admite a coerção aberta - como ocorreu no Chile durante a ditadura de Pinochet, como vimos no capítulo I - mas há outra mais eficiente a longo prazo: a substituição da política pela tecnocracia.

### ***2.2.3 A concepção de política e do "Estado Mínimo"***

Essa transformação do mercado capitalista em algo "natural" e "a-histórico" leva os neoliberais a definirem a economia, como a verdadeira ciência, e suas recomendações como princípios inquestionáveis, pois não se pode discutir ordem natural das coisas. "A discussão sobre fins e valores - objeto da política- é substituída pela submissão às determinações sobre os melhores meios para fazer cumprir as leis do mercado. A política é substituída pela tecnocracia, portadora, por sua vez, da "verdadeira ciência econômica" (Lopez, 1988). Nessa concepção, os políticos, sempre condenados pelos neoliberais por serem corruptos e favorecerem os interesses de seus grupos de apoio - com vistas, obviamente, a sua própria reeleição - são substituídos pelos tecnocratas, portadores do saber "científico" e "isentos" de interesses políticos. O exemplo do Chile, novamente, e da atuação dos economistas neoliberais, os "Chicago boys", permite fazer uma idéia clara dessa "isenção" .

Se a teoria do neoliberalismo transforma o "mercado" capitalista na "sociedade" capitalista, regida exclusivamente pela "verdade científica" contida na economia administrada pelos tecnocratas, então pode-se deduzir que a concepção de política do neoliberalismo é realmente uma "anti - política, entendendo-se a política como vontade dos ho-

mens aplicada na decisão sobre como aprimorar suas condições materiais de vida" (Lopez, 1988). Essa conclusão é comprovada pelo próprio Hayek. Em artigo publicado em 1980 numa revista chilena, ele deixava claro que o seu pressuposto era a idéia da derrubada da política: "(...) *una vez que le demos licencia a políticos para interferir en el orden espontaneo del mercado para beneficiar a grupos particulares, ellos no pueden negarle tales concesiones a ningún grupo del cual dependa su respaldo. Así, ellos inician ese proceso acumulativo que lleva por necesidades internas, si no a lo que los socialistas imaginan, si a una dominación siempre creciente de los políticos sobre el proceso económico*" (Hayek, 1980, p. 73, apud Lopez, 1988).

Na realidade, para os neoliberais, a economia e a política não são separadas; antes disso, não existe liberdade política sem liberdade econômica, e a economia é "tratada como um fim em si mesmo e como um instrumento indispensável para obtenção da liberdade política" (Xavier, 1996, p. 114). Como a única ameaça à liberdade viria da concentração de poder e da tentativa de limitação da liberdade econômica, os neoliberais propõem a limitação e descentralização do poder governamental. Isto porque os neoliberais têm uma "concepção negativa do poder, segundo a qual ele não é uma relação social, senão pura coerção sobre o indivíduo, procedente do Estado ou de algumas organizações sociais" (Lopez, 1988). Nessa concepção, portanto, o poder econômico não é considerado fruto de uma relação social (assim como a desigualdade social, como vimos) e a autoridade é necessária apenas para controlar a coerção e evitar a arbitrariedade. O objetivo final é alcançar um Estado Mínimo.

"No ideário liberal, o papel do governo parece reduzir-se a algumas poucas funções básicas: 1) proteger cidadãos contra inimigos externos, reais ou potenciais; 2) garantir a liberdade e a possibilidade de autodeterminação dos indivíduos; 3) manter uma estrutura institucional que permita aos indivíduos cooperar eficientemente; 4) garantir a segurança material das pessoas - para que o padrão de vida dos cidadãos não caia abaixo de certo mínimo de decência, intervenção à qual geralmente se adiciona o limite estampado no lema: "*material security, not material equality*" (Moraes, 1996, p. 123).

Assim, se ao Estado é atribuída apenas a função de aparato social de coerção, que deve impedir que os indivíduos (ou empresas) pratiquem atos que prejudiquem a preservação e o funcionamento da economia de mercado, obviamente a intervenção do Estado na vida dos indivíduos ou nas atividades econômicas deve ser mínima. Ela deve se dar apenas no sentido de garantir o funcionamento de algumas atividades econômicas ou, por outro lado, quando grupos organizados tentarem defender ou reivindicar regras para o

trabalho em determinados setores econômicos, como fazem os sindicatos. Isto porque os neoliberais consideram os sindicatos como "monopólios de mão de obra". Vimos no item anterior que todas as formas de monopólio são consideradas uma "degeneração do livre-mercado", e portanto, imagina-se que os neoliberais tenham uma solução para esse problema. Essa solução existe, mas vem sob a forma de duas propostas de ação estatal radicalmente opostas. Como bem observa Xavier (1996, p. 118), para combater os monopólios industriais, os neoliberais propõem a não intervenção do Estado, sob a justificativa de que eles não tendem a durar indefinidamente. Contudo, contra os sindicatos, a receita é a intervenção do Estado para eliminar as garantias de direitos trabalhistas através de reformas constitucionais. Hayek ilustra bem a diferença de tratamento da ação estatal:

"O Estado que controla pesos e medidas (ou impede de qualquer outro modo o estelionato e a fraude) é indubitavelmente ativo, ao passo que o Estado que permite o uso da violência - por piquetes de grevistas, por exemplo - é inativo. Entretanto, é no primeiro caso que o Estado observa os princípios liberais, enquanto no segundo não o faz. Do mesmo modo, no que concerne à maioria das normas gerais e permanentes estabelecidas pelo Estado no campo da produção, tal como códigos de construção ou legislação fabril, elas podem ser sensatas ou insensatas num caso particular, mas não conflitam com os princípios liberais desde que se destinem a ser permanentes e não sejam usadas para favorecer ou prejudicar determinados indivíduos" (Hayek, 1990, p. 92).

Essa preocupação com as reivindicações da massas ou dos grupos organizados é o que faz Hayek identificar a democracia ilimitada como um grande perigo, porque, por um lado, a organização democrática estimularia a ampliação do controle do governo sobre a vida econômica e, por outro, a democracia acaba sendo tiranizada pelas maiorias, sempre volúveis e instáveis em suas escolhas (Moraes, 1996, p. 124). Como solução, Hayek propõe que a limitação dos poderes do governo esteja inscrita na constituição do país:

"O liberalismo é, portanto, incompatível com a democracia ilimitada (...) Ele pressupõe a limitação dos poderes mesmo dos representantes da maioria, exigindo compromisso com princípios explicitamente postos numa constituição ou aceitos por opinião geral, de modo a efetivamente delimitar a legislação" (Hayek, apud Moraes, 1996, p. 124).

A democracia, segundo Hayek, acaba com a noção do governo limitado pela lei, altera o sentido original das leis enquanto regras gerais aplicáveis a todos e instala a arbitrariedade do poder, desde o momento em que um parlamento soberano e com poderes ilimitados deposita a necessidade de sua permanência na satisfação de interesses particulares, que seriam os eleitorais, partidários, etc. (Lopez, 1988). Para proteger a assembléia legislativa da pressão desses interesses específicos, seria necessária uma "ordem

constitucional à prova de “contratempos” democráticos”. (Moraes, 1996, p. 124). Para tanto, Hayek propôs uma solução bi - cameral: uma assembléia representativa das maiorias, que emitiria normas e não leis; e a outra, a Assembléia das Leis, que deveria “consistir de homens e mulheres que pudessem ter visão de longo prazo” (Moraes, 1996, p. 126). Daí se origina o perfil de uma assembléia legislativa cuja composição é formada a partir de critérios que permitem que ela esteja a salvo da veleidade das maiorias:

“Hayek acredita conseguir tais resultados seletivos, filtrados através de critérios pelo menos engenhosos: tal assembléia legislativa não deveria ser fragmentada por partidos; os delegados não poderiam ser reeleitos; os mandatos seriam de 15 anos; os votantes teriam de ser maiores de 45 anos; desse modo teríamos, para cada vida, um voto .O engenho imaginado por Hayek não para aí. Além das duas assembléias, supõe uma espécie de corte constitucional, destinada a controlar o legislativo (o válido, o das leis -de -verdade, a chamada “truly legislative assembly”, diferente do legislativo de governo, o das instruções” (Moraes, 1996, p. 126)

Esse regime foi denominado de “demarquia” por Hayek, e consistia exatamente na criação de uma espécie de meta - governo capaz de tornar o regime representativo imune às pressões de interesses específicos. Esta separação de poderes estaria presente também nos níveis estadual e municipal, para descentralizar e diminuir o poder do Estado (Lopez, 1988). Dentro desta ideário, a democracia seria também um valor negativo e sua finalidade seria evitar maiores ganhos para os indivíduos, limitar os poderes dos governantes incompetentes e oferecer um procedimento seguro para a sucessão pacífica dos governos. “Se minimiza assim o significado que a democracia adquiriu desde o século XIX, tentando equilibrar liberdade e igualdade, desenvolvendo a cidadania e avançando na conformação do estado de bem-estar. Ao contrário, a idéia neoliberal de democracia exclui a dimensão social e política, fruto desse período histórico” (Lopez, 1988).

As incompatibilidades entre liberalismo e democracia (ou a aceitação da relação entre liberalismo e autoritarismo) transparecem com clareza nos pressupostos ideológicos de Hayek. As citações transcritas por Moraes (1996, p. 124) ilustram essa afirmação : “Uma democracia pode empunhar poderes totalitários, e é pelo menos concebível que um governo autoritário possa agir com base em princípios liberais” (Hayek, 1983, p. 143) e ainda “Devo confessar que prefiro governo não democrático sob a lei a governo democrático ilimitado (e portanto essencialmente sem lei)” (Hayek, 1976, p. 154). Isto talvez explique a presença de Hayek no Chile durante o governo Pinochet e o intercâmbio que ele desenvolveu com a equipe econômica chilena. Em *Capitalismo e Liberdade* (1962), Friedman também considerava como “aceitáveis regimes autoritários (onde há liberdade

econômica sem democracia) e como inaceitáveis os totalitarismos (onde não existiriam nem liberdade econômica nem democracia" (Moraes, 1996, p. 122).

A guisa de conclusão, esperamos ter conseguido elucidar os principais elementos que constituem a economia e a política segundo a teoria neoliberal e que são utilizados numa estratégia doutrinária : uma proposta de construção de hegemonia ideológica que visa a redefinição global de noções explicativas da realidade social (Silva,1994). A intenção é fazer com que o econômico, o político e o social só possam ser pensados dentro das categorias que justificam o arranjo social capitalista . Nessa redefinição, a precária situação econômica e social de alguns países é desvinculada de sua história e atribuída exclusivamente aos males que acompanham a intervenção do Estado - ineficiência, corrupção, empreguismo, desperdício, má administração - enquanto que à iniciativa privada são reservadas todas as virtudes necessárias para a recuperação da economia e da sociedade: eficiência, competência, austeridade, racionalidade, modernidade, dinamismo, etc. Nessa perspectiva, todas as políticas de cunho liberal são justificadas, na medida em que elas estão sendo decididas em nome da "modernidade", da "democracia econômica", da "liberdade do indivíduo e do mercado", independente do custo social que elas imponham.

Ao apresentar uma decisão política como mero resultado da "racionalidade econômica", a visão neoliberal procura reduzir a política à economia, a uma ética da "escolha" e do "consumo" (Apple,1994). Ao fazer com que noções como igualdade, justiça social, cidadania e nação sejam substituídas, no espaço de discussão política, pelos novos termos condicionantes da "modernidade": consumidor, mercado, produtividade, eficiência, qualidade, o neoliberalismo transforma a nação num mercado. Sob esse prisma, a nação, historicamente constituída de cidadãos - sujeitos políticos que tem uma história comum de solidariedade, de lutas e de conquista de direitos, passa a ser apenas um mercado, constituído de consumidores cujas ações são definidas pela competitividade e o individualismo. No mercado não há história social, identidade de classe, solidarismo. Nesses termos, o sujeito político, que se define por sua história, identidade social e ação coletiva, transforma-se em mero agente econômico individual. Suprime-se assim a cidadania e, finalmente, reduz-se o cidadão a consumidor (Silva, 1994).

No próximo capítulo, veremos como essa estratégia ideológica foi desenvolvida a partir dos anos 30 e acabou constituindo-se num movimento ideológico internacional, que

atravessou as décadas seguintes e viu finalmente sua possibilidade de concretização com a crise do capitalismo dos anos 70 e o colapso do mundo socialista nos anos 80.

## CAPÍTULO III

### O NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO IDEOLÓGICO INTERNACIONAL

O neoliberalismo é "(...) um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado. (...) Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...) Este fenômeno chama-se hegemonia" (Anderson, 1995, p. 22-23).

Esse capítulo trata da constituição do neoliberalismo como um movimento ideológico que se insere num processo internacional de rearticulação das forças conservadoras a partir do final dos anos 70, processo que analisamos no Capítulo 1. Nele tratamos da crise econômica que afetou o capitalismo nos anos 70 e das transformações advindas dessa crise e da aplicação de políticas neoliberais nos anos 80 e 90. Agora trata-se de descrever o movimento internacional através do qual se gestaram essas propostas políticas e ideológicas. Esse movimento tem sua origem no pensamento de alguns membros destacados da Escola Austríaca de Economia, como vimos no Capítulo II, e no ressurgimento do pensamento liberal na Inglaterra e nos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. O movimento ideológico desenvolveu-se através da formação de redes de intelectuais, acadêmicos, políticos, organizações, *think tanks*, publicações liberais e a mídia nesses dois países, bem como da existência de fundações e empresas dispostas a financiar todas essas instituições. A existência dessas redes foi fundamental para a consolidação do liberalismo como alternativa política, para a vitória de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, no final dos anos 70, e para a internacionalização do movimento, nos anos 80.

Como vimos, o neoliberalismo é um fenômeno distinto do liberalismo clássico do século passado, que se manifestou após a II Guerra nas regiões capitalistas da Europa e na América do Norte (Anderson, 1995). Seu maior propagandista foi Friederich Hayek,

cuja obra - O Caminho da Servidão, de 1944 - criticava o Estado intervencionista e de bem-estar da Inglaterra e de outros países europeus. Com a criação da Sociedade Mont Pelerin em 1947, como se verá a seguir, Hayek associou-se a outros célebres adversários do Estado de Bem-Estar Social europeu, assim como do New Deal norte-americano, para combater o keynesianismo e o solidarismo então dominantes. Entretanto, o projeto de Hayek era muito mais ambicioso. Através desse movimento ideológico iniciado nos anos 40, Hayek pretendia não apenas polemizar com os teóricos do intervencionismo e do coletivismo; ele queria transformar os valores dominantes na sociedade.

As idéias lançadas pelos liberais permaneceram no nível da teoria por várias décadas, até a crise dos anos 70 e a recessão no mundo capitalista avançado. Segundo Hayek e os outros liberais, a crise era consequência do excessivo poder do movimento operário, pois as reivindicações salariais e de gastos sociais feitas pelos sindicatos teriam comprometido a acumulação capitalista. A solução, para os liberais, estava em medidas como a estabilidade monetária, a diminuição dos gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego, para assim enfraquecer a capacidade de reivindicação dos trabalhadores e, por fim, quebrar o poder dos sindicatos. Somente nos anos 80, as medidas propostas pelos liberais foram postas em prática pelos governos Thatcher a partir de 1979, e Reagan, a partir de 1980. Além desses casos, quase todos os países da Europa Ocidental tiveram governos de direita que adotaram as reformas liberais nesse período. Mas, como procuramos mostrar no Capítulo 1, foi na América Latina que ocorreu a "primeira experiência neoliberal sistemática do mundo" (Anderson, 1995, p. 19). Inspirado em Hayek, Friedman e na Escola de Chicago, o Chile conseguiu, durante a ditadura, de 1973 a 1989, aplicar o receituário liberal em toda a sua extensão: desregulação, desemprego, repressão sindical, "redistribuição" de renda em favor dos ricos e privatização dos bens públicos.

### **3.1 O neoliberalismo na Grã-Bretanha**

Segundo Richard Cockett (1995), a hegemonia da ideologia liberal nas últimas décadas na Grã-Bretanha, materializada pela política econômica adotada nos dois períodos de governo de Margareth Thatcher (1979 - 1983; 1983 - 1987), é o resultado de um longo processo de contra-revolução intelectual iniciado nos anos 30, durante os

debates sobre a influência do keynesianismo na Inglaterra. Essa contra-revolução foi liderada pelo economista austríaco Friederich Hayek e desenvolveu-se através da ação concertada de uma série de *think tanks* dedicados a converter uma geração de formadores de opinião e políticos ao ideário liberal. Estamos adotando aqui a noção de contra-revolução intelectual no mesmo sentido em que é utilizada pelos próprios liberais, como foi feito por Milton Friedman em 1959 para descrever o empenho dos defensores do liberalismo econômico contra a “revolução keynesiana” (Fonseca, 1993, p.15).

Os representantes da Escola Austríaca de Economia tiveram papel fundamental no ressurgimento e na divulgação do liberalismo na Grã Bretanha (e posteriormente nos Estados Unidos, como veremos a seguir). No Capítulo II analisamos os principais elementos conceituais da doutrina neoliberal originada da Escola Austríaca de Economia. Aqui trataremos da ação política e ideológica de seus principais mentores, Von Mises e Hayek, e da rede de intelectuais e instituições que foram criadas sob sua inspiração.

Em 1922, Ludwig Von Mises publicou uma crítica à proposta econômica do socialismo em *Socialism: an economic and sociological analysis*. Nesse livro, Von Mises afirmava que só haviam duas formas possíveis de organização da sociedade: numa, a sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção; noutra, o governo controla ou administra toda a produção. A “Terceira Via”, ou o modelo intermediário de sociedade não poderia existir, pois inevitavelmente conduziria a um sistema de comando centralizado e autoritário. Por essa razão, Von Mises opunha-se às economias mistas, ou o *Middle Way* que os economistas britânicos começavam a defender.

Mas a carreira europeia de Von Mises foi interrompida com a ascensão de Hitler na Alemanha e a ameaça que pairava sobre a Áustria. Von Mises transferiu-se para o Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genebra em 1934. Em 1940, emigrou para os EUA, onde viveu até sua morte, em 1973. Von Mises trabalhou pela divulgação do liberalismo entre os norte-americanos através de seus cursos na Universidade de Nova York e dos vários livros que publicou, entre eles *A Ação Humana* (1949). Nos EUA foi também consultor da National Assotiation of Manufacturers, organização de empresários conservadores<sup>1</sup>, e conselheiro da Foundation for Economic

---

<sup>1</sup> A National Association of Manufacturers (NAM) congrega as menores dentre as maiores empresas norte-americanas. Domhoff (1979) a define como um grupo ultra-conservador na rede de organizações de

Education<sup>2</sup>, além de participar da Sociedade Mont Pelerin. As duas últimas organizações viriam a desempenhar papel fundamental na divulgação do liberalismo, tanto dentro dos EUA quanto no plano internacional, como se verá a seguir.

Hayek foi aluno de Von Mises e também era professor de economia na Universidade de Viena em 1931, quando foi convidado pelo economista inglês Lionel Robbins a transferir-se para a London School of Economics (LSE). O Departamento de Economia da LSE já reunia um grupo de economistas liberais, que seria fortalecido com a presença de Hayek. O trabalho conjunto de Hayek e Robbins na Inglaterra transformaria a London School of Economics no mais importante centro acadêmico dedicado à pesquisa e divulgação do liberalismo econômico na Europa dos anos 30 e 40. Nessa época, Hayek desenvolveu um intenso debate com os economistas keynesianos das Universidades de Cambridge e Oxford. Seu alvo era a economia mista proposta por Keynes. Segundo Cockett (1995), esse debate teria contribuído para o desenvolvimento de uma escola de economia anti-keynesiana, liderada pelo Institute of Economic Affairs e, anos mais tarde, para a formação do "thatcherismo", como se verá adiante.

O foco do debate era a proposta de Keynes para solucionar as dificuldades da economia inglesa nos anos 30. Em sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Keynes propunha uma orientação econômica que denominava *Middle Way*. Através dela, o governo promoveria a justiça econômica e social - com a implementação de políticas de pleno emprego - e, ao mesmo tempo, protegeria o indivíduo, sua liberdade de escolha e sua propriedade (Cockett, 1995). Mas, para os liberais, a política econômica keynesiana era, além de inflacionária, eminentemente política, ao justificar as medidas coletivistas que vinham sendo implantadas na Inglaterra desde o final do século anterior. Os liberais preocupavam-se especialmente com o fortalecimento dos sindicatos, e com o pressuposto assumido por Keynes de que o poder dos trabalhadores organizados era tal que tornava politicamente inviável pensar em reduzir os salários como parte da solução para o problema. Em 1935, Hayek publicou sua crítica ao planejamento econômico em

---

formulação de políticas nos EUA. Defende posições isolacionistas quanto à política externa, critica o Welfare State e manifesta especial desconfiança com relação às atividades dos sindicatos, que são considerados como organizações influenciadas por comunistas. A NAM teve grande influência no cenário político norte-americano nos anos 30, mas essa influência foi diminuindo, em especial a partir dos anos 70 (Domhoff, 1979, p. 85).

<sup>2</sup>A *Foundation for Economic Education* foi criada em 1946 por Leonard Read, um empresário amigo de Von Mises, para promover o ensino da economia liberal nos EUA. Sua diretoria incluía empresários e intelectuais (Fonseca, 1993, p. 13).

“Collectivist Economic Planning”. Contudo, segundo Cockett (1995, p. 40), o debate desenvolvido entre os liberais e os keynesianos não teve a repercussão que os liberais esperavam, devido à imensa influência de Keynes nos meios intelectuais ingleses e nos órgãos de decisão econômica do governo inglês da época.

Sem condições de abalar a hegemonia do pensamento keynesiano na Inglaterra, a contra-revolução dos economistas liberais teria que começar fora do país. A oposição intelectual européia ao coletivismo e ao planejamento centrou-se em Genebra, no Institut Universitaire des Hautes Etudes Internationales<sup>3</sup>, para onde Von Mises havia se transferido nos anos 30. Em Genebra, os professores do Instituto começaram a reunir seus esforços para articular uma crítica coerente ao coletivismo e ao keynesianismo, que seriam agregados à atividade de Lionel Robbins e Hayek na London School of Economics.

O resultado desses esforços foi o Colóquio Walter Lippman, organizado na França em 1938 pelos intelectuais liberais europeus preocupados em discutir o declínio do liberalismo como ideologia na Europa. O jornalista norte-americano Lippman havia escrito *The Good Society*, livro que denunciava o avanço das idéias e dos governos coletivistas desde a I Guerra, e identificava as duas ideologias mais poderosas da época - o fascismo e o comunismo - como versões extremas do mesmo impulso coletivista. Os participantes do Colóquio decidiram criar uma organização internacional para lutar pela renovação do liberalismo (Cockett, 1995, p. 10). Com a eclosão da II Guerra, essa idéia teve que ser adiada e só viria se concretizar muitos anos depois, com a fundação da Sociedade Mont Pelerin, da qual participariam treze das vinte e seis pessoas que compareceram ao Colóquio Lippman (Fonseca, 1993, p. 11).

---

<sup>3</sup> Fundado em 1927, o *Institut Universitaire des Hautes Études Internationales* de Genebra desempenhou importante papel como abrigo de acadêmicos liberais durante a guerra. É interessante notar que o instituto era sustentado pela *Rockefeller Fondation* dos EUA, que também foi o principal financiador da *London School of Economics* no período entre-guerras (Cockett, 1995, p. 54). A *Rockefeller Foundation* foi criada pelo empresário John D. Rockefeller em 1913. É uma organização privada que financia programas e atividades internacionais que contribuam para o bem-estar dos povos, através da construção de um modelo de desenvolvimento mundial que preserve o meio-ambiente e seja consistente com os direitos individuais e a distribuição mais equitativa dos recursos. As atividades atuais da Fundação Rockefeller incluem: programas especiais para as comunidades da África e atividades nas áreas de desenvolvimento agrícola, saúde pública, planejamento familiar e desenvolvimento comunitário para países em desenvolvimento, apoio a artes e humanidades de sociedades em transição, e projetos na área de preservação ambiental. (1998. The Rockefeller Foundation [on line] Internet via WWW.URL:<http://www.rockfound.org>). Arquivo capturado em 4/05/98.

Contudo, apesar da guerra, o debate entre os liberais e os coletivistas continuou na Inglaterra. Os políticos liberais ingleses passaram a protestar contra determinadas medidas econômicas adotadas pelo Governo Churchill e por eles consideradas coletivistas: controle governamental sobre as atividades econômicas, regulação, racionamento e planejamento. O foco das críticas era o Relatório Beveridge de 1942, que propunha solucionar os problemas sociais através de políticas redistributivistas como a universalização da previdência pública. O Relatório marcou o início de uma divisão ideológica dentro do Partido Conservador, entre aqueles que apoiavam a condução da política econômica em direção ao Welfare State e aqueles que se opunham ao Relatório Beveridge.

Foi quando Hayek entrou no debate com “O Caminho da Servidão” (1944), livro planejado para ter impacto sobre a opinião pública, e publicado simultaneamente na Inglaterra e nos EUA, pela Universidade de Chicago. Essa obra teve várias reimpressões nos EUA e, por sugestão do jornalista Henry Hazlitt, do New York Times, foi condensada pelo Readers Digest em 1945, quando Hayek percorreu o país dando conferências nas universidades (Cockett, 1995; Nash, 1996).

O argumento central do livro de Hayek era de que não há “caminho intermediário” ou “*middle way*” entre o totalitarismo e o sistema econômico liberal competitivo. Segundo Hayek, o liberal-socialismo proposto por Keynes levaria ao totalitarismo e à servidão. Ainda que a tese não fosse nova, o mérito de Hayek, segundo Cockett (1995), foi o de conseguir transferir o debate da academia para a esfera política e, assim, cativar uma parcela da imaginação popular com uma crítica ao coletivismo. Hayek identificou o socialismo não apenas com o comunismo soviético ou o nazismo alemão, mas como um inimigo da liberdade individual. Para os conservadores liberais ingleses, que se preocupavam com a política econômica que vinha sendo implantada no país, o livro de Hayek serviu como argumento intelectual para contrapor aos entusiastas do planejamento do pós-guerra .

Na mesma época, o filósofo austríaco Karl Popper escreveu *The Open Society*, um tratado filosófico contra o coletivismo. Hayek conseguiu a publicação do livro na Inglaterra, e trouxe Popper para a London School of Economics em 1945. Em *The Open Society*, Popper desenvolveu uma análise das idéias filosóficas que servem de apoio aos

regimes por ele considerados totalitários e criticou os filósofos do totalitarismo nazista ou comunista por considerarem seu conhecimento infalível. Outra contribuição de Popper à crítica das idéias marxistas e coletivistas foi a *Miséria do Historicismo* (1944), no qual questionava o determinismo histórico (Prunes, 1998). Dessa forma, segundo Cockett (1995) a colaboração entre Hayek e Popper na Inglaterra teria contribuído enormemente para lançar os fundamentos intelectuais da crítica ao coletivismo nos anos 40.

Mas, para o próprio Hayek, que diagnosticava uma tendência ao aumento do controle governamental em todo o mundo, esse era apenas o início da luta. Para diminuir a influência das idéias coletivistas, era necessário levar a guerra das idéias aos intelectuais (Cockett, 1995). Essa guerra deveria ser comandada por uma organização que reuniria os intelectuais dispostos a assumir a tarefa de converter a nova geração de intelectuais ao credo do liberalismo, na época largamente desacreditado. A idéia de Hayek era criar uma associação internacional de acadêmicos dedicados à renovação das idéias do liberalismo clássico, para defender os valores da liberdade individual contra as ameaças das idéias socialistas. Hayek pretendia “... *enlist the support of the best minds in formulating a programme which has a chance of gaining general support. Our effort therefore differs from any political task in that it must be essentially a long-run effort, concerned not so much with what would be immediately practicable, but with the beliefs which must regain ascendancy if the dangers are to be averted which at the moment threaten individual freedom*” (Hayek (1947) citado por Cockett, 1995, p. 104).

Hayek comparava a tarefa da associação que pretendia criar com aquela realizada pelos intelectuais socialistas e os reformistas do final do século XIX e início do XX. Eles tinham consciência do papel decisivo desempenhado pelos intelectuais na formação dos valores e crenças da sociedade e, por essa razão, dirigiram seus esforços para obter o apoio da elite. Foi o que os keynesianos, e antes deles os Fabianos<sup>4</sup>, com seus panfletos

---

<sup>4</sup> A Sociedade Fabiana foi criada na Inglaterra em 1884 por intelectuais reformistas como George Bernard Shaw, Beatrice Webb e Sydney Webb. Conseguiu exercer grande influência na definição da legislação social inglesa até a I Guerra, como a introdução da pensão para idosos, da seguridade social e da merenda escolar, entre outras. Eles propunham o aumento do poder do Estado e a implementação de políticas sociais de bem-estar que permitissem estabelecer nacionalmente um padrão de vida mais satisfatório. (Cokett, 1995, p. 15). Os Fabianos consideravam o sistema capitalista injusto por concentrar as riquezas na mão de uma minoria, e que essa injustiça teria fim se a renda da propriedade privada fosse mais bem distribuída. Seus teóricos repudiavam algumas concepções de Marx, em especial o caráter de classe do Estado capitalista e a via revolucionária ao socialismo. Os Fabianos acreditavam na neutralidade do Estado e que esse Estado poderia, através de uma democracia parlamentar baseada no voto universal, ser usado para reformar o sistema econômico e social. Sua proposta era de um socialismo evolucionário e reformista, através do qual, pela evolução pacífica de reformas graduais, se conseguiria acabar com os privilégios das classes

e sua ênfase na educação, haviam feito na Inglaterra (Cockett, 1995). Hayek propunha então usar a mesma tática, ou seja “arregimentar e treinar um exército de lutadores pela liberdade”, numa campanha que duraria pelo menos vinte anos, e cujo objetivo era mudar o pensamento de uma geração de intelectuais. Essa mudança de pensamento dizia respeito, fundamentalmente, à aceitação da necessidade de montagem de uma estrutura legal do Estado que conseguisse garantir a livre competição. Hayek propunha a seus pares o desafio de formular políticas que dificultassem aos capitalistas a formação de monopólios, cartéis, etc. e, por outro lado, uma política sindicalista que conseguisse delimitar na lei o poder dos sindicatos.

Essas foram algumas das sugestões apresentadas por Hayek na reunião que aconteceu em 1947 em Mont Pelerin, na Suíça. Essa reunião era a oportunidade que os intelectuais liberais europeus esperavam desde o Colóquio Lippman em 1938. O apoio financeiro fornecido por vários grupos econômicos foi fundamental para a realização do encontro. O empresário suíço Hunold, vinculado ao Institut d'Études Internationales de Genebra, conseguiu o apoio financeiro de um grupo de industriais e banqueiros suíços. O Banco da Inglaterra patrocinou a viagem dos delegados ingleses. Esse patrocínio foi obtido por Sir Arnold Swenson Taylor, empresário inglês com o qual Hunold mantinha contato através do *think-tank* “The International Liberal Exchange” (Cockett, 1995). A delegação norte-americana foi financiada pelo Willian Volker Charities Trust, fundo criado por um empresário para financiar o estudo e a divulgação do liberalismo nos EUA<sup>5</sup> e que, como se verá adiante, teve papel fundamental como financiador de universidades, publicações e encontros que ampliaram a divulgação do liberalismo entre os intelectuais norte-americanos .

---

dominantes. A visão dos Fabianos era elitista: era através da educação das classes médias que se formariam administradores e políticos capazes de formular e aplicar políticas reformistas. Seu trabalho educativo era feito através da ampla distribuição de panfletos onde denunciavam a pobreza e as injustiças do capitalismo na Inglaterra. (Hunt e Sherman, 1977, p. 140).

<sup>5</sup> O *Willian Volker Fund* foi criado em 1932 por um empresário de mesmo nome no Texas. Em 1944, Harold Luchnou assumiu o lugar de seu tio na presidência do fundo, e definiu as áreas de atuação que seriam desenvolvidas pelo *Volker Fund* até sua extinção em 1961. Durante esse período, as principais linhas de ação do fundo incluíam: apoio financeiro à contratação de acadêmicos de renome internacional para as universidades americanas, entre eles Hayek, Von Mises e Aaron Director; apoio e promoção de encontros de acadêmicos e intelectuais liberais para troca de idéias (incluindo-se a primeira reunião da Mont Pelerin Society de 1947); publicação de importantes contribuições de liberais e conservadores na *Humane Studies Series* nos anos 50 e 60, livros distribuídos a todas as bibliotecas universitárias dos EUA; e estímulo à formação de instituições complementares ao *Volker Fund*, como o *Intercollegiate Studies Institute*, a *Foundation for Economic Education* e o *Institute of Human Studies*, que sucedeu ao *Volker Fund* em 1961. (1990 John Blundel, *President of the Institute of Economic Affairs . Waging the war of ideas: why there are no shortcuts .* Palestra na Heritage Foundation [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.atlas-fdn.org/idea.war.htm>). Arquivo capturado em 24/5/1998).

Os participantes da reunião em Mont Pelerin em 1947 eram economistas liberais conhecidos e que desempenhariam papel importante na divulgação do liberalismo em seus países. A Escola Austríaca de Economia estava representada por Friederich Hayek e Ludwig Von Mises. Da Inglaterra vieram os austríacos Hayek e Karl Popper, Lionel Robbins e Stanley Deninson, da London School of Economics; John Jewkes, da Universidade de Oxford; Michael Polanyi, da Universidade de Manchester; e o jornalista e historiador C. V. Wedgwood. A Alemanha estava representada por Willian Röpke e Walter Eucken, da Escola de Freiburg. Dos EUA vieram o jornalista Henry Hazlitt, do New York Times e Newsweek; os economistas Leonard Read, F. A. Harper e V. O. Watts, da Foundation for Economic Education; e os professores da Universidade de Chicago: Frank Knight, Aaron Director, George Stigler e o jovem Milton Friedman. Os liberais franceses enviaram Jacques Rueff,<sup>6</sup> organizador do Colóquio Lippman, o professor de economia Maurice Allais e o jornalista Bertrand de Jouvenel. Outros presentes eram o Prof. Willian Rappart, do Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genève, além de representantes da Itália e da Noruega (Cokett, 1995).

A Conferência de Mont Pelerin durou 10 dias e sua agenda incluiu temas como: ordem competitiva ou livre empresa; historiografia moderna e educação política; o futuro da Alemanha; os problemas e as possibilidades da Federação Européia; liberalismo e cristianismo; medidas anti-cíclicas, pleno emprego e reforma monetária; política salarial e sindicatos; tributação, pobreza e distribuição de renda; política agrícola; e, finalmente, a crise política da época (Cockett, 1995).

Ao final da conferência, em 1947, foi fundada a Sociedade Mont Pelerin, tendo Friederich Hayek como Presidente e Walter Eucken, John Jewkes, Frank Knight, Willian Rappard e Jacques Rueff como Vice-presidentes (Cockett, 1995). Desde sua fundação, a Sociedade funciona como uma organização fechada, com atividades reservadas exclusivamente a seus membros e sem manifestações públicas de suas posições<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Jacques Rueff foi titular do Tesouro Frances no entre-guerras, ocupou vários cargos no governo francês após 1945 e, por encomenda do Gen. Charles DeGaulle, elaborou o Plano Rueff de reforma econômica e social em 1958 (Cockett, 1995, p. 110).

<sup>7</sup> Houve divergências entre os participantes da Conferência de Mont Pelerin sobre qual deveriam ser a natureza e o nome da sociedade a ser fundada. Enfim, a organização acabou recebendo o nome de Sociedade Mont Pelerin, constituindo-se como uma corporação em Illinois (EUA) em 1947. Pelos estatutos definidos na primeira reunião, o objetivo da associação era acadêmico; ela deveria contribuir para a preservação do pensamento liberal. Entretanto, vários participantes almejavam uma atuação mais militante e

Ainda assim, exerce enorme influência através da atuação de seus membros, que ocupam posições de destaque no meio político e intelectual no mundo todo. A partir de 1950, a Sociedade Mont Pelerin passou a reunir-se a cada dois anos, em diferentes partes do mundo (Quadro I). Desde a sua fundação no final da década de 40, a Sociedade Mont Pelerin desempenhou um papel central no renascimento internacional da ideologia do neoliberalismo porque, segundo Cockett (1995): manteve vivo o interesse pelo liberalismo numa época em que não era uma teoria hegemônica; deu identidade aos intelectuais liberais que se achavam isolados; disseminou idéias liberais para audiências internacionais; aumentou a legitimidade das idéias liberais pelo reconhecimento de seus membros, entre eles vários vencedores do prêmio Nobel de economia; contribuiu indiretamente para influenciar políticas governamentais através da ação de seus membros como conselheiros ou legisladores; e, ainda, estimulou a criação de instituições liberais por todo o mundo.

Poucos anos após a primeira reunião da Sociedade Mont Pelerin, a mudança de Hayek para os Estados Unidos nos anos 50 coincidiu com um decréscimo no interesse pelo liberalismo na Inglaterra. Mais do que isto, muitos liberais ingleses acusavam o Partido Liberal de ter aceito o Welfare State e a economia keynesiana, e sentiam falta de uma organização que reproduzisse no país a ação da Sociedade Mont Pelerin. Essa organização seria criada em 1955 por Antony Fisher: o Institute of Economic Affairs, que viria a ter enorme influência na consolidação do pensamento liberal na Grã-Bretanha nas décadas seguintes (Cockett, 1995). Empresário interessado na difusão do liberalismo, Fisher havia se filiado à Society of Individualists<sup>8</sup> durante a II Guerra. A idéia de criar o instituto havia sido discutida com Hayek em 1947, quando este lhe sugeriu criar uma organização de pesquisa acadêmica que fornecesse estudos e argumentos em favor da teoria econômica liberal e de sua aplicação prática aos intelectuais, professores e

---

pública, ou mesmo que a Sociedade Mont Pelerin se tornasse um grupo de pressão liberal. O argumento em favor dessa posição levava em conta o problema da obtenção de recursos para o funcionamento da sociedade. Para alguns parecia difícil conseguir suporte financeiro de empresários para uma entidade que não publicava suas atas e conduzia suas ações reservadamente. Apesar das divergências, a segunda reunião da sociedade ocorreu na Inglaterra em 1949, e nela prevaleceu a visão de Hayek: a Mont Pelerin manteve-se como uma associação de intelectuais para discussão acadêmica (Cockett, 1995).

<sup>8</sup> A *Society of Individualists*, criada em 1942, em pleno debate provocado pelo Relatório Beveridge, reunia políticos conservadores e intelectuais defensores do individualismo e contrários às políticas reformistas em curso no país. Publicava panfletos e livros em defesa do individualismo e do liberalismo. Desempenhou um papel importante como único local de encontro não partidário para os adeptos do liberalismo nos anos 40 e 50. Nesses encontros, propiciou a aproximação de vários dos envolvidos com o renascimento das idéias

jornalistas<sup>9</sup>. O Institute of Economic Affairs (IEA) seria inspirado no modelo da Foundation for Economic Education (FEE) dos Estados Unidos, que Fisher conheceu a convite de F. A. Harper<sup>10</sup>, membro da Sociedade Mont Pelerin. Fisher havia ficado impressionado pela qualidade do trabalho educacional e de popularização das idéias de livre-mercado que a FEE mantinha (Cockett, 1995).

Para montar o Institute of Economic Affairs, Anthony Fisher convidou o militante liberal Oliver Smedley<sup>11</sup>, experiente na ação política em defesa da livre-empresa através dos grupos de pressão e dos *think tanks*. O IEA tinha também um Conselho Consultivo composto pelo financista Sir Arnold Swenson -Taylor (que já havia apoiado a viagem da delegação inglesa à reunião da Sociedade Mont Pelerin em 1947); por economistas da London School of Economics e por jornalistas. A direção do Instituto ficou a cargo de Ralph Harris, economista formado em Cambridge, que já havia trabalhado no Conservative Political Centre e que demonstrou grande talento como angariador de fundos - no final dos anos 60, o IEA já recebia apoio financeiro de cerca de 350 diferentes fontes (Cockett, 1995). Arthur Seldon, economista da London School of Economics, assumiu a direção editorial do instituto. Note-se que, para compor o Institute of Economic Affairs, Anthony Fisher escolheu um grupo de pessoas que representava, na realidade, uma mistura de economistas renegados liberais dos dois partidos: o próprio Fisher e Ralph Harris vinham do Partido conservador, e Arthur Seldon e Oliver Smedley

---

liberais na Inglaterra do pós-guerra, incluindo Anthony Fisher e Oliver Smedley, fundadores do Institute of Economic Affairs (Cockett, 1995).

<sup>9</sup> A montagem dessa organização não aconteceu de imediato. Anthony Fisher passou os anos seguintes dedicando-se a sua fazenda de gado leiteiro e à organização de campanhas políticas contra os subsídios do governo inglês para a agricultura. Em 1952, fez uma visita aos EUA que foi decisiva tanto para o aprimoramento técnico de sua empresa agrícola quanto para definir melhor a organização liberal que queria criar. De retorno à Inglaterra, Fisher fundou uma empresa agrícola de produção de frango de corte, nova técnica trazida dos EUA que se transformou num negócio de enorme sucesso na Inglaterra e que lhe rendeu os recursos financeiros para criar o instituto que havia discutido com Hayek em 1947.

<sup>10</sup> F. A. Harper era professor de economia na Cornell University, EUA, onde começou a divulgar o pensamento de Hayek, o que lhe valeu algumas críticas da universidade. Nos anos 40, abandonou a universidade e juntou-se a Leonard Read na Foundation for Economic Education. Participou da Sociedade Mont Pelerin desde o primeiro encontro de 1947. No final dos anos 50, transferiu-se para o Volker Fund e, nos anos 60, criou o Institute of Humane Studies. Foi membro da Mont Pelerin Society desde a sua fundação (1990 John Blundel, President of the Institute of Economic Affairs). *Waging the war of ideas: why there are no shortcuts*. Palestra na Heritage Foundation [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.atlas-fdn.org/idea.war.htm>. Arquivo capturado em 24/5/1998).

<sup>11</sup> Smedley e Fisher conheceram-se através da Society of Individualists. Smedley já havia trabalhado em campanhas contra os subsídios para a agricultura e auxiliado a fundar a Farmers and Smallholders Association em 1944, da qual Fisher era Tesoureiro. Fundou o Conselho pela Redução da Tributação em 1954 e, em 1958, assumiu a direção da Free Trade League (criada em 1903). Smedley era também um anti-europeu convicto. Criou a campanha Keep Britain Out em 1960 e em 1979 formou o Free Trade Liberal Party para lutar contra a entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Econômica Européia. Também ficou conhecido

vinham do Partido Liberal. Essa mistura viria a se constituir na essência do thatcherismo: um novo tipo de conservadorismo baseado no liberalismo clássico (Cockett, 1995).

Definido como uma organização educacional e de caridade e portanto registrado como entidade civil sem vinculações políticas nem partidárias, o Institute of Economic Affairs podia receber doações dedutíveis do imposto de renda. Essa "neutralidade política" do Instituto era fundamental para garantir os recursos financeiros e foi a razão porque, em 1959, Oliver Smedley e Sir Arnold Swenson Taylor deixaram o IEA. Os dois mantinham ligações com o Partido Liberal, o que poderia dificultar a obtenção de recursos através de doações. A fachada de neutralidade tinha que ser mantida a qualquer custo, para não permitir que os adversários percebessem que o Instituto tinha objetivos políticos. Segundo as palavras de um de seus integrantes: "*In other words, if we said openly that we were re-teaching the economics of the free-market, it might enable our enemies to question the charitableness of our motives*". (apud Cockett, 1995, p. 131).

O Institute of Economic Affairs deveria funcionar como um "think-tank" menos tradicional que a Brookings Institution<sup>12</sup> dos EUA, que trabalha na pesquisa de idéias e políticas. Segundo seu fundador Anthony Fisher, para o IEA isso era muito pouco: "*the IEA knew 'the truth', their task was to evangelize*" (Cockett, 1995, p. 139). E a evangelização começaria pela educação dos formadores de opinião: intelectuais, políticos, empresários, jornalistas e todos que influenciam a opinião pública. A forma de ação do IEA foi bem definida num paper apresentado por Harris e Seldon na reunião da Sociedade Mont Pelerin de 1959, patrocinada pelo IEA e realizada na Universidade de Oxford. Em seu texto, os autores consideravam que as idéias liberais ainda não eram hegemônicas na Grã-Bretanha, e que essa a construção dessa hegemonia seria a tarefa fundamental do IEA. Harris e Seldon estabeleciam três requisitos básicos para a

---

quando quebrou o monopólio estatal da BBC ao fundar a Rádio Carolina em 1964. Segundo Cockett, (1995), Smedley considerava que a sua rádio seria o último bastião da liberdade, caso o país se tornasse comunista.

<sup>12</sup> Auto-definida como o mais antigo think-tank dos EUA, a *Brookings Institution* surgiu em 1927 da fusão de três institutos já existentes: o Institute for Government Research (1916), a primeira organização privada norte-americana dedicada ao estudo das políticas públicas, o Institute of Economics e o Robert Brookings Graduate School. Em 1927, as três instituições consolidaram-se numa só, com o nome do empresário Robert Sommers Brookings (1850-1932). Financiada por doações de organizações filantrópicas, empresas e indivíduos, a *Brookings Institution* dedica-se à pesquisa, publicação e divulgação de estudos sobre políticas públicas, em especial no campo da economia, política externa e estudos governamentais. Suas conferências, atividades e publicações servem de elo de ligação entre a academia e os formuladores de políticas públicas. (1998. About the Brookings Institution [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.brook.edu/>) Arquivo capturado em 4/05/98.

constituição e a manutenção de uma sociedade livre, além de definir o papel que a educação desempenharia nessa sociedade:

- "1. The philosophy of the market economy must be widely accepted; this requires a large programme of education and much thought about how to finance it;*
  - 2. The transformation from a controlled economy must be eased by compensating those interests whose expectations will be disturbed;*
  - 3. Policies must be designed to make otiose all pleas for protection from the consequences of change that the democratic politicians would have difficulty in resisting.*
- 1. Education at varying levels must be directed first at the influencers of opinion : i.e. at intellectuals, politicians, business men, and all (not least journalists who help to form public opinion.)" (Harris and Seldon, 1959, apud Cockett, 1995, p. 140).*

Segundo essa proposta, a tarefa do Institute of Economic Affairs só seria realizada a longo prazo: ajudar a formar nas universidades e escolas inglesas uma nova geração de intelectuais liberais que trabalhariam na divulgação do liberalismo até torná-lo a ideologia dominante. Os intelectuais foram escolhidos como foco de atenção do IEA pelo poder de persuasão que poderiam exercer sobre o pensamento do indivíduo comum através dos jornais, rádio, televisão, escolas, etc. Essa seria a premissa básica do trabalho do IEA: a transformação do clima intelectual através da educação. Para o presidente do Institute of Economic Affairs, Anthony Fisher, foi assim que o socialismo foi disseminado. Por essa razão, ele inspirou-se na atividade dos Fabianos e dos primeiros socialistas para modelar a ação do IEA.

A fim de alcançar o maior número de pessoas, o projeto educacional do Institute of Economic Affairs era desenvolvido através de um grande programa editorial. Seus trabalhos eram publicados em forma de panfletos baratos e pequenos, novamente inspirados nos Fabianos. Até os anos 70, o IEA tinha vendido cerca de 250 mil exemplares de seus textos na Inglaterra e no exterior, constituindo-se num centro modelo para a discussão e a divulgação do liberalismo econômico cuja excelência intelectual, segundo Cockett (1995), não foi igualada por qualquer outro instituto dessa natureza. A lista de autores das publicações do IEA incluía professores de economia reconhecidos na Inglaterra, muitos formados pela London School of Economics; membros da Sociedade Mont Pelerin; e também economistas liberais de renome internacional como Hayek, James Buchanan e Milton Friedman.

Outra estratégia editorial utilizada pelo Institute of Economic Affairs para dar mais impacto a suas publicações era o que seu editor Arthur Seldon denominava " *infiltration in*

*reverse*”, ou seja, a publicação de autores cujas posições não eram totalmente identificadas com o IEA. O mais famoso exemplo foi o texto “Paying for Social Services” (1967), escrito por Douglas Houghton, que até meses antes era o ministro responsável pela coordenação da política social sobre aposentadorias, saúde e educação do governo trabalhista de Harold Wilson. Contrariando a política do Partido Trabalhista, Houghton afirmava em seu texto que o país não tinha mais condições de manter os gastos sociais e concluía que os indivíduos deviam custear parte desses gastos<sup>13</sup> (Cockett, 1995).

Os textos publicados pelo Institute of Economic Affairs apresentavam análises da estrutura financeira do Estado de Bem-Estar Social inglês e propunham soluções de mercado para a saúde, habitação, aposentadoria e educação. Em 1964, o IEA propôs o pagamento da educação através de um *voucher system* (Cokett, 1995). Cabe destacar aqui que a idéia de acabar com a rede de escolas públicas e de fornecer recursos diretamente às famílias através do cheque-educação foi formulada por Friedman nos EUA nos anos 60 (Friedman, 1962) e é defendida pelos liberais norte-americanos até hoje (Apple, 1994, p. 185). Como seria de se esperar, essa tese é defendida também pelo Instituto Liberal no Brasil (Série Políticas Alternativas - Educação. Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 1992).

O Institute of Economic Affairs foi responsável também pela importação da doutrina econômica do monetarismo de Milton Friedman, que viria a tornar-se o princípio orientador das reformas econômicas do governo Thatcher nos anos 80 (Cockett, 1995). Friedman, membro fundador da Sociedade Mont Pelerin, participou de vários debates promovidos pelo IEA e publicou diversos textos através do instituto, entre eles *The counter-revolution in monetary theory* (1970), *Monetary correction* (1974), e seu prêmio Nobel *Inflation and unemployment* (1976). Além disso, O IEA ajudou Friedman a preparar a série de TV *Free to choose*, mostrada em seis episódios em 1980 e que teve grande impacto na opinião pública britânica (Cockett, 1995). Dessa forma, Friedman desempenhou papel de destaque na campanha do IEA em favor do monetarismo e contra as políticas de pleno emprego na Inglaterra dos anos 70.

---

<sup>13</sup> Essa estratégia é utilizada também pelo Instituto Liberal no Brasil. Veja-se, por exemplo, a publicação de “Neoliberalismo: um balanço”, de Perry Anderson, na série Idéias Liberais (n.º 28, 1994), publicada pelo Instituto Liberal de São Paulo.

Além da divulgação do monetarismo, o trabalho do Institute of Economic Affairs concentrou-se também na discussão da questão sindical nos anos 60 a 80. As propostas do IEA para levar a Inglaterra a uma economia de mercado tinham como pressuposto a flexibilização do mercado de trabalho através da redução do poder dos sindicatos e de uma política governamental de estabilidade monetária. O próprio Hayek escreveu as contribuições mais efetivas do IEA sobre a questão dos sindicatos: *A tiger by the tail* (IEA, 1972) e *1980s Unemployment and the unions* (IEA, 1980) (Cockett, 1995, p. 149-150).

A credibilidade intelectual e acadêmica do Institute of Economic Affairs se beneficiava ainda do reconhecimento público de seus colaboradores, dentre eles Hayek e Friedman, que receberam Prêmios Nobel de Economia em 1974 e 1976, respectivamente. Até mesmo a Sociedade Fabiana, em 1968, reconhecia a coerência filosófica do IEA como uma escola de pensamento da Nova Direita, e alertava a esquerda por não perceber a influência que o IEA vinha exercendo nos meios intelectuais e políticos (Cockett, 1995; Denham, 1996).

A influência do Institute of Economic Affairs nos anos 60 e 70 foi muito grande entre os jornalistas, acadêmicos e políticos da Grã-Bretanha, especialmente no que se refere à divulgação do monetarismo. Entre os jornalistas, as propostas do Institute of Economic Affairs eram especialmente divulgadas pelo Daily Telegraph, o Financial Times e o Times. O Daily Telegraph cedia freqüentemente suas páginas centrais para os membros do IEA e, nos anos 60, publicou mais de 60 artigos de Arthur Seldon, editor do IEA. Segundo Cockett (1995), esses três jornais exerceram enorme influência na transformação do clima intelectual inglês nos anos 70, em especial na conversão de uma parcela significativa da opinião pública ao monetarismo. Nas Universidades inglesas a influência do Institute of Economic Affairs também foi muito grande<sup>14</sup>. O IEA entrava nas universidades através das associações que formavam a Federação de Estudantes Conservadores, vinculada ao Partido Conservador. A penetração do IEA era maior onde essas associações eram mais fortes, como na Universidade de St. Andrews, de onde saíram vários expoentes do IEA. Entre eles, estavam os irmãos Eamonn e Stuart Butler, que criaram o Adam Smith Institute em 1976 e vários membros da equipe econômica de

Thatcher nos anos 80. A Universidade de St. Andrews também abrigou a reunião da Sociedade Mont Pelerin em 1976 .

Através da divulgação de publicações e da realização de palestras nas Universidades durante os anos 60, o Institute of Economic Affairs preparou jovens economistas liberais que viriam a se constituir numa geração de ativistas políticos. Esses militantes desfrutavam de amplo acesso aos debates da Sociedade Mont Pelerin e à literatura produzida pelo IEA, bem como a uma rede de *think tanks* de livre mercado que lhes dava orientação intelectual e, sobretudo, empregos . Segundo Cockett (1995), ainda que a idéia de militantes políticos não pertencentes à esquerda fosse estranha à década de 70, esses eram os “lutadores da liberdade” de Hayek. Esses militantes de direita viriam a exercer influência significativa na definição da política econômica do Governo Thatcher, tanto através dos *think tanks* liberais, quanto através do Partido Conservador inglês. A influência do IEA sobre o Partido também se dava através da ação de seus simpatizantes no Swinton College, o centro de treinamento de conferências mantido pelo Partido Conservador. Após a vitória do liberalismo na Grã-Bretanha, esses militantes viriam a desempenhar papel importante também na internacionalização do movimento neoliberal nos anos 80, como veremos adiante.

No meio político, três membros importantes do Partido Conservador tiveram especiais ligações com o Institute of Economic Affairs: Keith Joseph, Geoffrey Howe e Margareth Thatcher. Keith Joseph, que foi Secretary of Social Services do Governo Heath no início dos anos 70, freqüentava as reuniões da Sociedade Mont Pelerin desde os anos 60 e discutia com Arthur Seldon, editor do IEA, as questões referentes ao Welfare State. Geoffrey Howe, Minister of Trade and Affairs no Governo Heath, também usava o IEA como centro de pesquisa e informação, em especial sobre o funcionamento do Welfare State. O IEA produzia trabalhos especializados sobre o funcionamento do mercado, tipo de conhecimento que o Departamento de Pesquisa do Partido Conservador não dispunha (Cockett, 1995) . Margareth Thatcher, que ocupou um posto no Ministério de Previdência de 1961 a 1964, e foi depois Secretary of State for Education do Governo Heath, também apoiou-se no IEA, sobretudo para aprofundar seus conhecimentos de economia monetarista. Através do Institute of Economic Affairs, Thatcher encontrou-se

---

<sup>14</sup> Até hoje o IEA goza de prestígio acadêmico, e tem como pareceristas de suas publicações economistas de renome internacional. ( 1997. Institute of Economic Affairs homepage. [online] Internet via WWW.URL:

com Hayek em 1975 e com Milton Friedman em 1978. Dessa forma, o trabalho do IEA foi divulgado e aceito no meio político especialmente através da influência que Margareth Thatcher, Keith Joseph e Geoffrey Howe exerceram sobre o Partido Conservado e sobre o governo inglês nos anos 70 .

Dentre os *think tanks* criados sob a inspiração do Institute of Economic Affairs na Grã-Bretanha, dois merecem especial referência: o Centre for Policy Studies (CPS) e o Adam Smith Institute (ASI). Esses dois institutos viriam a desempenhar papel vital na formulação de políticas públicas de cunho liberal e na definição do programa de governo de Thatcher, assim como na preparação de quadros técnicos desse governo. Esse papel não podia ser desempenhado pelo Institute of Economic Affairs, que não podia envolver-se diretamente na política para não perder seu registro de entidade civil e filantrópica<sup>15</sup>.

O Centre for Policy Studies (CPS) foi criado em 1974 com recursos do Partido Conservador inglês. Sua criação foi sugerida por Keith Joseph, Secretary of Social Services do Governo Heath, insatisfeito com as políticas definidas pelo partido. O CPS deveria desenvolver dentro do partido o que o Institute of Economic Affairs tinha realizado na comunidade intelectual. Ou seja, o IEA havia definido os princípios gerais do liberalismo econômico e construído um consenso intelectual em torno deles; o CPS deveria traduzir esses princípios econômicos em propostas políticas concretas e travar a batalha ideológica para a aprovação dessas políticas dentro do Partido Conservador (Cockett, 1995).

Para dirigir o Centre for Policy Studies, o Ministro Keith Joseph convidou Alfred Sherman, que já escrevia seus discursos desde o final dos anos 60, e continuou a fazê-lo dentro do CPS. Os discursos mais famosos versavam sobre a inflação e a proposta de resolvê-la através de recursos de política monetarista e não de pleno emprego. Sherman fora socialista, lutara na Guerra Civil Espanhola, mas decepcionou-se com o socialismo numa visita que fez à Jugoslávia no pós-guerra. Aprendeu economia na London School of Economics e, nos anos 50, tornou-se um defensor ardente do liberalismo (Cockett,

---

<http://www.iea.org.uk>.) Arquivo capturado em 4/08/97.

<sup>15</sup> Outro think-tank inspirado no IEA foi a Atlas Economic Research Foundation, criada por Fisher nos EUA para divulgar internacionalmente o liberalismo. Como se verá no próximo capítulo, tanto o Adam Smith Institute quanto a Atlas Foundation desempenharam papel importante no surgimento do Instituto Liberal no Brasil. O primeiro por servir de inspiração intelectual e a segunda pelas várias formas de auxílio, inclusive financeiro, que oferece ao Instituto Liberal.

1995). Sherman é um caso exemplar entre os “Convertidos”, grupo de intelectuais de grande importância no movimento intelectual liberal e conservador inglês (e norte-americano, como se verá adiante).

Cockett (1995) aponta a “Conversão” de socialistas e marxistas ao liberalismo econômico, por se declararem desiludidos com as experiências históricas dos países socialistas, como uma das características marcantes do realinhamento político em direção ao liberalismo nos anos 70. Várias das pessoas envolvidas no trabalho do Institute of Economic Affairs (como Arthur Seldon), do Centre for Policy Studies e de organizações similares eram “convertidos”. Os convertidos trouxeram de sua experiência política anterior o vigor e a paixão intelectual, assim como a habilidade política e intelectual para por as idéias em prática. Suas manifestações surtiam efeito especial sobre a opinião pública, já que eles haviam desenvolvido suas críticas ao socialismo de dentro do próprio campo socialista. Além disso, como muitos convertidos tinham suas origens na classe trabalhadora, sua presença servia para enfraquecer as acusações de que o Partido Conservador só representava os interesses da classe dominante.

O Centre for Policy Studies (CPS) funcionava através de grupos de estudo, que forneciam grande parte do material para suas publicações e também para os discursos do Ministro Keith Joseph. Em 1983, haviam 16 grupos de estudos sobre diferentes assuntos: sindicatos, indústria, educação, saúde, enfim, todos os assuntos referentes ao Welfare State e as possibilidades de desmontá-lo. O mais famosos desses grupos foi o Trade Union Reform, que em 1976 elaborou uma proposta de reforma da lei sindical que teve grande influência sobre a definição das políticas adotadas pelo Partido Conservador. Essa reforma era condição fundamental para a realização das demais medidas econômicas de cunho liberal, pois elas não poderiam ser implementadas sem a quebra do enorme poder do movimento sindical inglês. O trabalho do CPS sobre a reforma sindical foi levado para o partido pelo Ministro Keith Joseph e, segundo Cokett (1995), contribuiu para o sucesso do Partido Conservador nas eleições de 1973, bem como para a estratégia adotada pelo governo de Margareth Thatcher de 1979 a 1983.

De 1975 a 1978, o Centre for Policy Studies trabalhou também numa campanha para divulgar o liberalismo junto aos estudantes, promovendo palestras do Ministro Keith

---

Joseph sobre a justificativa moral e filosófica do capitalismo. Para complementar o trabalho de Keith Joseph nos campus universitários nessa época, o CPS organizava também seminários de fim de semana para estudantes. A justificativa para esse trabalho com os estudantes era a expectativa de que eles influenciariam a futura geração de jornalistas, funcionários públicos, acadêmicos e líderes industriais e de negócios em geral, “(...) *at a stage of their lives when they are particularly amenable to intellectual argument and have not already arrived at fixed political beliefs*” (Cockett, 1995, p. 278).

Dessa forma, o Centre for Policy Studies desempenhou um papel importante em duas esferas diferentes na política inglesa dos anos 70. De um lado, lutou uma “guerra de idéias” dentro do Partido Conservador, centrada principalmente na defesa do monetarismo e na necessidade de controlar tanto a inflação quanto a influência dos sindicatos. De outro, o CPS foi importante como centro de recrutamento de pessoas de diferentes origens e variadas habilitações profissionais como empresários, executivos, analistas de sistemas, especialistas em marketing político e jornalistas, interessados em lutar pelo ressurgimento do liberalismo na Inglaterra. Essas pessoas eram, de alguma forma, patrocinadoras da Nova Direita e do Conservadorismo Liberal e foram muito úteis como colaboradores técnicos do Governo Thatcher (Cockett, 1995).

Outro *think tank* criado sob a inspiração do Institute of Economic Affairs foi o Adam Smith Institute (ASI) que surgiu em 1976 como uma entidade independente do Partido Conservador inglês, apesar de manter fortes vinculações com determinados ministros e executivos do partido. Sua tarefa era fornecer análises detalhadas sobre como as idéias do liberalismo econômico defendidas pelo Institute of Economic Affairs podiam ser traduzidas em propostas políticas viáveis. Seus criadores foram três economistas ingleses - Madsen Pirie, Eamonn Butler e Stuart Butler - que traziam a experiência dos *think tanks* dos Estados Unidos, onde haviam trabalhado no Republican Study Committee. Esse comitê foi fundado por Edwin Feulner, presidente da Sociedade Mont Pelerin. Feulner estudou na London School of Economics, trabalhou no Institute of Economic Affairs em 1965 e foi fundador da Heritage Foundation<sup>16</sup> de Washington em 1973.

---

<sup>16</sup> Fundada em 1973 nos EUA, a *Heritage Foundation* é um instituto de pesquisa e ensino (um think-tank, segundo a própria definição da entidade) dedicado à formulação de políticas conservadoras baseadas nos princípios da livre-empresa, na liberdade individual, nos valores norte-americanos tradicionais e numa forte defesa nacional. A fundação divulga seu trabalho através de livros, artigos e conferências, para um público-

Da Heritage Foundation os ingleses trouxeram a Teoria da Escolha Pública, de James Buchanan, Prêmio Nobel de Economia em 1986 e membro da Sociedade Mont Pelerin. A fundação americana havia desenvolvido uma adaptação dessa filosofia à formulação de políticas públicas específicas, passíveis de aplicação prática em determinadas condições políticas e institucionais. Os fundadores do Adam Smith Institute denominavam essa estratégia de “micro-política”, e com ela propunham uma abordagem mais pragmática e flexível na formulação de políticas econômicas liberais. O trabalho do ASI passou a ser, então, a realização de análises detalhadas de como uma medida de política pública podia ser implementada na prática .

Assim, através da formulação de propostas no nível micro-político, o Adam Smith Institute faria um trabalho complementar ao do Centre for Policy Studies, mais estratégico e genérico. Nos anos 80, o ASI tornou-se o maior centro de idéias e propostas políticas sobre privatização na Inglaterra. No início dos anos 80, o Adam Smith Institute publicou o Projeto Omega, no qual definia a aplicação de reformas de cunho liberal para todas as áreas de políticas públicas: tributária, habitacional, de defesa nacional, etc. O Projeto Ômega seria usado como plano de governo no segundo mandato de Thatcher. Esse projeto, assim como boa parte do trabalho da ASI, foi inspirado na Heritage Foundation e no seu *Mandate for Leadership*, preparado em 1980 para definir as diretrizes de um programa conservador para o Governo Reagan: defesa da economia de mercado; posição internacional mais dura; maiores dotações orçamentárias para a Defesa, etc. (Sen, 1996). Com o colapso do comunismo no final dos anos 80, o Adam Smith Institute passou a aconselhar os governos de diversos países do leste europeu - Polônia, Hungria, Checoslováquia - sobre questões de privatização.

A história do Projeto Ômega e da própria criação do Adam Smith Institute é um exemplo da estreita vinculação e da articulação entre os movimentos liberais na Inglaterra e nos EUA nos anos 60 e 70. A criação quase concomitante da Heritage Foundation nos Estados Unidos (1973) e do Centre for Policy Studies na Inglaterra (1974), bem como a natureza semelhante do trabalho que realizam é outro exemplo da

---

alvo bem definido de congressistas, assessores parlamentares, formuladores de políticas do nível executivo do governo, profissionais de mídia e as comunidades acadêmicas e de políticos. *A Heritage Foundation* é uma entidade civil, privada, mantida por doações de empresas e fundações. (1997. The Heritage Foundation. Mission Statement [online] Internet via WWW. URL: <http://www.heritage.org>. Arquivo capturado em 20/7/97.

sincronicidade entre o desenvolvimento intelectual e político do liberalismo econômico nos EUA e na Inglaterra, assim como comprova a influência que Hayek e Friedman exerceram, tanto sobre a Nova Direita americana quanto a inglesa (Cockett, 1995, p. 282).

Outra evidência da articulação entre os movimentos neoliberais do pós-guerra nos EUA e na Inglaterra é dada pela prática de intercâmbio de diretores entre suas organizações. Já mencionamos a experiência dos irmãos Butler que, antes de fundarem o Adam Smith Institute em Londres, haviam trabalhado no Republican Study Committee nos Estados Unidos. Em 1981, Stuart Butler voltou para os EUA como analista político na Heritage Foundation, e era seu Vice-Presidente para Estudos de Política Doméstica em 1994 (Cockett, 1994, p. 282). Outro exemplo é o do Institute for Humane Studies<sup>17</sup> dos EUA. Nos anos 80, esse instituto teve como vice-presidente John Blundel, que estudou na London School of Economics, onde conheceu o trabalho do Institute of Economic Affairs. Depois Blundell foi presidente da Atlas Economic Research Foundation e, finalmente, tornou-se Diretor Geral do Institute of Economic Affairs de Londres em 1993 (Cockett, 1994, p. 192).

### 3.2 O neoliberalismo nos Estados Unidos

Nos EUA do pós II Guerra, aqueles que defendiam a tradição americana do individualismo temiam as tendências esquerdistas que eles identificavam em várias partes do mundo, desde a vitória dos trabalhistas na Inglaterra à própria situação dos Estados Unidos, com o aumento do poder do Estado e da sua interferência na economia. Foi nesse contexto que se deu o renascimento do liberalismo norte-americano nos anos 50,

---

<sup>17</sup> Criado nos EUA em 1961 por F. A. Harper, ex-diretor da Foundation for Economic Education e do Volker Fund, para desenvolver atividades semelhantes às do *Volker Fund*. O *Institute for Humane Studies* (IHS) dedica-se à pesquisa e à educação, baseado na convicção de que a compreensão mais ampla das questões humanas e da liberdade promoverão a paz, a prosperidade e a harmonia social. O trabalho do IHS é feito através da seleção de estudantes, professores e intelectuais produtivos e talentosos, que compartilhem o interesse pela liberdade. Para essas pessoas selecionadas, o IHS financia bolsas de estudo e promove seminários de verão. Com esses programas, o Instituto pretende promover o estudo da liberdade em diferentes disciplinas e encorajar o debate aberto, a compreensão, o estudo rigoroso e a criatividade na solução de problemas. Em 1997, o *Institute for Humane Studies* gastou cerca de 450 mil dólares em bolsas para estudantes universitários em todo o mundo, assim como financiou a participação de 300 estudantes de 19 países em seus seminários de verão. (1997. Institute for Humane Studies Homepage [online] Internet via WWW.URL: <http://osfl.gmu.edu/~ihs/> Arquivos capturados em 4/8/97 e em 24/5/98.

que contou com a contribuição de vários emigrados europeus, em especial dos austríacos Hayek e Von Mises (Nash, 1996).

Ludwig Von Mises tornou-se professor da Universidade de Nova Iorque nos anos 40 (Nash, 1996). Publicou vários livros nos EUA, entre eles *Omnipotent Government and Bureaucracy* (1944) e *Human Action* (1949), um enorme tratado sobre economia que discutia as diferentes dimensões da ação humana, o mercado, os preços, os juros, os interesses conflitantes dos agentes econômicos, a cooperação social e criticava fortemente o planejamento econômico e a intervenção do Estado sobre o mercado. Von Mises teve grande influência sobre o pensamento liberal, em especial no meio acadêmico norte-americano.

Friederich Hayek foi a outra personalidade eminente do pensamento liberal nos EUA. Seu livro *O caminho da Servidão* foi divulgado naquele país em 1944. Hayek foi contratado pela Universidade de Chicago em 1950, com apoio financeiro do *William Volker Charities Trust*, o mesmo que havia financiado a participação americana na reunião da *Mont Pelerin Society* (Nash, 1996). Para a direita norte-americana, as críticas de Hayek ao planejamento central da economia, considerado um entrave à competição, e ao coletivismo como um projeto essencialmente autoritário, trouxeram uma nova liderança e uma nova voz para a velha tradição americana.

Contudo, segundo Nash (1996), a simples edição de livros não gera um movimento intelectual. Para isso, seria necessária a criação de uma rede de influência com impacto político, como fizeram, pela esquerda, os Fabianos na Inglaterra e o American for Democratic Action nos EUA. “(...) *the postwar libertarian intellectual movement was a movement of ideas in action . It was not solely a phenomenon of academic journals, lectures and seminars, although many of its most distinguished and influential leaders lived in academe. Instead, it was the intellectual flank of what became a political movement, or, to put it differently, an intellectual movement with political implications. Its goal was not conventional power and prestige but the implementation of ideas*” (Nash, 1996, p. 16).

Assim, nos anos pós- II Guerra, além de Hayek e Von Mises, vários intelectuais e organizações engajaram-se na tarefa de divulgação do liberalismo nos Estados Unidos,

da mesma forma que ocorreu na Grã Bretanha, como vimos. Entre os grupos, instituições e publicações que formavam uma rede que influenciava o movimento liberal norte-americano nos anos 50, Nash (1996) destaca a Foundation for Economic Education, a Sociedade Mont Pelerin, o periódico *The Freeman* e a Intercollegiate Society of Individualists.

A Foundation for Economic Education (FEE) foi criada em 1946 por Leonard Read para divulgar as idéias do liberalismo clássico nos EUA. Read era diretor da Câmara de Comércio dos EUA, mas desde 1935 já trabalhava na divulgação de textos liberais através de uma mala direta que atingia cerca de três mil pessoas (Nash, 1996). A FEE foi criada com o apoio de professores universitários de Yale e de Columbia, do jornalista Henry Hazlitt<sup>18</sup> (do NY Times e, posteriormente, da Newsweek, e membro da Sociedade Mont Pelerin) e dos diretores de algumas empresas, entre elas General Motors e B.F. Goodrich. Von Mises e professores da Universidade de Cornell constituíam a equipe técnica da FEE, que contava ainda com o apoio e as palestras de Hayek. Em 1947, o Volker Fund e a Realm Foundation também apoiaram financeiramente a Foundation for Economic Education. Em 1952, a fundação divulgava literatura liberal pelo sistema de mala direta, para um público de cerca de 29 mil pessoas. O livro *The Law*, de Frédéric Bastiat, foi o maior sucesso editorial da FEE, tendo vendido mais de 500 mil cópias até 1971<sup>19</sup>. Com toda essa divulgação, a FEE desempenhou um importante papel na redescoberta da tradição liberal e na disseminação de idéias sobre liberalismo clássico na sociedade americana (Nash, 1996).

Leonard Read (FEE) era também um dos participantes da delegação norte-americana na primeira reunião da Sociedade Mont Pelerin em 1947, que incluía outros dois economistas da FEE, F. A. Harper e V. O. Watts; Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Aaron Director e Frank Knigh, da Universidade de Chicago; Henry Hazlitt, do NY Times, e outros liberais dos EUA. A participação desses intelectuais na primeira reunião da Sociedade Mont Pelerin (e nas seguintes) teria contribuído para aumentar a

---

<sup>18</sup> Como jornalista de renome nos EUA, responsável por uma coluna semanal sobre finanças na Newsweek, Henry Hazlitt seria um elo importante entre os movimentos liberais dos EUA e da Inglaterra, pelo seu anti-keynesianismo ferrenho e pela divulgação que fazia do liberalismo econômico na imprensa. Foi responsável pela publicação no Reader's Digest da versão condensada do livro "O caminho da servidão" de Hayek, em 1945. Divulgou internacionalmente o Institute of Economic Affairs de Londres ao comentar a primeira publicação do IEA em sua coluna semanal na Newsweek. Também deu seu apoio a outras organizações e jornais liberais e conservadores como *The Freeman*, nos EUA (Cokett, 1995).

<sup>19</sup> O livro de Bastiat também foi editado no Brasil pelo Instituto Liberal, no final dos anos 80.

auto-consciência dos liberais norte-americanos e a articulação entre os movimentos neoliberais norte-americanos e europeus.

Outro elo importante da rede neoliberal era o jornal *The Freeman*. Criado por Albert J. Nock<sup>20</sup> nos anos 20, o jornal passou por algumas dificuldades e saiu de circulação. Foi recriado nos anos 50, para defender e divulgar o liberalismo tradicional e a liberdade individual. Editado pelos jornalistas Henry Hazlitt e John Chamberlain, o periódico divulgava também artigos de acadêmicos como Hayek, Von Mises e Röpke, entre outros. Foi o jornal liberal de maior prestígio nos EUA no período 1950-54, e teve papel central na reconstrução da intelectualidade conservadora nos EUA (Nash, 1996). Apesar disso, o jornal passou por problemas financeiros e, em 1954, foi comprado pela Foundation of Economic Education (FEE) e transformado num mensário, editado por Frank Chodorov<sup>21</sup>. Em 1956, devido a novos problemas financeiros, Leonard Read (FEE) incorporou *The Freeman* à publicação mensal da FEE, *Notes and Liberty*, mantendo o nome desse último (Nash, 1996).

Entre os estudantes norte-americanos, outra instituição de grande importância para a divulgação do pensamento liberal foi a Intercollegiate Society of Individualists, criada em 1953 por Frank Chodorov. Num artigo para o seu mensário *Analysis* em 1950, Chodorov denunciava que o fenômeno mais significativo das primeiras décadas do século 20 tinha sido a transformação do caráter individualista dos norte-americanos em coletivista. Essa transformação teria sido provocada pela lenta penetração das idéias socialistas nos campus universitários, obtida através de esforço consciente dos militantes para atrair os jovens mais brilhantes. A proposta de Chodorov era fazer um esforço de mesma intensidade, no sentido inverso, para fazer prevalecer a causa do individualismo, mesmo que para isso fossem necessários 50 anos. Com o propósito de servir como um

---

<sup>20</sup> Albert Jay Nock era um intelectual de direita que defendia um liberalismo ultra conservador, baseado no anti-estatismo ferrenho, o desprezo pelas massas e o tradicionalismo na educação. Nock faleceu em 1945, mas seu pensamento influenciou as gerações seguintes de liberais conservadores: Robert Nisbet, Russel Kirk, William Buckley Jr. e Frank Chodorov. (Nash, 1996).

<sup>21</sup> Frank Chodorov era amigo e discípulo de Nock. Era professor da Henry George School of Social Science, sob cujo patrocínio reviveu *The Freeman* em 1930. Entretanto, seu estilo veemente, em especial contra a guerra e a favor do isolacionismo, constrangeu os patrocinadores da escola, que o demitiram. Desde então, Chodorov tornou-se um militante muito ativo e que, segundo Nash, em muito contribuiu para o desenvolvimento intelectual da Direita norte-americana no pós-guerra. Em 1944, produzia um boletim mensal de quatro páginas, *Analysis*, distribuído como mala direta. Nele, Chodorov reproduzia textos e comentários de conservadores e liberais norte-americanos. Em 1946, *Analysis* já tinha cerca de 2.700 assinantes e, quando fusionou-se com a revista *Human Events*, em 1951, chegou a uma circulação de 4 mil exemplares (Nash, 1996, p. 14)

antídoto para a Intercollegiate Society of Socialists, Chodorov criou a Intercollegiate Society of Individualists (ISI) e colocou na presidência outro acadêmico preocupado com a influência coletivista nos campus: Willian F. Buckley Jr.<sup>22</sup> Em 1956, cerca de 10 mil pessoas recebiam a literatura sobre liberalismo distribuída pela ISI, e, nos anos 60, já eram cerca de 40 mil. O sucesso da ISI nos anos 50 demonstra, segundo Nash (1996), a sua importância como editora de publicações e como coordenadora do movimento estudantil conservador, pois revelou e colocou à disposição da juventude conservadora uma vasta bibliografia sobre liberalismo, garantindo-lhe assim um respaldo intelectual.

Ativa até hoje, a Intercollegiate Society of Individualists patrocina um extenso programa de “educação para a liberdade”, através de conferências, publicações e bolsas de estudo que atingem estudantes universitários em todo o país. O objetivo da ISI é preparar os alunos mais destacados e que apresentam potencial de liderança para a defesa dos valores e instituições que mantêm uma sociedade livre, através da divulgação dos princípios norteadores da sociedade norte-americana: Estado limitado, liberdade individual, responsabilidade pessoal, livre empresa e padrões morais judaico-cristãos<sup>23</sup>.

Dessa forma, intelectuais como Hayek, Von Mises, Frank Chodorov, Albert Nock, Leonard Read, Willian Buckley Jr, Henry Hazlitt, entre outros e organizações como a Foundation for Economic Education, a Intercollegiate Society of Individualists, a Sociedade Mont Pelerin e o periódico *The Freeman* desempenharam papel fundamental na divulgação do neoliberalismo nos EUA, transformando-se numa rede de influência e contatos pessoais e institucionais que conformaram um movimento intelectual liberal atuante nos anos 50. Além disso, vários fatores internos e externos contribuíram para o ressurgimento do liberalismo nos EUA nesse período. Internamente, Nash (1996) cita a proximidade do New Deal e o medo da população americana em relação à intervenção do governo na vida dos cidadãos. No exterior, os acontecimentos políticos davam destaque aos argumentos liberais: a Rússia estalinista e a Guerra Fria acirravam os sentimentos nacionalistas e anti-totalitários dos norte-americanos. A vitória dos trabalhistas na

---

<sup>22</sup> Willian F. Buckley Jr. graduou-se em Yale e, em 1951, escreveu um livro para denunciar a hegemonia dos economistas coletivistas naquela universidade: *God and man at Yale*. Poucos anos depois, viria a desempenhar um papel fundamental na criação da *National Review*, o mais importante semanário conservador dos EUA (Nash, 1996, p. 24).

<sup>23</sup> (*Intercollegiate Studies Institute* Homepage. [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.isi.org>) Arquivo capturado em 15/04/98.

Inglaterra socialista de 1945 também preocupava os americanos. Nesse contexto, “liberalismo e capitalismo tornaram-se intelectualmente defensíveis” (Nash, 1996; p. 27).

Entretanto, como vimos no capítulo 1, o neoliberalismo não é a única vertente conservadora na sociedade norte-americana, uma vez que seu surgimento como corrente intelectual e política insere-se no processo de consolidação do movimento conservador nos EUA, que começou após a II Guerra Mundial e se tornou dominante no final dos anos 70, com a vitória de Reagan. Segundo Nash (1996), os liberais representavam uma das três tendências que constituíam o movimento intelectual conservador nos EUA após 1945. As outras eram: os tradicionalistas ou neoconservadores, que rejeitavam a sociedade de massas e o racionalismo e pregavam o retorno aos valores religiosos e éticos tradicionais; e os anti-comunistas, preocupados com o avanço do comunismo na esfera internacional e também com os “comunistas infiltrados” na sociedade norte-americana.

No final dos anos 50, os conservadores sentiram a necessidade de unificar essas três tendências da direita intelectual norte-americana, para fazer frente ao que consideravam o domínio da esquerda sobre as universidades e a mídia. A idéia era criar um semanário que reunisse e representasse a diversidade do movimento conservador, e isto se realizou em 1955, com o lançamento da *National Review*, de Willian Buckley Jr. Os colaboradores eram figuras destacadas das diferentes vertentes do conservadorismo americano e a linha editorial tinha o viés anti-comunista, anti-estatista, católico, etc. Em 1958, devido a problemas financeiros, a *National Review* tornou-se quinzenal, chegando a ter uma circulação de 100 mil exemplares nos anos 70 (Nash, 1996). A revista também funcionou como o centro de uma rede de instituições e canais de comunicação da direita americana. Em circulação até hoje, mantém a mesma linha editorial desde o início: seus artigos mostram forte oposição à política de distensão, aos controles de preços e salários, e à regulamentação governamental de qualquer natureza. Em contrapartida, apoiam o aumento das dotações orçamentárias para a defesa nacional e o fortalecimento do papel hegemônico dos Estados Unidos no mundo (Sen, 1981).

Os anos 60 foram de fortalecimento e consolidação do movimento intelectual conservador americano, para fazer frente à efervescência da sociedade que se manifestava através dos movimentos civis de negros, minorias sexuais, ecologistas, etc.

O movimento conservador integrava suas diferentes tendências através da crença que compartilhavam sobre determinados princípios básicos: a defesa da propriedade privada e da livre-empresa; o horror ao comunismo e ao socialismo; o apoio a uma política externa agressiva, de forte defesa nacional; a afirmação da superioridade dos Estados Unidos e da civilização ocidental sobre o resto do mundo; e a defesa de valores morais e religiosos tradicionais (Nash, 1996). Milton Friedman e os demais membros da Escola de Chicago tiveram papel de destaque como economistas neoliberais que participavam ativamente do movimento conservador, principalmente na crítica ao funcionamento dos programas governamentais. No campus, a Intercollegiate Society of Individualists continuava muito ativa e funcionava como um elo entre os acadêmicos de direita e os estudantes.

A partir dos anos 70, como vimos no Capítulo I, duas novas tendências surgiram na direita americana : os neoconservadores, social-democratas desiludidos e convertidos ao credo da direita; e a direita religiosa, um movimento menos intelectual e mais comunitário, oriundo das igrejas fundamentalistas, formado por cidadãos revoltados com a "desagregação moral" da sociedade americana: abortos , drogas, violência, etc. Dessa forma, nos anos 80, a unificação do movimento conservador americano contribuiu enormemente para a vitória de Reagan, como vimos no capítulo I.

Sobretudo, os conservadores tornaram-se um movimento intelectual e político muito influente na sociedade americana, estabelecendo vários periódicos para difundir suas idéias e definindo, como estratégia de ação, o estudo e a formulação de políticas públicas, desenvolvidos através de rede de *think tanks* liberais, publicações, firmas de assessoria jurídica, consultorias, etc. Essa rede propicia uma maior vinculação entre intelectuais, políticos e uma miríade de *think tanks* especializados no estudo e na formulação de políticas públicas de cunho liberal e conservador. De fato, o número de *think tanks* aumentou enormemente a partir dos anos 60 nos EUA, assim como sua influência sobre a definição das políticas públicas. Nos anos 80, esse aumento deveu-se principalmente à criação de *think tanks* marcadamente ideológicos, numa matriz conservadora, como o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e o Public Policy Research Institute (Hollings, 1993). Atualmente, existem cerca de mil *think tanks* em operação nos Estados Unidos, que se filiam a variados matizes ideológicos, e são, em grande número, de abrangência nacional como, por exemplo, Rand Corporation,

Brookings Institution, Hoover Institute, Heritage Foundation e American Enterprise Institute, entre outros. Existem também muitos institutos regionais ou locais, além daqueles vinculados a universidades.

Alguns *think tanks* que formam a rede neoliberal e conservadora destacaram-se no cenário da política pública reaganiana nesse período. A Heritage Foundation foi criada em 1973 por Edward Feulner<sup>24</sup> como centro de pesquisas sobre política nacional para auxiliar os congressistas e seus assistentes. Seu financiador original foi o empresário Joseph Coors, do ramo de cervejas, mas em 1980 já recebia mais de cinco milhões de dólares em doações de empresas e fundações como a própria Coors, Scaife Family Trust, Noble Foundation e John M. Olin Fund (Sem, 1996). Mais conhecida por sua vinculação com a presidência de Reagan, já que tornou-se o centro da *Reagan Revolution* com a elaboração do *Mandate for a Leadership*, a Heritage Foundation funciona como um elo de ligação entre toda a rede de *think tanks* formuladores de políticas públicas e o movimento conservador em geral. Além disso, desempenha o papel de centro de referências para profissionais conservadores altamente qualificados no assessoramento de políticos e congressistas. Essa intermediação da Heritage Foundation permite aos militantes conservadores republicanos exilarem-se em *think tanks* liberais e conservadores no interregno dos governos democratas (Weaver, 1989; George, 1996).

Outro *think tank* importante na rede de organizações neoliberais é o American Enterprise Institute, fundado em 1943 por empresários que se opunham ao New Deal. Tem como objetivo promover políticas de livre-mercado e funcionar como um centro de difusão da retórica da livre empresa. Seu trabalho é feito diretamente com os membros do congresso, a burocracia federal e a mídia. Nos anos 80 empregava cerca de 500 pessoas produzindo livros, análises e relatórios e tinha um orçamento de quase 13 milhões de dólares (George, 1996). Em 1987, cerca de 60% de seus recursos vinham das grandes empresas (Weaver, 1989) e o restante das fundações mantidas pelas grandes empresas (Sen, 1996).

Como se pode perceber com esses poucos exemplos, ao longo das últimas décadas centenas de milhões de dólares foram utilizados na produção e difusão da

---

<sup>24</sup> Edward Feulner formou-se na London School of Economics e trabalhou no Institute of Economic Affairs de Londres nos anos 60 (Sem, 1996).

ideologia neoliberal nos EUA. De onde vieram esses recursos? Entre 1940 e 1950, vieram principalmente do William Volker Fund, que financiou a viagem dos representantes americanos na reunião da Mont Pelerin em 1947 e ainda foi usado para salvar revistas em dificuldades, financiar inúmeras publicações em Chicago, para assumir as dívidas da foundation for Economic Education, e organizar colóquios em universidades. Mas, na realidade, desde os anos 60 várias fundações das grandes empresas passaram a apoiá-los e financiar as instituições neoliberais e conservadoras: a Fundação Ford doou 300 mil dólares para o American Enterprise Institute; a Fundação Bradley (28 milhões de dólares doados em 1994) financia, entre outras, a Heritage Foundation, o American Enterprise Institute e vários outros. Com doações desse tipo, as quatro revistas neoliberais mais importantes dos EUA - The National Interest, The Public Interest, New Criterion e American Spectator - receberam 27 milhões de dólares de diferentes fontes entre 1990 e 1993, segundo Suzan George (1996)<sup>25</sup>.

Algumas fundações sustentadas por grandes e antigas fortunas industriais como Coors (cervejarias), Scaife e Mellon (açúcar), e principalmente Olin (produtos químicos) costumam financiar também cátedras nas mais prestigiadas universidades americanas. Note-se que, através dessas generosas doações, o doador tem o direito de nomear o professor que vai ocupar a cátedra ou dirigir o centro de pesquisas que se beneficia da doação. Dessa forma, os conservadores neoliberais tentam reforçar as instituições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se baseia a empresa privada. Em 1988, a Fundação Olin destinava 55 milhões de dólares para esse tipo de apoio. Desde então, existem cátedras Olin de direito e economia nas universidades de Harvard, Yale, Stanford e Chicago, onde o Centro Olin para o Estudo da Teoria e da Prática da Democracia recebe 36 milhões de dólares por ano. A revista The National Interest, dirigida por Irving Kristol, recebe um milhão de dólares. A Business School da Universidade de Nova Iorque recebe 326 mil dólares pela cátedra ocupada pelo mesmo Irving Kristol. Em Harvard, Samuel Huntington dirige o Instituto Olin de Estudos Estratégicos, que recebe 14 milhões de dólares. A Fundação Olin também patrocinou a divulgação do livro de Francis Fukuyama sobre o fim da história. (George, 1996)

---

<sup>25</sup> A título de comparação, as únicas quatro revistas progressistas dos Estados Unidos com público nacional - The Nation, The Progressive, In These Times e Mother Jones) receberam , no mesmo período, apenas 270

### 3.3. A internacionalização do movimento neoliberal nos anos 80

A existência de vínculos estreitos entre os movimentos neoliberais na Inglaterra e nos EUA foi importante não apenas para o desenvolvimento do pensamento e da ação política dos liberais nesses países, mas também para a internacionalização desse movimento nos anos 80. Essa nova fase do movimento ideológico liberal deve muito, novamente, à capacidade de articulação de Anthony Fisher, criador do Institute of Economic Affairs de Londres.

Após considerar o Institute of Economic Affairs bem sucedido na criação de um ambiente intelectual favorável ao liberalismo econômico na Inglaterra, Antony Fisher dedicou-se ao trabalho de internacionalização dos *think tanks* liberais. Em 1975, foi convidado a dirigir o Fraser Institute do Canadá<sup>26</sup>, fundado em 1974, dedicando-se especialmente à atividade de angariar recursos para o instituto. Em 1977, Fisher fundou o International Center for Economic Policy Studies em Nova Iorque (depois designado Manhattan Institute for Policy Research) e, no final da década, fundou o Pacific Institute for Public Policy, em 1979, e ainda colaborou com a criação do Centre for Independent Studies da Austrália. (Cockett, 1995). Além das organizações que Fisher ajudou a criar diretamente, o IEA serviu de modelo a outros institutos liberais de análise de políticas, como o Free Enterprise Institute na Suécia, o Centro de Investigaciones Economicas sobre la Libre Empresa (CISLE) no México, o Hong Kong Centre for Economic Research, o Liberty Fund<sup>27</sup> nos EUA e os Institutos Liberais no Brasil, entre outros (Fonseca, 1993).

Para orientar e coordenar a ação de todos esses institutos internacionais, Antony Fisher criou a Atlas Economic Research Foundation em 1981, nos EUA<sup>28</sup>. Fisher usava

---

mil dólares em contribuições na forma de doações (George, 1996).

<sup>26</sup> Fundado em 1974 como uma organização de pesquisa e educação independente e a-partidária. O *Fraser Institute* tem como objetivo colaborar para a construção de uma sociedade de bem-estar econômico e social baseada no livre-mercado, no direito à propriedade privada, na responsabilidade individual e no Estado limitado. A realização desse objetivo se dá através da elaboração de pesquisas e de formulação de projetos de políticas públicas. (1997. The Fraser Institute Homepage. [online] Internet via WWW.URL: <http://www.fraserinstitute.ca/>. Arquivo capturado em 1/08/97.

<sup>27</sup> Liberty Fund, criado em 1960 pelo empresário Pierre F. Goodrich, interessado em divulgar o liberalismo nos Estados Unidos. Suas atividades compreendem a promoção de cursos e seminários em vários países, edição de livros, contratação de acadêmicos para dar cursos e bolsas para pós-graduados (1990 John Blundel, President of the Institute of Economic Affairs. *Waging the war of ideas: why there are no shortcuts*. Palestra na Heritage Foundation [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.atlas-fdn.org/idea.war.htm>). Arquivo capturado em 24/5/1998).

<sup>28</sup> A *Atlas Foundation* ajuda a criar e manter *think tanks* de políticas públicas em todo mundo. Fornece orientação, consultoria, apoio financeiro e acesso a uma rede internacional de líderes e intelectuais que

as reuniões da Sociedade Mont Pelerin para angariar fundos e arremeter pessoal para o trabalho na Fundação. Em 1988, a Atlas Foundation apoiava mais de sessenta institutos liberais em vinte países (Fonseca, 1993). Seu trabalho concentrou-se na América Central e do Sul e nos países do Leste Europeu, regiões onde a luta em favor do liberalismo ainda se encontraria no estágio em que estava nos EUA e na Inglaterra nos anos 40. Em 1987, a Atlas Foundation uniu-se ao Institute for Humane Studies, criado nos anos 60 (ver nota 17), para formar o núcleo central de uma rede internacional de *think tanks* ou institutos de pesquisa sobre o livre-mercado, inspirados basicamente no trabalho do Institute of Economic Affairs de Londres (Cokett, 1995). Nesse trabalho conjunto, as duas fundações vêm realizando seminários internacionais anuais, sendo que o "Liberty and Society" é promovido pelo Institute of Humane Studies, e os "International Workshops", pela Atlas Foundation.

Fisher morreu em 1988, mas a Atlas Foundation não parou de crescer. Em 1991, a fundação havia ajudado a criar, sustentar ou assessorar cerca de setenta e oito institutos, especialmente trinta e um na América Latina, e desenvolvido relações com outros oitenta e oito institutos em cinquenta e um países. (Cockett, 1995, p. 307). Da rede de entidades vinculadas de alguma forma à Atlas Foundation fazem parte várias das organizações que mantêm vínculos com o Instituto Liberal do Brasil, como a Reason Foundation<sup>29</sup>, o Cascade Policy Institute<sup>30</sup>, a Foundation for Economic Education, o Cato Institute<sup>31</sup>, o Fraser Institute, o Ludwig Von Mises Institute, o Independent Institute<sup>32</sup>, o

---

compartilham o ideal liberal. (1977. Atlas Economic Research Foundation . Mission and Perspective. [online] Internet via WWW.URL: <http://www.atlas-fdn.org/mission.htm>. Arquivo capturado em 31/8/97).

<sup>29</sup> Fundada em 1978 nos EUA, a *Reason Foundation* é uma organização nacional de pesquisa e ensino dos valores da racionalidade e da liberdade como bases para a construção da "Boa Sociedade". Mantém o *Reason Public Policy Institute*, com experiência na elaboração de projetos de privatização e reformas do setor público. Publica a revista mensal *Reason*, de larga circulação. (1977. Reason Foundation [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.reason.org>. Arquivo capturado em 2/10/97).

<sup>30</sup> Criado em 1991 nos EUA, o *Cascade Policy Institute* pesquisa e formula soluções de mercado para os problemas de políticas públicas, entre elas educação, saúde, política fiscal, etc (1977. Cascade Policy Institute. Introduction .[online] Internet via WWW.URL: <http://www.CascadePolicy.org/intro.htm>. Arquivo capturado em 30/7/97).

<sup>31</sup> Fundado em 1977 nos EUA, o *Cato Institute* realiza pesquisas e formula políticas públicas inspiradas no liberalismo. Dentre as propostas de políticas formuladas pelo Instituto e debatidas pelos congressistas norte-americanos estão: cortes no orçamento federal; independência estratégica nas relações exteriores; privatização da previdência social (projeto coordenado por Jose Piñera, idealizador da privatização chilena); substituição do imposto sobre a renda pelo imposto sobre vendas; entre outras. O *Cato Institute* publica livros e estudos; o *Cato Journal*, trimestral; e a revista *Regulation*, quadrimestral. É uma instituição independente, custeada por contribuições individuais, de empresas e fundações. (1997. Cato Institute [online] Internet via WWW.URL: <http://www.cato.org>. Arquivo capturado em 30/7/97).

<sup>32</sup> Fundado em 1987 nos EUA, sem vinculações partidárias ou governamentais, o *Independent Institute* desenvolve e publica estudos e sugestões de políticas públicas. ( 1997. The Independent Institute Mission Statement. [online] Internet via WWW.URL: <http://www.independent.org/>). Arquivo capturado em 2/09/97.

Institute of Economic Affairs, o Institute for Humane Studies, o Pacific Research Institute, o Centre for Independent Studies, o Instituto Libertad y Desarrollo, de Hernando de Soto, do Peru, a Universidad Francisco Marroquin na Guatemala, e a ESEADE na Argentina . No Leste europeu, Vaclav Klaus foi um dos fundadores do Instituto Liberal de Praga, em 1992.

Essa rede internacional de *think tanks* liberais tem como núcleo central a Sociedade Mont Pelerin. Durante os 50 anos de sua existência, a Sociedade Mont Pelerin tem-se mantido como uma entidade fechada. Suas atividades principais são a realização de conferências reservadas exclusivamente aos membros e convidados e a manutenção de redes informais de discussão. Na medida em que funciona quase como uma sociedade secreta, "uma espécie de franco - maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada" (Anderson, 1994, p. 10), a força e influência da Sociedade Mont Pelerin é exercida principalmente através dos indivíduos que a compõem.

Do grupo original de menos de 50 membros europeus e americanos, a sociedade hoje congrega cerca de 500 associados em todos os continentes, incluindo os dirigentes do thin tanks. Entre os demais membros, estão figuras de projeção tanto nas áreas acadêmicas quanto políticas. Entre os acadêmicos, estão seis vencedores do Prêmio Nobel de Economia: Friederich Hayek (1974), Milton Friedman (1976), George Stigler (1982), James Buchanan (1986), Ronald Coase (1991), Gary Becker (1992). Outros membros importantes, e já falecidos, foram: Luigi Einaudi, Presidente da Itália; Ludwig Erhard, Chanceler da Alemanha Ocidental; além de economistas e jornalistas europeus e norte-americanos. Entre os membros atuais estão : Antonio Martino, acadêmico e ex-Ministro do Exterior da Itália; Geoffrey Howe, John Biffen e Rhodes Boyson, ex- ministros do Governo Britânico; Yoshio Suzuki, economista e membro do Parlamento japonês; Ruth Richardson, ex-Ministro das Finanças da Nova Zelândia; vários economistas australianos e intelectuais de renome nos meios acadêmicos norte-americanos, como Milton e Rose Friedman, Richard Epstein, Allen Meltzer, entre outros. O primeiro representante do Leste Europeu na Sociedade Mont Pelerin é Václav Klaus, Primeiro Ministro da República da Tchecoslováquia. O presidente da Sociedade Mont Pelerin em 1997 era Edwin Felner, fundador da Heritage Foundation de Washington (ver Quadro II). Os membros brasileiros da Sociedade são dirigentes do Instituto Liberal: Donald Stewart Jr (falecido no final de 1999), Og Francisco Leme, José Olavo de Meira Penna e Ubiratan Borges de Macedo.

As preocupações da Sociedade Mont Pelerin de hoje são diferentes das de 1947. A Sociedade considera que o planejamento econômico centralizado está desacreditado, assim como o intervencionismo de outros tipos vem sendo questionado em todo o mundo. Contudo, o que preocupa a Sociedade hoje é a imensa quantidade de recursos das nações que ainda são controlados por seus governos, assim como a capacidade de intervenção dos Estados na vida cotidiana dos indivíduos. Essas questões, assim como, obviamente, o problema da integração européia e a implantação de uma moeda única naquele continente, são os problemas que a Sociedade Mont Pelerin vem debatendo recentemente<sup>33</sup>.

Como se pode perceber, a existência de um movimento ideológico neoliberal deve muito às organizações mencionadas, em especial ao Institute of Economic Affairs, por ser o núcleo original e modelo dos centros de ensino, pesquisa e desenvolvimento da teoria econômica liberal, à Atlas Economic Research Foundation, pelo papel que exerce na criação e manutenção de *think tanks* liberais em todo o mundo, à Sociedade Mont Pelerin por promover reuniões entre grandes personalidades do mundo político e acadêmico liberal e às inúmeras fundações mantidas pelas grandes empresas, que fornecem os recursos para sustentar esse movimento ideológico neoliberal internacional. No próximo capítulo veremos como funciona a rede neoliberal no Brasil, através da articulação e das estratégias desenvolvidas pelo Instituto Liberal.

---

<sup>33</sup> (1997). Greg Lindsay " Threats to freedom then and now. The Mont Pelerin Society after 50 years" [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.cis.org.au/mps.html>) Arquivo ca capturado em 1/10/97.

---

 Quadro I
 

---

 SOCIEDADE MONT PELERIN
 

---

 Reuniões
 

---

	<i>Reunião inaugural</i>	
Mont Pelerin, Suíça		1947
	<i>Reuniões Gerais</i>	
Seelisberg, Suíça		1949
Bloomendaal, Holanda		1950
Beauvallon, França		1951
Seelisberg, Suíça		1953
Veneza, Itália		1954
Berlim, Alemanha		1956
St. Moritz, Suíça		1957
Princeton, Estados Unidos.		1958
Oxford, Grã Bretanha		1959
Kassel, Alemanha		1960
Turin, Itália		1961
Knokke, Bélgica		1962
Semmering, Austria		1964
Stresa, Itália		1965
Vichy, França		1967
Aviemore, Grã Bretanha		1968
Munich, Alemanha		1970
Montreux, Suíça		1972
Bruxelas, Bélgica		1974
St. Andrews, Grã Bretanha		1976
Hong Kong		1978
Stanford, Estados Unidos.		1980
Berlim, Alemanha		1982
Cambridge, Grã Bretanha		1984
St. Vincent, Itália		1986
Tokio, Kyoto, Japão		1988
Munich, Alemanha		1990
Vancouver, Canada		1992
Cannes, França		1994
Viena, Austria		1996
Washington, D.C., Estados Unidos.		1998
	<i>Reuniões Regionais</i>	
Tokyo, Japão		1966
Caracas, Venezuela		1969
Rockford, Estados Unidos		1971
Salzburg, Austria		1973
Cidade da Guatemala , Guatemala		1973
Hillsdale, Estados Unidos.		1975

Paris, França	1977
Amsterdam, Holanda	1977
Madrid, Espanha	1979
Stockholm, Suécia	1981
Vina del Mar, Chile	1981
Vancouver, Canada	1983
Paris, França	1984
Sydney, Australia	1985
Indianapolis, Estados Unidos.	1987
Christchurch, Nova Zelândia	1989
Antigua, Guatemala	1990
Big Sky, Montana, Estados Unidos.	1991
Praga, Checoslováquia	1991
Rio de Janeiro, Brasil	1993
Cape Town, África do Sul	1995
Cancun, Mexico	1996
Barcelona, Espanha	1997
Vancouver, Canada	1999
Potsdam, Alemanha	1999

*Reuniões Especiais*

Taipei, Tailândia	1978
Taipei, Tailândia	1988
Mont Pelerin, Suíça	1997
Bali, Indonésia	1999

---

Fonte: (2000) The Mont Pelerin Society [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.montpelerin.org>  
Arquivo capturado em 1/10/2000.

---

**Quadro II**

---

**SOCIEDADE MONT PELERIN****Presidentes**

---

Friederich A. Hayek . Grã Bretanha. 1947-61

Wilhelm Ropke. Suíça. 1961-62

John Jewkes. Grã Bretanha. 1962-64

Friedrich Lutz. Alemanha. 1964-67

Bruno Leoni. Italia. 1967-68

Guenter Schmolders. Alemanha. 1968-70

Milton Friedman. Estados Unidos. 1970-72

Arthur Shenfield. Grã Bretanha. 1972-74

Gaston Leduc. França. 1974-76

George Stigler. Estados Unidos. 1976-78

Manuel Ayau. Guatemala. 1978-80

Chiaki Nishiyama. Japão. 1980-82

Lord Harris of High Cross. Grã Bretanha. 1982-84

James Buchanan. Estados Unidos. 1984-86

Herbert Giersch. Alemanha. 1986-88

Antonio Martino. Italia. 1988-90

Gary Becker. Estados Unidos. 1990-92

Max Hartwell. Grã Bretanha. 1992-94

Pascal Salin. França. 1994-96

Edwin J. Feulner. Estados Unidos. 1996-98

Ramon P. Diaz. Uruguai. 1998-00

---

Fonte: (2000) The Mont Pelerin Society [on line] Internet via WWW.URL: <http://www.montpelerin.org>  
Arquivo capturado em 1/10/2000.

## CAPÍTULO IV

### OS INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA

A presença do liberalismo como doutrina no ideário político brasileiro é muito antiga e caracterizada por uma certa convivência com os traços autoritários da burguesia brasileira, como vimos no Capítulo I. A argumentação liberal vem sendo utilizada periodicamente por frações dessa burguesia para clamar contra a intervenção do estado na economia e os meios acadêmicos e políticos também produziram liberais do peso Eugenio Gudín, Roberto Campos e José Merquior, entre outros. A novidade que aparece na Nova República é a criação de um *think tank* neoliberal, uma organização formada especialmente para a doutrinação política, e que funciona como o núcleo de uma rede difusora da ideologia neoliberal. Nesse capítulo apresentamos o ideário defendido pelos Institutos Liberais, seus objetivos e as estratégias utilizadas para atingi-los. Inicialmente, analisamos o neoliberalismo do Instituto Liberal, ou seja, os preceitos que regem a sua atuação e que estão contidos na sua Declaração de Princípios e que são fundamentalmente baseados na Escola Austríaca de Economia. A seguir descrevemos a criação, difusão e forma de ação dos Institutos Liberais, que busca a sua inspiração nos principais *think tanks* liberais que analisamos no capítulo anterior. Aqui os objetivos principais são detectar os mecanismos de funcionamento, as estratégias e os públicos selecionados para a difusão ideológica, as forças sociais e econômicas que estão nos bastidores do projeto e que são perceptíveis basicamente através das empresas patrocinadoras dos institutos, dos colaboradores internacionais e dos intelectuais brasileiros envolvidos com o projeto neoliberal através da rede dos Institutos Liberais.

#### 4.1 O neoliberalismo dos Institutos Liberais

Os Institutos Liberais foram criados para divulgar o neoliberalismo entre as elites formadoras de opinião no Brasil, ou seja, para divulgar os princípios do liberalismo entre “lideranças sociais e formadores de opinião pública”: políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais em geral (IL 1983-1993. Os primeiros dez anos).

Os objetivos, princípios norteadores e compromissos dos Institutos Liberais foram registrados no documento: Princípios dos Institutos Liberais (Declaração do Rio de Janeiro de 1988). Declarando-se como organizações independentes de partidos políticos, os Institutos Liberais tem como objetivo fundamental trabalhar na "difusão dos princípios do liberalismo, que consideram os mais eficazes para a promoção do bem-estar moral e material dos indivíduos, para a superação das desigualdades e para a eliminação dos privilégios existentes na sociedade brasileira". De acordo com o credo liberal de Hayek, a noção de liberalismo como a supremacia do indivíduo sobre o Estado é colocada muito claramente: "entendem o liberalismo não como um dogma, mas como um conjunto de princípios capazes de inspirar ações no sentido de mudança social. Esses princípios privilegiam o indivíduo e não o Estado, e defendem a primazia da associação autônoma e voluntária dos cidadãos sobre as formas de organização impostas pelo Estado" (Instituto Liberal, 1993, p.5).

Os princípios defendidos começam pelo mais elementar: o direito à vida e à liberdade. E essa liberdade é definida como o fundamento do Estado de Direito, que se caracteriza por:

- "a) não conceder privilégios a ninguém, assegurando, assim, a igualdade de todos perante a lei, o que implica que nenhum cidadão pode invocar sua condição econômica, social ou política para furtar-se ao cumprimento da lei;
- b) assegurar aos cidadãos o governo da lei em lugar do governo dos homens, partidos ou facções, e a cada indivíduo - desde que respeitados os direitos e a liberdade alheios e independentemente de sua raça, de seu sexo, de sua religião e de sua convicção política - a possibilidade de dispor livremente dos bens materiais e culturais produzidos por seu próprio esforço;
- c) facultar aos cidadãos o livre e imediato acesso aos tribunais encarregados de administrar a justiça, garantindo a todos um processo equânime" (Instituto Liberal, 1993, p.5).

E como o Estado de Direito defendido pelos membros do Instituto Liberal define a atividade econômica? Seguindo à risca o pensamento da Escola Austríaca de Economia que vimos no Capítulo II, o Estado de Direito deve garantir, fundamentalmente, a primazia da liberdade econômica sobre as "exigências legais e administrativas discriminatórias", leia-se, a regulamentação e a interferência estatais, sobretudo no campo das relações de trabalho; o reconhecimento da propriedade privada como condição para a liberdade econômica e política; e, fundamentalmente, a supremacia do mercado para dirimir as diferenças e premiar os vitoriosos com o lucro:

- "d) garantir, pelo estabelecimento de condições institucionais, a vigência da liberdade no terreno econômico, ensejando, a quantos queiram produzir e trabalhar, o livre acesso ao mercado, acesso que não pode ser cerceado por privilégios econômicos de qualquer natureza ou exigências legais e administrativas discriminatórias. Cabe ao mercado harmonizar as ambições e premiar, pelo lucro, o desempenho;
- e) reconhecer a propriedade privada como condição fundamental para que os indivíduos possam exercer plenamente o seu direito à vida, à liberdade política e econômica e à busca da felicidade;
- f) permitir que os acordos e divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados e resolvidos de maneira autônoma pelas partes" (Instituto Liberal, 1993, p.5).

O regime político proposto é o da democracia representativa, com eleições livres e liberdade de organização partidária. Entretanto, os neoliberais sugerem que os mecanismos de representação a serem adotados sejam o federalismo e a descentralização de responsabilidades:

" (...) A democracia só terá vigência plenamente assegurada quando forem aperfeiçoados os seus mecanismos representativos, possibilitando a cada cidadão e aos grupos sociais participar da tomada das decisões políticas e do controle dos atos de governo que possam pôr em perigo a liberdade e os direitos individuais; é necessário respeitar o princípio do federalismo, segundo o qual a União não deve realizar o que pode ser adequadamente feito pelos estados federados, nem esses o que puder ser da alçada municipal. Pelo mesmo motivo, os municípios não devem assumir o que puder ser feito pelas comunidades e essas não devem responsabilizar-se pelas atividades que podem ser adequadamente exercidas pelos indivíduos" (Instituto Liberal, 1993, p.5).

E de que maneira o Instituto Liberal sugere descentralizar os recursos? Através do mercado, naturalmente, porque:

" (...) o desenvolvimento realizado com base na alocação de recursos por meio do mercado é o processo que permite aos cidadãos aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente, e usufruir de qualidade de vida progressivamente melhor" (Instituto Liberal, 1993, p.5).

Assim como no caso explícito das relações de trabalho, novamente aqui se antevê o combate ao planejamento e à regulação econômica, característicos do pensamento de Mises e Hayek:

"O desenvolvimento econômico assim entendido deverá ser conduzido, no quadro do Estado de direito, pelos indivíduos que produzem riqueza, e não orientado por decisões estatais de caráter econômico e organizatório" (idem).

Os Institutos Liberais entendem também que a não observância desses princípios provoca os problemas pelos quais o país atravessa: a desigualdade social e a situação de pobreza de parcelas da sociedade. Sobretudo, a causa dos problemas do país não são atribuídas ao sistema econômico que se desenvolve gerando mais miséria ou à tradição de exclusão social da sociedade brasileira, e sim à interferência do Estado na vida econômica:

"1. entendem que o grande problema da sociedade brasileira decorre do conflito entre os cidadãos que são tolhidos na sua liberdade de produzir e o Estado, que, ao intervir na vida econômica, impede a livre competição, dificulta a produção e gera privilégios"(idem).

Para sanar esses problemas, deve haver ação do Estado, em especial no socorro a crianças e idosos em desamparo; mas essa ação deve ser feita através do mercado:

"2. manifestam sua preocupação com a situação de pobreza absoluta que aflige ponderáveis setores da sociedade brasileira. Reconhecem igualmente a necessidade de ação pública imediata - de forma compatível com o estágio de desenvolvimento do País - no sentido de socorrer esses setores, sobretudo as crianças e os idosos desamparados, no campo da saúde pública e individual, da educação básica e da alimentação. Para sua maior eficácia, a ação do Estado deve ser realizada por meio da iniciativa privada e dos mecanismos de mercado"( Instituto Liberal, 1993, p.5).

E, finalmente, afirmam que a solução das desigualdades só ocorrerá quando forem devolvidas "às forças de mercado a responsabilidade pela superação das desigualdades e dos privilégios que impedem a vigência plena do Estado de direito no Brasil" (Instituto Liberal, 1993, p.5). Esses princípios norteiam, efetivamente, toda a estratégia de ação dos Institutos Liberais , bem como a sua linha de análise e as soluções propostas nos seus projetos de políticas públicas, que serão analisados no Capítulo V.

#### **4.2 Estratégias de ação e difusão doutrinária**

Os Institutos Liberais desenvolvem uma gama bastante variada de atividades de "propaganda" neoliberal. A seguir apresentamos uma descrição de diferentes tipos de atividades desenvolvidas pelos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e São Paulo, de 1983 a 1997, apenas como uma ilustração das estratégias e tipos de atividades desenvolvidas. A análise concentra-se nas atividades dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo, por serem os mais antigos e representarem o núcleo central e difusor das atividades desses institutos no Brasil. A forma mais direta de divulgação que utilizam são os seus boletins informativos, geralmente mensais, enviados gratuitamente a associados, mídia, universidades, entidades empresariais, etc. Esses boletins, normalmente de quatro páginas, apresentam um editorial sobre Algum tema abordado na perspectiva liberal, seja uma questão nacional, seja a reprodução de um artigo publicado em um *think tank* neoliberal norte-americano como a Heritage Foundation, o Cato Institute e muitos outros. Os boletins publicam ainda notas curtas sobre as atividades e promoções dos Institutos Liberais e da rede internacional de *think tanks* liberais, assim como comentários sobre a

política nacional e sobre projetos de lei em tramitação no Congresso. As informações apresentadas nesse capítulo foram coletadas nesses periódicos: “IL Notícias”, publicado mensalmente desde dezembro de 1991 pelo Conselho Nacional de Institutos Liberais; “Idéia Liberal” (IL), publicado de 1988 a 1992 pelo Instituto Liberal de São Paulo e, a partir de 1993, denominado “Informe Liberal” (IL); no livrete “1983-1993. Instituto Liberal - Os Primeiros Dez Anos” ( RJ, 1993); e em livros e demais publicações dos institutos.

#### 4.2.1 Publicando a doutrina

A principal atividade do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, em seus primeiros anos de funcionamento, foi a tradução e publicação de livros de pensadores clássicos considerados fundamentais para a compreensão do liberalismo<sup>1</sup>. O objetivo era patrocinar a edição de uma bibliografia acadêmica básica sobre teoria liberal (IL 18, 1989). Inicialmente, foram publicados alguns dos principais livros dos representantes da Escola Austríaca de Economia: de E. Bohm-Bawerk foi publicada *A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo*. De Friederich Hayek foram: *O Caminho da Servidão* (fig.1; *Direito, Legislação e Liberdade; Desemprego e Política Monetária e Desestatização do Dinheiro*. De Ludwig Von Mises foram publicados: *As Seis Lições; O Mercado; Uma Crítica ao Intervencionismo; A Mentalidade Anticapitalista; Liberalismo* (fig.2) ; e *A Ação Humana*. Pelo livro *Ação Humana*, de Ludwig Von Mises, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro recebeu o prêmio internacional Sir Anthony Fisher de melhor publicação sobre o pensamento liberal, concedido pela Atlas Economic Research Foundation em 1991 (IL Notícias 1, 1991).

Além dos autores clássicos, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro tem publicado alguns dos autores que foram importantes na consolidação do movimento neoliberal e conservador norte-americano, como vimos no capítulo anterior: Eamonn Butler; Frank Knighth; Henry Hazlitt; e Ayn Rand. Também são publicados autores neoliberais mais modernos, vinculados à Escola de Chicago e de Virgínia, como Israel Kirzner, James Buchanan, Murray N. Rothbard, entre outros. Todos eles abarcam análises econômicas ou sociais do ponto de vista neoliberal, sejam versões mais didáticas do pensamento de

---

<sup>1</sup> Essas publicações eram feitas pelo próprio Instituto Liberal ou através das editoras Inconfidentes de São Paulo e José Olympio, do Rio De Janeiro.

Mises e Hayek, sejam análises mais modernas do papel do Estado, e da questão da Economia do Direito ou a crítica da preservação ambiental como uma violação dos direitos de propriedade. Os livros são divulgados por todos os Institutos Liberais através de venda direta ao público, promoção de palestras e cursos, e de doação a instituições de ensino. O Quadro 3 dá uma idéia dos autores internacionais publicados e divulgados pelos Institutos Liberais.

Os Institutos Liberais publicam também autores nacionais que rezam pela cartilha do neoliberalismo. Os títulos incluem desde versões menos acadêmicas do liberalismo, como o livreto *O que é o Liberalismo*, de Donald Stewart Jr, criador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e *A ordem Econômica*, de Og Francisco Leme, economista e diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, até obras mais acadêmicas como os trabalhos de Eduardo Gianetti da Fonseca, da USP; os professores de filosofia do Rio de Janeiro Antonio Paim e Ubiratam Borges de Macedo, etc. Os Institutos divulgam também de liberais que são publicados por outras editoras mas que contribuem regularmente para as publicações dos institutos Liberais. No Quadro 4 apresentamos uma lista de autores que têm o maior número de textos publicados pelos Institutos. Apresentamos também o assunto sobre o qual cada um escreve, para poder identificar quais deles funcionam como divulgadores da teoria liberal em geral. Nesta categoria estariam Antonio Paim, Ubiratam Borges de Macedo, Ubiratan Iorio de Souza, Ricardo Velez Rodriguez e outros, quase todos filósofos e vinculados à universidades privadas do Rio de Janeiro como a Gama Filho, a Santa Úrsula e ao Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Outros autores seriam os membros das diretorias dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, que têm formação universitária e produzem a maior parte dos textos curtos de divulgação teórica: os economistas Og Francisco Leme e Roberto Fendt Jr. e o jurista Ney Prado, entre outros. Todos eles poderiam ser considerados a "elite orgânica da fração da burguesia representada nos Institutos Liberais, porque, mesmo aqueles que não são membros dos Institutos, participam ativamente de suas promoções.

Além dos livros, de 1987 a 1996 o Instituto Liberal do Rio de Janeiro editou diferentes séries de publicações em forma de brochuras, distribuídas gratuitamente. Na série *Conferências do Instituto Liberal* (fig 3), foram publicadas palestras proferidas por dirigentes de *think tanks* conservadores e neoliberais de várias partes do mundo, como Armando de la Torre (Fondacion Francisco Marroquin, Guatemala), Enrique Gherzi e

Hernando de Soto (Instituto Libertad y Democracia, Peru), Jose Pinera (Chile), entre outros (Quadro 5). A série de Ensaios e Artigos (fig 4) reproduzia textos curtos de autores liberais sobre assuntos variados, como dos ingleses Madsen Pirie e Eamon Butler, fundadores do Adam Smith Institute ; do líder checo Vaclav Klaus; e do ex-socialista inglês Paul Johnson, entre outros (Quadro 6). A série Pontos de Vista , iniciada em 1994 e encerrada em 1997, também editava textos curtos, de autores estrangeiros em sua maioria (Quadro 7).

O Instituto Liberal de São Paulo editou, entre outros, dois cadernos de "Perguntas e Respostas" sobre liberalismo e uma Antologia Liberal, com textos de Von Mises, Hayek, Bohm-Bawerk e Kirzner. Mas o trabalho de divulgação mais amplo e permanente do Instituto Liberal de São Paulo na área de publicações é a série Idéias Liberais (fig 5), iniciada em 1993, e que já distribuiu mais de cem folhetos em forma de mala-direta. .Através dessa série são veiculados textos curtos e didáticos sobre questões teóricas do liberalismo, como o pensamento de Popper, a teoria austríaca de economia, etc, até questões mais afetas à realidade brasileira, como a situação econômica, o governo Fernando Henrique Cardoso, etc (Quadro 8). Os textos reproduzidos são de autores estrangeiros e de muitos autores brasileiros. Entre esses últimos, pode-se identificar um grupo que, a nosso ver, conforma a "elite orgânica do Instituto Liberal", pois tem seus trabalhos extensamente divulgados pelo Instituto.

Desde 1998, o Instituto Liberal de São Paulo vem editando a revista Think Tank, talvez sua publicação mais elaborada, com um Conselho Editorial composto por alguns intelectuais liberais que aparecem seguido nas publicações dos Institutos (Quadro 9) e um Conselho de Administração que reúne vários grandes empresários (Quadro 10). O primeiro número da revista trazia na capa o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recém eleito, caminhando firme para o futuro, além de um artigo escrito por ele (fig 6). Com preparação gráfica esmerada e contendo ensaios de intelectuais conservadores reconhecidos internacionalmente, contém encartes que veiculam as propostas de políticas públicas dos neoliberais (Quadro 11 e fig 7), e outros com versões resumidas de autores liberais clássicos (Quadro 12 e fig 8). Tem tiragem de 3000 exemplares, distribuídos entre os associados dos institutos, grandes empresas, autoridades, etc.

#### 4.2.2 Doutrinando públicos estratégicos

Os Institutos Liberais organizam atividades diferentes para públicos específicos. Para um meio acadêmico e de juristas, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro organiza desde 1990 colóquios patrocinados pelo Liberty Fund dos EUA. Como vimos no capítulo anterior, o Liberty Fund, criado pelo empresário Pierre F. Goodrich em 1960, desempenha importante papel na rede internacional conservadora, como financiador de pesquisadores e *think tanks* neoliberais. Uma das atividades de âmbito internacional do Liberty Fund é o patrocínio de mais de cem encontros de intelectuais conservadores por ano, com o objetivo de estimular a discussão do pensamento liberal. Esses colóquios não são abertos ao público, são reuniões exclusivas que proporcionam a troca de idéias entre especialistas de diferentes áreas do conhecimento, como filosofia, economia, ciência política, direito e história e auxiliam na formação de um corpo técnico capacitado a auxiliar o movimento liberal.

Os dois primeiros colóquios realizados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro tinham como tema os *Direitos de Propriedade e Liberdade Individual*, em 1990 e *Ordem Liberal e Processo Democrático*, em 1991 (IL Notícias 1, 1991). Em 1992, os representantes do Instituto Liberal do Rio de Janeiro participaram de Colóquios do Liberty Fund na Guatemala e nos EUA, onde o evento foi realizado no Fraser Institute do Canadá (IL Notícias 4, 1992). Em 1995, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro participou do Colóquio Liberty Fund nos EUA, que tratou da *Liberdade, Cultura e Crescimento Econômico na América Latina* (IL Notícias 41, 1995).

Com o grande debate sobre problemas ambientais previsto para a Eco-92, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro organizou um Colóquio Liberty Fund sobre *Liberdade, Propriedade Privada e Meio-Ambiente*, em maio daquele ano. Os participantes foram 14 brasileiros, entre economistas, juristas, cientistas e empresários, além de quatro especialistas norte-americanos. A tônica foi a crítica aos ecologistas que, segundo o IL, reúnem-se para “conspirar contra o mercado, contra os direitos e as liberdades individuais e contra o progresso das nações, em nome da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais” (IL Notícias 7, 1992). Houve ainda outro encontro em agosto de 1992, sobre *Uma Constituição para uma Ordem Liberal - democrática*. Nesse colóquio estiveram presentes os representantes do Liberty Fund e palestrantes dos EUA, da

Universidad Francisco Marroquin, da Guatemala, do Instituto Libertad y Democracia (Hernando de Soto) do Peru e da Venezuela (IL Notícias 9, 1992).

Em setembro de 1993, o colóquio Liberty Fund discutiu a *Liberdade, Justiça e os Limites do Conhecimento*, com a presença de intelectuais do México, Chile, Guatemala e Venezuela (IL Notícias 22, 1993). A reunião de 1994 foi sobre *Liberdade, Economia e Direito* (IL Notícias 34, 1994). No ano seguinte, o encontro do Liberty Fund foi realizado no Rio Grande do Sul, e discutiu as *Raízes do Liberalismo Clássico no Brasil* (IL Notícias 34, 1995). Em 1996, os debates do Colóquio organizado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro concentraram-se no pensamento de Hayek : *Liberdade e Ordem numa Sociedade Livre* (IL Notícias 58, 1996). A partir desse ano, a diretoria do Liberty Fund decidiu patrocinar dois encontros por ano no Brasil: um em conjunto com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e outro com o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul<sup>2</sup> (IL Notícias 55, 1996). De fato, no primeiro semestre de 1997 a reunião foi realizada pelo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, com o tema *Os Pensamentos Liberais nas Revoluções Brasileiras* (IL Notícias 64, 1997). Esses encontros continuam acontecendo até hoje. O último realizado no Rio Grande do Sul foi em dezembro de 2001.

O campo jurídico é uma área de atuação privilegiada pelos Institutos Liberais, tanto pelo contexto do debate constituinte e da revisão Constitucional nos anos seguintes, quanto pela importância que os neoliberais atribuem à formulação de políticas públicas e proposição de projetos de leis. Em 1990, o Instituto Liberal de São Paulo começou a intensificar seus contatos com o meio jurídico: advogados, juizes, professores e alunos das Faculdades de Direito, organizando seminários e debates entre juristas e empresários e com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através da publicação de artigos escritos pelo Instituto Liberal de São Paulo no jornal mensal da OAB. A divulgação da teoria liberal entre aqueles que se dedicam à aplicação das leis foi considerada de tal importância que

---

<sup>2</sup> O Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL-RS) foi fundado em 1986. Tem mantido estreita vinculação com os neoliberais argentinos, em especial com os professores da Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (ESEADE). Entre esses está Eduardo Benegas Lynch, membro do conselho Diretivo da Société Mont Pelerin . Desde 1992, o IL-RS mantém um convênio com a ESEADE, através do qual seus professores ministram cursos anuais de Economia e Filosofia para pessoas selecionadas pelo IL-RS (IL Notícias 8, 1993). Em 1995, o IL-RS começou a promover anualmente cursos de Economia do Direito para magistrados , em convênio com a Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS) (IL Notícias 48, nov. 1995). Também desde 1995, o IL-RS passou a sediar um dos dois colóquios patrocinados pelo Liberty Fund no Brasil (IL Notícias 47, 1995).

o Instituto criou, em 1991, uma área de Direito e Reforma Constitucional. Essa área é responsável pela organização de debates sobre temas constitucionais, conduzidos por juristas de renome; pela realização de palestras sobre liberalismo para os profissionais e os estudantes de direito; e, ainda, pela elaboração de uma proposta liberal para a reforma da Constituição brasileira. Essa proposta foi lançada em 1993, no documento Diretrizes para a Revisão Constitucional. Para estimular o debate sobre esse tema no meio universitário, o Instituto Liberal de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC) promoveram um concurso de monografias sobre Revisão Constitucional no mesmo ano. Os laços entre o IL/SP e os juristas se estreitaram em 1996, quando os líderes do Instituto proferiram palestras em seminários promovidos pelo IBDC e na Conferência Nacional dos Advogados.

Os Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo mantêm também contatos periódicos com a elite militar, ministrando seguidamente palestras nos cursos de formação de oficiais da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, bem como na Escola Superior de Guerra e no Clube Militar (IL Notícias, vários números, 1992-97) no Instituto Militar de Engenharia e na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, desde 1993<sup>3</sup>.

Essa colaboração com a Escola Superior de Guerra parece ser grande, já que dois presidentes do Instituto liberal, Donald Stewart Jr. do Rio de Janeiro e José Osvaldo de Meira Penna, de Brasília, foram egressos dos cursos da ESG. Segundo Stewart Jr, o curso de um ano que realizou na ESG "contribuiu para uma grande mudança na minha vida. (...) Essa oportunidade despertou em mim novos interesses, que me levaram a procurar melhor entender os fenômenos econômicos e a aprofundar-me razoavelmente no que pode ser chamado de doutrina liberal" (Stewart Jr, 1992). Além disso, outro egresso da ESG, Ubiratan Borges de Macedo, um dos autores brasileiros muito divulgados pelo Instituto liberal, mantém um vínculo mais estreito, pois é professor na ESG<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Nas publicações do IL/SP, não encontramos registro dessa participação no período entre 1988 e 1992. Entretanto, e curiosamente, desde sua fundação em 1987 até, aparentemente, 1992, o IL-SP teve como diretor executivo um general reformado, Manoel Augusto Teixeira, que foi responsável pelo planejamento estratégico do Exército brasileiro de 1983 a 1986 e pela aproximação dos empresários com a Escola Superior de Guerra, cuja Divisão de Estudos Econômicos dirigiu no período de 1971 a 1973 (IL 34, 1992).

<sup>4</sup> Não conseguimos verificar que outros membros das direções do Instituto liberal frequentaram a ESG, porque, na lista das turmas de formandos da ESG, apresentados no site [www.esg.org.br](http://www.esg.org.br), não estão disponíveis os dados das turmas de 1960 a 1986.

Para um público bastante variado, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro oferece periodicamente cursos sobre doutrina liberal preparados especialmente para empresas e ministrados por professores universitários das áreas de filosofia, política e economia (IL Notícias 8, 1992). Desde 1994, o instituto realiza, periodicamente, ciclos de seminários sobre liberalismo para um número pequeno de participantes, em sua própria sede e com palestras de seus diretores e especialistas (IL Notícias, vários números, 1994-97).

Nos anos 90, o Instituto Liberal de São Paulo desenvolveu algumas atividades de divulgação que envolviam diretamente a mídia. Com o objetivo de estimular o conhecimento do liberalismo no meio jornalístico, o IL-SP instituiu um concurso nacional: o *Prêmio Fenícia de Imprensa*. Patrocinado pelo Grupo Fenícia, o prêmio foi concedido aos melhores artigos escritos em defesa da causa liberal em 1990 e 1992 (IL 32 e 34, 1992). Esse prêmio foi cancelado ao perder o patrocínio, em 1994 (entrevista com a secretária do IL-SP, julho de 1997). Este foi o mesmo destino do programa semanal de rádio com informações econômicas e entrevistas, que o manteve entre 1990 e 1994 (IL 23, 1990). Patrocinado pelo UNIBANCO, em 1992 o programa Rádio Livre era transmitido em onze estados do país (IL 32, 1992). Com a perda do patrocínio no final de 1994, o programa foi cancelado. Em 1995, a atividade de divulgação do liberalismo no meio jornalístico foi feita através da distribuição quinzenal de artigos de cunho liberal para cem jornais do Estado de São Paulo (IL, março 1995).

Também como atividade de divulgação, ainda que realizada fora do eixo Rio-São Paulo, deve-se mencionar que, desde 1988, o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul apoia a realização do Fórum da Liberdade, promovido Instituto de Estudos Empresariais (IEE)<sup>5</sup>, talvez o evento público de maior repercussão entre as atividades promovidas pelos defensores do liberalismo no Brasil. Esses fóruns, realizados anualmente, têm reunido uma média de 1500 pessoas, que assistem a um dia inteiro de conferências de palestrantes nacionais e estrangeiros. Cada ano o fórum trata de um tema, como as

---

<sup>5</sup> O Fórum da Liberdade é a única atividade aberta ao público que o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) promove. Criado por jovens empresários em 1984 em Porto Alegre, o IEE funciona como uma instituição privada, de acesso restrito a empresários indicados pelos seus sócios, desenvolvendo uma série de atividades internas, de estudos e debates, para formação de lideranças defensoras do ideário liberal. O IEE mantém estreita vinculação com o IL-RS, principalmente através vários de seus diretores, que fazem parte também da diretoria do IL-RS (Gros, 1993).

perspectivas econômicas e políticas para a América Latina, ecologia e mercado, educação e a preparação para o trabalho, livre comércio, Custo Brasil, etc<sup>6</sup>. Os palestrantes convidados são, em geral, expoentes do mundo neoliberal como a primeira ministra da Nova Zelândia, responsável pelo "saneamento" neoliberal naquele país, ou políticos "convertidos" do Leste Europeu, assim como intelectuais conservadores e autoridades brasileiras.

No final dos anos 80, o Instituto Liberal de São Paulo também fez algumas tentativas de incursão pelos movimentos comunitários. Em conjunto com a USP e a Universidade Mackenzie, iniciaram em 1989 o projeto Universidade nos Movimentos de Base. O objetivo desse projeto seria o de "promover a preocupação com a eficiência que caracteriza o modo de vida liberal, aumentando a viabilidade e a credibilidade do modelo liberal perante a maioria da sociedade brasileira" (IL.15,1989). O projeto compreendia a organização de cursos de contabilidade, administração e estratégia econômica e financeira para líderes de movimentos de base. Em 1992, o Instituto Liberal de São Paulo definiu outro projeto nessa área, com o objetivo de estimular a criação de núcleos comunitários diretamente ligados ao Instituto, que divulgariam os princípios da liberdade individual e da cidadania (IL 32,1992). Nessa área de vinculação com outras forças sociais, o Instituto Liberal de São Paulo tentou uma inserção na área sindical, através de cursos de formação de lideranças promovidos em convênio com o Instituto Cultural do Trabalho (IL, maio 1992).

#### 4.2.3 “Desideologizando” o ensino de economia

Segundo a avaliação dos Institutos Liberais, o estudo de economia no país no início dos anos 90 ainda era muito influenciado pelas correntes marxista e pelo pensamento centralizador e planejador de Keynes. As relações dos Institutos Liberais

---

<sup>6</sup> Realizados sempre em Porto Alegre, os Forum da Liberdade tem geralmente o patrocínio de grandes empresas como Grupo Gerdau, NESTLÉ, IPIRANGA, CLARO Digital, VONPAR e o apoio de Bank of Boston; SEBRAE; COPESUL; SICEPOT; ATIVA; HABITASUL; VARIG; PETROPAR. Iniciados em 1988, o Forum de 2002 será a sua 15ª edição. Os temas tem sido: 2001: A crise social brasileira: causas, desafios e soluções; 2000: O Brasil em Perspectiva. Onde é que esta história vai parar?; 1999: Caminhos para o desenvolvimento; 1998: Os Limites do Poder; 1997: O Desafio de um Mundo sem Empregos; 1996: Desafio brasileiro: Custo Brasil; 1995: Globalização e Livre Comércio; 1994: Educação em Crise; 1993: O Desafio da Reforma Constitucional; 1992: Ambientalismo de livre mercado; 1991: Liberalismo X Social-democracia; 1990: Modernidade - a integração ao primeiro mundo; 1989: Inflação - quais suas causas e como combatê-las? ; 1988: Com a palavra a liberdade.

com as universidades, tão importantes para o desenvolvimento de idéias e a formação de quadros, como vimos no caso da consolidação dos movimentos neoliberais e conservadores inglês e norte-americano, parece estar se desenvolvendo, especialmente no Rio de Janeiro. Em um de seus periódicos, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro divulga e recomenda o curso de economia criado em 1997 na Faculdade do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) no RJ, coordenado pelo economista Ubiratan Jorge Lório de Souza, que fez o seu doutorado em Chicago e é colaborador assíduo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL, fev. 1997).

Outra relação estreita do Instituto Liberal do Rio de Janeiro no meio universitário se dá com a Universidade Santa Úrsula, que criou em 1995 um mestrado de economia elogiado pelos neoliberais por incluir entre suas especializações o estudo da Escola Austríaca de Economia, da Economia do Direito e das Leis e também a Economia do Meio-Ambiente (IL Notícias 47, 1995). Nesse mesmo ano, as duas entidades organizaram um seminário sobre "A Economia do Direito e das Leis", para juizes federais de todo o país. O seminário foi coordenado por José Luiz Carvalho, Professor da Universidade e também membro da equipe técnica do IL/RJ, e teve como palestrantes Og Francisco Leme e Roberto Fendt Jr, diretores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. O evento foi patrocinado pela Tinker Foundation, organização norte-americana que apoia projetos de políticas públicas na América Latina, Espanha e Portugal<sup>7</sup>. Desde então, a Universidade Santa Úrsula vem promovendo seminários sobre Economia do Direito para juizes federais, com o apoio do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL Notícias 55, 1996). Essa iniciativa teve seqüência em eventos semelhantes organizados pelos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O objetivo dos Institutos Liberais é disseminar o conhecimento da Economia do Direito entre juizes e legisladores (IL Notícias 45, 1995).

Outra iniciativa relacionada com o meio universitário foi a tentativa de criação de um periódico liberal no meio universitário, em 1993. O Instituto Liberal do Rio de Janeiro foi intermediador de uma proposta nesse sentido feita pelo Foro Latino e a Fundação Francisco Marroquin (ambas da Guatemala). O Instituto selecionou dois estudantes que

---

<sup>7</sup> A *Tinker Foundation Incorporated* foi criada em 1959 por Edward Tinker para financiar projetos de formulação de políticas públicas relacionadas com questões ambientais, econômicas ou de governabilidade da Espanha, Portugal, América Latina e, mais recentemente, da Antártica. (1998. Tinker Foundation Incorporated [online] Internet via WWW.URL: <http://fdncenter.org/grantmaker/tinker>. Arquivo capturado em 20/9/98).

tiveram seu projeto aprovado pelas fundações e receberam treinamento no exterior, além de apoio financeiro para manter a publicação nos primeiros meses (não encontramos mais referências a essa iniciativa). Ainda em 1993, o IL Notícias informou a criação de um Núcleo Liberal na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do qual os estudantes pretendiam divulgar as idéias liberais entre seus pares (IL Notícias 20, 1993).

As relações do Instituto Liberal de São Paulo com as Universidades foram prioridade na gestão de 1989, quando Carlos Roberto Faccina (Prof. Faculdade Armando Álvares - FAAP, Diretor da Nestlé) era o Diretor de Relações Universitárias do Instituto. Para combater a hegemonia do pensamento "ideologizado" e marxista nas universidades, que provocou a marginalização do liberalismo durante anos, o Instituto Liberal de São Paulo patrocinou atividades que propiciassem a ampliação do espaço ocupado pela teoria liberal na reflexão acadêmica. Foram desenvolvidos programas que estimulavam maior aproximação entre universidades e empresas, como a realização de palestras, convênios de pesquisa, concursos de monografias, etc. para um público selecionado de estudantes, professores, coordenadores e diretores de universidades.

Dentre essas atividades, destaca-se o *Prêmio Alfred Marshal* - Concurso IL/Nestlé de Monografias. Esse prêmio, patrocinado pela Nestlé de 1989 a 1997, era concedido anualmente aos três melhores trabalhos elaborados por estudantes universitários sobre temas pré-definidos de economia liberal. A comissão julgadora desse concurso era formada por professores das principais universidades de São Paulo (IL 3, 1988; mar. 96).

Também foram firmados alguns convênios de pesquisa entre o Instituto Liberal de São Paulo e algumas universidades. Com o Departamento de Filosofia da UNICAMP em 1988, para desenvolver o projeto "Emergência de Novos Discursos Políticos nas Ciências Sociais" (IL 3, 1988); com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da USP, foram estabelecidos dois projetos de pesquisa, em 1989. O primeiro deles - Correntes do Liberalismo Econômico, coordenado pelo Prof. Eduardo Gianetti da Fonseca- resultou na publicação, pelo IL-SP, do livro *Liberalismo X Pobreza*, além de palestras sobre teoria econômica liberal e cursos para jornalistas, patrocinados pelo Instituto Liberal de São Paulo. A outra pesquisa realizada pela FIPE com o apoio do Instituto Liberal de São Paulo estudava as experiências de desregulamentação de determinados setores da economia

norte-americana e as perspectivas de aproveitamento dessas experiências no Brasil (IL 8, 11 e 15, 1989).

Para divulgar melhor a filosofia do capitalismo e a experiência concreta de gestão de empresas, em 1988 e 1989 foram implementados dois programas: "Empresa na Escola" e "Escola na Empresa" com a Faculdade de Economia e Administração de Empresas do Mackenzie, através dos quais o Instituto Liberal de São Paulo promovia, mensalmente, palestras de empresários na universidade e visitas de grupos de alunos à empresa dirigida pelo palestrante. Com a PUC, o Instituto Liberal de São Paulo desenvolveu em 1988 um Curso de Integração Empresa - Escola, ministrado por professores e empresários a um público selecionado. Com a Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP), o Instituto Liberal de São Paulo desenvolveu o projeto "Repensando o Brasil", no qual eram realizadas palestras e debates sobre os problemas atuais do país para professores, jovens empresários e alunos selecionados. As palestras foram reproduzidas nos "Cadernos Repensando o Brasil", distribuídos também para outras universidades e para "ocupantes de cargos fundamentais na estrutura de poder do país" (IL 8 e 15, 1989).

#### **4.2.4 "Desideologizando" o ensino elementar**

A gestão de Fernando Uihôa Levy no Instituto Liberal de São Paulo (1992- 1995) desenvolveu uma atividade muito especial: a assessoria e capacitação de professores primários. Essa atividade foi inspirada no diagnóstico da educação brasileira feito pelo Instituto: o ensino passa por uma grave crise, que se evidencia no despreparo dos alunos para enfrentar o mercado de trabalho, no abandono quase total da rede pública, na falta de qualificação dos professores e nos "conteúdos desatualizados e ideologizados" do ensino. Essa situação, ainda segundo o Instituto Liberal de São Paulo, ultrapassa as escolas e as universidades e se reflete nas empresas, dificultando a formação e o desenvolvimento de seus trabalhadores e, até mesmo, de seus quadros dirigentes (IL 32, 1992).

Para solucionar esses problemas e melhorar a qualidade do ensino, o Instituto Liberal de São Paulo elaborou uma proposta educacional que tinha como pressuposto "afastar-se das ideologias, permitindo um aprendizado livre de dogmas, um pensamento e

um agir independentes, aptos a incorporarem uma perspectiva social humanista" (IL 32, 1992). Essa proposta foi desenvolvida através de dois programas: de aperfeiçoamento de professores de primeiro e segundo graus de ensino e de pesquisa e produção de material didático e pedagógico sob novos enfoques.

Os cursos ministrados pelo programa de aperfeiçoamento de professores visavam "alargar o horizonte cultural dos profissionais da educação, aprimorar seus fundamentos teóricos, oferecer conteúdos alternativos contra o dogmatismo e a ideologização dos currículos e aproximar os professores dos temas da modernidade" (IL 26, 1990). Aprovados pela Secretaria de Educação de São Paulo, os cursos eram ministrados por especialistas contratados pelo Instituto Liberal de São Paulo a professores de ensino básico de escolas públicas e privadas e atingiam várias cidades do interior de São Paulo e municípios da região metropolitana. O objetivo era alcançar o treinamento dos professores das 153 Delegacias de Ensino do Estado de São Paulo, em três anos, através da formação de monitores (IL 26, 1990). O conteúdo desses cursos, preparado pela equipe do Instituto Liberal de São Paulo, abrangia desde a revisão dos currículos das disciplinas tradicionais oferecidas nas escolas, como português e matemática, até a discussão de temas da teoria política, filosofia, economia e história, segundo o enfoque liberal.

O programa de produção do material didático e pedagógico sob novos enfoques era desenvolvido por uma equipe de especialistas contratados, que também prestava assessoria pedagógica a prefeituras, escolas, delegacias de ensino, etc. A equipe organizava, também, debates teóricos e metodológicos sobre disciplinas específicas, para oferecer aos professores visões teóricas alternativas. Em 1992, por exemplo, os seminários dedicaram-se ao debate de diferentes concepções sobre História, considerada pelo Instituto como a disciplina em que mais se faz sentir o problema da ideologização do currículo (IL 32, 1992).

A atuação do Instituto Liberal de São Paulo dirigida à melhoria da qualidade do ensino básico intensificou-se ao longo da gestão de Levy (1992-1995). Em 1993, o IL-SP começou a participar dos cursos de capacitação e treinamento de professores do SESI e também dos programas de treinamento e capacitação de lideranças do SENAI, além de ampliar o atendimento a delegacias de ensino do interior de São Paulo. Em 1994, o

Instituto C & A de Desenvolvimento Social<sup>8</sup> propôs ao Instituto Liberal de São Paulo o desenvolvimento de trabalho conjunto na área educacional, o que resultou numa parceria até 1995, para financiar o Programa Permanente de Capacitação de Professores do IL/SP. Os dados sobre esse programa divulgados pelo IL-SP indicam que, em 1994, os cursos, simpósios, orientações técnicas e palestras teriam atingido diretamente a mais de oito mil diretores de escola, professores, coordenadores e/ou supervisores de ensino (IL, jan. 1995). Segundo o Instituto Liberal de SP, esse programa teria atingido a mais de dez mil educadores no ano seguinte (IL Notícias 52, 1996).

Em 1995, o Instituto Liberal de São Paulo participou de um encontro sobre “O regime de colaboração: governo e sociedade”, organizado pelo MEC para divulgar e estimular as parcerias na área educacional (IL agosto 1995). Nesse mesmo ano, o novo Secretário de Educação de São Paulo propôs ao Instituto Liberal de São Paulo a renovação da parceria na reciclagem de professores da rede pública estadual (IL fevereiro 1996), o que foi feito principalmente através da assessoria pedagógica às secretarias municipais de educação e ao SESI. Com a perda da parceria da C&A em 1996, o Instituto Liberal de São Paulo reduziu sua atividade nessa área, limitando-se a prestar assessoria à delegacias de ensino, quando solicitado (entrevista com a secretária do IL/SP, julho 97).

Ainda na gestão de Fernando Ulhôa Levy (1992-95), uma outra atividade desenvolvida pelo Instituto Liberal de São Paulo área educacional foi a campanha de estímulo à cidadania. Em 1993, o Instituto contratou o cartunista Maurício de Souza para produzir uma Cartilha da Cidadania (fig 9) em quadrinhos, com a Turma da Mônica. Na Cartilha, Mônica e seus amigos explicam de forma didática que todos os problemas do país, da inflação às deficiências nos serviços de saúde, previdência, educação, etc, se devem à grande ineficiência do Estado brasileiro e à sua excessiva intervenção em todas as áreas da vida nacional .

---

<sup>8</sup> O Instituto C&A de Desenvolvimento Social foi criado em 1991 pela empresa C&A Modas Ltda. Seu objetivo é prestar apoio material e de serviços a projetos comunitários que beneficiem crianças e adolescentes carentes. O instituto preocupa-se também em difundir entre os empresários a idéia da responsabilidade social das empresas na melhoria de condições de vida da comunidade em que atua. (1998. Cadastro Síntese. Instituto C&A [online] Internet via WWW.URL: <http://www.gife.org.br>. Arquivo capturado em 20/9/98).

A primeira edição da Cartilha O Cidadão (fig 10) teve uma tiragem de 500 mil exemplares e foi patrocinada pelo UNIBANCO, BRADESCO, CITIBANK, Metalac e Shopping Eldorado. A Cartilha foi distribuída na rede escolar durante a Semana da Cidadania, promovida pelo IL/SP com o apoio de outras instituições, em maio de 1993, e realizada novamente em outubro de 1994. A primeira edição da Cartilha da Mônica esgotou-se em outubro de 1993, mas foram feitas várias edições parciais, patrocinadas por diferentes empresas. Na Semana da Cidadania foi lançado o Concurso Viver a Cidadania, promoção conjunta do IL-SP, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, do MEC, do SESI e outras entidades, para premiar os melhores trabalhos sobre a cidadania realizados pelas crianças das escolas que receberam as cartilhas<sup>9</sup>. Esse concurso, sob a coordenação do IL-SP, teve uma edição estadual em 1994 e outra nacional, em 1995 (IL, jun. 95).

Em 1994, com o patrocínio da Siemens, Nestlé e C&A, o Instituto Liberal de São Paulo lançou outra cartilha: "O Cidadão", de autoria de Jacy de Souza Mendonça (vice-presidente do Instituto Liberal de São Paulo). Nela, se explica como é organizada a sociedade brasileira, a divisão de poderes, o tipo de governos, as eleições, enfim, todos os problemas sociais e econômicos do país são atribuídos à má administração do Estado, à corrupção, etc. A cartilha propõe a supremacia do mercado como única forma de respeitar os direitos individuais do cidadão. Durante toda a gestão de Fernando Ulhoa Levy (1992-1996) o trabalho do Instituto Liberal de São Paulo nessa área continuou a se realizar através da distribuição das cartilhas para escolas, instituições governamentais e empresas (IL, maio 96).<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Ainda como resultado da Semana da Cidadania de 1993, foi instituído o Fórum Permanente da Cidadania, reunindo organizações não governamentais e instituições civis para "promover o exercício da cidadania ativa ... e estimular a sociedade no papel de controladora das ações do Governo" (IL, maio 93).

<sup>10</sup> Em 1994 o IL/SP apresentou o projeto "Participação dos Cidadãos" ao Diretor de Programas Educacionais para o Brasil da organização "Partners of the Americas". A entidade dirige uma rede de trabalho voluntário de cidadãos dos EUA, América Latina e Caribe. O programa de intercâmbio é baseado na colaboração entre "estados irmãos" dos EUA e de diversos países latino-americanos. O estado irmão de São Paulo nos EUA é o de Illinois (IL, dez 93 e fev. 94), do Rio Grande do Sul é Indiana, e assim por diante. Cabe mencionar ainda que, no ano de fundação do Instituto Liberal do Ceará, o jornal O Povo, de Fortaleza, distribuiu 30 mil exemplares da cartilha "O Cidadão" (IL/SP), na edição comemorativa do dia 7 de setembro (IL, out. 96).

#### 4.2.5 Propondo políticas públicas

A atividade mais relevante que os Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo vêm desenvolvendo é a formulação de projetos e propostas de políticas públicas, que aqui estão apenas enunciadas e que constituem material de análise do próximo capítulo. A partir de 1990, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro passou a dar prioridade à discussão dos projetos de lei e medidas provisórias apresentados ao Congresso Nacional e à formulação de projetos de políticas públicas alternativas, com o objetivo de que essas políticas possam compor um “programa liberal de governo”. Os estudos são encomendados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro a especialistas de cada tema e financiados por empresas locais e por várias instituições liberais como a Tinker Foundation e a Atlas Economic Research Foundation. Essa atividade foi sugerida aos diretores do Instituto por Anthony Fisher, criador do Institute of Economic Affairs, em reunião realizada em Londres em 1987 (IL 18, 1989). Os especialistas contratados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro para coordenar essa área de atividade viajaram à Inglaterra e França para conhecer melhor a metodologia de elaboração dos *policy papers*. Desde então, um resumo dessas propostas é divulgado através de uma publicação mensal intitulada Notas - Avaliação de Projetos de Lei (fig 11).

Nesses *policy papers*, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro propõe-se, de um lado, a avaliar os custos e benefícios da aprovação de projetos de leis que estejam em curso no Executivo ou no Judiciário, e que tenham grande impacto sobre a sociedade. De outro, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro propõe soluções para diferentes problemas através de propostas de políticas baseadas nos preceitos liberais. Até 2001, foram publicadas mais de 80 edições dessas Notas, discutindo todo tipo de políticas públicas, desde a nova Constituição brasileira, as leis de greve, do inquilinato e da educação, até a privatização da Previdência Social (Quadro 13). A publicação Notas- Avaliação de Projetos de Lei tem uma tiragem de cinco mil exemplares e são distribuídas para as associações de classe, órgãos de imprensa, autoridades governamentais e parlamentares<sup>11</sup>. Essa publicação do Instituto Liberal do Rio de Janeiro é patrocinada por empresas locais e pelo Center for International Private Enterprise (CIPE) dos EUA. Dedicado à promoção internacional dos princípios da democracia e do livre mercado, o

---

<sup>11</sup> Em 1993 o Conselho Nacional dos Institutos Liberais publicou um livro reunindo as Notas de Políticas Públicas já editadas e promoveu seu lançamento em Brasília, nos meios políticos e jornalísticos.

CIPE<sup>12</sup> financia também a realização desses *policy papers* em instituições liberais de outros países da América Latina (IL Notícias1,1991).

De 1991 a 1997, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro desenvolveu uma série de estudos sobre a realidade brasileira que contemplam também sugestões de políticas, que foram publicados na íntegra na série Políticas Alternativas (Quadro 14). Esses estudos abrangem questões como política industrial, saúde, educação, previdência social, etc, e foram financiados pela Atlas Economic Research foundation, Tinker Foundation e Center for International Private Enterprise (IL Notícias 27, 1994 e outros). Em 1995, essas propostas foram resumidas no livro Problemas sociais - soluções liberais, publicado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

O Instituto Liberal de São Paulo também promoveu discussões de políticas públicas entre 1990 a 1992. Essa atividade foi desenvolvida através da organização de Fóruns onde as diretrizes governamentais de um determinado setor eram apresentadas por um representante do governo e discutidas por especialistas, empresários e o público em geral (IL 28, 1991). Sob o patrocínio de empresas financeiras como a SOGERAL, a Companhia de Seguros da Bahia, e a FEBRABAN, entre outras, foram realizados sete Fóruns Liberais sobre Políticas Públicas, que abordaram os seguintes temas: política industrial (1990); descartorialização da economia (1991); política monetária e cambial; política agrícola (1991); política de ciência e tecnologia (1991); política fiscal e tributária (1991); e política habitacional (1992). Participaram do fórum ministros e secretários de estado, e grandes empresários (Quadro 15 e fig 12).

Para discutir as experiências liberais em curso na América Latina, o Instituto Liberal de São Paulo promoveu um grande seminário em julho de 1992: o I Fórum Liberal da América Latina: O Caminho para uma Economia de Mercado, realizado no hotel

---

<sup>12</sup> O Center fo International Private Enterprise foi fundado nos EUA em 1983 como uma organização filiada à organização conservadora US Chamber of Commerce, e financiado pela National Endowment for Democracy, pela US Agency for International Development e por fontes privadas. Seus objetivos são: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo. Essa atividade é feita em conjunto com diferentes instituições locais nas democracias emergentes, consideradas como os esteios da sociedade democrática: think-tanks, associações empresariais, instituições educacionais e de treinamento para os profissionais da mídia. O CIPE já financiou mais de 300 projetos em 50 países. (1977. Center for International Private Enterprise [online] Internet via WWW.URL: <http://www.cipe.org/obj.htm>. Arquivo capturado em 4/8/97).

Maksoud Plaza. Nele participaram representantes da Argentina, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Panamá, Uruguai e Brasil. O painel sobre a economia brasileira foi apresentado pelo Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. O fórum foi considerado um sucesso pelo Instituto Liberal, tanto no que se refere à troca de opiniões e experiências entre os liberais desses países, quanto no efeito multiplicador de opinião, devido à cobertura dada pela imprensa nacional e internacional. Como conclusão geral, o Instituto Liberal de São Paulo aponta a mudança de perspectiva em favor do liberalismo, depois "(...) de uma década de hesitações, em meio a uma crise econômica mundial que levou a região a um retrocesso sem precedentes (com exceção, talvez, do Chile), parece haver se consolidado um consenso amplo acerca dos objetivos prioritários da política econômica, por meio de programas severos de ajuste e liberalização da economia, além do aprofundamento da integração latino-americana" (IL Notícias 9, ago. 1992).

Em 1995, o Instituto Liberal de São Paulo também dedicou sua atenção à discussão da reforma do Estado e as políticas públicas. O ciclo de palestras denominado Reinventando o Governo durou vários meses, com a participação de personalidades estrangeiras, autoridades governamentais e representantes de diferentes áreas de políticas públicas: agrícola, financeira, trabalhista, de privatização, tributária e fiscal.<sup>13</sup> O tom dos debates foi dado pelo seu palestrante inicial de David Osborne, consultor de políticos nos Estados Unidos e autor do livro que deu nome ao ciclo. Em Reinventando o Governo, Osborne propôs como orientação para a reforma do governo a introdução da lógica empresarial nos espaços governamentais. Assim, à centralização deve opor-se a descentralização; à lógica de comando e controle, a da horizontalidade da equipe; à lógica monopolista, a competitiva; à regulamentação excessiva das tarefas, a proposição de objetivos e missões; à orientação por processos, a busca de resultados; à satisfação dos interesses da burocracia, a satisfação do cliente dos serviços; à lógica que enfatiza os gastos, a que valoriza mais atenção aos ganhos; aos mecanismos administrativos, os mecanismos mercadológicos (Anuário, 1996).

---

<sup>13</sup> Os palestrantes na série de palestras "Reinventando o Governo" foram: o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega ; o ex-secretário de Controle das Empresas Estatais, Antoninho Marmo Trevisan; o presidente da Sociedade Rural Brasileira Roberto Rodrigues; o presidente do Banco de Boston e Câmara Americana de Comércio Henrique de Campos Meirelles; o Secretário Municipal da Saúde Getúlio Hanashiro; o Ex-ministro da Desburocratização Hélio Beltrão; o Ministro do Trabalho Paulo de Tarso Almeida Paiva ; e o tributarista Ives Gandra da Silva Martins.

### 4.3 A rede de Institutos Liberais e seus patrocinadores

Os fundadores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, primeiro do Brasil, formavam um pequeno grupo de empresários interessados em divulgar o pensamento liberal no país: Donald Stewart Jr. (Ecisa Engenharia), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco), Wiston Ling (Olivebra), e outros. O grupo inicial reunido no Rio de Janeiro foi se expandindo e, em 1986, os associados de outros estados passaram a trabalhar na criação de uma rede de Institutos Liberais em diversos estados (IL 18,1989). Além dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que constituem os elos mais importantes da rede no país, existiam em 1996 outros sete Institutos: Brasília, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Contudo, em 2001, não encontramos mais referências aos Institutos de Pernambuco e Ceará. A consulta ao periódico IL Notícias, publicado pelo Conselho Nacional de Institutos Liberais desde 1991, permite supor que os mais ativos são os institutos de São Paulo, Rio de Janeiro, e Rio Grande do Sul.<sup>14</sup> O Instituto Liberal de Brasília se destaca por ser responsável pelo contato entre o movimento liberal e os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do país<sup>15</sup> (IL Notícias 25, 1993).

Os Institutos Liberais se definem como entidades culturais sem fins lucrativos nem vinculações partidárias, abertos a todos os interessados e mantidos por doações de pessoas físicas e jurídicas. Todos têm uma Diretoria Executiva e um Conselho de Mantenedores, composto de empresários e que se constitui na instância máxima de decisão de cada Instituto Liberal. Todos os Institutos obedecem ao mesmo estatuto e são subordinados a um Conselho Nacional, formado pelos dirigentes dos núcleos regionais. Os presidentes do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, desde a sua criação, foram: Jorge Gerdau Johannpeter (1990-92); Donald Stewart Jr (1992-94); Roberto Konder

---

<sup>14</sup> No que se refere às demais sedes, não encontramos qualquer notícia sobre o IL-Bahia. Já o IL-Ceará foi mencionado uma vez, quando de sua criação em 1996. Sobre os institutos do Paraná e de Minas Gerais há raras menções, sobre a promoção de alguma palestra ou viagem de seus diretores. O IL-Pernambuco aparece uma vez, como sendo o responsável pela elaboração do projeto de lei sobre Juízo Arbitral, apresentado ao Congresso pelo Senador Marco Maciel em 1992 (IL Notícias 50, 1996).

<sup>15</sup> O presidente do IL-Brasília é José Olavo de Meira Penna, embaixador, jurista, filósofo, ex-professor da UNB e autor de dezenas de livros sobre teoria liberal e análises da sociedade brasileira de uma perspectiva ultra liberal e conservadora.

Bornhausen (1994-96) e, para o biênio 1996-98, Jorge Wilson Simeira Jacob (IL Notícias 26 e 28, 1994; 53, 1996) .

Diferentemente da maior parte dos *think-tanks* norte-americanos discutidos no capítulo anterior, os Institutos Liberais são dirigidos por empresários. Entretanto, não são definidos como associações de empresários, pois não defendem interesses classistas ou corporativos e sim uma “ concepção de sociedade baseada na liberdade individual e na supremacia do mercado”. O fato dos empresários assumirem diretamente a direção dos institutos é explicado pelas características do meio político e acadêmico no Brasil, segundo as palavras de seu fundador Donald Stewart Jr.: “ Em outros países, os institutos de caráter similar ao nosso eram invariavelmente coordenados e dirigidos por professores universitários, economistas, intelectuais e não por empresários. No Brasil foi diferente. Nós achamos que se não havia, nas universidades, quem estivesse disposto a criar um instituto, nós, empresários, deveríamos fazê-lo” (IL 18, 1989).

O Instituto Liberal do Rio de Janeiro foi presidido, desde sua fundação em 1983, por Donald Stewart Jr até o ano de sua morte, 1999, com apenas um interregno, de 1994 a 1996, quando Odemiro Fonseca assumiu a presidência (IL Notícias 26, 1994). Jorge Gerdau Johannpeter era o Presidente do Conselho de Mantenedores do IL/RJ em 1983 e em 1994, era Donald Stewart Jr. O Quadro (16) apresenta apenas as diretorias de 1989, de 1996 e de 2001<sup>16</sup> .

O Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP) foi criado em 1987 por um grupo de empresários liderados por Roberto Konder Bornhausen, dirigente do UNIBANCO e um dos líderes mais atuantes do setor bancário-financeiro do país, tendo presidido a FEBRABAN, FENABAN e CNF. Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia) e Roberto Levy Jr. (Levy Corretora de Valores) também faziam parte do grupo original. Bornhausen e Simeira Jacob têm sido reeleitos para a presidência e a vice-presidência,

---

<sup>16</sup> Não foi possível reconstituir todas as diretorias do IL/RJ porque elas não eram publicadas nos documentos dos Institutos Liberais. Encontrou-se uma referência à nova diretoria eleita em 1989 no boletim “A Idéia Liberal” n. 18, de novembro de 89: Donald Stewart Jr., Og Francisco Leme, João Pedro Gouveia Vieira, André de Botton, Omar Carneiro da Cunha, Sérgio de Andrade de Carvalho e Arthur Chagas Diniz. Em um documento de circulação interna do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, a que tivemos acesso no IL/RS, encontramos a composição da Diretoria do IL/RJ em 1996, sem especificação dos cargos: Odemiro Fonseca, Donald Stewart Jr, Arthur Chagas Diniz, Roberto Fendt e Heitor Bastos Tigre. A composição da direção para o período 2000-2002 foi obtida pela internet ([www.institutoliberal.org.br](http://www.institutoliberal.org.br))

respectivamente, do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo desde a sua fundação.

Uma leitura atenta do Quadro 17, que apresenta referências pessoais dos membros das diretorias do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, permite deduzir que a sua gestão foi se profissionalizando ao longo dos anos. Em 1989, a diretoria era composta por sete membros, cinco deles empresários. Já em 2001, de uma diretoria composta por seis membros, apenas dois são representantes de empresas: Heitor Bastos Tigre, advogado e representante no Brasil da American Commercial Line International LLC, vinculada ao Grupo Citibank, e João Luiz Coelho da Rocha, que representa a Fundação Nestlé de Cultura. E a presidência é ocupada por um consultor de empresas, Arthur Chagas Diniz. Da mesma forma, o Quadro 18, que apresenta as diretorias de 1988 a 2000 do Instituto Liberal de São Paulo, e o Quadro 19, com informações sobre a origem desses dirigentes, permite uma conclusão semelhante: as direções executivas estão se profissionalizando. Ainda que os membros do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo continuem sendo empresários, verifica-se que dos sete membros da diretoria do ano de 2000, apenas um vem do meio empresarial (Rafael Vecchiatti, VECOM e Associação Brasileira de Fundição) e os demais são profissionais que fazem parte da equipe do Instituto há vários anos.

Essa profissionalização das direções dos Institutos Liberais contrasta com a afirmação de Donald Stewart Jr de 1989, reproduzida acima, de que não havia intelectuais dispostos a levar adiante uma proposta como esta. Essa profissionalização pode estar indicando que, após vinte anos de predomínio do ideário neoliberal no mundo todo através da imposição de políticas econômicas, e, ainda, quase vinte anos de atuação dos Institutos Liberais entre segmentos das elites brasileiras, especialmente economistas, professores universitários, juristas, etc, já tenha se formado uma "elite orgânica" em condições de conduzir as atividades executivas dos institutos.

O quadro de associados mantenedores, contudo, demonstra que os Institutos Liberais são organizações mantidas por grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, com forte presença de empresas do setor financeiro. Todos os Institutos Liberais existentes no país obtém a maior parcela de seus recursos através de doações

de empresas associadas como "mantenedoras"<sup>17</sup>. Outra parcela vem dos convênios, financiamentos e parcerias com *think tanks*, fundações e organizações neoliberais nacionais e estrangeiras, de que trataremos mais adiante.

Na verdade, os Institutos Liberais não costumam publicar informações completas sobre suas fontes de financiamento<sup>18</sup>. As mais atualizadas que conseguimos dos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro são de 1989. Nesse ano, a lista de mantenedores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro incluía grandes grupos industriais, comerciais, de construção civil e do setor bancário-financeiro - Coopersucar, Petróleo Ipiranga, Sul América Seguros, Mesbla, Ecisa Engenharia, Fininvest, entre outros, além de empresas estrangeiras como a Shell, Unysis, Bung y Born e a Xerox do Brasil (Quadro 20). No mesmo ano, os sócios mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo também representavam alguns dos mais importantes grupos econômicos nacionais, dentre os quais: Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO), Banco de Crédito Nacional, Banco Itaú, Banco Noroeste, Paranapanema Mineração, Indústrias Villares, Varig, Votorantim, Unibanco (IL 31,1991). Algumas das maiores empresas estrangeiras em operação no país também aparecem na lista: Alcoa Alumínio, Banco de Boston, Carrefour, Ciba-Geigy, Citibank, Dow Química, Gessy-Lever, Hoechst, Lloyds Bank, Nestlé, Quaker, Rhodia, Sharp e Union Carbide, entre outras (Quadro 21).

A análise das listas de mantenedores dos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro evidencia o apoio financeiro de alguns dos maiores grupos econômicos em operação no país<sup>19</sup>, o que permite supor uma significativa capacidade de mobilização de recursos materiais e humanos a serem utilizados como potencial de influência sobre a

<sup>17</sup> O montante dessas contribuições varia de acordo com a categoria do associado: em 1997, no Instituto Liberal de São Paulo, o sócio participante contribuía com R\$ 50 por semestre; o colaborador mensal com R\$ 50; o contribuinte mensal com R\$ 400 e os mantenedores, geralmente empresas, contribuía com R\$ 3350 mensais (Idéias Liberais, ano IV, n. 66,1997).

<sup>18</sup> O IL-SP só publicou três listas de sócios mantenedores: em 1988, 1989 e 1991. As duas primeiras são praticamente iguais e a última é problemática, porque apresenta sócios mantenedores e contribuintes não discriminados. Por essa razão, apresentamos no Quadro IV a lista de mantenedores do IL/SP de 1989. Do IL-RJ só foi publicada uma lista de mantenedores, também de 1989. Existe ainda uma lista de mantenedores de todos os Institutos Liberais do Brasil, publicada em 1993.

<sup>19</sup> Como conceito de grupo econômico, estamos utilizando aqui a noção definida por Portugal Jr: "(...) um locus institucional privado de acumulação de capital e poder que, através de relações de propriedade, financiamento e controle, submete uma ou mais empresas de porte relativamente grande a um centro de controle e coordenação capaz de articular decisões estratégicas de valorização de capital". Os grupos econômicos se caracterizam, ainda, por deterem um controle e poder centralizado sobre as empresas que os constituem, com uma "atuação produtiva e financeira de grande porte e complexidade, e estruturação produtiva diversificada e descentralizada" (Portugal Jr. et alli,1994, p. 22).

sociedade. Como se sabe, na medida em que os grupos econômicos adquirem poder sobre os mercados e a comunidade, passam a ter força capaz de influenciar a definição de valores, transformando-se assim em instrumento político. "O predomínio dos grandes grupos nas sociedades contemporâneas atesta que essas organizações constituem um dos principais instrumentos de pressão que se conhece. É inegável sua posição privilegiada na imposição de interesses ao Estado e através do Estado. Suas necessidades em termos de suporte financeiro, infra-estrutura, recursos humanos qualificados e pesquisa e desenvolvimento tecnológico são muitas vezes transformadas em prioridades públicas". (Portugal Jr., 1994, p. 55 ).

A ciência política norte-americana é rica em análises sobre a influência políticas daqueles que detém enorme poder econômico, como o comprovam os estudos de Usseem (1984), Domhoff (1979), Davis (1981), etc. Usseem ilustra com clareza essa influência, ao mostrar a atuação dos diretores e altos executivos dos grupos econômicos como conselheiros e administradores estatais, financiadores de partidos e formadores de opinião na mídia. Esses "inner circle member" defendem os interesses conjuntos das grandes empresas e funcionam, pela sua própria posição, como catalizadores de grupos de pressão compostos para a defesa dessas diversas empresas.

A análise das listas de mantenedores dos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro permite formular ainda outras considerações. Além da presença das maiores empresas multinacionais em operação no país, as listagens de mantenedores mostram também um predominância de empresas do setor bancário-financeiro. Nada mais lógico, uma vez que "(...) a corrente política neoliberal representa, antes de mais nada, os interesses do capital financeiro internacional, já que tais interesses coincidem com a realização integral do programa neoliberal" (Saes, 2001, p. 87). De fato, vários empresários do setor financeiro tem-se destacado pela defesa sistemática do liberalismo. Roberto Konder Bornhausen (UNIBANCO), Leo Wallace Cochrane Jr (Banco Noroeste) e Elmo Camões (Banco Sogeral, Banco Central do Brasil) têm defendido sistematicamente o ideário liberal através das entidades que têm dirigido, como a FEBRABAN, FENABAN, CNF e ABBC. Vale destacar, sobretudo, que vários desses empresários já fizeram parte das diretorias do Instituto Liberal, em especial Bornhausen, presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo desde sua fundação. Ele tem assumido a liderança dos principais órgãos de representação do sistema financeiro privado e é citado

nos estudos de Minella (1992, 1993) como um grande divulgador do liberalismo através de seus discursos e artigos veiculados pelos principais jornais do país. Além disso, vários dos grandes bancos cujos empresários estiveram ou estão na direção das entidades representativas do setor financeiro figuram entre os mantenedores do Instituto Liberal (Minella, 1994, p514).

Em trabalho de 1996, Minella demonstrou que os empresários do setor financeiro no país tem participado da manutenção e diversificação de vários órgãos de representação de classe, o que lhes permite potencializar sua influência sobre as decisões de política econômica: "(...) além da vinculação que as diretorias desses órgãos podem ter com os grandes grupos econômicos e financeiros, eles devem ter também com órgãos de articulação interburguesa de caráter político-ideológico. Esses órgãos contam com a participação ou estão organicamente vinculados a integrantes das elites intelectuais e políticas, e sua abrangência é nacional e internacional. Estabelecem uma rede complexa de relações com organismos diversos de assessoria, consultoria e apoio técnico, nos âmbitos privado e universitário, bem como com órgãos da grande imprensa e aparatos estatais de decisão, o que lhes garante um enorme grau de influência nas decisões das políticas que afetam o setor" (Minella, 1996, p 81).

Os dados apresentados por Minella (1996) demonstram que "entre os 20 grupos financeiros com maior grau de participação nas entidades de classe, pelo menos 16 estão incluídos entre os 300 maiores grupos privados nacionais e os maiores estrangeiros, segundo a classificação da GM" (Minella, 1996, p. 89). Os grupos são: Bamerindus, Bradesco, Finasa, Citicorp, com participação em 5 órgãos de representação; Bank of Boston, Bozano Simonsen, Crédito Nacional, Itaú, Noroeste, em 4 entidades; Antônio de Queiróz, Banorte, Cacique, Econômico, Itamarati, Safra, Unibanco, em 3 associações. (p. 89). Minella constatou que os 20 grupos e empresas mais ativos ocuparam 13 vezes a presidência das entidades de classe (no período pesquisado). E observou que, além dos grupos financeiros de maior porte participarem ativamente nos órgãos de representação do sistema financeiro brasileiro, "(...) alguns grupos financeiros (4 em especial- Bamerindus, Bradesco, Econômico e Unibanco) se caracterizaram pelo transito de seus quadros diretivos para o comando de aparatos de decisão do estado, principalmente relacionados com a área econômico - financeira (ministérios, Conselho Monetário Nacional, Banco Central e instituições financeiras estatais)" (Minella, 1996, p. 89). Como

se constata no Quadro..., o BRADESCO e o UNIBANCO figuram como mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo.

A outra fonte de recursos dos Institutos Liberais são as organizações internacionais da rede de *think tanks* neoliberais que analisamos no Capítulo III. Instituições como o Liberty Fund e a Atlas Economic Research Foundation mantêm vários tipos de acordos com os Institutos Liberais, desde o financiamento de publicações até o financiamento de pesquisas, de realização de encontros, etc. (Quadro 22) .

Como vimos no capítulo anterior, a vinculação dos Institutos Liberais do Brasil à rede internacional de *think tanks* neoliberais é fundamental, não apenas por sua integração no movimento ideológico internacional, mas principalmente porque o intercâmbio com entidades liberais estrangeiras propicia a troca de idéias e o aprimoramento dos conhecimentos, assim como o acesso a informações sobre fontes de financiamento e cursos de formação em entidades e universidades estrangeiras. Os representantes dos Institutos Liberais participam também das reuniões e seminários promovidos por outros *think tanks* em vários países: Cato Institute, Liberty Fund, International Center for Economic Growth, Center for International Private Enterprise, Tinker Foundation, Reason Foundation, Atlas Economic Research Foundation, Institute for Humane Studies, a Foundation for Economic Education, a Heritage Foundation, Cascade Policy Institute, Independent Institute, International Center for Economic Growth e Ludwig Von Mises Institute, bem como do Foro Latinoamericano e da Fundación Francisco Marroquin, da Guatemala, a Escuela Superior de Economía y Administración da Argentina (IL Notícias 37, 1994 e 64, 1997). O Quadro 23 apresenta uma lista de mais de 40 *think tanks* norte-americanos e latino-americanos com os quais os Institutos Liberais do Brasil mantêm contatos de natureza muito variada, desde a simples tradução e publicação de trabalhos desses organismos até as visitas técnicas, participação em colóquios, promoções conjuntas, etc. Além disso, os Institutos Liberais funcionam também como um canal de divulgação da atividade dessas organizações estrangeiras. Os periódicos dos Institutos divulgam informações sobre publicações, cursos, bolsas e prêmios oferecidos por várias dessas organizações.

A principal dessas organizações é, naturalmente, a Sociedade Mont Pelerin, cuja importância e abrangência internacional já analisamos no capítulo anterior. Os diretores

do Instituto Liberal do Rio de Janeiro participam das reuniões periódicas da associação, como as que tiveram lugar na Checoslováquia (1991), Canadá (1992), França (1994), México (1996), etc. Em 1993, a reunião regional da Sociedade Mont Pelerin aconteceu no Rio de Janeiro e foi organizada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Cerca de trezentas pessoas participaram do evento, entre eles 80 professores universitários brasileiros patrocinados pelos Institutos Liberais. A reunião teve como palestrantes o Prêmio Nobel de Economia James Buchanan, e outros intelectuais liberais dos EUA como Murray Rothbard, Gordon Tullock, Israel Kirzner e Walter Willians e da América Latina, como Hernan Buchi, do Centro de Estudios Publicos, que veio apresentar a reforma do sistema previdenciário chileno (IL Notícias 23, 1993). Em 1996, Donald Stewart Jr, fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, foi eleito para um mandato de seis anos na Diretoria da Sociedade Mont Pelerin (IL Notícias 59, 1996).

Enfim, esperamos ter conseguido demonstrar que os Institutos Liberais, desde o final dos anos 80, se constituíram como uma rede que alcança vários estados do país; atuam em conjunto na divulgação de um "liberalismo sem adjetivos" (Souza, 1994), baseado fundamentalmente nas concepções de Mises e Hayek; utilizam diferentes e diversificadas estratégias nessa divulgação; e são financiados por alguns dos maiores grupos econômicos que atuam no país. Também mencionamos que a segunda área de atividade dos Institutos Liberais, além da divulgação do neoliberalismo, é a da formulação de propostas de políticas públicas de cunho liberal. No próximo capítulo, nos deteremos na análise de algumas daquelas propostas que se referem às questões sociais.

Quadro 3  
**Instituto Liberal**  
**Livros publicados de autores estrangeiros**

Autor	Título
Alain Peyrefitte	A sociedade de confiança
Arthur Seldon	O dilema da democracia
Ayn Rand	A nascente
Ayn Rand	A virtude do egoísmo
Ayn Rand	Quem é John Galt?
Bernard H. Siegan	Como elaborar uma constituição para uma nação ou república que está despertando para a liberdade
Bertrand de Jouvenel	A ética da redistribuição
Bruno Leoni	Liberdade e a lei
Carlos J. da Costa	Telecomunicações: passaporte para a modernidade
Cento Veljanovski	A economia do direito e da lei
David J. Pyne	Cortando os custos do crime: a economia do crime e da justiça criminal
David Parker e Ralph Stacey	Caos, administração e economia
David Simpson	O fim da macroeconomia
Deepak Lal	A pobreza das teorias desenvolvimentistas
Deepak Lal	O Salário Mínimo não ajuda os pobres
Dixy Lee Ray e Lou Guzzo	Sucateando o planeta
Douglas C. North	Custos de transação, instituições e desempenho econômico
E. Bohm-Bawerk	A teoria da exploração do socialismo comunismo
Eamonn Butler	A contribuição de Hayek às idéias de nosso tempo
Eduardo Mayora Alvarado	Teoria constitucional para una sociedade libre
F.A. Hayek	O caminho da servidão
Frank Knight	Inteligência e ação democrática
Frédéric Bastiat	A lei
Friedrich A. Hayek	Desestatização do dinheiro
Gabriel Zanotti	Epistemologia da economia
Geoffrey Wood	Falácias econômicas
Guy Sorman	À espera dos bárbaros
Guy Sorman	A nova riqueza das nações
Guy Sorman	A solução liberal
Guy Sorman	Sair do socialismo
Henry Hazlitt	Economia numa única lição
Israel M. Kirzner	Competição e atividade empresarial
James D. Gwartney e Richard Stroup	O que todos deveriam saber sobre economia e prosperidade
James M. Buchanan	Custo e escolha - uma indagação em teoria econômica
Jo Kwong	Mitos sobre política ambiental
John Blundell e Colin Robinson	Regulação sem o Estado
Ken Shoolland	As aventuras de Jonas, o ingênuo

---

 Quadro 3

## Instituto Liberal

## Livros publicados de autores estrangeiros

Leonard Peikoff	Objetivismo - a filosofia de Ayn Rand
Ludwig Von Mises	Ação Humana
Ludwig Von Mises	A mentalidade anticapitalista
Ludwig Von Mises	As seis lições
Ludwig Von Mises	Intervencionismo - uma análise econômica
Ludwig Von Mises	Uma crítica ao intervencionismo
Luis Pazos	Como sair da crise
Luis Pazos	O reizinho populista
Michael Novak	O fogo da invenção, o combustível do interesse: sobre a propriedade intelectual
Murray N. Rothbard	Esquerda e direita
Murray N. Rothbard	O essencial Von Mises
Nathanael Left	Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil
Ortega y Gasset	Meditação sobre a técnica
Paul Johnson	Tempos modernos
Richard L. Stroup e John C. Goodman	Ecologia inteligente
Terry L. Anderson e Donald R. Leal	Ecologia de livre mercado
Yves Cannac	O justo poder

Fonte : Instituto Liberal

## Quadro 4

## AUTORES NACIONAIS MAIS PUBLICADOS PELO INSTITUTO LIBERAL

<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Referências</b>
Antônio Paim	teoria, divulgador	Dr. filós., prof. Univ. Gama Filho RJ
Cândido Mendes Prunes	reforma agrária	adv., Dr. Direito Econ, Conselho Editorial Think Tank
Diogo Figueiredo Moreira Neto	monopólios estatais, privatização	Diret. Instit. Atlântico, procurador, prof. Direito
Donald Stewart Jr.	divulgador (morreu em 1999)	empresário, fundador e pres. Instituto Liberal/RJ; Conselho Adm. Think Tank; ESG
Eduardo Gianetti da Fonseca	teoria, divulgador	Dr. Econ, prof. USP
Fernando Zanella	teoria, divulgador	prof. Econ. Unisinos, dir. técn. IL/RS
Jacy de Souza Mendonça	divulgador	presidente Instituto Liberal/SP (prof. Filos. do direito
Jorge Viana Monteiro	teoria, divulgador	prof. Econ. PUC/RJ
José Luiz de Carvalho	meioambiente, educação,	prof.eco.Univ. Santa Úrsula, PGE/FGV , Conselho editorial de Notas (I L/RJ), Conselho Editorial Think Tank
José Osvaldo de Meira Penna	teoria, divulgador	Embaixador, prof. UNB, pres. Instituto Liberal Brasília, Conselho Editorial Think Tank até 1998
Luis Alberto Machado	divulgador	prof. Econ. FAAP, Diretor IL/SP
Ney Prado	relações de trabalho	jurista, cient. político, ex. vice-pres. IL/SP, Conselho Editorial Think Tank
Og Francisco Leme	teoria, divulgador	filós., sociol, econ, Dir IL/RJ, Assoc. Comerc. RJ, Conselho Editorial Think Tank
Ricardo Velez Rodrigues	teoria, divulgador	filósofo, prof. Univ. Gama Filho
Roberto Campos	teoria, divulgador	senador
Roberto Fendt Jr.	teoria, divulgador	econ, ex.diretor Funcex, vice-pres.IL/RJ, Conselho Editorial Think Tank
Roberto Konder Bornhausen	divulgador	UNIBANCO, pres. FEBRABAN, Conselho IL/SP, Conselho Admin. Think Tank
Ubiratan Borges Macedo	teoria, divulgador	Dr. Filós., prof. Univ. Gama Filho e na ESG
Ubiratan J. Iório de Souza	teoria, divulgador	Dr. Eco, prof. Univ. Sta Ursula e IBMEC, colab IL/RJ

Fontes: Idéias Liberais - IL SP, 1993-2001; Ensaícos e Artigos- IL/RJ; Pontos de Vista - IL/RJ; Think Tank- IL/SP

## Quadro 5

## Conferências - Instituto Liberal do Rio de Janeiro

Ano	Título	Autor
1987	A concorrência e a livre iniciativa	Donald Stewart Jr.
1988	Ninguém há de me obrigar a ser feliz a sua maneira	Arturo Fontaine
1988	A solução liberal	Guy Sorman
1988	Os fundamentos do liberalismo	Armando de la Torre
1990	O que eu vi na Rússia ou o agente da CIA	Donald Stewart Jr.
1992	Correntes do pensamento econômico	Donald Stewart Jr.
1988	Lições de uma economia informal: o caso peruano	Enrique Ghersi
1988	A Constituição e a empresa	Og. Francisco Leme
1988	Processo social e liberalismo	Og. Francisco Leme
1992	Sistemas econômicos comparados	Og. Francisco Leme
1990	Questionamento ao capitalismo brasileiro	José Pio Martins
1991	Algumas reflexões sobre os liberalismos contemporâneos	José Merquior
1990	Experiência econômica no Chile	Jose Pinera
1993	Proteção constitucional aos direitos econ. e de propriedade	Bernard Siegan
-	O papel do Estado nas sociedades livres	Walter E. Williams
-	Os dez mandamentos da reforma sistêmica	Václav Klaus
-	Comunicação e ética	Paul Johnson
-	O caminho comunista para auto – escravidão	Karl R. Popper
-	Transição sistêmica: a mistura de intenções e espontaneidade	Václav Klaus
-	Privatização e regulamentação da indústria elétrica do Reino Unido	Stephen Littlechild
-	A educação de um liberal	R. M. Hartwell
-	O clima de investimentos no Brasil a uma perspectiva do setor privado	Omar Carneiro da Cunha
-	Política econômica democrática?	Bruno Frey
-	O mercado: a mão invisível de solidariedade	José L. Carvalho
-	Formas alternativas de associação na execução de políticas de saneamento	Hildebrando Góes F.º
1996	Em defesa do livre mercado: moralidade x eficiência	Walter E. Williams

Fonte: publicações do Instituto Liberal

## Quadro 6

## ENSAIOS E ARTIGOS- INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO

Ano N.º	Título	Autor	Referências
1987	1 Privatização*	Madsen Pirie	Pres. Adam Smith Inst.(GB), formulador proj. privatiz. Thatcher
1988	2 Princípios e práticas da privatização	Madsen Pirie	
	3 A ausência do razoável	Armando de la Torre	Univ. Marroquin, Guatemala
	4 A ética do lucro	Armando de la Torre	Univ. Marroquin, Guatemala
	5 O governo constitucional	Gottfried Dietze	Univ. John Hopkins, palestra na Univ. Marroquin
	6 O estado: o ídolo, o cidadão, o suspeito	Marios Jacob de Melo	
1992	7 O conceito de justiça econômica nas discussões religiosas	Paul Heyne	Univ. Washington, Seattle
	8 Uma constituição para uma nação livre	Bernard Stegan	Univ. Califórnia, consultor no gov. Reagan e leste europeu
	9 Demolindo o socialismo: relatório preliminar	Vaclav Klaus	Min. Finanças checo, pres. Partido Democrát. Cívico
1993	10 Crônica de uns liberais impenitentes	Odemiro Fonseca	Pres. Instituto Liberal RJ em 1996
	11 Da preservação da liberdade na conservação do meio - ambiente	José L. de Carvalho	Univ. Santa Ursula, PGE/FGV e Conselho editorial de Notas (I L/RJ)
	12 Custos de transação, instituições e desempenho econômico	Douglass C. North	prof. economia Universidade de Washington
1994	13 O que é o liberalismo?	Carlos Alberto Montaner	prof.univ.EUA, publicado por Univ. Marroquin
	14 Filosofia e modéstia intelectual: a propósito de Popper	Julio Cesar Pereira	prof. Filos.PUC/RJ
1995	15 Em busca da liberdade: introdução à filosofia liberal	Jarret Wollstein	dir. International Society for Individual Freedom
	16 Ética e liberdade	Alberto Oliva	filósofo, prof. UFRJ
	17 O Estado e o futuro	Diogo F. Moreira Neto	dir. Instituto Atlântico, procurador, prof. Direito
	18 Lições da planificação estatal	Gerardo Auleu	aluno Univ. Marroquin
	19 O homem e a sociedade	Dom Lourenço de Almeida Prado	OSB (igreja católica, Brasil)
1996	20 Inconstitucionalidades e absurdos da lei anti-truste	João Luiz Coelho da Rocha	Associação Brasileira de Direito Mercantil
	21 Desmontando a pirâmide: por que e como privatizar a seguridade social	Karl Borden	Univ. Nebraska, publicado pelo Cato Institute
	22 O marco jurídico do mercado livre	Armando de La Torre	Univ. Marroquin, Guatemala
	23 A ordem pública e o empresariado americano	Lawrence Reed	econ., pres. Mackinac Center for Public Policy, Michigan
	24 Direitos humanos: fundamentação e abrangência	Armando de La Torre	Univ. Marroquin, Guatemala

\*Edição conjunta com a Confederação das Associações Comerciais do Brasil

## Quadro 7

## PONTOS DE VISTA – INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO

Ano N°	Título	Autor	Referências
1994	1 Monopólios estatais: sobrevivência anacrônica	Diogo F. Moreira Neto	Procurador RJ, Dir. Instituto Atlântico
	2 Impostos emperram o crescimento	Celso C. Giacometti	Pres. Arthur Andersen
	3 A verdade sobre Chiapas	Mary Ball Martinez	Jornalista, publicado p/ Univ. Marroquin
	4 Sobre a tolerância: contribuição para a Carta da ONU	Márcio A. L. Guerreiro	Prof. Filos. UFRJ
1995	5 Mexico: quem foi o culpado?	Edgard Mason	Prof. Univ. Morelos; CISLE
	6 Teologia do capitalismo: suas bases cristãs	Michael Novak	teólogo, American Enterprise Institute
	7 Uma análise sobre Arg., Brasil, Chile e México e suas perspectivas políticas	Arthur B. Laffer	econ, Conselho Polít. Econ. De Reagan
	8 Mediação	Juan Carlos Vezzulla	prof. PUC Argentina, Insit. De Mediação
1996	9 Privatização para o desenvolvimento econômico	Robert W. Poole Jr.	Pres. Reason Foundation, consultor USAID e Banco Mundial
	10 Como sair da pobreza	Angel Roncero	padre, Univ. Marroquin, Guatemala
	11 Problemas ambientais: soluções de direito privado	Walter E. Block	Assessor Insit. Cato, Fraser e Von Mises
	12 Análise rudimentar de política cambial	Paulo C. Leme	Diretor Banco investimentos em NY
	13 Entrevista do prof. James Gwartney	James Gwartney	prof. Econ. Univ. Florida; pesquisador James Madison Institute
	14 Plano Real 3º ano: nuvens em céu de brigadeiro?	Luiz Zottmann	econ, foi da FGV e IPEA
	15 A cultura antiempresarial marxista ainda é dominante	Eduardo Mascarenhas	psicanalista, dep. Federal
1997	16 Plano Real ano 4: a prova dos nove	Luiz Zottmann	econ, foi da FGV e IPEA
	17 O desenvolvimento auto-sustentado e o real	Luiz Zottmann	econ, foi da FGV e IPEA

NOTA: Ponto de vista é publicação do Instituto Liberal/RJ mas a posição dos autores não representa, necessariamente, a do Instituto Liberal.

Quadro 8  
IDÉIAS LIBERAIS - INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO

Ano N.º	Título	Autor	Referências
1993	1 Ibn Khaldun (1332-1406)	Jacy de Souza Mendonça	vice-presidente Instituto Liberal/SP; Dr. Filos. do Direito, prof.
1994	2 Tudo tem seu preço	Conselho dos IIs do Brasil	
	3 Diretrizes para uma revisão constitucional	Roberto Konder Bornhausen	UNIBANCO, pres. FEBRABAN, Conselho IL/SP
	4 A missão dos Institutos Liberais no Brasil	Ubiratan J. Iorio de Souza	Dr. Econ.; prof. Univ. Santa Ursula e IBMEC/RJ
	5 O liberalismo sem adjetivos	Rafael J. M. Vecchiatti	econ, empresário,
	6 O Brasil de 1994 e voce	Margareth Thatcher	Primeira Ministra Grã-Bretanha
	7 Os desafios do século XXI	Antônio Paim	Dr. Filos.; prof. Univ. Gama filho
	8 Os liberais estão ativos	Fernando Zanella	Dir. Instituto Liberal/RS; prof. Econ. UNISINOS
	9 O mercado como processo: abordagem austríaca	Geraldo Aguiar de Brito Vianna	Ministro patron. Tribunal trabalho
	10 O estágio atual da relação do trabalho no Brasil	Silvia G.B.C. Franco	Sec. Fazenda São Paulo
	12 Cidadania e recursos públicos	Eduardo Gianetti da Fonseca	Dr. Econ.; prof. USP
	13 Quem tem medo do liberalismo	Vaclav Klaus	Min. Finanças checo; pres. Part. Democrát. Cívico
	14 Mudança sistêmica: mistura delicada de intenções...	Donald Stewart Jr.	empresário, fundador Instituto Liberal/RJ, ESG
	15 O estado e a habitação	Margarida M. T. Rocha e Lima	prêmio Marshal, aluna UERJ
	16 Teoria austríaca: ciclos econômicos	Cláudio Vouga	Dr. Política, prof. USP
	17 O Leviatã bem temperado	Clark e Rimonoczy	America Economic Found
	18 Os 10 pilares da sabedoria econômica	Stefane Garelli	Univ. Lausanne
	19 A evolução dos valores e a economia de mercado	Angelo Petroni	Un. Bolonha
	20 Karl Popper 1902-1994	Hernan F. Bustamante	Peru(Public. El comercio
	Karl Popper e o liberalismo (II parte)	Herman H. Wever	Pres. Siemens Bras.
	21 A engenharia e a evolução recente da economia no Brasil.	Mario Vargas Llosa	escritor, candidato à presidência Peru
	22 A cultura da liberdade	Jorge Viana Monteiro	prof. Econ. PUC/RJ
	23 James Buchanan: teoria Escolha Pública e o Brasil dos Anos 90	Jose J. Salcedo	Radio educação Am. Lat-Colombia
	24 Sem produzir riqueza não se acaba com a pobreza	Conselho dos IIs do Brasil	
	25 Por que a prosperidade depende da liberdade	Eduardo Gianetti da Fonseca	prof. Econ. USP
	26 A economia política da mudança	Jose Pastore	Prof. USP
	27 Relações de trabalho numa economia que se abre	Perry Anderson	O Estado de SP
	28 Neoliberalismo: um balanço	Luis Vergniaud	advogado e jornalista
	29 A lição chilena	Francisco J. Fig. Barbosa	USP
	30 A economia e o pêndulo	Mircea Buescu	prof. Eco.PUC/RJ
	31 Liberdade e disciplina	Tomim Borgouni	pesq. Fundo Monet. Intl
1995	32 O progresso econômico no pós-guerra		

Quadro 8  
IDÉIAS LIBERAIS - INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO

Ano N°	Título	Autor	Referências
33	O liberalismo e o governo Fernando Henrique Cardoso	Luis Alberto Machado	(org.)
34	Instrumentalismo: Friedman e a metodologia da economia	Jose Maria R. Ramos	Dr. Eco/USP; prof. Econ. FAAP
35	Democracia e sociedade pluralista	José Osvaldo de Meira Penna	Embaixador, prof. UNB, pres. Instituto Liberal/Brasília, ESG
36	A confusão entre capital e trabalho	Sergio Amad Costa	FGV/SP
37	Contribuições para a reforma tributária	Jacy Mendonça, Iris Gandra, Philip Alair	
38	Robert Lucas: o prêmio Nobel que todos aguardavam	Delfim Netto, Aluisio Araújo	London School Econ, Mont Pelerin
39	Liberdade, sociedade livre e Estado	Lor Peter Bauer	Inst. Ciencia Política/Bogotá
40	A revolução dos think tanks (centros de pensamento político)	Tito Livio Caldas	
41	The Mont Pelerin Society		
42	Cingapura: livre mercado e desenvolvimento	Igor Cornelsen	diret. Inst.Liberal/SP, Merchant Bank.
43	Brasil e África do Sul: algumas analogias na transição p/ estabilidade	Luis Alberto Machado	diretor Instituto Liberal/SP; prof. Econ. FAAP
44	Economia das medidas provisórias	Jorge Viana Monteiro	prof. Econ. PUC/RJ
45	O futuro é dos malucos, dos anarquistas e outsiders	Marcelo Cavalcanti/Claudio Caval.	prof. Econ. FEA/USP
46	Liberalismo e social democracia	Jacy de Sousa Mendonça et alli	
47	Cartilha da competência	Hans Ollaf Henkel	privatizador Alemanha Oriental
48	Privatização: melhores serviços com menores impostos	Robert W. Poole Jr.	pres. Reason Foundation; consultor USAID e Banco Mundial
49	A reforma das relações de trabalho	Amaury de Souza	cient. político, IDESP
50	A função social do empresário e o processo equilibrador de mercado	Jose Manual Moreira	prof. Portugal
51	Caos, administração e economia	Marcos Cintra(FGV)/Jose Bataglia	Bataglia-FAAP/Mackenzie/Sec. Maluf
52	A riqueza das nações- 220 anos depois	Andrea Cury Waslander	prof.Mackenzie
53	A estabilidade é a prioridade das prioridades. discurso posse	Antonio Kandir	Min. Planejamento
54	Perigos para a democracia: comunismo ultra nacionalista, autocracia econômica e radicalismo muçulmano		Leo Wieland
55	A Ética na administração pública	Gen. Romildo Cambrim	Gab. Militar presidência
56	O custo Brasil em contexto de globalização da economia	Antônio Correa Lacerda	prof. Econ. PUC/SP
57	F.E.E. 50 anos de progresso da economia Austríaca	Israel Kirzner	prof. Eco UNY, Mont Pelerin
58	Karl Popper e a ética da tolerância	Antônio Roberto Batista	médico, mestre sociol/USP;
59	Liberalismo e justiça social. Parte I	Jacy de Souza Mendonça	pres. Instituto Liberal/SP
60	Liberalismo e justiça social. Parte II	Jacy de Souza Mendonça	pres. Instituto Liberal/SP
61	Manual do perfeito idiota latino-americano	Roberto Campos	senador
62	Globalização, transição econômica e infra-estrutura no Brasil	Eduaro Gianetti Fonseca	prof. Econ. USP
63	Juízo arbitral- forma liberal de justiça	Peironio Muniz	advog, Conselho IIs Brasil
64	Crescimento econômico e globalização no Brasil	Luiz Nelson Porto Araújo	Trevisan Consultores

Quadro 8  
IDÉIAS LIBERAIS - INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO

Ano N°	Título	Autor	Referências
1997	65 Privatização e cidadania	Diogo Figueiredo Moreira Neto	Instit. Atlântico, procurador
	66 A globalização, o Estado-nação e a profissão militar I	General Sérgio R. D. Morgado	General de Brigada
	67 A globalização, o Estado-nação e a profissão militar II	General Sérgio R. D. Morgado	General de Brigada
	68 O fascínio do discurso marxista	Mircea Buescu	prof. Eco PUC/RJ
	69 Repensar o desenvolvimento	Samuel Silva	Ed. Ver. BID
	70 O fim do trabalho (livro de Jeremy Rifkin)	Benedito F. Barros	resenha do livro
	71 Macroeconomia: o conhecimento inútil	Antônio I. Margareti	Fund. Libertad (Rosario, arg)
	73 Três esteras da educação: via integral para o êxito	Carolina Bolívar	Pres. Inst. Cultural Ludwig von Mises- Mexico
	74 Evolução nos serviços	Oscar Manuel Castro Ferreira	mestre física/USP; consultor de empresas
	75 Futuro mutante: assistir ou atuar?	Silvio Zilber	dir. teatro, consultor empresa
	76 Aspectos do panorama político brasileiro (2 artigos independ.)	Ayres da Cunha/J.ªMeira Penna	Cunha (deput. PFL/SP); Penna (pres. IL/Brasília)
	77 A ditadura da democracia	João Luiz de Moraes	econ, prof/dir. Random(?)
	78 Economia e liberdade: escola austríaca e econom. Brasileira	Ubiratan J. Iorio de Souza	Dr. Econ; prof. Econ. Univ. Santa Ursula e IBMEC
	80 Perspectivas do liberalismo na Am. Latina	Ricardo Velez Rodrigues	filósofo, prof. Univ. Gama Filho
1998	85 A verdadeira revolução	Daniel Imgin/Joseph Stanislav	Cambridge Energy Research
	86 Liberdade econômica e prosperidade: mais evidência empírica	Og Francisco Leme	sociol, econ, Diretor Instituto Liberal/RJ,
	90 Leonel Robbins: um economista e um século	Jose Maria R. Ramos	Dr. Econ.; prof. FAAP
	93 Discurso de despedida vida parlamentar dep. Roberto Campos	Roberto Campos	senador
	94 Reflexões em torno da crise	Paulo Saob	cient. políti
1999	95 O liberalismo. Entrevista Donald Stewart Jr. Na TV	Donald Stewart Jr.	pres. Instituto Liberal/RJ, ESG
	96 Dez anos de queda Muro de Berlim: visão política	Ubiratan Borges Macedo	Dr. Filosofia, prof. Univ. Gama Filho, prof. ESG
	97 Dez anos de queda Muro de Berlim: visão estratégica	Braz de Araújo	USP
2000	99 Presença de Toqueville no Brasil. Parte I	Ricardo Velez Rodrigues	filósofo, prof. Univ. Gama Filho
	100 Presença de Toqueville no Brasil. Parte II	Ricardo Velez Rodrigues	filósofo, prof. Univ. Gama Filho
	101 Teoria do processo de mercado: escola austríaca moderna	Fabio Barbieri	Adm FGV e mestrado USP
	102 Montesquieu enlouquecido	Antônio Roberto Batista	medico, filso social
2001	103 Encantamento substitui qualidade na competição global	Luis Alberto Machado	diretor Instituto Liberal/SP
	104 O Censo 2000 e falta de senso do MST	Candido Mendes Prunes	Dr. Direito Econômico

Tiragem dos folhetos: 3000 exemplares, enviados por mala direta.

## Quadro 9

## RevistaThink Tank - Instituto Liberal de São Paulo

## Conselho Editorial

NOME	REFERÊNCIAS
Roberto Konder Bornhausen	Pres. Instituto Liberal/SP; Pres. UNIBANCO, FENABAN; FEBRABAN; CNF
Aloisio Teixeira Garcia	
Antônio Carlos Porto Gonçalves	
Arthur Carlos Chagas Diniz	Pres. Instituto Liberal/RJ 2001; consultor empresas
Cândido José Méndez Prunes	Advogado, Dr. Direito Econômico
Carlos Roberto Faccina	Vice-pres. Instituto Liberal/SP
Cleverson Marinho Teixeira	
José Luiz de Carvalho	Prof. Econ. Univ. Santa Úrsula; FGV/RJ; Conselho Editorial NOTAS - Instituto Liberal/RJ
José Osvaldo de Meira Penna	Pres. Instituto Liberal /Brasília; embaixador, advog, filósofo., prof. UNB
José Pio Martins	
Luiz Enrique Furquim	
Nelson Lehmann da Silva	
Nemercio Nogueira	Diretor Instituto Liberal/SP
Ney Prado	Ex-Vice-pres; atual Diretor Instituto Liberal/SP; Advogado
Og Francisco Leme	Econ.; Dir. Instituto Liberal/RJ;
Petronio R.G. Muñiz	Advogado
Roberto Fendt Jr.	Dir. Instituto Liberal/RJ; ex-dir. FUNCEX; Econ.
William Ling	Ex-Pres. Instituto Liberal/RS; Grupo Olivebra

Fontes: Revista Think Tank, Instituto Liberal de São Paulo, 1998 - 2001. Gazeta Mercantil - Balanço Anual (vários anos); Banco de Dados do Laboratório Estado, Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.

## Quadro 10

**RevistaThink Tank - Instituto Liberal de São Paulo**  
**Conselho de Administração**

NOME	REFERÊNCIAS
Abram Szajman	Pres. Federação do Comércio de SP; Vice-Pres. Confederação Nacional do Comércio; Pres. Conselhos Regionais SESC e SENAC. Empresa: Vale-Refeição.
Alencar Burti	Pres. Federação das Associações Comerciais de SP e Associação Comercial de SP em 2001; Pres. Associação Latino-americana de Distribuidores de Automotores; fundador da ABRAVE, da ABRAD, da ABRADIF, do SINDICOV, da FENABRAVE.
Carlos Eduardo Moreira Ferreira	Pres. Instituto Liberal/RJ, construção civil
Carlos Fernando C. de O Souto	Pres. Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA)
Donald Stewart Jr.	Pres. Em 1998 da SERASA , empresa brasileira de análise e informações econômico-financeiras e cadastrais para bancos, uma das maiores do mundo no ramo.
Edmundo Klotz	Pres. Federação das Associações Comerciais de SP
Eício Anibal de Lucca	Pres. Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASHE) em 1998
Elvio Aliprandi	Grupo Gerdau, CONSIDER,
Henrique Falsoni	Pres. Instituto Liberal SP, 1988 e 2000; Grupo Fenícia
Hugo Maia de Arruda Pereira	
Jorge Gerdau Johanpeter	
Jorge Wilson Simeira Jacob	
José Eduardo Bandeira de Melo	
José Humberto Pires de Araújo	
Manoel F. Cintra Neto	
Natan Berger	
Paul Daniel Muller	
Paulo Afonso Feijó	
Paulo de Barros Stewart	
Raul Leite Luna	
Ricardo Yazbek	
Roberto Demeterco	
Roberto Konder Bornhausen	
Romeu Chap Chap	
Sérgio Haberfeld	
Sérgio Reze	
Walter Lafemina	
Werner Karl Ross	
	Rede super mercados RS
	Grupo Prosdócimo- Paraná Pres. UNIBANCO; FENABAN; FEBRABAN; CNF; Pres. Instituto Liberal/SP

Fontes: Revista Think Tank, Instituto Liberal de São Paulo, 1998 - 2001. Gazeta Mercantil - Balanço Anual (vários anos); Banco de Dados do Laboratório Estado, Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.

## Quadro 11

## Propostas de políticas públicas publicadas pela revista Think Tank

Nº	Data	Título	Autor	Referência
1	Jul/99	A lógica da reforma agrária.	Candido Mendes Prunes	adv, Dr. Direito econôm.
2	Nov/97	O desemprego tem cura?	Jose Pastore	prof. Econ. USP
0	Fev/98	Reforma tributária ou fiscal?	Roberto Fendt Jr.	econ., ex diret. Funcex
4	Jun/98	Relações trabalhistas no Brasil	Ney Prado	jurista, cient. político
5	Set/98	Reforma sist. Eleitor. e partidário na perspectiva liberal	Manoel Gonçalves Ferreira Fo.	Dr. Direito, prof. USP
6	Jan/99	Processo educac, desen. Humano e a escola	José Luiz de Carvalho	Dir. Econ. Un. Sta. Úrsula, prof. FGV
7	Mai/99	A saúde no Brasil	Antônio Roberto Batista	médico, mestre social.
9	Dez/99	A crise e o Mercosul	Roberto Fendt Jr.	econ., Vice Pres. Instituto Liberal/RJ
11	Jun/00	Salário mínimo e coerção	Gilberto Salgado Filho	Dr. Em economia
13	Dez/00	Segurança pública	Ubiratan Borges de Macedo	Dr. Filosof., prof. Univ. Gama Filho, ESG
15	Jun/01	Controle da criminalidade - mitos e efeitos	Julita Lengruher	sociól. Dir. Univ. Candido Mendes

## Quadro 12

## Coleção clássicos liberais publicados pela revista Think Tank

Nº	Data	Título	Autor	Referência
4	Jun/98	O caminho da servidão - Hayek	Og Francisco Leme	fiós., econ, Dir. IL/RJ, Cons. Ed. Think Tank
5	Set/98	A sociedade aberta e seus inimigos - Popper	Roberto Fendt Jr.	econ., Vice Pres. IL/RJ, Cons. Ed. Think Tank
6	Jan/99	Liberalismo e democracia - Bobbio	Og Francisco Leme	
8	Ago/99	A democracia na America- Toqueville	Roberto Fendt Jr.	
10	Mar/00	A riqueza das nações- Adam Smith	Roberto Fendt Jr.	
12	Set/00	Investigação sobre o entendimento humano- Hume	Roberto Fendt Jr.	
14	Mar/01	O segundo tratado sobre o governo	Roberto Fendt Jr.	

## Quadro 13

**INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO****NOTAS. Avaliação de Projetos de Lei**

1. Constituição e Estado de Direito	set 90
2. não disponível	
3. Uma nova lei da usura?	nov 90
4. Direito de greve	dez 90
5. Quinquênio dos pacotes	jan 91
6. Abuso do poder econômico	fev 91
8. Previdência social. Projeto de privatização	abr 91
9. Monopólio na concessão de serviços públicos	mai 91
10. Lei do inquilinato	jun 91
11. Lei de Diretrizes e bases para educação	jul 91
12. Propostas de emendas constitucionais	ago 91
13. Mercosul	set 91
14. Modernização dos portos no Brasil	out 91
15. Revisão Constitucional	jan 92
16. Capital estrangeiro	mar 92
17. Programa garantia de renda mínima	mai 92
18. Setor automotivo: proposta governo é cartorial	jun 92
19. Estatuto ou convenção da cidade	jul 92
20. Reforma Fiscal I	out 92
21. Reforma Fiscal II	dez 92
22. Combate à pobreza	jan 93
23. Combate à pobreza brasileira	fev 93
24. O que é o Mercosul	mar 93
25. Revisão Constitucional	abr 93
26. Lei de patentes	mai 93
27. Depois do Plebiscito	jun 93
28. Rito sumário de desapropriação	jul 93
29. Concessão de serviços públicos	ago 93
30. Privatização no mundo	set 93
31. Privatização no Brasil	out 93
32. Energia elétrica	nov 93
33. Combate à inflação	dez 93
34. Sistema Financeiro Nacional	jan 94
35. Monopólio da Petrobrás	fev 94
36. Mineração	mar 94
37. Os fundos de pensão	abr 94
38. Petróleo na Argentina	mai 94
39. Telecomunicações	jun 94
40. Legislação antitruste no Brasil	jul 94
41. Política monetária e cambial do Plano Real	ago 94
42. A conta da energia nuclear	set 94
43. Concessão de serviços públicos	out 94
44. Orçamento da União e a Constituição de 1988	nov 94

## Quadro 13

**INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO****NOTAS. Avaliação de Projetos de Lei**

45. Orçamento geral da União	dez 94
46. Previdência Social	jan 95
47. Sistema Nacional de Transmissão de energia elétrica	fev 95
48. Orçamento: déficit e subsídios	mar 95
49. O Plano Real e as reformas constitucionais	abr 95
50. Política industrial para o setor automotivo	mai 95
51. Reestruturação do setor elétrico	jun 95
52. Desindexação da economia	jul 95
53. Lei de diretrizes e bases	ago 95
54. PROER - a MP das fusões bancárias	set 95
55. Plano Plurianual para 1996-1999	out 95
56. Reforma tributária	nov 95
57. Reforma Administrativa	dez 95
58. Contrato de trabalho por prazo determinado	jan 96
59. ANEEL - o novo DNAEE	fev 96
60. Telefonia celular	mar 96
61. Medida provisória sobre salário mínimo e previdência social	abr 96
62. Imposto sobre circulação de mercadorias	mai 96
63. Projeto de Lei. Agência Nacional do Petróleo	jun 96
64. Medidas de contenção de despesas	jul 96
65. Telecomunicações - o órgão regulador	ago 96
66. Custos de transação: Justiça do Trabalho	1997
67. Anteprojeto de Nova Lei de Licitações	1997
68. A propriedade intelectual	1997
69. Balanço social	
70. Projeto de lei orçamentária para 1999	
71. Programa de estabilidade fiscal	1999
72. A questão federativa	1999
73. Lei de responsabilidade fiscal	1999
74. Disposição de resíduos sólidos	1999
75. Auto-serviço	1999
76. As reformas e o tamanho do Estado	
77. Salário mínimo	2000
78. Reforma tributária	2000
79. A reforma da Lei das Sociedades Anônimas	2000
80. Orçamento da União para 2001	2000
81. A Lei Complementar n.º 105: a onipotência estatal e os direitos da cidad	2001
82. FGTS	2001
83. Crise energética brasileira	2001
84. Mini-reforma tributária de 2001	2001
85. Subversão da ordem jurídica	

Fonte: Notas. Avaliação de Projetos de Lei, vários números. IL/RJ

## Quadro 14

**INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**POLÍTICAS ALTERNATIVAS**

TEMA	DATA	FINANCIADOR
Previdência Social	1991	
Educação	1992	
Mercosul	1993	Center International Private Enterprise (EUA), coautores: Fundação Mediterrânea (Arg), Fund. Paraguaia Cooperação Desenv. e Centro Estudios Realidad Econ. Soc. (Urug)
Capital estrangeiro	1993	International Center Economic Growth (EUA) e Empresas Brasileiras Capital Estrangeiro
Política industrial	1993	BBM - Cia Seguros da Bahia
Saúde	1994	Atlas Economic Research Foundation (EUA)
Petróleo	1994	
Energia elétrica	1994	
Orçamento Fiscal	1995	Tinker Foundation (EUA)
Telecomunicações	1995	Tinker Foundation (EUA)
Gás natural	1995	
Sistema Judiciário	1996	Atlas Economic Research Foundation (EUA)
Custos de Transação: Justiça do Trabalho	1997	Atlas Economic Research Foundation (EUA)

Fonte: Políticas Alternativas (números variados), IL Notícias n. 44, 1995.

Quadro 15

**INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO**  
**FORUM LIBERAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS**

<b>TEMA</b>	<b>DATA</b>	<b>PATROCINADORES</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
I Nova política industrial	1990	BBM Companhia de Seguros da Bahia	Luis Paulo Velloso (Dir. Min. Economia), Roberto K. Bornhausen (IL/SP), Joelmir Beting, Francisco P. Papanthanasiasdes (Empresário), Celso R. Bastos (Jurista, PUC)
II Descartorialização da economia	1990	Instituições Financeiras Sogeral/Societé Generale- France	João Maia (Sec. Min. Economia), Geraldo Vieira ( Ministério Infra-estrutura), Omar Carneiro da Cunha (Shell), Tércio Sampaio Ferraz Jr. (jurista), Oliveiros Ferreira (jornal.)
III Política monetária e cambial	1991	Federação Brasileira de Associações de Bancos	Ibrahim Eris (Pres. Banco Central), Roberto K. Bornhausen (IL), Léo Wallace Cochrane (FEBRABAN), Roberto Campos (Dep. Fed.), Jorge W. Simeira Jacob (Fenícia), Celso Luiz Matone (econ.), Ives Gandra Martins (jurista)
IV Política agrícola	1991	Refinações de Milho Brasil	Antônio Cabrera (Ministro Agricultura), Alysson Paulinelli (Sec. Agricultura São Paulo), Flávio Telles de Menezes (pecuarista), Edmundo Klotz (Assoc. Bras. Indústrias Alimentação), Bráulio Marchiô (empresário), Alexandre Machado (jornalista)
VI Política fiscal e tributária	1992	Arthur Andersen e Pinheiro Neto Advogados	Roberto K. Bornhausen (IL/SP), Roberto Macedo (Secret. Espec. Política Econômica), Jorge Gerdau Johanpeter (Gerdau), José Pisani (Tributarista), Celso Giacometti (empresário), Carlos Alberto Longo (econ.), Luis Rosenberg (econ.)

## Quadro 16

**INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO****DIRETORIA**

	<b>1983</b>	<b>1989</b>	<b>1996</b>	<b>2001</b>
Presidente	Donald Stewart Jr.	Donald Stewart Jr.	Odemiro Fonseca	Arthur Chagas Diniz
Diretores		Og Francisco Leme	Donald Stewart Jr.	Fabiano Pegurier
		João Pedro Gouveia	Arthur Chagas Diniz	Heitor Bastos Tigre
		André de Botton	Roberto Fendt	João Luiz Coelho da Rocha
		Omar Caneiro da Cunha	Heitor Bastos Tigre	Og Francisco Leme
		Sérgio de Andrade de Carvalho		Roberto Fendt
		Arthur Chagas Diniz		

Fontes: Idéia Liberal 18, novembro 1989; IL Notícias 26; 1994; documento interno do IL-RJ, 1996; <http://www.institutoliberal.org.br>.

## Quadro 17

**Instituto Liberal Rio de Janeiro****Membros das Diretorias**

<b>NOME</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
André de Botton	Mesbla; Dir. Instituto Liberal/RJ -1989
Arthur Chagas Diniz	Consultor de empresas; Dir. Instituto Liberal/RJ -1996 e Presidente em 2001
Donald Stewart Jr.	EDISA; Fundador e Pres. do Instituto Liberal/RJ até 1999; Pres. Conselho de Mantenedores de 1994 a 1999
Fabiano Peguirier	Dir. Instituto Liberal/RJ em 2000
Heitor Bastos Tigre	Advogado, representante da American Commercial Lines International LLC no Brasil (transportadora fluvial de minério); empresa vinculada ao Grupo Citibank; Dir. Instituto Liberal/RJ - 1996 e 2001
João Luiz C. da Rocha	Fundação Nestlé de Cultura; Dir. Instituto Liberal/RJ - 2000
João Pedro Gouveia Vieira	Grupo Ipiranga; SINDUSCON; Dir. Instituto Liberal/RJ -1989
Jorge Gerdau Johanpeter	Grupo Gerdau; CONSIDER; Pres. Conselho Mantenedores Instituto Liberal/RJ 1983
Og Francisco Leme	econ; Conselho Editorial Think Tank; Dir. Instituto Liberal/RJ -1989 e 2001
Odemiro Fonseca	Pres. Instituto Liberal/RJ- 1996
Omar Caneiro da Cunha	Dir. Shell; Pres. Sindicato Nacional de Atacadistas de Produtos de Petróleo; Dir. Instituto Liberal/RJ -1989
Roberto Fendt Jr.	Dir. Instituto Liberal/RJ desde 1996; econ.; Conselho Editorial Think Tank; Dir. Instituto Liberal/RJ -1996 e 2001
Sérgio de Andrade de Carvalho	Vice-Pres. Grupo Monteiro Aranha; Dir. Instituto Liberal/RJ -1989

Fontes: Idéia Liberal - Instituto Liberal de SP (vários números); IL Notícias (vários números) Gazeta Mercantil - Balanço Anual (vários anos); Banco de Dados do Laboratório Estado, Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.

## Quadro 18

**INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**

	1988	1989	1992	1993	1995	1997	2000
Presidente	Jorge W. Simeira Jacob	Roberto Cauby Vidigal	Fernando Ulhoa Levy	Fernando Ulhoa Levy	Jacy Souza Mendonça	Ivan S. Pinto	Carlos Faccina
Vice- Presiden- tes		Oliveiros Ferreira	Carlos R. Faccina	Carlos Faccina Ivan Pinto Jacy de S. Mendonça Ney Prado	Carlos Faccina Ivan Pinto Ney Prado	Carlos Faccina Ney Prado	
Diretores	Carlos Faccina	Gen. Manoel A. Teixeira	Amália R. B. Schmidt	Luis Alberto Machado	Carlos X. de Melo	Carlos X. de Melo	Carlos X. de Melo
	Horácio Ives Freyre		Gen. Manoel A. Teixeira	Luis Almeida Prado	Igor Cornelsen	Igor Cornelsen	Luis Almeida Prado
	Ivan Pinto		Ignácio C. Barrasa	Luis E. R. de Magalhães	Luis Alberto Machado	Luis Alberto Machado	Luis E. R. de Magalhães
	José Augusto da Silva		José Augusto R. da Silva	Roberto Olival Costa	Luis Almeida Prado	Luis Almeida Prado	Ney Prado
	Nemércio Nogueira		Luis Alberto Machado	Luis Almeida Prado	Luis E. R. de Magalhães	Luis Almeida Prado	Rafael Vechiatti
	Oliveiros Ferreira		Luis Almeida Prado		Rafael Vechiatti	Rafael Vechiatti	Roberto Olival Costa
			Nemércio Nogueira		Roberto Olival Costa	Roberto Olival Costa	
			Roberto Olival Costa				

Fontes: Idéia Liberal 1, junho 1988; 15, agosto 1989; 32, janeiro 1992; 34, março 1994; Informe Liberal /SP, agosto 1993; Anuário IL/SP, 1993 e 1996; Idéias Liberais, Ano V, n.º 80, 1997 e Ano VI, n.º 100, 2000.

## Quadro 19

**Instituto Liberal São Paulo**  
**Membros das Diretorias**

NOME	REFERÊNCIAS
Carlos R. Faccina	Nestlé - Dir. de Assuntos Públicos e institucionais; Fundação Nestlé de Cultura; Dir. IL/SP -1988; Vice-Presidente Instituto Liberal/SP a partir de 1992
Fernando Ulhoa Levy	Diretor Gazeta Mercantil; Pres. Instituto Liberal/SP 1992 e 1993
Gen. Manoel Teixeira	Dir. Instituto Liberal/SP 1989 e 1992
Horácio Ives Freyre	Martinelli Seguradora S/A; Dir. Instituto Liberal/SP 1988
Ignácio C. Barrasa	Instituto de Desenvolvimento de Diadema; Dir. Instituto Liberal/SP 1992
Igor Cornelsen	Standard Chartered Merchant Bank; Dir. Instituto Liberal/SP 1995 e 1997
Ivan Pinto	Diretor Instituto Liberal/SP 1988, 1993, 1995; Presidente 1997
Jacy Souza Mendonça	ANFAVEA; FIESP; Vice-Pres. Instituto Liberal/SP 1994; Presidente 1995 e 1997
Jorge W. Simeira Jacob	Grupo Fenícia; Pres. Instituto Liberal/SP 1998; Vice- Presidente Conselho de Mantenedores de 1992 a 1997
José Augusto da Silva	Dir. Instituto Liberal/SP 1988 e 1992
Luis Alberto Machado	Dir. Assuntos Culturais Instituto Liberal/SP - 1992 a 1997
Luis Almeida Prado	Dir. Instituto Liberal/SP desde 1992
Luis E. R. de Magalhães	Dir. Instituto Liberal/SP desde 1993
Nemércio Nogueira	Dir. Instituto Liberal/SP 1988, 1989 e 1992
Ney Prado	Advogado; Vice-Presidente Instituto Liberal/SP desde 1993
Rafael Vecchiatti	VECOM Brasil Ind. e Com. LTDA; Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Fundição; Dir. Instituto Liberal/SP desde 1995
Roberto Cauby Vidigal	Pres. ABDIB 1989; Grupo CONFAB; Presidente Instituto Liberal/SP em 1989
Roberto Konder Bornhauser	Pres. UNIBANCO; CNIF; CMN; Presidente Conselho de Mantenedores Instituto Liberal/SP desde 1988
Roberto Levy Jr	Escritório Levy Participações e Empreendimentos; Vice-Presidente Conselho de Mantenedores Instituto Liberal/SP em 1988
Roberto Olival Costa	Dir. Instituto Liberal/SP desde 1992

Fontes: Idéia Liberal (vários números); Informe Liberal /SP (vários números); Anuário IL/SP, 1993 e 1996. Revista Think Tank, Instituto Liberal de São Paulo, 1998 - 2001. Gazeta Mercantil - Balanço Anual (vários anos); Banco de Dados do Laboratório Estado, Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.

## Quadro 20

**INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO****EMPRESAS MANTENEDORAS**

1989

<b>EMPRESA</b>	<b>GRUPO ECONÔMICO</b>
Ancar S/A	Ancar Empres. Coms. S/A (shopping)
Arthur Andersen Ltda	Andersen and Co. (EUA)
Coopersucar	
Cosigua	Cia. Siderúrgica Guanabara
Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga	Gr. Ipiranga
Ecisa Engenharia Com. Ind. S/A	(incorporação shopping center)
Ebdib- Ed. Páginas Amarelas	
Fininvest Investimentos e Participações S/A	Gr. Antunes Maciel (Br)
Lundgren Irmãos Tecidos S/A	
Márcia Corretora de Seguros Ltda	
Manufacturers Hanover Arrendamento Mercantil S/A	Manufacturers Hanover Corp. (EUA)
Mesbla S/A	
Minerações Brasileiras Reunidas S/A	Gr. Antunes Caemi (BR), Mitsui & Co. (Japão)
Rio de Janeiro Refrescos S/A	Gr. Bueno Vidigal (BR), Security Pacific do Brasil, Bankamerica Co. (EUA)
Serfina S/A Administração e Participação	Vera Cruz Seguradora (Gr. Aachener, Alemanha), Bunge y Born S/A (Argentina)
Shell do Brasil S/A	Shell Overseas Holdings S/A, Gr. Royal Dutch Shell (Inglaterra)
Sul América S/A	
Superpesa Cia de Transp. Espec. Intermed.	
Unisys Eletrônica Ltda	Unisys Corporation (EUA)
Veplan Hotéis e Turismo S/A	
Xerox do Brasil Ltda	Xerox Corporation (USA)

Fontes: Idéia Liberal 18, 1989 e Guia Interinvest, RJ, 1992.

Quadro 21  
**INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO**  
**EMPRESAS MANTENEDORAS - 1989**

EMPRESA	GRUPO ECONÔMICO
Alcoa Alumínio S/A	Alluminium Co. of America (EUA)
Arno S/A Ind. e Com.	Gr. Arno, min. Gr. Bosch (Alemanha)
Arthur Andersen S/A	Andersen & Co (EUA)
Banco Brasileiro de Descontos	Bradesco
Banco de Crédito Nacional	
Banco Noroeste	
Boston- Admin. e Empreend. Ltda	Boston Overseas Financial Corp., Bank of Boston Co (EUA)
Carrefour Comércio e Indústria Ltda	Carrefour S/A (França)
Cevokol S/A	
Ciba-Geigy Química S/A	Canadá Trust Co; Ciba-Geigy Suíça
Citibank N.A	First National City Bank Overseas Investment Corp, Gr. Citicorp (EUA)
Companhias Nestlé	Nestlé S/A (Suíça)
Confab Industrial S/A	Gr. Bueno Vidigal (Br); Sumitomo Metal Industries Co Ltda (Japão)
Coopersucar	
Dow Química S/A	Dow Chemical Co( EUA)
EBDIB. Editora Páginas Amarelas	
Eldorado S/A Com. Ind. e Import.	
Escritório Levy Corret. Valores Mobil. Ltda	
Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica	Gr. Hoechst (Alemanha)
Ind. Gessy Lever Ltda	Gr. Unilever (Holanda) e (Inglaterra)
Indústria Papéis de Arte J. Tscherkasky	
Indústrias Gradiente Bras. S/A	IGB Ind. Gradiente do Brasil S/A
Indústrias Villares S/A	
Investimentos Itaú S/A	

Quadro 21  
**INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO**  
**EMPRESAS MANTENEDORAS - 1989**

José Alves S/A Imp. e Exp.	
Lloyds Bank	Lloyds Bank PLC (Inglaterra)
Lotus Habitacional Ltda	Gr. Fenícia
Metalac S/A Ind. e Com.	Gr. SPS Technologies Inc. (EUA)
Paranapanema S/A Mineração Ind. e Constr.	
Quaker Produtos Alimentícios	Quaker Oats Co. (EUA)
Refinações de Milho Brasil Ltda	CPC International Inc. (EUA)
Rhodia S/A	Gr. Rhône-Poulenc SA (França)
S/A Indústrias Votorantim	
Sharp Equipamentos Elétricos S/A	Sharp Corporation (Japão)
Susa Empreend. Imobiliários e Com. Ltda	Vendex do Brasil S/A; Vendex Internat (Holanda) ; Gr. Malzoni (Br)
Unibanco Admin. e Corretora de Seguros	Gr. Unibanco
Union Carbide do Brasil Ltda	Union Carbide Co. (EUA)
Varig S/A	
Vera Cruz Seguradora S/A	Gr. Aachener u. Münchener Beteiligungs, (Alemanha)
Visagis S/A Indústrias Alimentícias	Findim Invest. S/A, Gr. Star Stabilimento Alimentare (Itália)

Fonte: Idéia Liberal n. 10 , março 1989; Guia Interinvest, RJ, 1992.

## Quadro 22

**INSTITUTOS LIBERAIS****ORGANIZAÇÕES ESTRANGEIRAS FINANCIADORAS**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>PAÍS</b>
Atlas Economic Research Foundation	.	Estados Unidos
Center for International Private Enterprise	CIPE	Estados Unidos
Instituto C&A de Desenvolvimento Social		Brasil
International Center for Economic Growth	ICEG	Estados Unidos
Liberty Fund		Estados Unidos
Tinker Foundation		Estados Unidos

Fontes: Jornal I L/Notícias de 1991 a 1997. Conselho Nacional dos Institutos Liberais. Informe Liberal. IL/SP, de 1993 a 1997.

Quadro 23

## INSTITUTOS LIBERAIS

### RELAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES ESTRANGEIRAS

INSTITUIÇÃO	SIGLA	PAÍS	RELAÇÃO
Acton Institute for Study Religion/ Liberty		EUA	
Adam Smith Institute	ASI	Grã-Bretanha	
American Enterprise Institute		EUA	
Atlas Economic Research Foundation		EUA	financiador
Cato Institute		EUA	
Center for Strategic/ International Studies	CSIS	EUA	
Center Internacional Private Enterprise	CIPE	EUA	financiador A.L.
Center for Intl. Economic Growth	ICEG	Panamá	
Centro de Estudios Politicos		Chile	
Centro Estudios Realidad Economica/Soc	CERES	Uruguai	
Centro Internacional Desarrollo Economico	CINDE	Panamá	
Centro Invest. Libre Empresa	CISLE	Venezuela	
Centro Invest. Econ. Libre Empresa	CISLE	Mexico	
Companheiros das Américas		EUA-Illinois	
Conselho de Empresários América Latina			
Escuela Superior Econ. Admin. Empresas	ESEADE	Argentina	
Fondacion America p/ Capacitación Política		Argentina	
Fundación Libertad		Argentina	
Fondacion Mediterranea		Argentina	
Foundation for Economic Education		EUA	
Foro Latinoamericano		Guatemala	
Frankfurter Institute		Alemanha	
Freedom House		EUA	
Fundação Friederich Naumann		Alemanha	
Fundação Konrad Adenauer		Alemanha	
Heritage Fondation		EUA	
Hoover Institute		EUA	
Independent Institute		EUA	
Institute for Humane Studies		EUA	
Institute of Economic Affairs	IEA	Grã-Bretanha	
Instituto Cultural Ludwig Von Mises		Mexico	
Instituto Libertad y Democracia		Peru	
Instituto Libertad y Desarrollo		Chile	
Instituto C&A de Desenvolvimento Social		Brasil	
International Republican Institute		EUA	

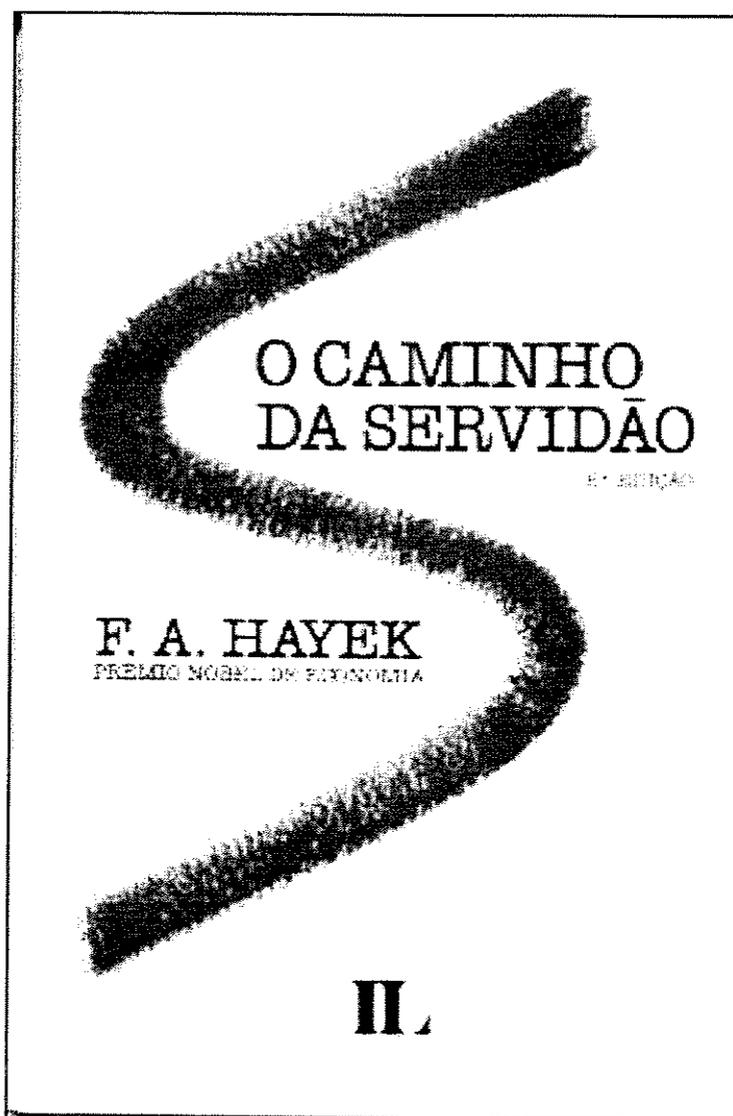
## Quadro 23

**INSTITUTOS LIBERAIS****RELAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES ESTRANGEIRAS**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>PAÍS</b>	<b>RELAÇÃO</b>
International Center for Economic Growth	ICEG	EUA	financiador
International Society for Individual Liberty		EUA	
Liberty Fund		EUA	financiador
Ludwig Von Mises Institute		EUA	
Political Economy Research Center		EUA	
Reason Foundation		EUA	
Société Mont Pelerin		EUA	
Tinker Foundation		EUA	financiador
United States Information Service	USIS	EUA	
Universidad Francisco Marroquin		Guatemala	

Fontes: Jornal IL/Notícias de 1991 a 1997. Conselho Nacional dos Institutos Liberais.  
Informe Liberal. IL/SP. 1993- 1997

Fig. 1



O CAMINHO  
DA SERVIDÃO

5ª EDIÇÃO

F. A. HAYEK  
PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA

II

Fig. 2

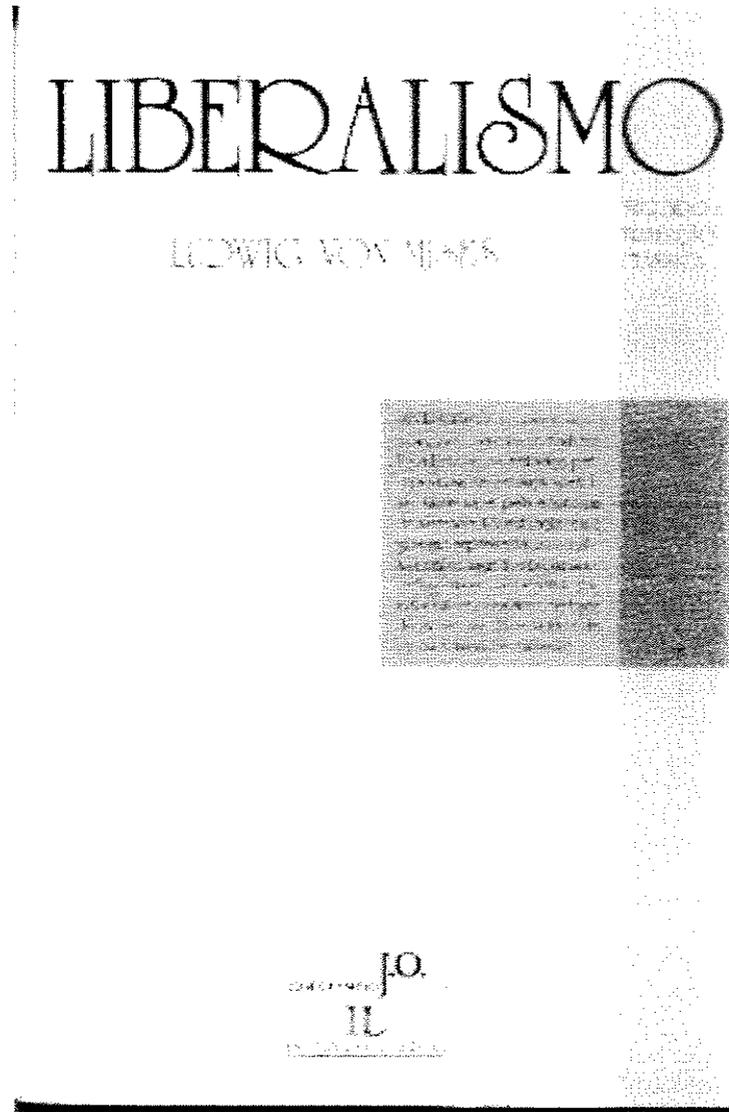


Fig. 3

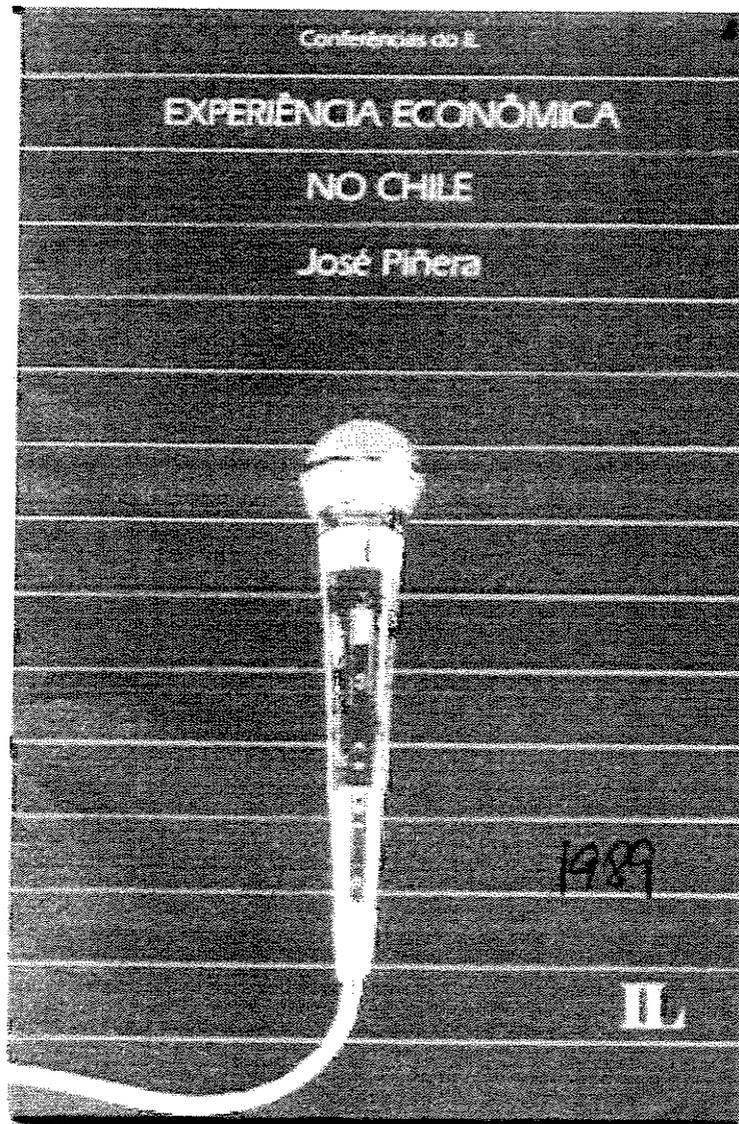


Fig. 4

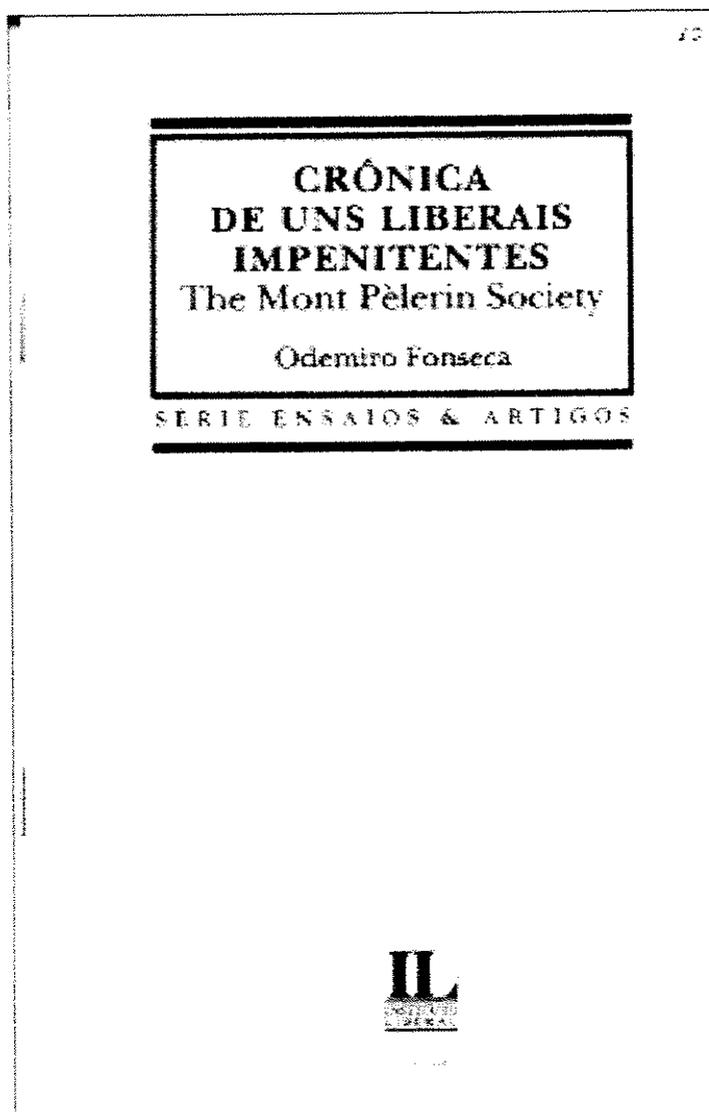


Fig. 5

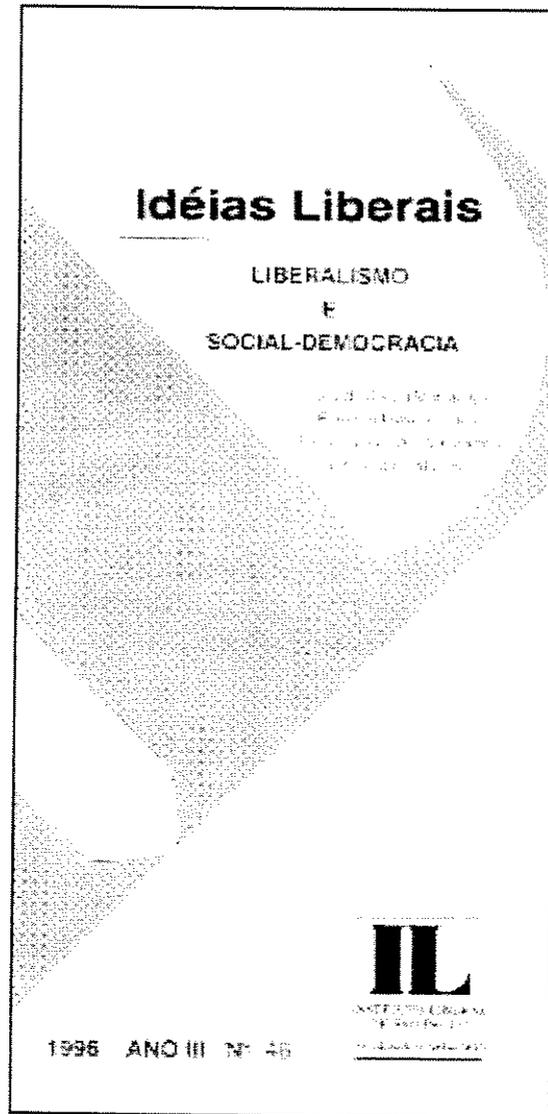


Fig. 6

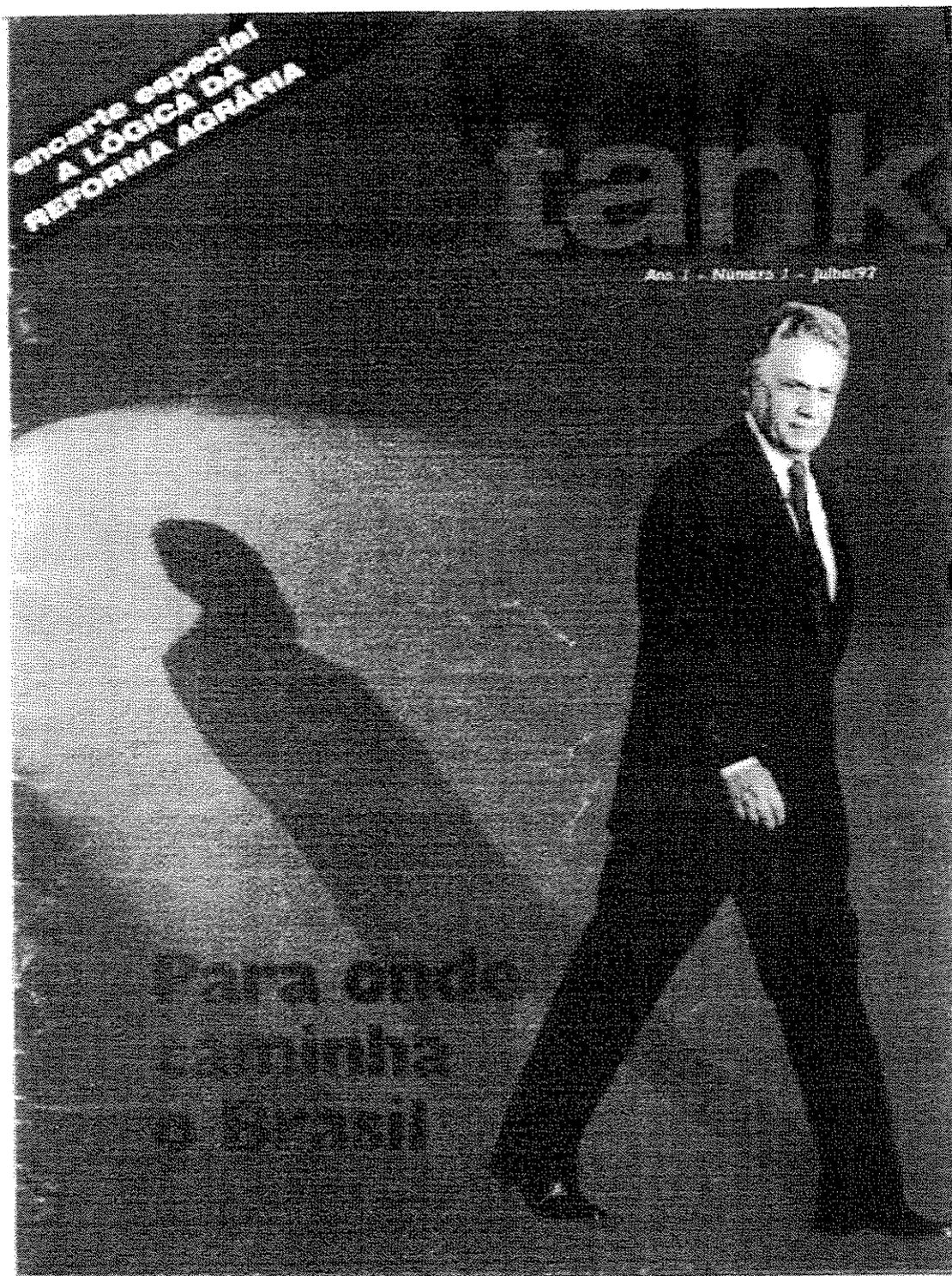




Fig. 8

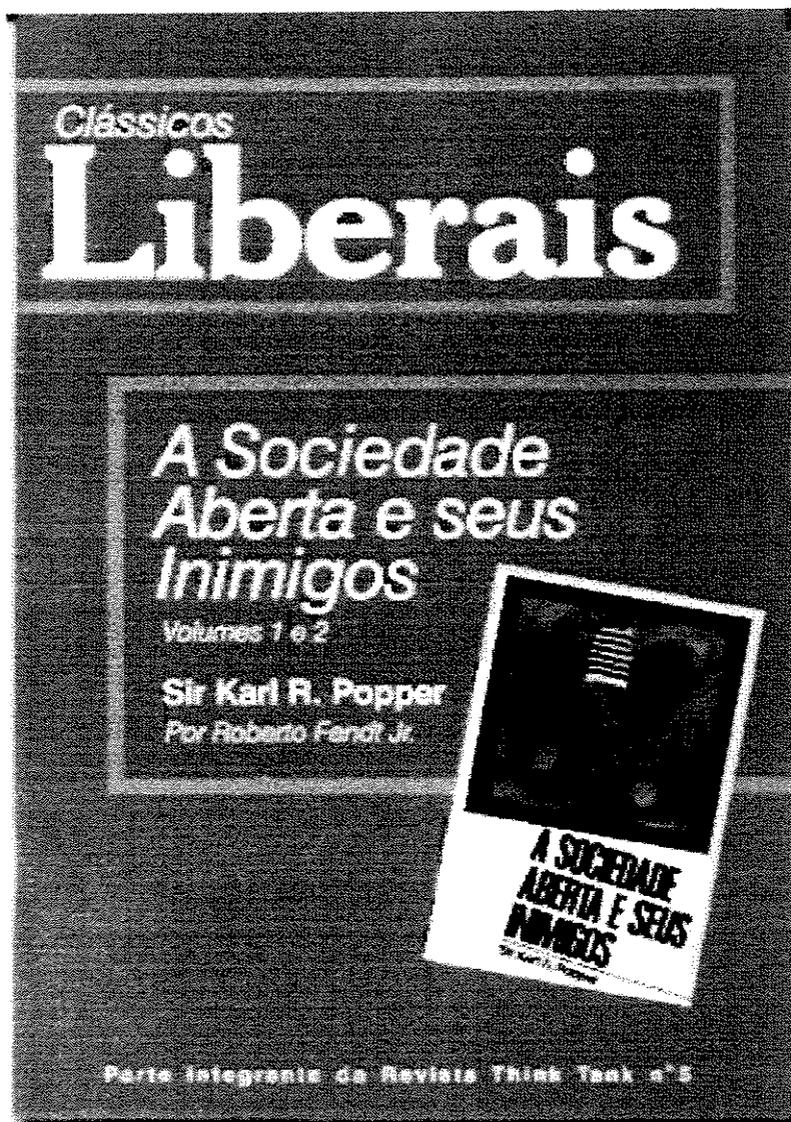


Fig. 9



Fig. 10

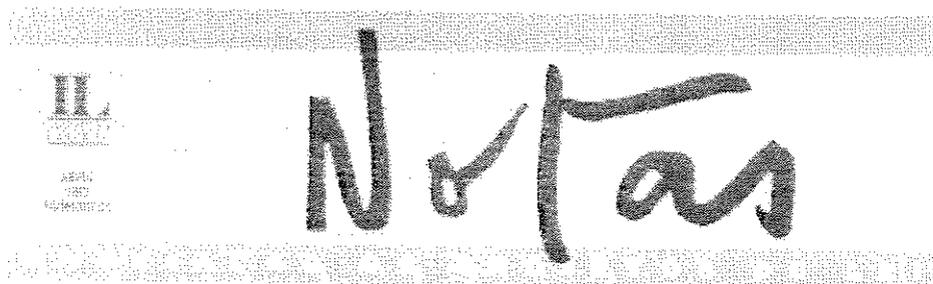


Fig. 11

## A REVISÃO CONSTITUCIONAL

Para se, com esta vigésima quinta edição, o terceiro ano de NOTAS, o programa foi concebido para minuciar a

análise de documentos que poderão ajudar o Poder Legislativo a analisar os impactos da transformação em



leis de projetos submetidos ao Congresso. O objetivo do programa foi posteriormente ampliado e se passou a examinar, além dos projetos de lei, outras medidas governamentais que pudessem também ter impacto sobre a sociedade. Este número não só faz uma avaliação preliminar da Constituição promulgada em 1988, como também levanta questões relativas à sua revisão, cujo rito está previsto para outubro de 1990. Embora conhecida por uns como Constituição cidadã, é vista por outros como um elenco de dispositivos casuísticos, corporativistas e contraditórios. A Constituição de 1988 criou pseudodireitos e criou

obrigações do Estado para com os cidadãos; se fossem de fato cumpridas, tornariam o País ingovernável. Concluíram-se experiências a óculos individuais e disciplinaram-se medidas cujas soluções só podem ser adequadamente formuladas pelo mercado. Constataram-se um número de desejos e necessidades em vez de estabelecer regras e princípios.

Nos próximos números, os tópicos aqui abordados, de maneira genérica, serão objeto de minuciosa e detalhada análise, com foco nos postulados liberais que privilegiam o Estado de direito, a liberdade individual e a economia de mercado.

Fig. 12





## CAPITULO V

### AS PROPOSTAS DE POLÍTICA PÚBLICAS DOS INSTITUTOS LIBERAIS

Nesse capítulo, apresentamos algumas das propostas de políticas públicas formuladas pelos Institutos Liberais. Dada a enorme variedade de propostas, que abrangem quase todos os setores econômicos e sociais, selecionamos aquelas que dizem respeito às mudanças institucionais que estiveram em curso com o debate constituinte, aquelas que dizem respeito à regulamentação das relações entre capital e trabalho, tema sempre sensível para os neoliberais e, finalmente, aquelas referentes às funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação.

Não se pode deixar de mencionar aqui, que as propostas de cunho nitidamente neoliberal como a de flexibilização da legislação trabalhista, que estão em discussão no Congresso Nacional, tiveram uma vitória em dezembro de 2001: a aprovação da proposta governamental de reforma trabalhista em que os acordos entre sindicatos e empresas prevaleçam sobre o que diz a CLT, além de alterações nas férias, pagamento do 13º salário, percentual de recolhimento do FGTS, etc. A justificativa da reforma é exatamente a mesma do argumento liberal, ou seja, gerar mais empregos e adaptar o mercado de trabalho às necessidades da economia globalizada, o que seria dificultado pela legislação vigente<sup>1</sup>.

Esta vitória dos princípios neoliberais não faz mais do que refletir a debilidade da classe trabalhadora na atual correlação de forças a nível mundial. Em momentos em que as conseqüências da hegemonia do livre mercado se fazem sentir com máximo rigor, as classes trabalhadoras se fragmentam, debilitam e perde capacidade de barganha. Talvez não exista um indício mais claro da imposição do conservadorismo no mundo a partir dos

---

<sup>1</sup> Trabalho do prof. Adalberto Moreira Cardoso, do IUPERJ (ANPOCS, 2001) constata o contrário. Em levantamento feito nas ações trabalhistas nos últimos anos no Brasil mostra que a legislação não impediu que a crise econômica dos anos 1990 flexibilizasse no grito o mercado de trabalho. O número de ações trabalhistas aumentou imensamente desde a promulgação da Constituição, mas essas ações se referem aos direitos rescisórios (pagamento de multa do FGTS) dos trabalhadores, já que as empresas flexibilizaram "a frio" o mercado de trabalho. O prof. Adalberto antecipa que a proposta de flexibilização das leis trabalhistas pelo governo não tem em vista a adaptação do mercado de trabalho brasileiro à crise, mas sim a diminuição dos custos rescisórios das empresas. (Valor, 25/nov/2001, p. 23 e 24).

anos 80 que as limitações de fato e de direito sofridas pelo direito de greve, conquista histórica dos trabalhadores do Ocidente. Conquistas como o direito de greve haviam tido seu paralelo na ampliação da cidadania política e da cidadania social, através do reconhecimento paulatino pelo Estado de direitos sociais: previdenciário, de saúde e educação. Conquistas que as propostas neoliberais de mudanças jurídicas na definição da ordem política, econômica e social constantes no texto da Constituição de 1988 também tentaram abalar.

### **5.1 O reordenamento jurídico-institucional e a crítica à Constituição de 1988**

O advento da Nova República a partir de 1985 foi logo seguido pelas eleições e a posterior instauração da Assembléia Nacional Constituinte. O clima de debate político, jurídico e institucional que se instalou no país foi a oportunidade para a confrontação de idéias sobre a melhor ordem política para o Brasil e desencadeou uma série de iniciativas de formulação de propostas, entre elas naturalmente aquelas baseadas nos princípios ideológicos neoliberais. Como demonstramos ao longo desse estudo, a partir do pressuposto da liberdade individual, todos os princípios de governo criados pelo neoliberalismo ao longo de sua história se subordinam ao objetivo de institucionalizar uma ordem garantida por um Estado Mínimo, que defenda a idéia de liberdade individual inseparável do direito de propriedade e da vigência do mercado livre. Os Institutos Liberais, naturalmente, assumiram a responsabilidade de difusão de propostas com esse teor, sejam elas de sua autoria ou de outros liberais que eles reconheçam como tais.

Og Francisco Leme, Diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, fez uma crítica a determinados itens da Constituição vigente e expôs alguns fundamentos de uma nova ordem jurídico - institucional baseada nos preceitos do neoliberalismo. A partir dos princípios neoliberais básicos de supremacia do indivíduo sobre a sociedade, da liberdade econômica que os indivíduos devem ter para perseguir a satisfação de seus desejos e necessidades individuais através de um mercado livre, e do papel meramente garantidor da ordem e da justiça que o Estado deve desempenhar, Leme fez uma crítica ao Título III da Constituição brasileira, que dispõe sobre a ordem econômica e social: "A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social". Leme critica justamente a definição de ordem econômica e social e sua vinculação

ao desenvolvimento e à justiça social, que ele considera interferências sobre a ordem de mercado:

"Uma Constituição de inspiração liberal, ao definir a ordem econômica, diria simplesmente que a sua finalidade seria a de assegurar a *liberdade de mercado*, isto é, a de garantir a ausência de coerção entre os agentes econômicos; e que ao mercado, ao livre intercâmbio dos particulares, caberia a solução dos problemas econômicos do país, restando ao Estado a responsabilidade pela manutenção da ordem concorrencial e a administração dos problemas que legitimamente lhe cabem resolver numa organização econômica liberal" .

(...)

"A busca deliberada do desenvolvimento pelo Estado geralmente tipifica as organizações sociais que preferem substituir a espontaneidade das forças im pessoais de mercado pela vontade das autoridades" (Leme, 1988, p. 33).

Entretanto, o enfoque mais acabado da questão deve-se a um liberal que não faz parte dos quadros do Instituto liberal: Henry Maksoud, engenheiro, empresário, e Diretor da revista "Visão" nos anos 70, publicação especializada sobre os mundo dos negócios, que converteu-se numa tribuna excepcional para o exercício da militância liberal por parte de seu diretor<sup>2</sup>. A proposta de Maksoud se destaca nitidamente como a expressão mais clara do projeto de organização jurídico-institucional do neoliberalismo, tal como o definimos sob a versão da Escola Austríaca no Capítulo II. Os Institutos Liberais o reconhecem como um neoliberal e divulgam a sua obra, inspirada nos mesmos princípios que constituem o eixo ideológico da instituição.

O interesse de Maksoud na discussão sobre os novos preceitos constitucionais se concentrava nos aspectos políticos, legais e jurídicos da implantação da ordem de mercado. Além dos editoriais publicados pela revista Visão -através dos quais se pode acompanhar a evolução do seu pensamento - Maksoud produziu também obras mais pretensivas. Em 1984, Maksoud publicou "Os poderes do governo", primeira tentativa de sistematizar suas idéias sobre a ordem jurídico-institucional inspiradas nas propostas de Hayek. Dois anos depois, em Constituinte Independente e Apartidária (1996), publicou uma série de debates que promoveu através da revista Visão em 1985. Maksoud reuniu mais de quarenta personalidades dos meios político, intelectual, governamental, jornalístico, científico e jurídico do país, para responder a três questões: a) se a

---

<sup>2</sup> Um rápido levantamento dos títulos dos editoriais escritos por Maksoud para a revista Visão, de 1984 a 1986, dão uma idéia do seu empenho na divulgação do pensamento neoliberal, especialmente de Hayek. Apenas a título de exemplo, podemos citar: Demarquia para preservar a democracia (16/06/84); As salvaguardas intrínsecas da demarquia (30/07/84); Uma utopia liberal (18/12/85); O despotismo sindical (25/12/85); O poder, o mercado, a liberdade e o progresso de cada um (04/06/86); Governo x mercado (11/06/86); A ilusão do Estado benfeitor (25/06/86); O que é o Estado (5/11/86). A revista Visão patrocinou as três visitas de Hayek ao Brasil, entre 1977 e 1981 (Think Tank, 1998, n° 3).

Constituinte deveria ser autônoma e não congressual; b) se deveria ser apartidária, pairando acima das facções políticas; c) se a elaboração da Carta deveria ser baseada em um regime político previamente definido. Como se percebe, a formulação dessas questões já denota a base haiekiana do pensamento de Maksoud.

Mas a sua contribuição mais acabada está publicada em Proposta de Constituição para o Brasil (Maksoud, 1988). Nessa obra transparecem claramente os ensinamentos de Hayek. A estrutura da obra acompanha os princípios básicos que ele vinha defendendo através da revista *Visão*: começa definindo um regime político que seja capaz de defender a ordem de mercado e, a seguir define um Estado de Direito capaz de impor-se sobre as veleidades dos homens e de garantir os princípios essenciais do liberalismo, ou seja, a “Demarquia” de Hayek.

Na apresentação do projeto, Maksoud refere-se à opção política que fundamenta toda a sua construção jurídica, ou seja, a liberdade individual. Esta precisa de:

“(...) uma Constituição que crie condições institucionais propícias de maneira que a mola mestra do progresso, a energia humana individual, seja liberada: para estimular a ação empreendedora; para criar forças produtivas em todos os campos da atividade humana; e para que floresça com vigor a ordem de cooperação espontânea do mercado. Essas condições propícias vem dos primórdios do constitucionalismo representativo e pressupõem a organização de um governo de leis, e não de homens, subordinado ao ideal político do Estado de Direito que requer uma efetiva separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; que estabelece que nenhum poder e nem mesmo o do povo soberano é ilimitado; e que determina que a lei verdadeira tem de possuir os atributos de uma norma geral de conduta justa, igual para todos, abstrata e prospectiva” (Maksoud, 1988, p.19)

Segundo Maksoud, nenhuma Constituição brasileira anterior, ainda que definida como liberal, respeitou esses princípios, distanciando-se portanto da “verdadeira democracia”. Segundo o conceito de demarquia de Hayek, a verdadeira democracia não vem da autoridade da maioria, mas sim da existência de garantias suficientes para que os poderes dos representantes do povo sejam limitados; garantias que façam com que:

“(...) os representantes eleitos pelo povo sejam constitucionalmente restringidos, em suas ações coercitivas governamentais, a tarefas que possam desempenhar debaixo das normas gerais de conduta justa que definam os direitos, deveres, privilégios e imunidade das pessoas e associações delas, bem como dos próprios governantes, cada um em relação a todos os outros. O corolário indispensável do governo do povo é, pois, um modo específico de governar com poderes limitados” (Maksoud, 1988, p.20).

A proposta de governo do povo limitado ou subordinado pela lei - e não apenas derivado da maioria eleitoral - é o que define a “demarquia”, inspirada pela desconfiança

que Hayek tinha das maiorias. Como vimos no Capítulo II, as massas, segundo Hayek, podem ser facilmente manipuláveis pela demagogia dos políticos. Por isso a necessidade que os neoliberais sentem de criar mecanismos legais de defesa das liberdades individuais e, paralelamente, de minimização das funções do governo e das matérias sobre as quais ele pode legislar. O Estado de Direito que surge desta proposta é regido por normas fundamentais que obedecem a certas características:

"Neste Estado de Direito, para serem válidas e vigentes, as leis devem ser normas gerais de conduta justa individual, iguais para todos, conhecidas e certas, e aplicáveis a número indeterminado de casos futuros; abstraídas, portanto, de quaisquer circunstâncias específicas de tempo, lugar, pessoas ou objetos e referindo-se apenas a condições que possam ocorrer a qualquer tempo, em qualquer lugar e a quaisquer pessoas ou objetos; e em lugar de serem comandos positivistas arbitrários e discricionários são geralmente proibições de conduta injusta" (Maksoud, 1988, p.39-40).

Esse Estado de Direito também é baseado na permanência, e por isto a proposta neoliberal de constituição formulada por Maksoud apresenta uma série de mecanismos legais definidos especialmente para dificultar a mudança constitucional. Algumas matérias são explicitamente vedadas ao processo de emenda constitucional: a forma federativa, o sistema de governo, a ordem econômica de mercado, o princípio de descentralização governamental, os dispositivos para a limitação do gasto público e a limitação dos poderes do governo (Maksoud, 1988, p.141).

O arcabouço institucional do poder é exatamente aquele da demarquia (e que foi aplicado no Chile, como vimos): um Poder Legislativo único para toda a Federação, apartidário e separado dos outros poderes, e que assume a função de legislar e normativizar o Estado de Direito. Esse Poder Legislativo seria integrado exclusivamente por membros com mais de 41 anos de idade que tenham sido eleitos por eleitores maiores de 40 anos para um período de 15 anos. Essas exigências são feitas para se ter certeza de eleger pessoas que "já tenham dado provas de si mesmas na labuta comum da vida e que tenham reputação firmada principalmente entre seus coetâneos". (Maksoud 1988, p.50). Os estados da Federação não teriam Assembléias Legislativas e sim entidades executivas, integradas por representantes partidários eleitos por procedimentos democráticos específicos. Nessa concepção, a participação direta fica reservada para as instâncias de menor hierarquia, estas sim deliberantes e partidárias. O Poder Executivo nesse Estado de Direito pode dispor dos recursos humanos e materiais, mas não elabora leis nem as modifica: tem apenas a atribuição de regulamentar e organizar, de acordo com princípios legais estabelecidos pelo Poder Legislativo. A

separação de poderes não é o único meio para preservar os direitos individuais, cujo exercício fica garantido nos capítulos especiais sobre a ordem econômica e a descentralização das atividades governamentais.

As salvaguardas contra abusos possíveis do governo se expressam na formação de vários Conselhos Superiores, independentes entre si, que controlam o exercício do poder pelos organismos governamentais. O Conselho Constitucional, por exemplo, arbitra os conflitos de competência e especialmente a constitucionalidade das normas, resoluções e medidas tomadas pelos diversos poderes e organismos de governo.

Em debate sobre sua proposta constitucional, promovido por Maksoud em 1988, Roberto Campos, talvez o liberal mais destacado e representativo para os próprios liberais, aprovou integralmente a proposta mas destacou seu caráter utópico, em contraste com o trabalho constituinte que vinha se desenvolvendo em Brasília. Ainda assim, Campos define a proposta de Maksoud como uma verdadeira bíblia neoliberal, algo em que acreditar e que é capaz de nortear a ação dos neoliberais em todas as frentes.

“Há um estranho contraste. Enquanto em Brasília se escreve uma Constituição para o passado - o Estado Cartorial e Corporativista - Henry Maksoud nos presenteia com uma proposta de Constituição para o futuro. O futuro seria um Brasil liberal e capitalista.(...) Maksoud desenvolve o conceito hayekiano da “demarquia” - o governo das leis e não dos homens - e constrói toda uma arquitetura política através de um texto constitucional coerente e ousado. É refrescante lê-lo, até mesmo pela ausência de expressões como “planejamento” e “justiça social”, tão vazias como abundantes nos textos hoje discutidos na Assembléia Nacional Constituinte. (...) O texto de Maksoud é discursivo e didático, antes que taxonômico e preceitual. Mais isso não o torna menos importante. Precisamos de uma **bíblia do liberalismo**, senão por aquilo que Paul Johnson chamou “o coletivismo da era dos 70” - pelo menos como bússola para a próxima. Esta perceberá, como dizia o citado historiador, que “o Estado foi o grande ganhador do século XX; e também seu fracasso central.(...) A Constituição de Maksoud é precisamente a antítese do projeto da Comissão de Sistematização; é uma Constituição para o “Estado minimalista”, para usar a expressão de Nozick, em que imperam dos princípios - o da subsidiariedade, segundo o qual nada deve ser feito pelo poder central que possa ser realizado por escalões de poder mais próximos do indivíduo; e o de delegação, segundo o qual, mesmo na sua esfera de atuação, o governo procura induzir ao invés de conduzir atividades”. (Maksoud 1988, p.434-443)

Em seu discurso de despedida da vida parlamentar, publicado pelo Instituto Liberal de São Paulo na série Idéias Liberais (1999) Roberto Campos, com seu estilo muito peculiar, renovou a sua crítica à Constituição de 1988:

"Nossa atual Carta Magna é intervencionista no econômico, utópica no social e híbrida no político. Ampliou os monopólios estatais, exagerou a carga fiscal, engessou as relações trabalhistas e criou um sistema previdenciário que é uma briga com o cálculo atuarial. Foi esfuziante na concessão de direitos e monástica na especificação dos deveres. Facilitou tanto a proliferação de partidos como de municípios insolventes. No fundo, é mais um ensaio de "democrate" e "demoscopia" do que de "democracia". De democrate, porque acentua as liberdades políticas mas priva o cidadão de liberdades econômicas ou de opções sociais. É que os monopólios estatais são uma cassação do direito de produzir enquanto que a legislação trabalhista inibe o direito de contratar e a legislação previdenciária, ao tornar obrigatória a previdência pública, priva o cidadão do direito de escolher o administrador de suas poupanças. Nossa constituição é também um ensaio de demoscopia, ao facilitar um pluripartidarismo caótico, pela ausência de instrumentos de compactação partidária, como o voto distrital, a fidelidade partidária e a "cláusula de barreira" (Campos, 1999).

Segundo o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, o texto final Constituição promulgada em 1988 ficou muito aquém das expectativas dos neoliberais, pois apesar de ter reconhecido os direitos de propriedade e da economia de mercado, ainda deixou bastante espaço para a intervenção estatal. Num exemplar de Notas de políticas públicas de 1993, O Instituto Liberal faz suas críticas ao texto constitucional e propostas para a revisão:

"Uma *constituição valiosa*, antes de mais nada, é a fundada no tripé: legalidade, legitimidade e moralidade. Uma constituição que não se proponha a resolver nada, nem lutar contra "bolsões de miséria", nem "alimentar ninguém", nem "vencer dificuldades", mas que se destine apenas a tornar atingíveis essas finalidades práticas através do esforço concentrado da sociedade e do Estado. Se a constituição revista garantir nossas liberdades e direitos fundamentais, organizar o Estado e seus poderes e firmar os princípios adequados na área econômica e na área social, para que a sociedade possa trabalhar e o Estado policiar os excessos e estimular as iniciativas, ela terá possibilitado a solução dos problemas nacionais" (NOTAS, 1993, n.º 25, p. 8).

Mas talvez a crítica mais sistemática produzida por um membro dos Institutos Liberais seja aquela contida no livro Razões das Virtudes e dos Vícios da Constituição de 1988, de Ney Prado (1994), jurista, ex-presidente do Instituto Liberal de São Paulo, integrante do Conselho Editorial da revista Think Tank. Segundo Prado, a promulgação da nova Constituição provocou enorme insegurança jurídica, dificultou a governabilidade, inibiu os negócios e investimentos internos e externos e gerou uma série de conflitos sociais.

A menção aos vícios constitucionais ocupa, na realidade, a maior parte da obra. Eles são definidos como vícios de origem, de forma e materiais. Os vícios de origem seriam: ilegitimidade, falta de autenticidade, conservadorismo e preconceito. Essa Constituição seria ilegítima porque foi produzida por uma Assembléia Nacional

Constituinte congressual e não exclusiva, integrada em parte por senadores "biônicos". Isso só se justificaria em caso de ruptura constitucional, e o que houve no Brasil foi uma transição negociada; cabia então uma emenda pela via legislativa. A nova Carta sofreria de falta de autenticidade porque foi derivada de cópia de modelos estrangeiros, neste caso, o modelo da constituição portuguesa de reforma do sistema político<sup>3</sup>. A Constituição seria conservadora e retrógrada, e não progressista, por não reconhecer o declínio das ideologias, o fim do nacionalismo, do gigantismo estatal, a transnacionalização do capital, a substituição do distributivismo pelo produtivismo e a conversão do Direito em um instrumento da sociedade e não do Estado. Ela seria uma Carta preconceituosa porque, em nome do anti- autoritarismo, condena certos valores, instituições e pessoas, como o Poder Executivo, as Forças Armadas, as polícias civil e militar, o sistema de informação, o empresariado, e os representantes do exterior (investidores, multinacionais, bancos, governos e organizações internacionais). A Carta de 1988 impôs a todos restrições capazes de imobilizar a política, segundo Prado (1994).

Os vícios de forma da Constituição de 1988, apontados por Prado (1994) compreendem: casuísmo, contradições e transitoriedade. O casuísmo aparece na presunção de que tudo está previsto, inclusive o que deveria ser objeto de legislação complementar e ordinária. Esse casuísmo é antidemocrático porque, ao ser tão detalhista, a Constituição inibe o livre exercício das opções políticas. A Constituição seria contraditória porque seu texto está repleto de contradições que desfiguram o conjunto. Fortemente dirigista, privilegia o ideologismo antes do pragmatismo, concentrando-se na "prioridade do utópico sobre o possível". A profissão de fé individualista é anulada pelo forte intervencionismo, o que fica evidente nos parágrafos que regulamentam a relação capital-trabalho<sup>4</sup>. Prado (1994) considera que a Carta padece ainda de transitoriedade,

---

<sup>3</sup> "...a Constituição deve ser mais do que organização limitativa do poder: Deve ser um grande programa de transformações políticas, mas sobretudo econômicas e sociais. Tal plano, para Canotilho e seus seguidores, se destina a operar a transformação para o socialismo, como etapa para a instauração, um dia, do comunismo. Inscrito na Constituição, ele obrigaria os governos sucessivos a trabalhar no sentido dessa transformação. E, para forçá-los a tanto, deveria até ser prevista uma ação de "inconstitucionalidade por omissão", por via da qual o juiz compeliria o governo a efetivar o programa constitucional, a requerimento de parte interessada" (Ferreira Filho apud Prado 1994, p.26-27).

<sup>4</sup> "Ainda na ordem social, podemos identificar outras contradições no texto Constitucional; entre a "completa" liberdade sindical e o deferimento no imposto sindical; entre o amplo direito de greve e a competência normativa da Justiça do Trabalho e entre o caráter privado dos sindicatos e a sua participação, como elemento do Estado, na estrutura do Poder Judiciário trabalhista". (Prado 1994, p.39)

porque muitas matérias ficaram para posterior regulamentação por legislação ordinária, o que dificulta a sua aplicação.

O jurista encontra ainda vícios materiais na nova Constituição brasileira, que se manifestam por um longo elenco de tendências ou características: utópica; demagógica; corporativista; socialista; estatizante; paternalista; assistencialista; fiscalista; recessiva e xenófoba. A Constituição seria utópica porque passa a idéia de que a realidade pode ser modificada a partir de um ato de vontade contido no desenho constitucional, esquecendo que a transformação dos fatos pertence à ordem dos fatos e não dos preceitos. Seria demagógica porque criou falsas expectativas ao fazer promessas impossíveis de cumprir. Apresentou fortes traços do corporativismo, agravando este componente que já existia nas constituições anteriores, porque foi sensível às pressões de grupos organizados. O texto da nova Carta também apresentaria um viés socialista, ao compatibilizar a democracia com muitas medidas deste teor, principalmente aquelas que propõem soluções para o problema da desigualdade social.<sup>5</sup> A tendência estatizante da Constituição fica evidente na manutenção da intervenção do Estado em esferas da vida econômica e social que deveriam ser responsabilidade privada. Em lugar de limitar a ação estatal à saúde, educação e previdência, ela foi ampliada para a ciência, a tecnologia, a cultura, a arte, o esporte e o lazer. A ampliação dos interesses do Estado contribuiu para privatizá-lo, segundo Prado, diluindo seus contornos públicos e desprestigiando sua imagem de árbitro supremo dos interesses em conflito. A Constituição seria paternalista porque não confia na capacidade da sociedade de resolver seus assuntos. Por isso, atribuiu tantas funções ao Estado, que este tomou-se "administrador, justiceiro, patrão e defensor dos fracos e oprimidos, além de produtor e provedor de recursos. De outro lado, a sociedade ficou mais dependente e mais inerte" (Prado, 1994, p.61) Essa tendência paternalista aparece claramente no caso das relações trabalhistas, sobre as quais o Estado continua, segundo os neoliberais, com muita ingerência<sup>6</sup>. A Constituição seria

---

5 "Há que admitir que o "mito igualitário", que acabou confundido com outra expressão de sentido equívoco, a "justiça social", é, sem dúvida, uma das mais constantes e mais poderosas dentre as idéias-força que agitaram a História" (...) Esqueceram, no entanto, que a verdadeira solução para o problema da desigualdade social não é o socialismo democrático mas o capitalismo democrático. Conforme salienta Roberto Campos: "o socialismo é atraente porque fabrica mitos. O capitalismo produz resultados mas não tem mitologia. É eficiente mas é chato..." (Campos, Século esquisito, p.248, apud Prado p. 55)

6 " (...) não souberam os constituintes, ainda desta vez, nos liberar da sensação de dependência do Estado, no pressuposto de que ele é neutro e eticamente confiável e o único capaz de impor regras adequadas e restabelecer eficazmente o equilíbrio nas relações trabalhistas. O preço dessa atitude foi o aumento

assistencialista porque promete por generosidade, demagogia ou utopia, aquilo que não pode concretizar, gerando na sociedade uma ilusão perversa. Os cidadãos terminam pagando por serviços que não recebem, e o dinheiro se perde no caminho (como é o caso da previdência). A Constituição incentivaria ainda um fiscalismo exagerado para fazer frente a todos os compromissos que assume, sobrepondo três sistemas fiscais : o tradicional, o sistema tributário de previdência social - com o qual os empresários novamente sofrem um confisco sobre os salários, o faturamento e o lucro- e o sistema sindical, que além do imposto sindical deve uma "contribuição sindical", a ser definida em Assembléia Geral. O crescimento das cargas tributárias aumentaria ainda mais o custo da mão de obra. Além disso, o sistema fiscal é muito complexo e exige uma enorme burocracia para efetuar a arrecadação. Esse conjunto de características da Constituição (intervencionismo, assistencialismo, fiscalismo, etc), segundo Prado, teria trazido conseqüências recessivas à economia: aumento do déficit público, da inflação e do desemprego; inibição dos investimentos; êxodo do capital produtivo e aumento da economia informal. Por último, Prado encontra traços de xenofobia na Constituição de 1988, visíveis na nacionalização da prospecção e aproveitamento de recursos minerais; na suspensão dos contratos de risco; e na oposição à participação do capital estrangeiro no setor de saúde.

## **5.2 A flexibilização da legislação trabalhista**

A redefinição da legislação sobre as relações de trabalho, como era de se esperar, é assunto da maior importância no projeto dos Institutos Liberais. Para o neoliberalismo, o pressuposto de igualdade das partes contratantes, que devem poder negociar condições de trabalho sem interferências, especialmente do Estado, é elemento fundamental para se atingir a liberalização da economia e soberania do mercado. As críticas feitas à legislação trabalhista herdada dos anos 30 apontam tanto a sua inadequação ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras quanto o agravamento dessa inadequação pelos "avanços trabalhistas" incorporados à Constituição de 1988. Os estudos divulgados pelos Institutos Liberais sobre esse tema enfatizam a necessidade de "liberar" os trabalhadores dos entraves trabalhistas que dificultam o livre jogo do mercado e provocam desemprego e aumento da informalidade. Suas propostas de reforma da

---

astronômico do poder relativo do Estado no contexto social, em detrimento do poder negocial das partes envolvidas na relação" (Prado, 1994, p. 64)

legislação trabalhista estão expostas em vários documentos, tanto das séries Notas de Políticas Públicas e Idéias Liberais quanto em encartes da revista Think Tank e livros editados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

### *A crítica ao modelo vigente de relações trabalhistas e de Justiça do Trabalho*

O direito de greve foi um dos primeiros direitos trabalhistas criticados pelo Instituto Liberal na série NOTAS - Avaliação de Projetos de Lei, n.º 4, de 1990. Segundo os Institutos Liberais, a Constituição de 1988 assegurou o direito de greve aos trabalhadores, mas deixou os seus termos e limites para serem regulamentados por lei complementar. A definição de greve existente na Constituição não seria clara. Além disso, só são previstas duas restrições ao exercício do direito de greve: quando ela afeta as atividades essenciais à população e quando ela prejudica direitos de terceiros ou acarreta danos pessoais ou materiais. NOTAS (1990, n.º 4) critica o direito de greve em si e especialmente o Projeto de Lei Complementar n.º 56 de 1989, que trata do direito de greve dos servidores públicos.

Os Institutos Liberais consideram que a greve só ocorre nos regimes não concorrenciais. "O estudo econômico dos mercados competitivos não trata da greve; nesses mercados, nem empregado, nem empregador têm poder para impor unilateralmente sua vontade. Em circunstâncias não competitivas, um eventual poder de mercado do empregador pode levar os trabalhadores a se organizarem (sindicatos) para coletivamente fazerem face ao poder do patrão. Logo, é o regime não concorrencial que dá origem ao direito de greve" (NOTAS, 1990, n.º 4, p. 3). No mundo ocidental, o crescimento do sindicalismo a partir dos anos 30, segundo essa publicação, teria provocado elevação dos salários nominais, "ausência de efeito palpável nos salários reais" (que são influenciados por outras questões não controladas pelos sindicatos, como o comportamento dos preços) e elevação dos salários nominais dos trabalhadores sindicalizados em relação aos não sindicalizados.

"Essa evidência internacional não pode ser transposta para o caso brasileiro na avaliação dos efeitos do movimento sindical, em função da extensa intervenção do Estado no mercado nacional de trabalho (sindicalização compulsória, leis salariais, regulamentação de demissões, etc). sobrepondo-se a tudo, o processo inflacionário, característica marcante da

---

economia brasileira, provavelmente tem tido mais impacto sobre os salários reais e os salários relativos do que o poder sindical" (NOTAS, 1990, n.º 4, p. 3).

O direito de greve seria legítimo somente em circunstâncias em que tenham sido esgotadas todas as tentativas de negociação e apenas com o objetivo de obter alterações nas condições de trabalho: salários, horários, normas disciplinares, ambiente de trabalho, etc. A greve dos funcionários públicos deveria ser considerada ilícita, como acontece nos Estados Unidos, na Alemanha e na Itália, por exemplo:

"Não existe, em princípio, nas sociedades liberal- democráticas, argumentos que justifiquem greves de serviços públicos. No Brasil, a abordagem desse tema deve levar em conta a já tradicional estabilidade no emprego, que foi confirmada pela nova Constituição. Esta estabilidade tende a exacerbar os problemas criados pelo direito de greve no setor público" (NOTAS, 1990, n.º 4, p. 5).

As recomendações finais do Instituto Liberal do Rio de Janeiro sobre a mudança da legislação sobre as greves partem do pressuposto de que a sociedade brasileira não é liberal e que o "Estado participa excessivamente das decisões econômicas, é de longe o maior empregador do país e concede estabilidade a seus funcionários". Por isso, NOTAS (1990, n.º 4, p.6) sugere:

- a) O direito de greve deve ser retirado do texto constitucional e ser regido por lei ordinária;
- b) A greve deve ser definida como recurso extraordinário e apenas utilizável quando esgotadas as possibilidades de negociação com o objetivo de obter alterações em contratos de trabalho, salários, horários, normas disciplinares e ambiente de trabalho;
- c) As greves devem ser decididas pelos sindicatos das categorias pertinentes;
- d) A lei ordinária deve definir as restrições e penalidades para quem desrespeitá-la;
- e) A lei de greve deve definir claramente os serviços e atividades considerados essenciais e atribuir ao sindicato grevista a responsabilidade de propor esquema de continuidade desses serviços;
- f) A legislação deve prever indenizações por eventuais danos e abusos e que, em qualquer tipo de greve, tais indenizações devem ser pagas pelos sindicatos e pessoas físicas responsáveis por eventuais prejuízos;
- g) A lei deve assegurar que a decisão de greve não seja tomada por uma minoria de sindicalistas, em detrimento da vontade da maioria.

Em outros documentos, a legislação trabalhista como um todo foi analisada pelos Institutos Liberais. Eles criticam em especial a cristalização de preceitos trabalhistas na Constituição de 1988, e propõem a liberalização das regras do mercado sobre as relações de trabalho, o que resultaria numa diminuição do desemprego e da informalidade. Por isso, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro entende:

"(...) que o Direito do Trabalho deve ser rejeitado liminarmente. Sua doutrina é a da tutela das relações laborais, inspirada pelo ideário fascista dos anos 30, e mantida intocada até hoje. As relações contratuais do trabalho devem reger-se pelos mesmos princípios que norteiam os demais campos do Direito, onde todos são iguais perante a lei. A liberdade contratual deve ser restaurada, cabendo à lei dirimir conflitos de direito, e não conflitos de interesses. Deve ser permitida a pluralidade da representação dos interesses - hoje representados por "categorias" abstratas - bem como reformulado o poder normativo da Justiça do Trabalho. Em suma, possibilitar a remoção do poder tutelar que o estado brasileiro persiste em manter sobre as relações de trabalho, que impede a liberdade de livremente pactuarem-se contratos mutuamente vantajosos para as partes" . (NOTAS 1996, n.º 58, p.1)

Num encarte especial da revista Think Tank sobre as relações de trabalho, Ney Prado (1998), que recém vimos criticando a Constituição de 1988, resume a argumentação jurídica que justifica a substituição da legislação trabalhista existente por outra menos normativa e detalhada. O texto se concentra na crítica à legislação trabalhista reunida na CLT de 1943, considerada estatizante e interveniente, adequada ao modelo populista de Vargas mas inadequada para a realidade atual, de competitividade internacional. Segundo Prado, são cinco as principais deficiências históricas insuperáveis do atual modelo (e por isso ele teria que ser totalmente reformulado): vícios técnicos, custos econômicos, ineficácia da Justiça do Trabalho, descumprimento habitual das leis e decisões judiciais (que provoca a explosão da economia informal, a proliferação de greves abusivas e o desacato à ordem jurídica instituída) e o seu descompasso com a nova realidade nacional e internacional.

Prado inicia com uma crítica ao modelo Varguista que ainda figura na instituições e leis que regem as relações de trabalho no Brasil, baseadas no paternalismo e no protecionismo do Estado aos trabalhadores. Esse modelo pecaria por uma preocupação excessiva com a igualdade, em detrimento da liberdade. Por isso, para os liberais, a CLT é intervencionista, detalhista, inflexível, corporativista, demagógica, etc. Ela é também resultado do positivismo jurídico, que " nos tem levado à crença ingênua de que os conflitos de interesses no âmbito das relações de trabalho são mais adequadamente resolvidos por intermédio da regulamentação legal do que pela via de negociação direta

entre as partes" (Prado 1998, p.5). A Justiça do Trabalho, derivada desse modelo, é também alvo das críticas liberais:

"(...) criada como uma alternativa barata, pronta e desburocratizada para a solução dos conflitos, tornou-se cada vez mais onerosa, pesada e ineficiente. Algumas das causas de sua disfuncionalidade atual apontadas pela doutrina são a incapacidade de resolver questões geradas por conflitos atípicos, a complicação procedimental, o alto custo e a burocratização de sua estrutura, o despreparo intelectual e a visão estreita de boa parte dos juizes, e a criação de novos direitos pela Constituição de 1988" (Prado, 1998, p. 4).

Esse modelo trabalhista seria o responsável pelos problemas de emprego no país hoje, quando mais de 50% da população economicamente ativa estão na informalidade. "(...) o sistema trabalhista brasileiro transformou-se em um dos principais fatores restritivos ao próprio desenvolvimento geral do país" (Prado, 1998, p.17). Isto porque os custos trabalhistas assumidos pelos empregadores, que chegam a 101,95% segundo os cálculos do José Pastore, inibiriam a contratação e provocariam esse aumento do contingente populacional ocupado no setor informal.

Os elementos intervencionistas e inflexíveis do modelo teriam sido agravados pela Constituição de 1988, tornada quase um mini - código do Trabalho no capítulo referente aos direitos dos trabalhadores, segundo Prado (1988). Além de ampliar os direitos dos trabalhadores, a Constituição também teria estabelecido algumas contradições: pretendeu dar independência financeira aos sindicatos mas manteve o imposto sindical obrigatório; pretendeu tirar o Estado das negociações coletivas mas manteve o poder normativo da Justiça do Trabalho; pretendeu eliminar o corporativismo sindical mas manteve a representação classista nos tribunais; pretendeu garantir a liberdade sindical mas manteve a unicidade sindical.

A crise desse arcabouço institucional obsoleto seria agravada pela nova ordem mundial, em que a competição internacional e a revolução tecnológica afetam principalmente o emprego, exigindo um funcionamento mais flexível do mercado de trabalho- e portanto- das instituições e leis que o regem, que devem se ver livres das suas "clássicas proteções laborais", segundo os Institutos Liberais .

Com a democratização e a abertura da economia, a realidade brasileira estaria superando a legislação trabalhista vigente que, nesse contexto, estaria prejudicando os trabalhadores. As negociações coletivas que têm aprovado diminuição de encargos,

novas formas de contrato de trabalho e flexibilização da jornada de trabalho, já vem acontecendo no país, e se originam, conforme Prado, de uma visão mais pragmática de algumas lideranças sindicais que adotam um sindicalismo de resultados em contraposição ao antigo sindicalismo ideológico, de reivindicações políticas, o que tornaria ainda mais obsoleta a legislação vigente.

Em estilo polêmico, Prado arrola a seguir os principais argumentos que os “retrógrados” ainda defendem para justificar sua resistência à flexibilização laboral, e coteja cada um deles com os princípios inspirados em Hayek :

“(…) a ampliação da proteção ao empregado sem se preocupar com a sobrevivência da empresa; a enfatizar a importância do direito do trabalho sem levar em conta os aspectos econômicos do trabalho; a privilegiar o direito do trabalho sobre o direito ao emprego; a estimular o conflito de classes, ao invés da parceria; a priorizar o sistema de unicidade sindical compulsória sobre o de pluralidade sindical; a defender a contribuição sindical compulsória ao invés da voluntária; a preferir a representação sindical por categoria ao invés da representação por empresa; a advogar o princípio da irredutibilidade salarial, ao invés da flexibilização; a apoiar a remuneração fixa, ao invés da remuneração pelo resultado; a defender a jornada de trabalho rígida, ao invés da individualização do tempo do trabalho; a defender o direito de greve irrestrito, ao invés das limitações ao direito abusivo da greve; a priorizar a solução estatal dos conflitos, ao invés das formas alternativas de auto-composição; a defender o poder normativo da Justiça do Trabalho ao invés da negociação direta entre as partes; a lutar pela continuidade da representação classista ao invés da magistratura togada; a reafirmar as vantagens do intervencionismo estatal na economia ao invés de fortalecer a livre iniciativa; e continuarão a defender, enfim, a primazia do Estado sobre o indivíduo e a sociedade” (Prado, 1998, p. 11)

Por trás da argumentação defensiva dos “retrógrados” estaria o modelo estatal intervencionista que, na perspectiva neoliberal, funcionaria como uma semente do totalitarismo<sup>7</sup>. O desafio, para os neoliberais, seria a superação dos princípios que ainda estão impregnados na mentalidade dos opositores da modernização das relações trabalhistas e a implantação de um modelo não intervencionista:

<sup>7</sup> “O modelo intervencionista considera primacial a **ordem artificial** imposta pela vontade impositiva do Estado, própria das sociedades deliberadamente organizadas segundo o racionalismo construtivista, que Hayek denomina de taxis, uma sociedade que se vale de regras legais positivas, thesis, para desigualar pessoas e grupos; apoia-se sobre a preponderância da **igualdade** sobre a liberdade, sob o pressuposto de que, como a igualdade inexistente na natureza, cabe à sociedade humana construí-la historicamente; defende o princípio da **proteção do trabalhador** em relação ao empregador (não exatamente ao Estado...) por ser a parte mais fraca e vulnerável; está relacionado a um **modelo político** estatizante, mais precisamente autocrático e totalitário, já que tende à ampliação da ação do Estado, sobre tantas relações sociais e econômicas quantas seja possível; preconiza a **presença do Estado** no campo do trabalho em tríplice atividade: legislativa, baixando a norma do trabalho; administrativa, realizando a fiscalização do trabalho; e judiciária, julgando os dissídios trabalhistas; e privilegia a **norma editada pelo Estado**, em detrimento ou com abandono das soluções normativas e compositivas autônomas” (Prado, 1998, p. 18).

"Em oposição ao modelo prefigurado, o modelo não - intervencionista, defendido pelos liberais, apresenta características antípodas. Retorna à primazia da ordem espontânea, que vem assegurada pelo teste histórico da experiência, rejeitando o construtivismo racionalista que se fundamenta no princípio de que o homem pode alterar as instituições humanas arbitrariamente, sempre e quando desejar, porque foram criadas por ele; dá prevalência à liberdade sobre a igualdade, ainda porque através da liberdade é possível lograr alcançar a igualdade de oportunidades, ao passo que, impondo-se a igualdade jamais se poderá criar uma sociedade livre; estimula a solidariedade e a coordenação entre os fatores de produção, tratados eqüanimemente, não privilegiando qualquer deles, rejeitando assim qualquer tipo de protecionismo nas relações trabalhistas; abandona o estatismo, partindo do pressuposto de que, assim como o Estado não deve ser agricultor, comerciante, industrial ou banqueiro, tampouco deve gerir interesses sociais competitivos, que rápida, barata e eficientemente se acomodam e progridem sem sua intervenção; deixa de priorizar a ação normativa, fiscalizadora e julgadora do Estado, sob a alegação de que, embora razoável e até necessária, deverá ser sempre subsidiária aos mecanismos espontaneamente gerados pela própria sociedade, à busca de maior eficiência e sem ônus para os contribuintes; dá preferência às regras autônomas, bem como a soluções negociadas, admitindo a regra heterônoma, apenas quando esteja em jogo algum princípio indisponível do Estado Democrático de direito, como, por exemplo, os direitos e garantias individuais" (Prado, 1998, p. 19)

Outros dois exemplares de NOTAS - Avaliação de Projetos de Lei também trataram de colocar a posição contrária dos Institutos Liberais à interferência da Justiça do Trabalho, tanto no que se refere ao contrato de trabalho por prazo determinado quanto no que se refere à própria reforma da Justiça do Trabalho, considerada cara e morosa. Ambos documentos mantêm-se no empenho de contestar os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de anos de lutas. NOTAS n.º 58 (1996) apresenta uma análise do projeto de lei n.º 1724/96, encaminhado ao Congresso Nacional, que permite o contrato de trabalho por prazo determinado, sob a justificativa de que provocaria um aumento do emprego no país. O projeto de lei modifica vários itens da CLT referentes: à indenização por rescisão antecipada do contrato; ao pagamento das horas extras; às contribuições ao salário-educação e a outros encargos sociais; à redução da alíquota de contribuição para o FGTS, de 8 para 2%. Na realidade, o projeto sugere que todos esses itens sejam negociados diretamente, ferindo a CLT e desprezando conquistas já consolidadas pelos trabalhadores.

A argumentação segue na linha geral dos neoliberais, de crítica à regulação da relação trabalhista: o desemprego é fenômeno característico da revolução tecnológica e da globalização e atinge tanto países industrializados quanto em desenvolvimento, mas afeta mais aquelas economias excessivamente reguladas. O caso brasileiro seria um exemplo extremo da rigidez nas relações laborais, o que provoca o aumento do mercado informal de trabalho. Esse aumento se deveria a uma série de fatores: à tutela das

relações laborais pela Justiça do Trabalho, à rigidez das condições de trabalho e ao custo elevado dos encargos sociais.

Em NOTAS n.º 58 (1996), o Instituto Liberal do Rio de Janeiro considera que o projeto de lei sobre o contrato de trabalho por prazo determinado acerta ao ir na direção da flexibilização, mas não na intensidade necessária, já que não toca na questão da representação sindical dos trabalhadores e empregadores, que continua regida pela unicidade sindical. Mas em 1998 os liberais brasileiros devem ter exultado, pois o contrato de trabalho por prazo determinado acabou sendo instituído pelo governo a partir de janeiro daquele ano, com a justificativa de que contribuiria para a elevação do emprego e a redução do desemprego e da informalidade nas relações de trabalho.

Na realidade, os Institutos Liberais entendem que todo o Direito do Trabalho precisa ser repensado, numa nova concepção de Direito de caráter negativo, como é o caso do Direito Civil. "No Direito do Trabalho, a lei tem caráter impositivo, ditando às partes o que e como podem contratar" (Notas, 1996, n.º 58, p. 6). Essa proposta fica mais clara em outro exemplar de NOTAS (1997, n.º 60), onde o Instituto Liberal do Rio de Janeiro critica o Direito do Trabalho, que deveria ser reformulado não apenas pelos males que causa ao mercado de trabalho, ao inibir a liberdade contratual, mas também, porque seria muito lento e oneroso. A Justiça do Trabalho é muito cara pois, segundo os Institutos Liberais, os custos diretos dos litígios chegam a ser maiores do que o valor das causas julgadas. O principal componente desses custos seria o da sua própria operação: em 1996, segundo os dados apresentados pelos liberais, "as despesas orçadas da Justiça do Trabalho constituíram quase a metade das despesas de todo o Judiciário federal e ultrapassaram 57% dos seus gastos orçados com pessoal e encargos. Estes custos são agravados pela existência dos juízes classistas" (NOTAS, 1997, n.º 66, p. 5).

A proposta dos liberais é de uma mudança radical da legislação, com a remoção do poder tutelar do Estado sobre as relações de emprego: "uma mudança do caráter "positivo" e paternalista da regulamentação que rege o mercado de trabalho, para uma concepção "negativa" desse marco institucional, a exemplo da que norteia o Direito Civil" (NOTAS, 1997, n.º 66, p. 6). Por isso os Institutos Liberais apóiam a emenda constitucional 96/92, que entre outras inovações propõe: eliminar o poder normativo da Justiça do Trabalho (condição essencial para implantar a livre negociação entre

trabalhadores e empregadores); extinguir a representação classista na Justiça do Trabalho (e substituí-los por órgãos de conciliação e arbitragem sem caráter jurisdicional); e instituir o efeito vinculante nas decisões judiciais (ele confere caráter de lei e de decisão judicial para os tribunais inferiores e os juizes de primeira instância, o que agilizaria os processos e reduziria os custos.

### *A revolução tecnológica e a flexibilização trabalhista*

Outras análises publicadas pelos Institutos Liberais enfatizam os aspectos derivados das mudanças históricas, sobretudo no que se refere à revolução tecnológica e à adoção de tecnologias poupadoras de mão - de - obra para justificar usas propostas de flexibilização da legislação trabalhista. As transformações que essa mudança tecnológica vem impondo sobre a natureza do trabalho e sobre o mercado de trabalho é que teriam decretado a obsolescência da estrutura legal que regula as relações de trabalho no país. O professor José Pastore, da USP, assina dois textos publicados pelo Instituto Liberal: *Relações de Trabalho numa Economia que se Abre* (1995) e o encarte da revista *Think Tank - O Desemprego tem Cura?* (1997), nos quais enfatiza estes aspectos para fundamentar a "flexibilização trabalhista", recurso essencial para combater o desemprego provocado pela revolução tecnológica e pela crise econômica.

" A revolução tecnológica está causando problemas dramáticos no campo do trabalho e, ao mesmo tempo, demandando novas formas de contratação e descontração de mão-de-obra (...) os novos métodos de produção usam pouco trabalho, geram desemprego, subemprego, jornadas em tempo parcial, trabalho temporário e outras formas atípicas (...) a geração de empregos é afetada pelo custo de contratar e descontratar mão de obra" (Pastore, 1995)

Nessa perspectiva, os encargos sociais aumentam o custo de gerar empregos. Segundo o autor, à dificuldade representada pela regulamentação da relação de trabalho, soma-se a "ideologia do garantismo legal", através da qual se pretende proteger os trabalhadores aumentando os seus direitos tanto na Constituição quanto na CLT. Isto aumentaria o descompasso entre a situação de abertura econômica e o quadro legal extremamente rígido que regula as relações de trabalho. "É um sistema de muita legislação e pouca negociação, quando o mundo da competição exige mais negociação e menos legislação" (Pastore, 1995). A CLT foi criada há cinqüenta anos, para um mundo fechado e uma economia protegida contra as agressões do processo competitivo. A Constituição piorou o quadro, engessando ainda mais as regras. No país, o emprego

crece muito mais no setor informal do que no formal, e isto também seria um reflexo dos equívocos da Constituição de 1988, " (...)que elevou em 40% os encargos sociais incidentes<sup>8</sup> nas contratações legais e estreitou ainda o campo das negociações entre as partes. O Brasil amargaria os efeitos de três fatores perversos: baixo crescimento, educação insuficiente e legislação inflexível" (Pastore, 1997, p. 3).

Segundo Pastore, precisamos de leis que se "adaptem aos diferentes Brasis. A pretensão de querer regular as relações de trabalho de todo o território através de uma CLT rígida e de âmbito nacional é inviável (...) O excesso de regulamentação e a inflexibilidade da legislação têm funcionado como fortes inibidores da geração de empregos formais" (Pastore, 1997, p. 8). Além disso, a legislação deveria admitir novas modalidades de trabalho como o temporário, subcontratado, terceirizado, etc, além do contrato de emprego por prazo indeterminado, única forma que admite. Quanto aos contratos de trabalho, a tendência mundial, segundo Pastore, vêm apontando para os contratos coletivos negociados diretamente com as empresas, distanciando-se das negociações centralizadas, com grandes organizações setoriais e nacionais). O autor aponta ainda que nos Estados Unidos estão ressurgindo os contratos individuais, livres dos sindicatos.

Na análise publicada pelo Instituto Liberal de São Paulo, Pastore reafirma ainda a necessidade de que o direito do trabalho não seja sustentado na lei mas sim no contrato , que se "baseia na negociação e permite grande flexibilidade para se ajustar às necessidades da revolução tecnológica , à globalização e às mudanças organizacionais" (1997, p. 13) A lei trabalhista deveria definir os princípios gerais e não se deter em detalhes:

"A lei trabalhista no Brasil é extremamente detalhada - o que gera um enorme potencial de conflito. Todo desvio constitui uma infração legal, e não contratual. Assim sendo, só resta à parte prejudicada procurar um tribunal de justiça e não os mecanismos de auto-composição voluntária (conciliação direta, mediação, arbitragem, etc) que existem nos países em que o relacionamento entre empregado e empregador se baseia mais na negociação e no contrato e menos na lei e na justiça" (Pastore, 1997, p. 9)

---

<sup>8</sup> Note-se que os cálculos sobre encargos sociais do Pastore são muito questionados , entre outros por Pochman e Santos (1999) , que demonstram que "as estimativas do peso dos encargos sociais no custo total do trabalho no Brasil atingem patamares entre 20% e 40%" p. 270 Eles concluem que a informalidade das relações de trabalho no Brasil não resulta do peso elevado dos encargos sociais e que o mercado de trabalho brasileiro não se caracteriza pela rigidez. Ao contrário, tem apresentado extrema flexibilidade na contratação, na remuneração e na demissão (Pochman e Santos, 1999, p.277).

As questões da educação e do treinamento da mão de obra são consideradas fundamentais para Pastore, sobretudo nas condições atuais, em que os tipos de ocupações e postos de trabalho nos diferentes setores da economia mudam constantemente, exigindo uma mão de obra com condições de se reciclar rapidamente. A dificuldade apontada é que no Brasil, embora tenham diminuído as taxas de analfabetismo, ainda é baixa a escolaridade dos trabalhadores, se comparada à de outros países na mesma faixa de desenvolvimento.

As mudanças devem ser urgentes, segundo Pastore. As atuais instituições do trabalho, previdência e educação não acompanham mais a realidade. "(...) o Brasil terá de avançar muito nas áreas da educação e da flexibilização. O mercado de trabalho, cansado do excesso de rigidez, vem apresentando inúmeras inovações... Esse é o caso da flexibilização da jornada de trabalho, do banco de horas, contratação por prazo determinado, tentativas de usar a arbitragem e negociação de cláusulas de paz, que afastam os conflitos destrutivos em troca da segurança e da vida individual e familiar" (Pastore, 1997, p. 15)

Em resumo, Pastore (1995; 1997) propõe algumas mudanças indispensáveis no campo trabalhista para que o país consiga acompanhar as mudanças em curso no mundo todo, porque elas seriam fundamentais para o desenvolvimento econômico e social<sup>9</sup>. As mudanças indispensáveis seriam: abrir espaço para a contratação coletiva de forma descentralizada; dar às partes autonomia de negociação, afastando a Justiça do Trabalho dos conflitos de natureza econômica; modificar a atual estrutura dos sindicatos, permitindo a livre associação; e atribuir ao Estado apenas a responsabilidade de garantir as regras da negociação.

Outros documentos que apresentam diagnósticos e propostas dos Institutos Liberais sobre a questão trabalhista seguem na linha de argumentação de Pastore. Amaury de Souza (1996) afirma que a realidade das relações de trabalho praticadas no país não se reflete na estrutura institucional vigente<sup>10</sup>. Pelo contrário, a realidade estaria antecipando

---

<sup>9</sup> "(...) o tempo da proteção já passou. Porque acabou o dinheiro para proteger. Porque a realidade demonstrou a ineficiência da proteção. Porque a proteção é cara, desumana e injusta" (Pastore, 1995).

<sup>10</sup> Souza (1996) utiliza como argumento a análise de três conflitos trabalhistas e seus desenlaces, que indicariam que está ocorrendo uma flexibilização de fato, apontando a urgência de uma reforma legal. O primeiro foi a concessão de reajuste salarial acima da inflação para os funcionários do Banco do Brasil. Essa

as mudanças legais e impondo a ilegalidade como norma no mercado de trabalho. Segundo Souza (1996), com o movimento do sindicalismo combativo do ABC paulista nos anos 70, reivindicando livre negociação, direito irrestrito à greve e liberdade sindical, começaram a mudar as relações de trabalho no país, direcionando-se para uma alternativa mais negocial e menos estatutária. Mas a Constituição de 1988 congelou esse processo, adotando um sistema híbrido em que "a negociação passou a conviver com o dissídio e o pluralismo das cúpulas com a unicidade das bases" (Souza, 1996, p. 6).

Partindo dessa avaliação, Souza (1996) também propõe uma reforma profunda que altere todo o sistema de relações de trabalho. Essa alteração seria no sentido de permitir aumentar a flexibilidade das relações de trabalho, para aumentar a oferta de empregos de qualidade e estimular o desenvolvimento de uma força de trabalho polivalente, orientada para a inovação e a produtividade. Essa reforma deveria contemplar os seguintes elementos: a) completar a transição para um modelo totalmente negocial, baseado em contratos coletivos de trabalho, negociados entre empresas e sindicatos; b) limitar a legislação aos direitos básicos do trabalho, restringido-se a competência da Justiça do Trabalho para julgar conflitos de interesses, que devem ser intermediados por árbitros independentes, porque "não é factível introduzir o contrato coletivo sem a supressão prévia ou gradual do poder normativo da Justiça do Trabalho" (Souza, 1996, p.

---

decisão do Supremo Tribunal Trabalhista (TST) contraria a política de estabilização que determina que os aumentos salariais só podem ser determinados pela negociação direta entre empresas e empregadores. O segundo foi a assinatura de contrato de trabalho entre os sindicato dos Metalúrgicos de SP e oito sindicatos patronais filiados à FIESP, no qual os trabalhadores concordaram em dispensar o pagamento dos encargos sociais em troca de contratação temporária de mão-de-obra por dois anos, a fim de estimular a oferta de empregos. O acordo reconhecia que impostos e contribuições, os "encargos sociais", oneram a contratação da mão-de-obra. Assim, os trabalhadores aceitaram o contrato de 2 anos sem carteira assinada, sem salário - educação, sem contribuição ao SEBRAE e ao INCRA, e, sobretudo, as empresas passariam a recolher menor percentual de contribuição para o INSS (de 20% para 10%) e substituiriam o depósito do FGTS na Caixa Econômica Federal por um depósito em contas livres, a serem diretamente movimentadas pelos empregados. A Justiça do Trabalho (TRT de São Paulo) suspendeu 5 das 15 cláusulas do contrato celebrado, porque feriam os direitos dos trabalhadores. Esse acordo tão diferente da legislação vigente teria tido o mérito, para Amaury, de demonstrar a "necessidade de maior flexibilidade na negociação de relações de trabalho, principalmente em uma economia aberta à competição externa" pois "... estão em curso profundas mudanças na estrutura do mercado de trabalho no País, com crescente substituição do trabalho assalariado de caráter permanente pelo trabalho autônomo desempenhado por conta própria ou por microempresas prestadoras de serviços". (Souza, 1996, p. 3). O terceiro acontecimento foi a vitória do sindicato dos bancários de SP em julgamento em que conseguiram ser dispensados do pagamento dos 60% da contribuição sindical obrigatória que iriam para o sindicato da categoria, continuando a pagar os 20% do Ministério do Trabalho, os 15% para a Federação e os 5% para a confederação. Essa iniciativa dos bancários revela a necessidade de maior flexibilidade na organização sindical, porque: "O custeio compulsório das agremiações sindicais é parte indivisível do princípio da unicidade consagrado na legislação. A proibição de existência, na mesma área, de mais de um órgão representativo da mesma profissão ou atividade implica na concessão de um monopólio, afastando a concorrência e tornando dispensável a sindicalização em massa" (Souza, 1996, p. 4).

9); c) implantar a liberdade de associação, com pluralidade sindical, acabando com o princípio de unicidade, e filiação voluntária aos sindicatos.

### 5.3 A reforma das funções sociais do Estado

A situação atual coloca um desafio para o projeto neoliberal no que se refere a como tratar a questão dos crescentes níveis de pobreza, marginalidade e informalidade que coexistem com a impressionante riqueza de poucos no Brasil. Ainda que esta situação possa ser atribuída à crise econômica, o próprio campo teórico neoliberal reconhece a reprodução da pobreza sob a lógica do mercado, e por isto aceita a idéia da ajuda estatal às populações extremamente carentes.

"A partir dos princípios clássicos da economia de mercado, do Estado de direito, da igualdade diante da lei, do direito de propriedade, do respeito à liberdade e do princípio de subsidiariedade, propõe (o Instituto Liberal) brasileiro modelos de gestão onde o Estado permanece como financiador e como poder regulador, mas entrega ao mercado a efetiva solução operacional dos problemas" (IL/RJ 1995 Problemas...p.1) .

O que os Institutos Liberais não admitem é a aplicação de um critério redistributivista do gasto social, que vise atender a um objetivo de igualdade de participação na distribuição da riqueza produzida socialmente e não apenas de igualdade de oportunidades. Isto porque, como vimos, os neoliberais não aceitam os preceitos que norteiam o Estado de Bem Estar Social e, principalmente, a intervenção econômica e social do Estado para abrandar as desigualdades da sociedade.

"Democracia econômica é uma das muitas expressões que não passam de tolices populares - no caso, uma contradição em termos - mas que são utilizadas para justificar maior intervenção estatal na economia, cujos resultados são lesões à liberdade individual e ao direito de propriedade, além de menor eficiência no uso de recursos escassos. (...) a grande maioria dos problemas econômicos pode ser resolvida via mercado, na base de decisões individuais. E o processo de mercado é sabidamente mais eficiente, mais eficaz, mais efetivo do que o processo político" (IL Notícias 6, maio 1992).

Dentro deste contexto ideológico, as políticas sociais tendem a reger-se por dois critérios: em relação às grandes majorias sociais, a eliminação do critério redistributivo e igualitário próprio do Welfare State e sua substituição pelo critério individualista da capitalização; a transferência das obrigações sociais do Estado para a sociedade civil, deixando ao setor privado a prestação dos serviços sociais. Quanto às minorias carentes, a ajuda direta do Estado deve fazer-se com base em políticas que definam com muita precisão as populações necessitadas. O tema da ação estatal frente à pobreza torna-se,

assim, uma questão de eficiência e precisão na localização e medição da miséria e na proposta de soluções realmente eficazes e econômicas. Só pela aplicação irrestrita desses critérios se evitará o desperdício de recursos públicos, segundo o Instituto Liberal. Uma crítica que reproduzem no jornal IL Notícias, do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, dá uma clara idéia do que os liberais temem:

“ O programa (de combate à pobreza do governo dos EUA) de US\$ 5 trilhões não apenas se mostrou incapaz de eliminar a pobreza, como permitiu que ela se transfigurasse , como fazem os vírus, assumindo uma nova forma, a ‘pobreza comportamental’, de indivíduos dependentes da ajuda estatal, de pobres ‘profissionais’. A ajuda ao desemprego estimula exatamente o desemprego, ao qual corresponde uma ajuda certa do Estado, complementada por ‘bicos’ prestados na economia informal. A ajuda à mãe-solteira estimula a procriação irresponsável, resultante de muitos pais e nenhuma família. E assim por diante. As conseqüências desses programas são a perda do amor próprio, do sentido de dignidade e responsabilidade pessoais, além da aniquilação da noção de família. E o caminho para o amoralismo, a anomia, o caos.” (IL Notícias 40, março 1995) .

Ainda assim, os Institutos Liberais tem uma posição favorável sobre as funções sociais do estado, desde que dentro de seus parâmetros ideológicos:

"Os liberais, quando propõem um conjunto de reformas estruturais de natureza social, entendem que é legítima função do Estado, de acordo com os desejos das sociedades, a de coletar impostos para reduzir a pobreza absoluta, para financiar a educação, a saúde, o saneamento e a seguridades dos mais carentes"....Mas, não são decretos que elevam os salários, não são leis que impõem o impossível bem-estar. As burocracias intermediárias do Estado já se mostraram impotentes e incompetentes para resolver os problemas de saúde, educação e previdência, além de administrarem gigantescos prejuízos à sociedades quando se introduzem na atividade empresarial. O ideal não é que o governo se preocupe com o social. O ideal é que ele só se preocupe com o social. O papel do Estado não é planejar a economia, nem constituir uma sociedade igualitária. A principal função do Estado deve ser a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas. A igualdade que os liberais almejam não é a utopia de que todos tenham os mesmos resultados, e sim de que todos tenham as mesmas possibilidades de lutar para conseguir os melhores resultados. A preservação da liberdade individual, o Estado de direito e a economia de mercado são essenciais para que cada indivíduo possa realizar, no limite, suas potencialidades. Nesse sentido, boa saúde e boa educação são pontos de partida para um modelo liberal, porque são niveladoras de oportunidades" (IL/RJ, Soluções...1995, p. 4).

As propostas concretas de políticas sociais para o Brasil devem respeitar algumas determinações , segundo os Institutos Liberais (IL/RJ 1995, Problemas..p.5):

- a) As reformas econômicas estabilizadoras não se sustentam sem uma reforma dos setores sociais, nos quais o Estado deve alocar recursos.
- b) A redução do gasto público, que deve ser acompanhada de uma reorientação dos recursos a favor dos investimentos sociais e, dentre estes, daqueles consumidos pela população mais pobre.

- c) No curto prazo, devem ser adotadas medidas de emergência para o alívio à pobreza.
- d) No longo prazo, a melhoria da situação dos mais pobres se dará pela sua incorporação ao processo econômico. Por isso é fundamental dar ênfase à sua capacitação para o trabalho.
- e) O bom governo é o complemento indispensável das reformas sociais, porque são os pobres que mais se beneficiam de uma boa administração pública.

### *Privatização da previdência*

A reforma da política pública de previdência social é uma das preocupações dos Institutos Liberais. Segundo sua avaliação, o sistema de previdência adotado no país facilita as fraudes e tende à insolvência, porque é baseado no sistema de repartição, no qual os trabalhadores ativos pagam pelos benefícios que os aposentados, os doentes e os inválidos recebem, e o Estado é o gestor dos fundos. Para os neoliberais, esse sistema apresenta vários problemas. Ele é obrigatoriamente estatal, o que exige um imenso número de funcionários para administrá-lo; é responsável por políticas clientelísticas, em especial no interior; favorece as fraudes, pela ausência de registros individualizados e a impossibilidade de o contribuinte controlar sua parcela de contribuição; desestimula a poupança, uma vez que a renda futura do trabalhador estaria garantida, independente do montante de sua contribuição (IL/RJ, Soluções...1995, p. 27). Por isso a proposta apresentada pelos Institutos Liberais se baseia na liquidação do princípio de repartição e propõe a implantação de um sistema de capitalização.

No sistema de capitalização sob a iniciativa privada, os recursos seriam canalizados para aplicações no mercado de capitais. Esse regime estimularia o mercado de capitais e favoreceria a poupança, gerando como resultado, a longo prazo, maior eficiência na alocação de recursos. A proposta de reforma da previdência elaborada pelos liberais, baseada na experiência chilena, que vimos no capítulo I, defende o sistema de capitalização, complementado pela contribuição estatal para os inválidos. Essa proposta obedece a alguns princípios básicos: que a sociedade seja a beneficiária, e não indivíduos ou grupos; que seja garantida a individualidade da poupança (já que cada trabalhador constitui o seu próprio patrimônio); que cada contribuinte possa escolher o administrador de sua poupança; e que o Estado garanta um pecúlio mínimo àqueles que

não conseguem prover sua própria subsistência. Nesse sistema, a aposentadoria se dá por idade e não por tempo de serviço e apenas os trabalhadores contribuem individualmente para o fundo de pensão. Os empregadores ficam isentos da contribuição, o que, segundo o Instituto Liberal, reduziria o custo das empresas com a contratação de mão - de - obra, e, como decorrência, "produziria um substancial aumento no número de empregos" (Notas 8, 1991).

### *A Privatização da Saúde*

O diagnóstico que o Instituto Liberal do Rio de Janeiro faz sobre o sistema de saúde pública no Brasil conclui que ele é ineficiente, caro, propenso a fraudes e em permanente processo de deterioração. Esse problema do atendimento médico-hospitalar à população é considerado universal e um permanente desafio à ação estatal, mas que aqui "adquiriu status de escândalo nacional" (IL/RJ, Soluções...1995, p. 19).

A proposta dos Institutos Liberais para solucionar os problemas da política de saúde no país visa retirar do Estado a função de prestador de serviços médicos e transferi - la para o setor privado. Segundo essa proposta, cada cidadão residente no país - independente do nível de renda - receberia do Estado um Crédito Individual de Saúde (CIS)<sup>11</sup>. Esse crédito seria utilizado para pagamento de um plano de atendimento médico-hospitalar em uma Entidade Mantenedora de Saúde (EMS) de sua escolha. As EMS seriam instituições dedicadas exclusivamente à prestação de serviços de saúde, de origem pública ou privada. As públicas seriam aquelas que formam as redes de serviços públicos médico - hospitalares já existentes, e as privadas deverão atender aos requisitos mínimos que devem ser estabelecidos com a preocupação de evitar a oligopolização do setor e as fraudes contra o sistema. As Entidades Mantenedoras de Saúde privadas poderiam ser abertas a todos os cidadãos, ou fechadas, de acesso exclusivo a empregados de uma empresa ou grupo de empresas .

Em resumo, a proposta de reforma do sistema de saúde privilegia a competição entre os prestadores de serviços de saúde e prevê a universalidade de tratamento a toda a população, atribuindo ao Estado as funções de definição da regulamentação básica e de

controle de qualidade dos serviços. Para a sua operacionalização, a reforma do sistema de saúde deveria nortear-se por alguns princípios fundamentais:

- a) O sistema deve ser universal, igualitário e integral, ou seja, que o atendimento urgente e de doentes crônicos seja acessível a todos;
- b) Do ponto de vista fiscal, o sistema não deve ser aberto, para impedir as transferências de fundos. O orçamento deve ser fechado e certo, para não provocar a incerteza entre os provedores;
- c) Deve ser o mais despolitizado possível, com burocracia estatal pequena e fixa;
- d) Deve incentivar o princípio de capitalização e minimizar o de redistribuição. As pessoas devem ser incentivadas a poupar para enfrentar futuros gastos;
- e) Deve privilegiar a escolha individual e tornar o usuário o principal pagador, minimizando o conceito de "terceiro pagador" (o Estado), no qual o usuário não tem idéia do custo e o Estado não pode verificar o gasto;
- f) O sistema fiscal deve ser utilizado para pagar eqüitativamente aos provedores e aos usuários do serviço;
- g) A utilização do sistema não deve ser compulsória para os usuários potenciais e, principalmente, não deve ser obrigatória para as instituições que contratam mão - de - obra, que seriam sobregarregadas com a obrigação da assistência médica;
- h) Deve evitar-se ao máximo a regulamentação dos setores envolvidos (provedores, seguradores, indústria farmacêutica e organizações médicas), porque isto poderia anular o esforço de pôr em contato provedores e usuários;
- i) Esta reforma no sistema de saúde só poderá dar resultados se for complementar a outras reformas institucionais propostas pelos neoliberais para as outras áreas de políticas públicas - separação do sistema previdenciário do atendimento médico; controle da inflação; abertura do mercado de capitais; abertura do mercado nacional; abertura da área de seguradoras médicas para empresas estrangeiras; flexibilização da legislação trabalhista, etc. (IL/RJ, Soluções...1995, p. 19-20)

### *A privatização da educação*

---

<sup>11</sup> "A concessão do CIS, de forma igual para toda a população, inclusive os de renda mais alta, não decorre de uma desnecessária generosidade, mas do fato de que é mais barato concedê-lo a todos do que implantar

O diagnóstico que o Instituto Liberal do Rio de Janeiro faz da situação do ensino público no Brasil indica que "a escola brasileira é cara, de baixa qualidade e dominada por um imenso corporativismo docente" (NOTAS, 1990, n.º 1) e ainda apresenta maus rendimentos e elevados índices de analfabetismo, absenteísmo e abandono escolar. A edição de n.º 11 de Notas de Políticas Públicas de 1991 apresenta a crítica ao projeto de reforma da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação que tramitava à época no Congresso Nacional. Segundo essa crítica, esse projeto de educação para o país ainda mantinha preceitos que não têm dado bons resultados, como a escola básica única e o sistema nacional de educação calcado na escola pública, entre outros. Para os liberais, a atuação do Estado na educação deve ser apenas subsidiária, concentrando-se no pré-escolar e na escola básica. A universidade deveria ser paga, cabendo ao Estado apenas a concessão de bolsas de estudo e, preferencialmente, de crédito educativo (Notas, 1991, n.º 11).

Segundo a proposta dos Institutos Liberais para a educação, que segue a linha do que propõem para a saúde, o papel do Estado deve limitar-se ao fornecimento de recursos e abandonar a prestação dos serviços de educação. Esses recursos seriam repassados aos estudantes em idade escolar em forma de um "voucher-educação", que seria trocado no mercado livre de serviços educativos. As empresas desse mercado seriam escolas privadas ou cooperativas formadas pelos professores da ex-escolas públicas, que venderiam seus serviços num regime de livre - competição. As famílias seriam os clientes, que escolheriam a escola que melhor atende às expectativas que têm sobre a educação de seus filhos. O "voucher" seria distribuído igualmente a todas as crianças em idade escolar (7 a 14 anos), independente de sua situação financeira, e ficaria a critério dos pais optar pela escola pública ou privada, acrescentando o que fosse necessário como complemento no caso de escolher a escola privada. O sistema se aplicaria em caráter universal ao primeiro grau e de forma seletiva no segundo grau, onde contemplaria apenas os alunos oriundos famílias carentes.

Nesse projeto, a distinção entre público e privado ainda se manteria na medida em que os prédios escolares da rede pública atual seriam alugados a empresários ou cooperativas de professores, já que tanto os salários quanto a decisão sobre a contratação e demissão de professores ou outros aspectos da gestão seriam definidos no

âmbito da própria escola. O nível salarial dependeria, nessa proposta, de dois fatores: da capacidade que os administradores da escola demonstrarem em atrair portadores de "vouchers" (número de alunos matriculados) e em administrar o patrimônio arrendado. Dessa maneira, seriam os clientes - as famílias - que definiriam a qualidade e produtividade de cada instituição de ensino, ao votarem através do consumo a favor desta ou daquela escola.

Quanto à educação universitária, os liberais são contra o ensino gratuito porque, além de ser oneroso, ineficiente, etc, tende a reproduzir uma situação injusta no país: a educação pública universitária acaba beneficiando os setores de mais altas rendas, oriundos do ensino elementar privado, enquanto a universidade privada, e cara, termina sendo a única possibilidade para os jovens de famílias modestas, oriundos de escolas públicas que não conseguem alcançar boa classificação no vestibular para obter vaga na Universidade pública. A proposta liberal prevê que o curso universitário seja pago pelo próprio aluno ou por financiamento em forma de bolsa de estudos, reembolsável quando concluído o curso universitário. A autonomia universitária serviria para que cada instituição possa dimensionar o seu corpo docente e sua capacidade de acordo com a demanda, da qual dependeria seu orçamento e o custo por aluno. Os liberais imaginam que, com essa reforma, as melhores universidades aumentariam a produtividade, baixando o custo por aluno de acordo com a demanda. O aumento de rentabilidade deveria refletir-se nos salários dos docentes (IL/RJ Problemas ... 1995, p 14; Políticas Alternativas, 1992) .

## CONCLUSÃO

O Instituto Liberal foi criado em 1983 no Rio de Janeiro e transformado numa rede de Institutos que abrange os estados mais importantes do Brasil em 1986, em plena efervescência do período constituinte. Sustentados por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no país, e por algumas fundações e *think tanks* estrangeiros, desenvolvem um trabalho de dupla natureza: de divulgação da doutrina neoliberal, especialmente dos preceitos da Escola Austríaca de Economia, entre seus pares e nos meios formadores de opinião - universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos e intelectuais em geral; e de formulação de estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal. Este estudo teve como propósito analisar a emergência desse sujeito específico no panorama político brasileiro durante a Nova República.

O surgimento de uma organização político - ideológica dessa natureza encontra sua explicação em fatores externos e internos à realidade brasileira. Como fatores externos, deve-se citar o contexto histórico de surgimento do neoliberalismo no final dos anos 70, que envolve três processos simultâneos: as transformações que ocorreram no capitalismo internacional; a direitização dos governos dos países capitalistas avançados, em especial da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos e a consolidação de um movimento intelectual neoliberal internacional que vinha se formando desde a década de 40.

Esse contexto internacional envolve, assim, a crise econômica internacional, o processo de globalização financeira e a dificuldade de os países de capitalismo avançado continuarem sustentando o Estado de Bem Estar Social. Com a adoção de medidas econômicas restritivas pelas economias avançadas da Europa e dos Estados Unidos, as idéias que liberais como Hayek e Mises vinham pregando desde os anos 30 começaram a ganhar cada vez mais adeptos. Para os neoliberais, a crise e as pressões inflacionárias eram consequência do excessivo poder que o movimento operário tinha alcançado nas suas reivindicações salariais em países como a Grã-Bretanha. A solução proposta era o desmonte do Welfare State e a adoção de políticas recessivas, estabilização monetária, diminuição do gasto social e desemprego.

Os anos 70 trouxeram também um recrudescimento das direitas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, que serviram como base social de apoio para as vitórias de Thatcher e Reagan no final dos anos 70 e a instalação de governos conservadores e liberais nesses países. Entre os britânicos, cujos governos trabalhistas haviam implantado um estado previdencialista de inspiração keynesiana, os anos 70 também trouxeram a conversão de parte do Partido Conservador ao neoliberalismo hayekiano. Apoiados nas críticas de Hayek a Keynes e sua política reformista, os neoliberais ingleses vinham formando, desde os anos 40, um movimento intelectual que envolvia centros de pesquisa em universidades, divulgação do pensamento liberal em publicações, na mídia, e nos meios universitários e a ação de três *think tanks* neoliberais - o Institute of Economic Affairs, o Center for Policy Studies e o Adam Smith Institute. A constituição desse movimento neoliberal e suas vinculações com membros do Partido Conservador foi fundamental para a vitória de Thatcher em 1979, que possibilitou a primeira ascensão de um grupo neoliberal ao poder nos países de capitalismo avançado.

Nos Estados Unidos não havia um Estado de Bem Estar tão desenvolvido quanto na Inglaterra, nem o movimento sindical tinha o viés classista do britânico. Entretanto, os neoliberais e os conservadores norte-americanos tinham como inimigos a Guerra Fria, o avanço dos movimentos reivindicatórios de direitos civis nos anos 60 e da interferência governamental sobre as atividades econômicas nos anos 70. Esses elementos impulsionaram o ativismo de direita nos Estados Unidos e culminaram com a união das diferentes correntes conservadoras que atuavam no país desde os anos 30: os tradicionalistas; os anti-comunistas; os neoliberais liderados por Hayek e Mises e, posteriormente, por Friedman e a Escola de Chicago; os neo-conservadores - antigos social-democratas convertidos à direita; e os fundamentalistas, a direita religiosa, ultra conservadora. Todas essas forças se uniram numa Nova Direita e contribuíram para a campanha de Reagan, em torno de um credo conservador baseado na defesa da propriedade privada e da livre empresa, no combate ao comunismo e ao socialismo, na crença na superioridade dos Estados Unidos e do Ocidente, na crença no cristianismo ou judaísmo e em valores baseados na moral tradicional.

Nas últimas décadas, os conservadores norte-americanos desenvolveram e financiaram diferentes atividades políticas, como a publicação de periódicos

conservadores de circulação nacional, e o estabelecimento de redes que envolvem meios de comunicação, fundações empresariais, centros de pesquisa em universidades e *think tanks* dedicados à defesa do livre-mercado e à formulação de projetos de políticas públicas baseadas na diminuição da presença do Estado na sociedade. Os principais *think tanks* conservadores e liberais são a Heritage Foundation, responsável pela preparação do programa de governo de Reagan, a Brookings Institution, o American Enterprise Institute, a Foundation for Economic Education, a Tinker Foundation, para citar apenas alguns. A sustentação de todo esse movimento é garantida pelas doações milionárias oferecidas pelas fundações das grandes corporações norte-americanas como a Rand Corporation, a Olin Foundation, o Volker Fund e o Liberty Fund, entre outros.

Nos anos 80, a atividade dos *think tanks* de inspiração neoliberal nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha se consolidou como parte de um movimento ideológico internacional composto de personalidades dos meios acadêmicos e políticos, e de uma série de organizações e fundações financiadoras. Esse movimento tem sua origem nos esforços empreendidos desde os anos 30 por Hayek e um grupo de liberais europeus e norte-americanos, para fundar uma associação internacional de intelectuais defensores do neoliberalismo. Em 1947 eles fundaram a Sociedade Mont Pelerin, desde então o centro do movimento internacional neoliberal, que reúne periodicamente seus membros- autoridades, políticos, intelectuais, entre eles vários prêmios Nobel de economia- para discutir as questões relativas à intervenção dos Estados na vida dos indivíduos.

Enquanto a Sociedade Mont Pelerin funciona como uma organização fechada, quase uma franco-maçonaria liberal, para usar o termo de Perry Anderson, o movimento internacional é alimentado por uma série de *think tanks* espalhados pelo mundo todo, alguns criados especialmente para trabalhar na internacionalização do movimento. Esse é o sentido do trabalho da Atlas Economic Research Foundation, criada em 1981 para apoiar a criação, angariar fundos e coordenar as atividades de institutos liberais em mais de quarenta países, notadamente da América Latina e do Leste Europeu. Outras organizações dessa natureza são o Institute for Humane Studies, o Center for International Enterprise, o Liberty Fund, entre outros, que servem como elos de contato entre as organizações espalhadas pelo mundo e as suas congêneres centrais, em

especial com a miríade de *think tanks* liberais em operação nos Estados Unidos. Na América Latina, além dos Institutos Liberais no Brasil, deve-se mencionar o Centro de Estudios Públicos no Chile, o Instituto Libertad y Democracia no Peru, a Universidade Francisco Marroquin na Guatemala, a ESEADE na Argentina, e o Centro de Investigaciones Economicas para la Libre Empresa no Mexico, entre outros.

Na América Latina, o neoliberalismo apareceu nos anos 70 através da política econômica monetarista adotada como solução para economias altamente inflacionárias da região, combinada com concepções restritivas de organização da sociedade, como foi aplicado sob os regimes autoritários do Chile, Uruguai e Argentina. No Chile, a ditadura de Pinochet adotou todo o pacote neoliberal, cuja aplicação foi facilitada pela destruição das instituições de participação política que o regime democrático de Allende havia criado. O neoliberalismo chileno, concebido por economistas formados na Escola de Chicago, sob encomenda dos militares e da burguesia chilena, adotou um programa de defesa radical dos interesses do empresariado e da propriedade privada e era radicalmente anti-estatal. As políticas implementadas no pacote neoliberal chileno conseguiram em poucos anos alterar a economia chilena, privatizando-a e internacionalizando-a, através da adoção de medidas de privatização, desregulamentação econômica, liberalização do mercado, e abertura para os capitais externos. Essas medidas econômicas foram acompanhadas de uma reforma do arcabouço jurídico - institucional, que envolveu a reforma da legislação trabalhista, a privatização da previdência, da educação e da saúde e, sobretudo, da reforma política cristalizada na Constituição de 1980 que os militares legaram ao regime democrático que os substituiu em 1989, criando uma "democracia protegida" das vontades da maioria e também uma série de "salvaguardas constitucionais" que impedem a reversão de todas essas mudanças.

O sucesso da reforma neoliberal da economia chilena só foi possível porque a implantação de medidas tão drásticas foi garantida por um regime autoritário que sufocou as críticas ao modelo. O neoliberalismo é muito criticado por implantar políticas recessivas que provocam desemprego e enfraquecem o movimento sindical. Mas é preciso entender que essas não são meras consequências da adoção de determinadas políticas. Essa é a essência do neoliberalismo, que não se configura apenas como um programa econômico, mas sim como uma concepção de mundo. E como tal, envolve

pressupostos teóricos que são profundamente conservadores. Os fundamentos da doutrina do neoliberalismo tem origem na Escola Austríaca de Economia, e nos desenvolvimentos centrais da teoria de Mises e Hayek, que defendem um capitalismo puro, uma ordem de mercado livre de restrições e, portanto, opõem-se frontalmente a qualquer tentativa de planejamento econômico, seja aquela mais centralizada implementada pelos regimes socialistas, seja uma "Terceira Via" proposta por Keynes, que fundamentou as bases do Estado de Bem Estar Social. Uma leitura dos conceitos fundamentais dessa Escola permite perceber que ela convive muito bem com o autoritarismo: a noção de desigualdade natural entre os homens, fundamento de sua luta individualista pela satisfação de suas necessidades; a noção do livre-mercado como o único fator racional de ordenamento dessa sociedade composta por indivíduos cujas ações são motivadas apenas pelas suas individualidades; e a política como uma questão menor, já que o fundamental é a liberdade econômica, de onde advém a concepção de Estado Mínimo, cuja função seria apenas a de aparato social de coerção, para manter a ordem e a aplicação das regras que garantam o pleno funcionamento da economia de mercado. Não por acaso o neoliberalismo no Chile foi tão influenciado pelo monetarismo de Friedman e pelo próprio Hayek, que visitou várias vezes o país de Pinochet.

Em resumo, o surgimento do projeto dos Institutos Liberais no Brasil se dá numa conjuntura internacional de rearticulação das direitas, em que o capitalismo a nível mundial coloca a globalização do capital financeiro no centro do seu desenvolvimento, processo que recebeu impulso em toda a América Latina com o crescimento da dívida externa dos países, o fracasso dos planos econômicos de desenvolvimento e a imposição das políticas monetárias recessivas do FMI. Devido às características de sua economia, o Brasil conseguiu resistir por mais tempo do que outros países da região às pressões externas, mas teve que render-se aos ditames da política monetária internacional nos anos 80. Contudo, o caso do Chile, primeiro laboratório de experimentação neoliberal na América Latina e exemplo futuro para outros projetos foi fundamental como fonte de inspiração para os neoliberais brasileiros. A leitura atenta dos projetos de reforma constitucional e de privatização da previdência apresentados pelos Institutos Liberais denunciam claramente a origem de suas formulações.

Internamente, o surgimento de uma organização político - ideológica sustentada por grandes grupos econômicos como o Instituto Liberal se explica por uma série de fatores como as mudanças econômicas em curso e os planos econômicos de estabilização e pressões do FMI, e, no campo político, a conjuntura de redemocratização, a polarização política das forças sociais, que defendiam diferentes projetos para sociedade brasileira, e a defesa dos diferentes interesses na definição do novo arcabouço institucional na Constituinte.

A Constituinte foi palco de atuação de uma série de novas organizações políticas da burguesia como a UBE, o PNBE e o IEDI, para fazer frente, principalmente, aos interesses dos trabalhadores organizados. Entretanto, os Institutos Liberais surgiram no cenário nacional como organizações muito diferentes, com forte influência de modelos externos e como estratégia dos setores de capital mais concentrados e vinculados ao capital financeiro nacional e internacional, com o objetivo de difundir seus valores entre a burguesia e na sociedade em geral. Isto fica claro quando se analisa a composição de suas diretorias, onde se destacam grandes empresários do setor financeiro e industrial, bem como no quadro de suas empresas mantenedoras.

Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, esses Institutos se constituem numa forma peculiar de organização da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua constituição histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais, financeiros, etc, os Institutos Liberais são entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia e a difusão de uma concepção de mundo. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos e sim, de construir uma hegemonia burguesa, de difundir uma concepção de mundo que torne os preceitos do livre mercado em "pensamento único".

E aqui, parece-nos, está uma questão fundamental: a pregação em defesa da liberdade se faz através da vertente mais conservadora do liberalismo – a Escola Austríaca de Economia. E essa opção não é casual, ela representa uma continuidade com a tradição liberal brasileira, um traço permanente na ideologia e nas instituições

políticas, mas que sempre conviveram com a hegemonia do autoritarismo. A convivência da "lógica liberal e práxis autoritária" (Trindade) na história política brasileira mostra o quanto as elites se beneficiaram com o regime autoritário e o sistema corporativista instaurados por Vargas nos anos 30, que impôs severos limites às classes subalternas. O'Donnell também aponta os traços autoritários da formação da burguesia brasileira, constituída como sujeito político praticamente sem enfrentar pressões dos setores populares organizados e tendo como único interlocutor o Estado, grande defensor dos interesses econômicos da burguesia. Esses traços conservadores se confirmam no período de transição democrática, à qual a burguesia aderiu tardiamente, e no empenho que todas as frações burguesas fizeram de defender seus interesses e impedir os avanços das classes populares no texto da nova Constituição.

É essa essência conservadora que deve explicar, enfim, a adoção de preceitos neoliberais como os que são reproduzidos na Declaração de Princípios dos Institutos Liberais, que regem toda a estratégia de ação e fundamentam as propostas de políticas públicas que formulam, em especial aquelas que se referem à ordem político - institucional vigente, notadamente a Constituição de 1988; a legislação trabalhista; e as funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação. As soluções propostas pelos Institutos Liberais baseiam-se integralmente nas formulações da Escola Austríaca de Economia e são inspiradas ainda na experiência concreta de aplicação desses princípios no Chile: uma democracia limitada garantida legalmente pela Constituição, para defender a burguesia da "veleidade das massas"; a liberalização total das relações trabalhistas, a serem negociadas no "livre jogo" do mercado; e a privatização das funções sociais do Estado mais necessárias para o saneamento das desigualdades sociais: a previdência, a saúde e a educação.



## BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO, Rui; SAMPAIO JUNIOR, Plínio; SCHWARTZ, Gilson (1988). Política econômica e democratização: o impasse brasileiro. In: REIS, Fábio W.; O'DONNELL, Guillermo (Org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais. p.150-167.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T. (1996). **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo. 216p.
- ANDERSON, Perry (1995). Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janeiro: Paz e Terra. p.9-23.
- APPLE, Michael W. (1994). O que os pós-modernistas esquecem: Capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Thomaz (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. p.179-204.
- BICHIR, Antonio (Org). (1991). **Antologia liberal: economia**. São Paulo, Ed. Inconfidentes. 158p.
- BORÓN, Atilio (1981). La crisis norteamericana y la racionalidad neoconservadora. **Estados Unidos; Perspectiva Latinoamericana: Cuadernos Semestrales**, México, n.9, 1.sem., p.31-59.
- BORÓN, Atilio (1995). A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janeiro: Paz e Terra. p.63-118.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (1989). Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: — (Orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice. p.9-17.
- CAMPERO, Guillermo (1988). **Los empresarios ante la alternativa democrática: el caso de Chile**. Santiago, Chile: ILET. (Cuadernillos de contribuciones al debate). 25p.
- CAMPERO, Guillermo (1990). Actores y movimientos sociales en Chile. In: LARANJEIRA, Sonia (Org). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec. p.245-269.
- CAMPOS, Roberto. 1999. Discurso de despedida da vida parlamentar do deputado Roberto Campos. **Idéias liberais**, Instituto Liberal de São Paulo, ano VI, nº 93, 20 p.
- CANO, Wilson (1989). **Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais nos países subdesenvolvidos: reflexões sobre o caso brasileiro**. Campinas: UNICAMP; Instituto de Economia. 37p.
- CANO, Wilson (1998) Políticas econômicas e de ajuste na América Latina. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org) **Economia & trabalho: textos básicos**. Campinas, UNICAMP/IE, 283 p, p. 35-59.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1983). O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p.9-27.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1975). **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- CARDOSO, Fernando Henrique (1975). **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COCKETT, Richard (1995). **Thinking the unthinkable**. Think-tanks and the economic counter-revolution 1931-1983. London: Harper Collins. 390p.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco (1995). **Empresariado e Estado na transição brasileira: Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 - 1977)**. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP. 295p.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco (1997). **Estado e economia em tempos de crise**. política industrial e transição política no Brasil dos anos 80. Rio de Janeiro: Relume - Dumará; Campinas: UNICAMP. 183p.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco (1997a). 1977/1978 - Os empresários e a reemergência da questão social. In: ---. **O presente como história: economia e política no Brasil pós-64**. Campinas: Unicamp. (Coleção Trajetória 3). p.313-354.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco (1998). **Neoliberalismo: discurso e processo**. São Paulo. 17p. (xerox).
- DAVIS, Mike (1981). The new right's road to power. **New Left Review**, London, n.128, p.28-49.
- DENHAM, Andrew (1996). **Think-tanks of the new Right**. England: Dartmouth Publishing. 224p.
- DINIZ, Eli (1978). **Empresariado, estado e capitalismo no Brasil 1930 -45**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DINIZ, Eli (1984). **Empresariado e transição política no Brasil: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 42p. (Estudos IUPERJ, 22).
- DINIZ, Eli (1993). Neo-liberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: --- (Org). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON. p.13-42.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (1989). Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (Orgs). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice. p.116-136.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (1979). Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. **Dados: revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro: IUPERJ, n.22.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (1993). Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli (Org). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/ IDASCON. p.113-131.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato (1989). **Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice.
- DOMHOFF, G. W. (1979). **The Powers that Be: process of ruling class domination in America**. New York: Vintage Books. 206p.
- DREIFUSS, René (1981). **1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes. 814p.

- DREIFUSS, René (1987). **A internacional capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional, 1918 -1986.** 2.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. 502p.
- DREIFUSS, René (1989). **O jogo da direita na Nova República.** Petrópolis,RJ: Vozes. 249p.
- FONSECA , Eduardo Giannetti (1989) **Liberalismo e pobreza. A liberdade vencendo à miséria.** SP, Ed. Inconfidentes. São Paulo. (56 pp.)
- FONSECA, Odemiro (1993). **Crônica de uns liberais impenitentes: The Mont Pelerin Society.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 40p. (Série Ensaios e Artigos).
- FOXLEY, Alejandro (1988). **Experimentos neoliberales en América Latina.** México: Fondo de Cultura Económica.
- GEORGE, Susan (1996) De cómo el pensamiento se fue haciendo único. **Críticas ideológicas al pensamiento único del neoliberalismo.** Montevideo, Carumbé ediciones especiales, p. 4-9.
- GRAMSCI, Antonio (1989). **Os intelectuais e a organização da cultura.** 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 244p.
- GRAMSCI, Antonio (1978). **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 341p.
- GREAVES, Bettina Bien (1987). Ludwig Von Mises. In MISES, Ludwig Von. **A mentalidade capitalista.** Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal. p.107-113.
- GROS, Denise B. (1989) Os industriais gaúchos e a Constituinte: uma reflexão sobre o "Movimento pela Liberdade Empresarial". Ensaios FEE, Porto Alegre, FEE, Ano 9, n ° 2, p. 130- 146.
- GROS, Denise B. (1993) Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República. in: Diniz, Eli (org) **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90.** Florianópolis, Ed. da UFSC/IDACON, p. 134-153.
- GRUPPI, Luciano (1978). **Conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal. 143p.
- HAYEK, F. (1965). **Los fundamentos de la libertad.** Madrid: Unión Editora. Primeira edição, 1959.
- HAYEK, F. (1980). El ideal democrático y la contención del poder. **Estudios Públicos,** Santiago, Chile, n.1, dic.
- HAYEK, F. (1990). **O Caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 221p.
- HOLLINGS, Robert L. (1993). **Nonprofit public policy research organizations: a sourcebook on think tanks in government.** New York; London: Garland Publishing.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. (1977). **História do pensamento econômico.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- IEDI. **Mudar para Competir** (1990). São Paulo, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.
- LECHNER, Norbert (1982). El proyecto neoconservador y la democracia. **Crítica y Utopía,** Buenos Aires, n.6.

- LEME, Og Francisco (1988). **A ordem econômica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- LOAEZA, Soledad (1989). Cambios en la cultura política mexicana: el surgimiento de una derecha moderna (1970-1988). **Revista Mexicana de Sociología**, Mexico, v.3, p.221-235, jul./set.
- LOPEZ, Selva (1988). **Fundamentos teóricos do neoliberalismo**. Montevideo. Não publicado.
- LUNA, Matilde (1992). **Estrategias políticas de los empresarios mexicanos frente a la globalización**. Rio de Janeiro: IUPERJ; ISA/CLACSO. 27p. xerox
- LUNA, Matilde; TIRADO, Ricardo (1992). **El Consejo Coordinador Empresarial: Una radiografía**. México: UNAM/ Instituto de Investigaciones Sociales. 86p.
- LUNA, Matilde; MILLAN, Rene; TIRADO, Ricardo (1985). **Los empresarios en los inicios del gobierno de Miguel de la Madrid**. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v.47, n.4, p.215-257.
- MACEDO, Ubiratan Borges (1995). **Liberalismo e justiça social**. São Paulo: IBRASA. 242p. (Biblioteca sociologia e política, v. 44).
- MACEDO, Ubiratam Borges (1996) **Liberalismo e justiça social**. Anuário 1996. São Paulo, Instituto Liberal, p71-95.
- MACPHERSON, C. B. (1979). **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 318p.
- MAKSOUND ,Henry (1984) **Os poderes do governo**. São Paulo, Ed. Visão Ltda.
- MAKSOUND ,Henry (1986) **Constituinte independente e apartidária**. São Paulo, Ed. Visão Ltda, 147 p.
- MAKSOUND, Henry(1988) **Proposta de Constituição para o Brasil de Henry Maksud**. São Paulo, Ed. Visão Ltda,463 p.
- MAKSOUND, Henry (1998). Apresentação de Hayek. **Think Tank**, São Paulo: Instituto Liberal, ano 1, n.3, fev.
- MARTINS, Luciano (1978). **Estatização da economia ou privatização do Estado?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Ensaio de Opinião, 9).
- MINELLA, Ary (1988). **Banqueiros: Organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; ANPOCS. 530p.
- MINELLA, Ary (1990). Transformação dos setores sociais dominantes : a burguesia bancário-financeira no Brasil. In: LARANJEIRA, Sonia (Org). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec. p.83-106.
- MINELLA, Ary (1993). Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90. In: DINIZ, Eli (Org). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON. p.69-111.
- MISES, Ludwig Von (1987). **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal. 200p.
- MONTERO, Cecilia (1992). **El comportamiento empresarial en la transición democrática chilena: conflictos y consensos en torno a la legitimidad y la regulación**. Rio de Janeiro: CLACSO/IUPERJ. 35p. xerox.

- MONTERO, Cecilia (1990). **La evolucion del empresariado chileno**: emergencia de um nuevo actor. Santiago, Chile. 37p. xerox.
- MORAES, Reginaldo (1994). Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais. **Universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES, ano 4, n.6, p.6-11, fev.
- MORAES, Reginaldo (1996). A democracia mal comportada: a teoria política do neoliberalismo econômico. **Universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES, ano 6, n.11, p.121-129, jun.
- MOULIAN, Tomás (1995). Chile: Las condiciones de la democracia. **Nueva Sociedad**, n.140, p.4-11, nov./dic.
- MOULIÁN, Tomás (1997). **Chile actual**: anatomía de un mito. Santiago, Chile: ARCIS-LOM. 386p.
- NASH, George H. (1996). **The conservative intellectual movement in America since 1945**. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute. 467p.
- O'DONNELL, Guillermo (1988). Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, Fábio W., O'DONNELL, Guillermo. **A democracia no Brasil. dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais. p.72-90.
- PAIM, Antonio (1997). **A agenda teórica dos liberais brasileiros**. São Paulo: Massao Onho Editor.
- PASTORE, José (1995) Relações do trabalho numa economia que se abre. **Idéias Liberais**. Ano II n° 27, Instituto Liberal de São Paulo .
- PASTORE, José (1997) O desemprego tem cura? Encarte especial da revista **Think Tank** , Ano I, n° 2, novembro. Instituto Liberal de São Paulo.
- PENNA, J.O. Meira (1993) **Sugestões para a reforma política**. Policy Paper. Instituto Liberal de Brasília, 33 p. (Mimeo)
- PEREIRA, Luiz Bresser (1985). **Pactos políticos**: do populismo à democratização. São Paulo: Brasiliense.
- PNBE. **Ideário** (s/d). São Paulo, Pensamento Nacional das Bases Empresariais.
- POCHMAN, Márcio e SANTOS, Anselmo (1999) Encargos sociais no Brasil: debate e propostas recentes de flexibilização. In: Posthuma, Anne Caroline (org) **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade**. Brasília, OIT/TEM; São Paulo:Ed. 34, 472 p.
- POPPER, Karl (1987 ). **A miséria do historicismo**. 2.ed. São Paulo: Cultrix. 125p.
- PORTUGAL JR et alli (1994) Grupos econômicos, expressão institucional da unidade empresarial contemporânea. São Paulo, IESP/FUNDAP.
- PRADO, Ney (1994) **Razões das virtudes e vícios da Constituição de 1988. Subsídios à revisão constitucional**. São Paulo, Ed. Inconfidentes, 91 p.
- PRADO, Ney (1998) Relações trabalhistas no Brasil. Velhas práticas e novas realidades. Encarte especial da revista **Think Tank** , Ano I n° 4, junho. Instituto Liberal de São Paulo.
- PRUNES, Cândido Mendes (1988). Em busca de um mundo melhor. **Think Tank**, São Paulo: Instituto Liberal, Ano I, n.4, jun.

- PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael (1988). O capitalismo democrático na encruzilhada. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: Brasiliense, n.22, p.29-44.
- RAMONET, Ignacio (1996) **El pensamiento único. Críticas ideológicas al pensamiento único del neoliberalismo**. Montevideo, Carumbé ediciones especiales, p. 2-3.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio (1980). **Ideología**. Barcelona: Editorial Labor. 360p.
- ROTHBARD, Murray N. (1988). **O essencial Von Mises**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Instituto Liberal. 54p. (Série Pensamento Liberal, n.1).
- RUA, Maria das Graças (1990). A UDR e a Representação de interesses dos proprietários rurais: nova elite agrária no processo de transição política no Brasil. **Revista de Ciências Sociais Hoje**, p.281-310.
- RUIZ, Carlos (1984). La epistemología de Popper y el neoliberalismo. **Crítica y Utopía**, Buenos Aires, n.12.
- SAES, Décio (2001) **República do capital. Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 135 p.
- SANTOS, W.G, (1985). A pós - revolução brasileira. In: JAGUARIBE, Hélio et al. **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio. p.224-330.
- SANTOS, W. G. (1987). **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice.
- SCHMITTER, Philip (1974). Still the century of corporatism? **The Review of Politics**, v.36, jan.
- SEN, Maria Isabel (1981) Los centros de pensamiento y las publicaciones conservadoras en Estados Unidos. **Estados Unidos: perspectiva latinoamericana. Cuadernos Semestrales**. Mexico, n° 9, 1° sem., p. 339-346.
- SILVA, Tomaz Tadeu (1994). A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Thomaz (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. p.9-29.
- SOLEY, Lawrence (1991) Right thinking conservative think tanks. NY. **Dissent**, vol 38, no. 3, summer, p. 418-420.
- SOUZA, Amaury (1996) A reforma das relações de trabalho. **Idéias Liberais**. Ano III nº 49, Instituto Liberal de São Paulo.
- SOUZA , Ubiratam Jorge Lório (1994) O liberalismo sem adjetivos. **Idéias Liberais**. Ano I, nº 5, 8 p ,Instituto Liberal de São Paulo.
- STEFANCIC, Jean; DELGADO, Richard (1996). **No Mercy. How conservative think tanks and foundations changed America's social agenda**. Philadelphia: Temple University Press. 227p.
- STEWART JR., Donald (1992) Correntes do pensamento econômico. **Conferências do IL**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 11p .
- THERBORN, Göran (1995). A crise e o futuro do capitalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janiero: Paz e Terra. p 39-50.
- TOCQUEVILLE, Alexis (1987). **A democracia na América**. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade. 597p.

- TRINDADE, Helgio (1985). Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHWARZER, Jorge (Orgs.). **Assim renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense. p.46-72.
- USSEEM, Michel (1979). The social organization of the american bussiness elite and participation of corporation directors in the governance of american institutions. **American Sociological Review**, v.44, p.553-572, aug.
- USSEEM, Michael (1983). Business and politics in the United States and United Kingdom. **Theory and Society**, v.12, n.3, p.281-308.
- VERGARA, Pilar (1985). **Auge y caída del neoliberalismo en Chile**. Santiago, Chile: Flacso. 270p.
- VOGEL, David (1983). The power of business in America: a re-appraisal. **British Journal of Political Science**, v.13, p.19-43.
- WEAVER, Kent (1989) The changing world of the think tanks. **PS: Political Science and Politics**. Vol. XXII, n° 3, september, p. 563-579.
- WEISS, Carol (1992). **Organizations for policy analysis: helping government think**. CA, Sage Publications.
- XAVIER, Uribam (1996). Neoliberalismo como uma visão de mundo. **Universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES, ano 6, n.11, p.110-120, jun.

## PUBLICAÇÕES DOS INSTITUTOS LIBERAIS

- 1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros dez anos**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional dos Institutos Liberais.
- A Revisão Constitucional (1993) **NOTAS. Avaliação de projetos de lei**, Instituto Liberal. Rio de Janeiro ,n° 25.
- Contrato de trabalho por prazo determinado (1996) **NOTAS. Avaliação de projetos de lei**, Instituto Liberal. Rio de Janeiro ,n° 58.
- Custos de transação - Justiça do Trabalho (1997) **NOTAS. Avaliação de Projetos de lei**, Instituto Liberal. Rio de Janeiro ,n° 66.
- Educação e Medida Provisória 207 (1990) **NOTAS. Avaliação de Projetos de lei**, Instituto Liberal. Rio de Janeiro ,n° 1.
- Idéia Liberal** (IL) (1988-1992), vários números. SP, Instituto Liberal de São Paulo.
- IL Notícias** (1991-1997), vários números. Rio de Janeiro, Conselho Nacional dos Institutos Liberais.
- Informe Liberal** (IL) (1993-1997), vários números. SP, Instituto Liberal de São Paulo.
- Instituto Liberal (1995) **Reinventando o governo**. Anuário do Instituto Liberal de São Paulo ,1995. 327 p.
- Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (1991) **NOTAS. Avaliação de Projetos de lei**, Instituto Liberal. Rio de Janeiro ,n° 11.

O direito de greve (1990) **NOTAS. Avaliação de projetos de lei.** RJ, Instituto Liberal, nº 4, dezembro.

**Problemas sociais. Soluções liberais** (1995) Instituto Liberal. Rio de Janeiro, 39 p.